



Relatório Final de Pesquisa

**Segurança cidadã na Região Norte do Brasil: percepções social e institucional sobre homicídios na Amazônia Ocidental**

Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cidadania– SENASP

Pensando a Segurança Pública 4ª Edição (Convocação 001/2015)

Carta de Acordo nº 33604

Manaus

Novembro - 2016

Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Secretaria Nacional de  
Segurança Pública do Ministério da Justiça e Cidadania– SENASP

Pensando a Segurança Pública 4ª Edição (Convocação 001/2015)

Carta de Acordo nº 33604

Relatório Final de Pesquisa (Produto Final)

Grupo do projeto: Região Norte – Grupo 1 – N1. Unidades da Federação/Municípios:  
Acre/Rio Branco, Amazonas/Manaus, Rondônia/Porto Velho, Roraima/Boa Vista.

Título: Segurança cidadã na Região Norte do Brasil: percepções social e institucional sobre  
homicídios na Amazônia Ocidental

Instituição proponente: Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Coordenador da pesquisa: Antonio Gelson de Oliveira Nascimento.

Equipe da pesquisa e funções: Conforme Anexos III e IV.

Elaboração do Relatório: Antonio Gelson de Oliveira Nascimento, Jatniel Rodrigues Januário,  
Davyd Spencer Ribeiro de Souza, Enimar Jerônimo Wendhausen, Anagali Marcon Bertazzo,  
Amara Luciane Silva de Souza, Arnaldo Costa Gama.

Manaus

Novembro - 2016

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Magnífico Reitor, Dr. Cleinaldo de Almeida Costa, ao Prof. Dr. Walteir Martins, Pro-Reitor de Pesquisa e Extensão (PROPESP) e a equipe da PROPESP.

Ao Dr. Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes, Secretário de Estado de Segurança Pública do Amazonas.

Aos Srs. Sandro Sales de Oliveira e José Alves Júnior - do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), pelo suporte em georreferenciamento dado a equipe de pesquisa na realização do estudo, ao Sr. Arnaldo Costa Gama, pela contribuição na sistematização dos dados da pesquisa, e ao Sr. Elizeu de Souza Costa - do Nepas/SSP, pelo suporte em TI dado a equipe de pesquisa durante a sua realização.

Aos servidores públicos que apoiaram a realização da pesquisa em seus estados, ora atuando como facilitadores ora como participantes das atividades de pesquisa junto às instituições de governo e sociedade, de modo que suas valiosas ajudas muito contribuíram para o êxito deste projeto.

Do Estado do Acre: Emylson Farias da Silva - Delegado de Polícia Civil, Secretário de Estado de Segurança Pública, Ricardo Brandão dos Santos - Coronel Polícia Militar, Secretário Adjunto de Integração Operacional, Vanderlei Scherer Thomas - Delegado de Polícia Civil, Secretário Adjunto de Integração Social, Rennan Biths de Lima - Agente de Polícia Civil, Diretor de Planejamento e Gestão Estratégicos, Luciana Sarquiz de Oliveira - Agente de Polícia Civil, Cinthia Silveira Santana Dantas, Agente de Polícia Civil, e Mário Sérgio Paiva de Oliveira - 3º Sargento Polícia Militar.

Do Estado do Amazonas: Luciano Tavares da Silva - Delegado de Polícia Civil, Priscila Teixeira da Costa Santos - Chefe de Gabinete da PCAM.

Do Estado de Rondônia: Ênedy Dias de Araújo - Cel PM Cmt Geral, André Roberto de Azevedo - Maj PM Cmt da Cia Ind Pol Gda, Rone Herton Dantas de Freitas - Maj PM Cmt do 5º BPM, Ednelza do Amaral Teixeira Nascimento - 1º Ten PM da 2ª. Cia P.O.

Do Estado de Roraima: Cel QOCPM Magalhães José Damasceno, Cel QOCPM Ronan Marinho Soares, Cel QOCPM R/R Rosael da Silva Dias, Cap QCOPM Fabiano Cesário Peres, ST QPCPM Danielle Chaves Filgueiras, ST QPCPM Bruno Steeves dos Santos Miranda, ST QPCPM Dennis Lima Jacinto, Delegada Mirian Di Manso, Delegada Elisa Alice

Lopes Reis de Mendonça, Delegado Douglas Gabriel da Cruz, Escrivão Marcelo Henrique Carvalho da Silva, Investigador Farid Adnan Assad Youssef, Servidor Leopoldo da Rocha Silva Sobrinho, Servidora Helena Rúbia Sampaio King

## RESUMO

Seja em seu caráter individual ou coletivo, a violência sempre foi uma preocupação dos indivíduos. As buscas pela paz e pelo controle social permanentes tem sido um desafio constante, ainda que impossível, mas muitos foram os avanços que permitiram conquistas importantes em prol da paz, que assumiu valor primordial no contexto das sociedades contemporâneas. Embora esses avanços tenham ocorrido entre as populações, sua difusão não se propagou de igual modo no tempo e no espaço. Há enormes desafios no controle social do crime quando as observações recaem sobre a América Latina e Caribe. Nesta região o Brasil se configura como a nação com maior quantidade de mortes por homicídio. Há um consenso de que o homicídio trata-se de uma causa de mortalidade violenta que provoca danos sociais irreparáveis, traduzindo-se em grave violação aos Direitos Humanos com efeito danoso ao estado de bem-estar social das populações. A inquietação e o medo provocado pela violência homicida vem avançando sobre novos territórios que antes se configuravam como áreas pacificadas, com populações médias ou mesmo pequenos núcleos populacionais. O objetivo desta pesquisa é estudar os homicídios nos municípios de Boa Vista/RR, Porto Velho/RO, Manaus/AM e Rio Branco/AC, por meio da descrição e análise das percepções de diferentes atores sociais acerca dos envolvidos, da motivação e da resposta dada pelo Sistema de Justiça Criminal. Para isso, a pesquisa tomou como estratégia metodológica a análise crítica do discurso dos atores das instituições de justiça, tendo por objetivo averiguar os efeitos destas práticas discursivas na conformação de um imaginário ou de uma forma de compreensão hegemônica sobre a criminalidade urbana violenta e mais precisamente sobre os homicídios. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, com foco nos homicídios dolosos registrados nesses municípios. Os resultados apontam que um olhar contextualizado e politicamente sedimentado na singularidade e universalidade da Região Amazônica deve procurar reforçar e aprimorar o conjunto de proposições para a segurança e justiça na Amazônia Ocidental. A partir dessa orientação são apontadas algumas sugestões de políticas preventivas com foco na sociabilidade violenta dos atores sociais residentes nessa região.

**Palavras-chave:** Homicídios, conflitualidades, percepções sociais, Amazônia Ocidental.

## **ABSTRACT**

Whether in its individual or collective character, violence has always been a concern of individuals. The search for peace and permanent social control has been a constant challenge, albeit impossible, but many advances have made important achievements for peace, which have taken on a major value in the context of contemporary societies. Although these advances occurred among populations, their diffusion did not spread equally in time and space. There are enormous challenges in the social control of crime when remarks are made about Latin America and the Caribbean. In this region, Brazil is the nation with the highest number of homicide deaths. There is a consensus that homicide is a cause of violent mortality that causes irreparable social damage, resulting in a serious violation of human rights that is detrimental to the welfare state of the population. The uneasiness and fear caused by homicidal violence has been advancing over new territories that once were pacified areas, with medium populations or even small populations. The objective of this research is to study homicides in the municipalities of Boa Vista / RR, Porto Velho / RO, Manaus / AM and Rio Branco / AC, by describing and analyzing the perceptions of different social actors about those involved, motivation and Given by the Criminal Justice System. For this, the research took as a methodological strategy the critical analysis of the discourse of the actors of the institutions of justice, aiming to investigate the effects of these discursive practices in the conformation of an imaginary or a hegemonic understanding of violent urban crime and more precisely About homicides. A qualitative research was carried out, focusing on the intentional homicides registered in these municipalities. The results point out that a contextualized and politically sedimented look at the uniqueness and universality of the Amazon Region should seek to reinforce and improve the set of propositions for security and justice in the Western Amazon. From this orientation are pointed out some suggestions of preventive policies focusing on the violent sociability of social actors resident in this region.

**Keywords:** Homicides, conflicts, social perceptions, Western Amazonia.

## LISTAS DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Região Amazônica com destaque dos estados brasileiros da Amazônia Ocidental - 2016 .....	43
Figura 2 – Mapa de Manaus com destaque do Bairro Jorge Teixeira - 2016.....	44
Figura 3 –Distribuição espacial das agências de Segurança Pública e de Justiça, Manaus - 2016 .....	49
Figura 4 - Mapa da Zona Leste de Manaus com a distribuição das unidades policiais - 2016	50
Figura 5 – Mapa de Boa Vista-RR com destaque do Bairro Senador Hélio Campos - 2016...	63
Figura 6 – Divisão Administrativa de Boa Vista – RR, segundo as Áreas Integradas de Segurança Comunitária (AISC) - 2016 .....	67
Figura 7 – Divisão Administrativa de Boa Vista – RR, segundo as Unidades de Policiamento da PMRR – 2016 .....	68
Figura 8 – Mapa de Porto Velho - RO com destaque do Bairro Teixeirão - 2016.....	81
Figura 9 - Mapa da divisão administrativa de Porto Velho, segundo as áreas de policiamento da PMRO .....	84
Figura 10 – Mapa da área de policiamento da 2ª. Cia PO/5º. BPM – Porto Velho-RO .....	85
Figura 11 – Mapa de Rio Branco com destaque do Bairro Taquari - 2016.....	106
Figura 12 - Divisão das 1ª. e 2ª. Regionais, segundo a Sesp, Rio Branco/AC - 2016.....	110

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das unidades policiais integradas segundo as Zonas Administrativas de Manaus.....	50
Quadro 2 - Esquema da sistematização da coleta, apresentação e análise dos dados da pesquisa .....	170
Quadro 3 – Resumo da pesquisa em Manaus - AM .....	171
Quadro 4 – Resumo da pesquisa em Boa Vista – RR .....	172
Quadro 5 – Resumo da pesquisa em Porto Velho – RO.....	173
Quadro 6 – Resumo da pesquisa em Rio Branco – AC.....	174



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AC – Acre

AM – Amazonas

BPM – Batalhão de Polícia Militar

Cap. – Capitão

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

Cia P.O. – Companhia de Policiamento Ostensivo

CID – Classificação Internacional de Doenças

CNS – Conselho Nacional de Saúde

CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais

DATASUS – Sistema de Administração de Informações de Saúde

DECC – Delegacia Especializada em Crimes Contra a Vida

DEHS - Delegacia Especializada em Homicídios e Sequestros

Del. PC – Delegado da Polícia Civil

DO – Declaração de Óbito

DOE – Diário Oficial do Estado

DOU – Diário Oficial da união

DPC – Delegacia de Polícia Civil

EC – Emenda Constitucional

FBSP – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPC – Investigador da Polícia Civil

LC – Lei Complementar

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MJ – Ministério da Justiça

MP – Ministério Público

MS – Ministério da Saúde

Of. PM – Oficial da Polícia Militar

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PCAM – Polícia Civil do Amazonas

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB – Produto Interno Bruto

PMAM – Polícia Militar do Amazonas

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPC – Plano de Policiamento da Capital

Proerd – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

PRONASCI – Programa Nacional de Segurança com Cidadania

Provita – Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita)

Reg. – Regional

RO – Rondônia

RR – Roraima

SEAS – Secretaria de Estado de Ação Social

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SESP – Secretaria de Segurança Pública

SIM – Serviço de Informações sobre Mortalidade

SSP – Secretaria de Estado de Segurança Pública

SUS – Sistema Único de Saúde

SUSP – Sistema Único de Segurança Pública

TC – Tenente-Coronel

TJ – Tribunal de Justiça

UEA – Universidade do Estado do Amazonas

UF – Unidade da Federação

UNDP – *United Nations Development Programme*

UNODC – *United Nations Office off Drugs And Crimes*

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
1.1 QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA .....	12
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	13
1.3 CONTEXTO NO QUAL A PESQUISA FOI DESENVOLVIDA .....	14
1.4 ESTRUTURA DO RELATÓRIO .....	16
2 METODOLOGIA.....	17
2.1 PERSPECTIVA CONCEITUAL ADOTADA PARA CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DO UNIVERSO PESQUISADO.....	17
2.2 RECORTE EMPÍRICO E AMOSTRAGEM DA PESQUISA .....	27
2.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS E MUDANÇAS NA CONDUÇÃO DA PESQUISA .....	32
2.4 ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS DESENVOLVIDOS .....	35
3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E SEUS RESULTADOS .....	43
3.1 MANAUS/AM.....	43
3.2 BOA VISTA/RR.....	63
3.3 PORTO VELHO/RO .....	81
3.4 RIO BRANCO/AC .....	105
4 DISCUSSÃO .....	124
4.1 O PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO DAS PERCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE OS HOMICÍDIOS .....	125
4.2 CAUSAS, FATORES DE RISCO, MOTIVAÇÕES E DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS .....	127
4.3 DIFICULDADES E RESPOSTAS DO ESTADO À VIOLÊNCIA HOMICIDA .....	145
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	155
REFERÊNCIAS.....	164

## 1 INTRODUÇÃO

Este relatório é o resultado da pesquisa realizada pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas sobre homicídio doloso nos municípios de Boa Vista/RR, Manaus/AM, Porto Velho/RO e Rio Branco/AC, incluídos no Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, e o aprimoramento da Política Nacional de Segurança Pública.

O objetivo deste relatório é descrever com detalhes o processo de pesquisa (objetivos iniciais, dinâmica do campo, modificações, dificuldades, novas questões, etc.), seu arcabouço conceitual e teórico, a contextualização do campo, os achados e as análises. Além disso, são indicadas as recomendações possíveis acerca de políticas públicas e de outras pesquisas que possam ampliar e aprofundar os estudos alcançados até aqui.

### 1.1 QUESTÕES NORTEADORAS DA PESQUISA

Ao final do trabalho, serão descritas as percepções dos atores individuais e coletivos envolvidos acerca das seguintes questões:

- a) Por que esse território/município é violento?
- b) Quais são as causas da violência? Que tipo de violência gera homicídios? Quais foram os casos mais marcantes de homicídio no último ano?
- c) Quais as principais causas ou fatores de risco para ocorrência de homicídios do município/localidade?
- d) Qual o perfil da vítima e do autor dos homicídios?
- e) Quais as motivações dos autores dos homicídios?
- f) Quem mais morre? Quem mais mata?
- g) Como é possível prevenir a violência e os homicídios?
- h) Quais têm sido as respostas dadas pelo Estado para os elevados números de homicídios do município/localidade? Essas respostas são conhecidas pelos diferentes atores?
- i) Como os diferentes atores compreendem a atuação do Estado?
- j) Quais as limitações das respostas dadas pelo Estado para os elevados números de homicídios do município/localidade? As respostas são suficientes? Elas dialogam com as necessidades das comunidades dos territórios/municípios?
- k) O que pode ser feito para reduzir os números de homicídios?

- l) Os diferentes atores sentem-se seguros nos territórios/municípios pesquisados? O que seria necessário mudar para que eles se sentissem seguros?

Também serão descritas as percepções dos atores individuais e coletivos vinculados à área de Justiça e de Segurança Pública envolvidos, acerca das seguintes questões:

- a) Quais são os territórios de maior ocorrência de homicídios no município?
- b) Quais os principais problemas nas relações entre os atores envolvidos que limitam a capacidade de investigação e repressão aos homicídios ocorridos naquele município/localidade?
- c) Quais os principais problemas nas relações entre os atores envolvidos que limitam a capacidade de prevenção aos homicídios ocorridos naquele município/localidade?
- d) Existe articulação entre diferentes instâncias do governo estadual e municipal (ou distrital, quando aplicável) para prevenir a violência e os homicídios?
- e) Na opinião desses atores, quem mais mata e quem mais morre e quais são as causas de homicídios?
- f) Que tipo de violência gera homicídios?
- g) Como o Governo Federal poderia auxiliar as políticas estaduais e municipais (ou distritais, quando aplicáveis) relacionadas aos homicídios? Qual seria o diálogo e atuação desejada?

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é estudar os homicídios nos municípios de Boa Vista/RR, Porto Velho/RO, Manaus/AM e Rio Branco/AC, por meio da descrição e análise das percepções de diferentes atores sociais acerca dos envolvidos, da motivação e da resposta dada pelo Sistema de Justiça Criminal.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Conhecer a organização político-administrativa de atuação dos órgãos integrantes dos Sistemas de Justiça Criminal, em cada município, e as suas dinâmicas de atuação na perspectiva territorial;
- b) Definir os recortes territoriais de pesquisa, com base na distribuição espacial dos homicídios na cidade estudada;

- c) Identificar os atores mais representativos das comunidades e dos órgãos integrantes dos Sistemas de Justiça Criminal e de outras áreas relacionadas à prevenção da violência, nos municípios alcançados pela pesquisa;
- d) Caracterizar a população dos atores identificados nos municípios estudados;
- e) Coletar as suas percepções em relação a dinâmica dos homicídios, envolvendo as dimensões geográfica, sociodemográfica, econômica, cultural e institucional;
- f) Também, acerca da percepção social sobre os homicídios, suas causas, ameaças, riscos e medos, bem como suas relações com outras violências, os desafios e perspectivas sociais e institucionais para reduzir a sua incidência;
- g) Ainda, acerca do ambiente interinstitucional, com foco nos aspectos das articulações e relações interinstitucionais, problemas, limitações e desafios para as melhorias que precisam ser implantadas para reduzir a incidência de homicídios;
- h) Analisar comparativamente, entre os municípios pesquisados, as diferentes percepções acerca dos homicídios, relacionadas aos envolvidos, a motivação e a resposta dada pelo Sistema de Justiça Criminal.

### 1.3 CONTEXTO NO QUAL A PESQUISA FOI DESENVOLVIDA

O homicídio representa a face mais perversa da violência. Provoca danos sociais irreparáveis, traduzindo-se em grave violação aos Direitos Humanos. Segundo o “Global Study Homicide” (UNODC, 2014), foram registrados no mundo, em 2012, aproximadamente 437.000 homicídios. A distribuição dessas mortes em todo mundo não ocorre de forma homogênea. Os países do Continente Americano, juntos, foram responsáveis por 31% dessas mortes no mundo em 2010 (UNODC, 2011) e, após dois anos, em 2012, passou a concentrar 36% dos números globais. Em termos relativos, a América apresentou a taxa mais elevada em relação aos demais continentes, com 16,3 homicídios/100.000 habitantes. Entre os países sul-americanos, Brasil, Colômbia e Venezuela, apresentaram os maiores níveis de mortalidade por homicídios (UNODC, 2014).

No Brasil, foram observadas, em 2013, 53.646 mortes por Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) – incluem óbitos por homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte. Os homicídios responderam por 95% desses óbitos, com 50.806 casos, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2014). Esse fenômeno não está restrito a uma região

ou Unidade da Federação. Ele impacta na sociedade brasileira de modo geral, causando perdas de vidas, ameaças e medo. A Região Norte respondeu por 10,5% desses óbitos (5.311 casos), em 2013, sendo que 3,3% dos casos (1.675 casos) ocorreram nos Estados da Amazônia Ocidental (Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima) (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2014).

Entretanto, algumas cidades possuem diferentes concentrações de homicídio. Manaus, Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista, apresentaram em 2014, respectivamente, 756, 150, 150 e 44 notificações de homicídios dolosos. Juntas, essas capitais foram responsáveis por 1.100 mortes, segundo a Secretaria Nacional de Segurança Pública (2015). Considerando que se trata de perdas de vidas evitáveis, há a necessidade de identificar os fatores de determinação, por meio de estudos detalhados que possam subsidiar a formulação de estratégias para a redução de sua incidência.

Na perspectiva social, as percepções dos atores individuais e coletivos são importantes na medida em que refletem, por um lado, o sentimento das perdas, ameaças e os medos decorrentes dos eventos de violência observados, principalmente as agressões físicas e os homicídios, e, por outro lado, a confiança que possuem em relação aos órgãos de controle social formais (agências de segurança pública e de justiça). Em ambos os casos, essas percepções ajudam no processo de construção de uma cidadania, no qual é possível identificar e mitigar os riscos e ameaças, bem como o medo considerado uma violação aos direitos humanos.

Em perspectiva institucional, é relevante o fortalecimento dos órgãos integrantes dos Sistemas de Justiça Criminal, bem como de outras áreas relacionadas à prevenção de violência (saúde, educação, guardas municipais e outros). Também, a articulação e a cooperação interinstitucional desses órgãos, com o intercâmbio de informações e experiências em matéria de justiça criminal e de prevenção ao crime. É fundamental uma atuação integrada para mitigar, com maior eficiência, as causas dos homicídios e enfrentar as ameaças e os riscos de morte. Destaca-se, nesse sentido, a importância de se identificar as percepções dos atores individuais e coletivos vinculados ou relacionados à área de Justiça e de Segurança Pública.

Buscando respostas coerentes e eficazes para esses problemas, realizou-se a presente pesquisa, em estreita cooperação com as instituições de ensino e pesquisa, governos estaduais e municipais, representantes de seus órgãos e da sociedade civil, no sentido de constituir



conhecimentos qualitativos acerca dos desafios e possibilidades de fortalecer estruturas institucionais e o Estado de Direito para um efetivo controle dos homicídios.

#### 1.4 ESTRUTURA DO RELATÓRIO

Este artigo está estruturado em cinco capítulos. Na Introdução estão apresentados: as questões norteadoras da pesquisa, os objetivos da pesquisa e o contexto em que a pesquisa foi realizada, de modo a justificá-la. No segundo capítulo, “Metodologia”, estão apresentados o material e os métodos utilizados para a realização do estudo, compreendendo: o posicionamento em relação a perspectivas filosóficas ou paradigmas teóricos, a abordagem do estudo; a modelagem teórica do estudo; o método de coleta de dados; a escolha e obtenção das fontes de dados; o método de análise empregado; as limitações metodológicas identificadas; e as limitações do estudo relacionadas à metodologia empregada.

Os resultados da pesquisa estão apresentados no terceiro capítulo. No capítulo seguinte são feitas as principais discussões acerca das percepções dos atores sociais e institucionais entrevistados acerca dos homicídios nas suas respectivas cidades. No último capítulo, são tecidas as principais considerações acerca do estudo realizado e algumas recomendações sobre políticas públicas e a continuidade de pesquisas nessa área.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 PERSPECTIVA CONCEITUAL ADOTADA PARA CONSTRUÇÃO E ANÁLISE DO UNIVERSO PESQUISADO.

#### 2.1.1 A Amazônia Ocidental, territorialidade e conflitualidades

A Amazônia Ocidental tem sido objeto de crescente interesse nacional e internacional, tanto pela exuberante diversidade ambiental, constituída de vasta floresta e riquezas naturais, quanto pela sua posição estratégica na América do Sul. Não obstante, os olhares em comum que se situam sobre essa Amazônia, em seu sentido geral, peculiaridades dessa região tem estado presente nas discussões sobre essa região, sendo uma delas a questão das fronteiras.

Essa região corresponde a, aproximadamente, 1/4 do território brasileiro, o que corresponde a uma área de 2.194.599 km<sup>2</sup>, distribuída entre os Estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia que juntos são responsáveis pela maior parte dos 16.886 Km de fronteira seca do País. Esses territórios fronteiriços são possuidores de diversificados fenômenos, os quais têm despertado o interesse pelo conhecimento dessa região. Entre as principais questões, uma lacuna ainda a ser preenchida e de grande relevância para a região, é a que trata das suas territorialidades e suas variadas significações, foco do presente estudo por meio da incursão nas percepções dos atores sociais e institucionais acerca do fenômeno da violência homicida.

##### 2.1.1.1. Territorialidades nos municípios de fronteira Amazônica

Estudos já evidenciaram que na ampla extensão territorial das fronteiras amazônicas se situa uma diversidade ambiental, coexistente com um complexo sociocultural constituído de um conjunto tradicional de valores, crenças e modos de vida responsáveis pelo desenho, organização social e sistemas de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais na região (NOGUEIRA, 2004; BECKER, 2005; BENCHIMOL, 2009; ALMEIDA, 2012).

A região de fronteira amazônica passou a ser considerada área de segurança nacional de acordo com a Lei Federal n° 5.449, de 04 de junho de 1968. Essa condição de elevado interesse estratégico nacional e internacional levou a a-à intensificação da presença das Forças

Armadas nessa região, em um processo histórico que envolve, também, povoamento e desenvolvimento (BECKER, 2005), proteção e protecionismo (ALMEIDA, 2012).

Nos contextos geopolítico, social e econômico desses municípios amazônicos de fronteiras, reforça-se, entretanto, a noção de que esses territórios são possuidores de territorialidades que se desenvolvem em um espaço produzido e de múltiplas funções, com simbolismos de separação e de diferença (MACHADO, 2007) delineando as relações sociais e o uso de recursos (LIMA; CAVALCANTE, 2013), viabilizando a mobilidade humana e fluxos migratórios (OLIVEIRA, 2006), permeabilizando limites territoriais, como “começo e fim”, que na análise de Machado (2007, p.73):

É a posição geográfica singular, de começo e fim do estado nacional, que confere a fronteira uma territorialização definida pela proximidade entre populações formalmente separadas pelo limite internacional. A noção de zona de fronteira, neste caso, se refere a um espaço relacional e não dicotômico. Nesse sentido de espaço relacional não é um paradoxo que a zona de fronteira seja ao mesmo tempo lugar de comunicação e troca, e lugar de tensão e conflito.

Porém, Little (2002) observa outras abordagens da “territorialidade” na antropologia: etologia, como um instinto animal ao par com outras espécies animais; na antropologia sociocultural, a conduta humana comparada com abelhas ou lobos, em sentido etnográfico; e, ainda, a territorialidade humana explicada em termos de densidade populacional e limitações de recursos naturais, cuja aplicação limita-se a sociedades de pequena escala, não alcançando os Estados-nação contemporâneos. Entretanto, para o mesmo autor a renovação dessa teoria na antropologia tem como ponto de partida “uma abordagem que considera a conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos” (LITTLE, 2002, p.3).

Vale ressaltar que esta ideia está alinhada em Sack (1986, p.19), para quem a territorialidade consiste no “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou *homeland*”<sup>1</sup>. E, assim, o território está relacionado ao controle exercido por uma autoridade ou grupo de atores sociais sobre pessoas ou coisas, decorrente da sua influência em um determinado espaço (SACK, 1986). Nesse sentido, a territorialidade se relaciona à tentativa desses atores sociais influenciarem ou controlarem outras pessoas e fenômenos.

---

<sup>1</sup> Segundo o autor, “a palavra inglesa *homeland* tende a ser traduzida como ‘pátria’ em português. Mas o significado mais comum de pátria faz referência a um Estado-nação, o que desvia o termo *homeland* de seus outros significados possíveis referentes às territorialidades de distintos grupos sociais dentro de um Estado-nação” (LITTLE, 2002, p.3).

Outra concepção de território e de territorialidade que vale ser destacada nesta discussão é a multidimensional (RAFFESTIN, 1993), em que se considera a atuação do Estado e de outras ações sociais, realizadas por outros atores sociais. Saquet e Briskievicz, (2009, p.5) analisam essa abordagem como “renovada, histórica, crítica e eminentemente reticular, inspirando compreensões que podem orientar o redimensionamento de relações de poder e a elaboração de projetos de desenvolvimento que valorizem as identidades simbólico-culturais”.

E, nas progressivas concepções de território, Almeida (2012) tratou em estudos recentes das “territorialidades específicas”, diversificando o conceito de territorialidade vinculado diretamente às práticas territoriais dos Estados-nação, construídos historicamente segundo o predomínio hegemônico, ocultando a possibilidade de outros tipos de territórios existentes. Nas territorialidades específicas esse autor incluiu: as terras indígenas, terras de quilombos, babaçuais livres, faxinais, fundos de pasto e comunidades ribeirinhas, sendo assim, no dizer do autor “as terras tradicionalmente ocupadas e controladas de modo efetivo pelas suas respectivas comunidades ou pelas formas organizativas que lhes correspondem (associações, cooperativas, sindicatos, articulações e movimentos)” (ALMEIDA, 2012, p.66).

Por essa breve reflexão, cabe conceber que as fronteiras amazônicas com seus simbolismos e identidades, são espaços produzidos, com processos inacabados e com suas estruturas incompletas “e por isso mesmo capaz de gerar realidades novas” (BECKER, 2005, p. 73), e, no dizer de Oliveira (2007, p.5), esses territórios podem ser analisados como aqueles lugares em que:

as diferenças se evidenciam e são geradoras de conflitos culturais e sociais. Por outro lado, é na fronteira que as distâncias também se estreitam e as diferenças passam por um processo de re-elaboração. Então, a fronteira passa a ser também o divisor de águas determinante para a construção de novas relações que extrapolam as próprias fronteiras geopolíticas e se estendem por outras regiões a partir do momento em que os migrantes adentram aos países limítrofes. Para quem vive na fronteira, a ideia de limites geográficos não representa necessariamente uma limitação às relações, que são estabelecidas para além dos limites geográficos.

É preponderante, portanto, o olhar para além da fronteira política, considerando os municípios fronteiriços como possuidores de territorialidades, noção esta apropriada para se constituir as necessidades de políticas de segurança pública da população dessas regiões. População que se situa nas históricas transições entre contextos e situações, diferentes e adversas, em que vale a consideração de Oliveira (2007, p.2):

Essa transição, no entanto, não se dá com ausência de “conflitos”, que também pode ser analisado sob inúmeras possibilidades que vão desde o conflito interior pelo qual

passa o indivíduo no processo migratório, até o conflito social no encontro ou confronto com outros novos sujeitos sociais.

Esta observação reforça a noção levantada anteriormente ao se considerar, ainda, que nas fronteiras amazônicas, o território e a territorialidade se complementam em um processo relacional e, concomitantemente, histórico, que envolve elementos e processos sociais e culturais, em que ocorrem novas relações sociais, harmônicas e conflituosas, econômicas e políticas que vão moldando uma nova morfologia social nesses espaços.

Assim, também se mostra adequado perceber essas conflitualidades emergentes e sua relação com as políticas de segurança implementadas nesses municípios da Amazônia Ocidental, como devendo ser necessariamente compatíveis com os espaços onde ocorrem as múltiplas territorialidades, e cuja historicidade é, no dizer de Little (2002, p.15), “complementada pela historicidade dos conceitos que são utilizados para entendê-los e enquadrá-los”.

E, face essas variadas possibilidades, procura-se dialogar com os atores sociais a fim de perceber, através destes, a importância das políticas e ações voltadas para territorialidades que congregam as dinâmicas e relações construídas, vividas e percebidas pela população, ou seja, a sede das relações sociais desenvolvidas no cotidiano das pessoas, no espaço e no tempo.

Importa, ainda, ressaltar que para a análise e interpretação dos variados conceitos, contextos e ciclos que se sucedem no âmbito das políticas de segurança nesses municípios amazônicos, procurou-se a partir da orientação teórica de Allié (1980) e Little (2002), submeter este estudo a duas perspectivas de análises inter-relacionadas: uma sociológica, com enfoque naquilo que se percebeu como fato gerador de conflitualidade social, tendo como centralidade a violência homicida; outra política, voltada ao reconhecimento legal daquilo que socialmente foi construído, a partir da capacidade operativa dos órgãos do sistema de justiça criminal e a resposta do Estado.

#### 2.1.1.2 O estudo da violência homicida sob a perspectiva da sociologia da conflitualidade

O fenômeno da violência e da criminalidade moderna tem sido tratado pela sociologia através de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. O crescimento do crime e da violência, sob variadas modalidades, tem sido acompanhado por inúmeras inquietações coletivas preocupadas em encontrar soluções institucionais e políticas para o problema, tendo como importante orientação as respostas proporcionadas pelo saber científico.

Todavia, embora a escalada da violência e da criminalidade não seja um problema recente e tipicamente brasileiro, ressalta-se que, não há, no Brasil, uma tradição de estudos acerca desta temática, tal como essa tradição se desenvolveu na América do Norte – nos Estados Unidos e no Canadá – e na Europa, sobretudo na Grã-Bretanha, na França e na Alemanha (ADORNO, 2002b). Apesar deste déficit, há uma infinidade de contribuições realizadas no campo das Ciências Sociais, da Psicologia e do Direito. Dentre os temas largamente examinados por estas áreas, podem ser citados:

Teorias gerais sobre o crime, violência, controle social, políticas públicas penais; representações coletivas sobre crime, criminosos e criminalidade e sobre a aplicação das leis e desempenho das instituições de Justiça criminal; estudos históricos sobre instituições penais, em especial história da polícia e das prisões; tendências das políticas repressivas e punitivas; cultura organizacional e ‘subcultura’ da violência; violência estrutural e suas raízes sociais e culturais; violência nas relações interpessoais; perfis sociais de vítimas e agressores; violência e seus alvos – por exemplo, pessoas, patrimônio, identidades sociais, valores culturais; processos de construção social e cultural da violência; prevenção do crime (ADORNO, 2002b:20).

Na verdade, esta multiplicidade de temáticas correlacionadas à questão da violência e do crime podem ser agrupadas em torno de três grandes eixos de investigação das ciências sociais: *a) mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência;* *b) violência e desigualdade social;* *c) crise no sistema de justiça criminal* (ADORNO, 2002).

O primeiro eixo temático – *mudanças na sociedade e nos padrões convencionais de delinquência e violência* – destaca a aceleração das mudanças nas formas de acumulação de capital, nos processos de produção e uso da força trabalho, nas formas de associação política dos grupos sociais, no transbordamento das fronteiras territoriais do Estado-nação pela migração dos sujeitos sociais, entre outras, como fator decisivo de repercussão no domínio do crime, da violência e dos direitos humanos. Estas mudanças implicam na transformação “dos padrões tradicionais e convencionais de delinquência, nuclearizados em torno do crime contra o patrimônio, via de regra motivados por ações individualizadas e de alcance local” (ADORNO, 2002, p. 8).

O segundo eixo temático – *violência e desigualdade social* – cujas investigações sustentam relações de causalidade entre pobreza, delinquência e violência, vem sendo bastante contestado, desde a década de 1980, em inúmeros estudos (ADORNO e BORDINI, 1989; MISSE, 1993; ZALUAR, 1994; BEATO, 1999; SAPORI, 2012. Porém, salienta-se que não há como deixar de reconhecer a persistência da concentração de renda, da precária qualidade de vida nos chamados bairros periféricos e a explosão da violência homicida. Os conflitos sociais, interpessoais e intersubjetivos nas áreas periféricas das grandes cidades, em

geral, desprovidas de infra-estrutura adequada, ofertas de postos de trabalho, de lazer e cultura, geralmente resultam em desfechos fatais. Acrescenta-se, ainda, que períodos de recessão da economia e de crise fiscal tende a reduzir a capacidade do Estado no controle da violência por meio do estímulo ao desenvolvimento socioeconômico, à expansão do mercado de trabalho e à garantia de mínimas condições de qualidade de vida para a população (Idem).

Finalmente, o terceiro eixo temático – *crise no sistema de justiça criminal* – é composto de uma série de estudos que reconhecem a incapacidade do sistema de justiça criminal – agências policiais, ministério público, tribunais de justiça e sistema penitenciário – em conter o crime e a violência nos marcos do Estado Democrático de Direito. Os principais sintomas visíveis desse cenário são: as dificuldades do poder público manter o monopólio estatal da violência, vis-à-vis a sucessão de motins e rebeliões nas prisões, as relações de dominação e violência que imperam nos lugares onde prevalece a ordem imposta pelo tráfico de drogas; e o recrudescimento da descrença da população nas instituições promotoras de justiça (Ibidem).

O tema e objeto da presente pesquisa são vistos sob a perspectiva dos três eixos, privilegiando as relações entre controle social do crime e da violência. Sob o enfoque da sociologia da conflitualidade, a investigação se desenvolveu em torno de três eixos temáticos: 1) o fenômeno da violência e da criminalidade na condição moderna; 2) a funcionalidade do sistema de justiça criminal no processo de incriminação das condutas sociais; 3) as mutações das formas de controle social repressivo e seus dilemas no contexto do Estado democrático de direito.

Conforme indicado por Tavares dos Santos (2002), as principais matrizes sociológicas dos estudos da conflitualidade devem nutrir-se das contribuições dos clássicos do pensamento sociológico. Em Marx, por exemplo, é importante a discussão acerca das relações de classe, as contradições estruturais e as análises históricas do conflito social e do papel da violência na história. Em Weber, é imprescindível a recuperação das análises sobre o Poder do Estado – a noção do monopólio legítimo da violência –, da relação entre dominação e legitimação, da racionalização do direito, das concepções a respeito dos conflitos sociais e da burocracia estatal. Em Durkheim, destacam-se as discussões sobre a relação entre norma e conflito, o conceito de anomia e a concepção do crime como fato social normal (TAVARES DOS SANTOS, 2002).

Da mesma forma, a sociologia da conflitualidade utiliza-se da produção contemporânea das ciências sociais no período de crise da modernidade. Dentre os trabalhos

mais recorrentes, destacam-se o de Michel Foucault e sua estratégia metodológica de interpretar a história a partir de *Vigiar e Punir*. Esta vertente de análise enfoca os estudos sobre as conflitualidades através de uma postura epistemológica da “genealogia do poder-saber”, ponto de vista que introduziu noções inovadoras, tais como a de “sociedade disciplinar”, “dispositivo poder-saber”, “governabilidade” e “biopolítica”; todas muito importantes para os estudos da violência e da criminalidade. Outrossim, as interpretações de Pierre Bourdieu sobre a violência simbólica também tiveram relevo para explicar os “sentimentos de insegurança” e a influência dos meios de comunicação nos fenômenos de violência (Idem).

Estes recortes serão úteis no transcorrer da investigação desta pesquisa. Salienta-se que o tema da violência e da criminalidade e sua relação com o homicídio serão analisados a partir do método da Análise de Discurso, tendo como grupo de informantes os atores institucionais do Tribunal de Justiça (juízes do Tribunal do Júri), do Ministério Público (promotores de justiça) e da segurança pública (policiais civis e militares) instituições que compõem o sistema de justiça criminal, bem como os atores sociais, representados pelos sujeitos representativos das áreas mais afetadas pela violência homicida de cada cidade selecionada para a pesquisa – Manaus, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco.

Na abordagem dos discursos produzidos pelos operadores do sistema de justiça, bem como pelos operadores da segurança pública e pelos atores sociais diversos a pesquisa teve como foco de investigação as percepções dos atores sociais e institucionais acerca dos homicídios adotando estratégias dialógicas, guiadas por um roteiro de entrevistas previamente elaborado, que permitiu ao investigador buscar informações e legitimá-las no plano discursivo, garantindo a legitimidade dos poderes e das instituições, da lei, dos valores compartilhados e da ordem social, através dos meios discursivos; essa legitimação discursiva tem sua função e se insere dentro de um processo mais geral de legitimação social e política; as práticas discursivas, concebidas com as maneiras pelas quais as pessoas explicam, compreendem e dão sentido ao mundo e a si mesmas (IÑIGUEZ, 2004).

#### 2.1.1.3 As mutações do crime e as respostas do sistema de justiça criminal

*Pari passu à violência difusa*, o crime também passou a ocupar espaço de destaque no cenário mundial dada as grandes metamorfoses, as constantes ocorrências no cotidiano social, as diferentes concepções elaboradas pelo sistema de justiça criminal, pela criminologia e pela própria sociologia. De fato, constantemente surgem novas modalidades de crimes associados



ao uso da violência, tornando-se cada vez mais comum na sociedade moderna a chamada criminalidade violenta<sup>2</sup> ou violência criminal. Estas definições têm sido amplamente utilizadas como instrumentos-chave para explicar a junção do crime com a violência. Na verdade, estas classificações resultam de um processo de criminalização da violência seguido da definição de novos tipos de crime e de mecanismos para o seu controle.

Na esteira da conflitualidade social contemporânea, o aumento e disseminação da violência criminal urbana nas sociedades modernas podem ser percebidos, seja pelas ações do crime organizado, em especial o tráfico de drogas e o comércio ilegal de armas, seja pela difusão do uso de armas de fogo, ambos provocando uma maior letalidade nos atos delitivos (TAVARES DOS SANTOS, 2002a. p.19). A alteração das formas de delitos e dos tipos de autores que os praticam, bem como dos grupos sociais ligados à práticas ilegais torna a *violência criminal* a responsável por um cenário extremamente hostil e de alto risco social:

a) O crescimento da delinquência urbana, em especial dos crimes contra o patrimônio (roubo, extorsão mediante sequestro) e de homicídios dolosos (voluntários); b) a emergência da criminalidade organizada, em particular em torno do tráfico internacional de drogas que modifica os modelos e perfis convencionais da delinquência urbana e propõe problemas novos para o direito penal e para o funcionalismo da justiça criminal; c) graves violações de direitos humanos que comprometem a consolidação da ordem política democrática; d) a explosão de conflitos nas relações intersubjetivas, mais propriamente conflitos de vizinhança que tendem a convergir para desfechos fatais (ADORNO, 1998).

É importante destacar o elevado grau de complexidade referente à evolução do crime e da violência, com amplo reflexo para a formulação de novas incriminações pelo direito, cujo papel tende a ser cada vez mais emblemático na definição e revisão das leis vigentes como resposta a estes fenômenos e à própria sociedade. Observa-se aí uma grande dificuldade para os operadores do direito e para o sistema de justiça criminal<sup>3</sup> em apreender, classificar e punir as práticas de violência e de criminalidade, dada a multidimensionalidade com que acontecem.

---

<sup>2</sup> “Compõem a chamada criminalidade urbana violenta ocorrências de crimes contra o patrimônio (roubos e latrocínios); contra a vida (homicídios dolosos); contra a saúde pública (tráfico e uso de drogas); contra os costumes (estupros), além das contravenções penais (porte ilegal de armas). Incluem-se nessa categoria tanto as tentativas quanto os atos consumados” (ADORNO, 1993:9).

<sup>3</sup> *O sistema de justiça criminal abrange órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário em todos os níveis da Federação. O sistema se organiza em três frentes principais de atuação: segurança pública, justiça criminal e execução penal. Ou seja, abrange a atuação do poder público desde a prevenção das infrações penais até a aplicação de penas aos infratores. As três linhas de atuação relacionam-se estreitamente, de modo que a eficiência das atividades da Justiça comum, por exemplo, depende da atuação da polícia, que por sua vez também é chamada a agir quando se trata do encarceramento – para vigiar externamente as penitenciárias e se encarregar do transporte de presos.*(FERREIRA; FONTOURA, 2008).

A justiça criminal e o Estado brasileiro têm sido considerados incapazes de conter o crime e a violência respeitando os marcos do Estado democrático de direito. Pode-se dizer, que “o crime cresceu e mudou de qualidade; porém, o sistema de Justiça permaneceu operando como há três ou quatro décadas. Em outras palavras, aumentou sobremodo o fosso entre a evolução da criminalidade e da violência e a capacidade do Estado de impor lei e ordem” (ADORNO, 2002:50).

Entretanto, o sistema de justiça criminal é, por excelência, o principal responsável pelo enfrentamento à violência e ao crime na sociedade moderna. É ele quem exerce o papel crucial de controle formal das relações sociais, visando assegurar o monopólio legítimo do uso da violência física. Deste modo, o direito penal, tido como *aparelho institucional* da justiça e do Estado, é o principal agente definidor do crime, ou seja, é ele quem tipifica determinados comportamentos desviantes como atos delituosos e, por conseguinte, contrários às normas consensualmente institucionalizadas e sancionáveis por lei.

A abordagem teórico-metodológica do estudo do homicídio doloso que foi adotada neste trabalho, para identificar a resposta dada pelo sistema de justiça criminal (apenas segurança pública e justiça, excluindo-se o sistema prisional) e pelo Estado (governos estadual e federal), teve como suporte teórico-metodológico a análise dos discursos socialmente produzidos pelos operadores do sistema de justiça criminal e pelos atores sociais das áreas mais afetadas pela criminalidade homicida.

O estudo teve como foco de análise a violência tipificada como crime de homicídio doloso, conceituada como violência homicida. Do mesmo modo, a questão da criminalidade abordada pela pesquisa corresponde àquela constituída de práticas violentas letais intencionais e que compõem a chamada criminalidade violenta urbana, prevista no direito penal moderno.

Daí a importância da percepção dos atores sociais e institucionais acerca das respostas dadas pelo Estado, enquanto instrumento de análise, sobretudo porque o estudo do crime de homicídio foi aqui dirigido com enfoque em dezoito variáveis metodológicas importantes, das quais oito correspondem a respostas diretas do Estado: atuação da polícia na prevenção, atuação da polícia na investigação, papel da justiça, programa/projeto de redução de homicídio, programa/projeto de proteção das pessoas ameaçadas de morte, programa/projeto prevenção da violência ampliada, órgãos governamentais atuando na prevenção da violência e homicídios, atuação do governo federal na prevenção dos homicídios.

Para complementar a resposta do Estado, outras sete variáveis complementares, com foco na capacidade institucional do governo, foram utilizadas: maior dificuldade pra prevenir homicídio, maior dificuldade pra investigar homicídio, maior dificuldade pra julgar homicídios, como evitar outros homicídios, prisão dos autores dos homicídios, identificação dos autores dos homicídios, punição dos autores dos crimes, e, outras três variáveis metodológicas, baseadas na percepção da capacidade técnica institucional da segurança, foram utilizadas: eficiência da perícia, cooperação/articulação entre segurança e justiça, cooperação/articulação das agências policiais.

Após a análise desse conjunto de variáveis foi possível capturar respostas que permitiram a apresentação de propostas alternativas para melhorar o controle social e o sistema de justiça criminal das cidades que compõem a Amazônia Ocidental. Além do mais, acredita-se que este estudo vai induzir novas políticas de redução dos homicídios em todo o território nacional. A relevância desta abordagem para a pesquisa se deve ao fato da violência homicida estar provocando mudanças nos diferentes Estados, com a configuração de Estados de Controle Social repressivo. Os efeitos da violência e do crime em seu sentido multidimensional têm corroborado para a emergência de novas formas contemporâneas de controle social, com as características de um Estado repressivo acompanhando a crise de um Estado-Providência (TAVARES DOS SANTOS, 2004).

Para se ter clareza deste processo, é importante destacar as principais características deste Estado de controle social penal, quais sejam “a polícia repressiva, o judiciário penalizante, a privatização do controle social, fazendo com que o crescimento das polícias privadas e das prisões privadas seja acompanhado pelo complexo ‘industrial-policial’, ou todos os ramos industriais envolvidos com equipamentos e instalações de prevenção e repressão ao crime, tais como seguros, segurança privada, viaturas, equipamentos de comunicação, sistemas de informação, etc.” (TAYLOR, 1999 apud TAVARES DOS SANTOS, 2004:9).

Para tanto, partiu-se da Análise do Discurso como perspectiva de estudo nas ciências sociais que visa colocar em prática o papel da linguagem como eixo de compreensão e estudo dos processos sociais. Em outras palavras, “é o estudo das práticas linguísticas para esclarecer as relações sociais estimuladas e mantidas pelo discurso” (IÑIGUEZ, 2004:304). O estudo transcorreu com base na Análise Crítica do Discurso, “modalidade de Análise de Discurso que, através do uso de procedimentos e técnicas de várias tradições, estuda as ações sociais

que são postas em práticas através do discurso e que implicam em abuso de poder, afirmação do controle social, dominação, desigualdade social, marginalização e exclusão sociais (Idem).

## 2.2 RECORTE EMPÍRICO E AMOSTRAGEM DA PESQUISA

### 2.2.1 Recorte empírico

Partiu-se do objetivo geral da pesquisa que, segundo o Edital de Convocação nº 001/2015 – Pensando a Segurança Pública - Edição Especial Homicídios, é “promover conhecimento qualitativo acerca do fenômeno dos homicídios nos municípios e localidades que concentram seus maiores números absolutos no Brasil por meio da descrição e análise das percepções de diferentes atores sociais acerca dos envolvidos, da motivação e da resposta dada pelo Sistema de Segurança Pública e Justiça Criminal”.

Com esse foco, o aporte metodológico da pesquisa preconizou a análise das percepções dos atores institucionais e sociais envolvidos com o tema dos homicídios na perspectiva territorial, em rede. Com esse enfoque institucional e com base na distribuição espacial das frequências absoluta e relativa dos homicídios, foram definidos os recortes territoriais de pesquisa. Obteve-se, por meio desses indicadores, uma visão geral da situação atual dos municípios em questão, sinalizando-se possíveis fatores/áreas de risco e estabelecendo-se diálogos no decorrer da pesquisa. Desse modo, foi estabelecido em cada cidade um referencial que possibilitou encontrar padrões de comparabilidade espacial entre as cidades estudadas.

Também, possibilitou o conhecimento dos contextos sociais e institucionais presentes nos locais de cada recorte geográfico, relacionados às ocorrências de homicídios. Nesse sentido, foi possível relacionar a distribuição das estruturas dos órgãos de controle social com as ocorrências de homicídios, bem como a organização dos espaços urbanos, observados em cada recorte territorial. Esses bairros estão apresentados no capítulo 3 deste Relatório.

Realizou-se, então, o recorte empírico da pesquisa, a partir dos principais atores-chave institucionais (governo e sociedade civil) dessa rede local. Um grupo de instituições integrantes do sistema de justiça criminal, conceituado na seção 2.1, e outro grupo constituído das pessoas a quem são dirigidas as atividades desse sistema e suas políticas.

O primeiro grupo incorporou: os juízes atuantes no Tribunal do Júri e na Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas; o Ministério Público, principalmente seus membros

que atuam junto ao julgamento dos homicídios; a Polícia Civil, cujas unidades policiais são responsáveis pela investigação dos homicídios; a Polícia Militar, cujas unidades são responsáveis pelo policiamento ostensivo nas áreas mais violentas no que se refere aos homicídios.

A escolha dos atores do primeiro grupo se justifica a partir da descrição das competências e atribuições constitucionais e das funções desempenhadas por cada um deles, de acordo com a legislação, nas etapas do processo de implantação e execução das políticas de justiça criminal e de segurança pública.

No segundo grupo, estão os atores sociais, envolvidos com as dinâmicas sociais em que se ressaltam as demandas sociais, econômicas e políticas. Nesse sentido, sobressaem como beneficiários das políticas de prevenção e controle de homicídios. Nesse grupo foram incluídos para esta pesquisa: moradores, a liderança comunitária, diretores e professores de estabelecimentos escolares e comerciantes das áreas (bairros) com maior número de homicídios.

A justificativa para inclusão dos atores do segundo grupo se baseou na busca de se identificar os vários aspectos da sua necessidade de segurança, de modo individual e coletivo, e satisfazer os seus anseios por melhor qualidade de vida.

A partir desse recorte, buscou-se a representatividade dos atores institucionais e sociais na pesquisa, de modo a se garantir, do primeiro grupo, a participação dos representantes de todas as categorias funcionais que lidam diretamente com os homicídios. Os atores institucionais, das instituições de controle social formal, foram selecionados segundo o órgão ao qual pertencem e a área de atuação diretamente sobre os homicídios. Para estes atores, descreveu-se o perfil socioeconômico (escolaridade, ocupação, renda, religião, cargo/função, tempo de serviço no órgão, papel institucional e outros), demográfico (sexo, idade, estado civil e outros).

Do segundo grupo, buscou-se identificar e selecionar os atores mais representativos das comunidades. Esses indivíduos foram identificados e selecionados por meio das instituições de governo que atuam na segurança pública local (Polícias Civil e Militar). Estes foram caracterizados na pesquisa segundo os perfis socioeconômico (escolaridade, ocupação, renda, religião e outros), demográfico (sexo, idade, estado civil, migração e outros), sua função social na comunidade e as relações com os órgãos de controle social formal e seus agentes.

Após as suas identificações, os atores representativos das instituições de controle social formal e informal foram classificados em categorias e subcategorias de acordo com a sua caracterização, a exemplo do órgão de atuação e o cargo/função no órgão, para aqueles das instâncias formais. Esses atores estão relacionados nos anexos IX a XII do presente Relatório.

## **2.2.2 Amostragem da pesquisa**

### **2.2.1.1 Manaus – AM**

Em Manaus, no período de 17/03 a 01/04 de 2016 foram realizadas 21 entrevistas junto aos atores institucionais de governo e da sociedade civil (Anexo IX). Nesta última, as entrevistas ficaram circunscritas ao bairro Jorge Teixeira por se configurar como aquele bairro mais afetado pela violência homicida, entre os 65 bairros de Manaus.

Nas instituições de governo, responsáveis pelo controle formal da criminalidade local, foram realizadas 15 entrevistas. Nas instituições de justiça, entre elas o TJAM e o MPAM, foram realizadas 03 e 02 audições, respectivamente.

No TJAM foram entrevistados todos os juízes que atuam no Tribunal do Júri ao passo que no MPAM 02 promotores de Justiça responderam as entrevistas, com experiência no Tribunal do Júri. Nas instituições de Segurança Pública, Polícia Civil do Estado do Amazonas (PCAM) e Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), foram realizadas 10 entrevistas.

Na PMAM foram entrevistados o Comandante do Comando de Policiamento de Área (CPA) da Zona Leste, TC Alonso Ramos da Silva, responsável pelo policiamento ostensivo de toda a Zona Leste da cidade de Manaus, onde há maior frequência de homicídio. Ainda na PMAM, também foram entrevistados os comandantes das Companhias Interativas Comunitárias (30ª e 14ª CICOM), cujas áreas de abrangência envolvem, além de outros bairros, o Jorge Teixeira.

Na PCAM foram entrevistados os delegados e investigadores do 30º DP e 14º DP, bem como um investigador, chefe das equipes de investigações e a escritã, chefe de cartório da Delegacia Especializada de Homicídios e Sequestros – DEHS. O delegado titular da DEHS, em virtude de atividades externas, não foi entrevistado, na ocasião da visita da equipe de pesquisadores àquela delegacia especializada, ficando sua entrevista agendada para outra

data, sem nenhum prejuízo para a pesquisa por tratar-se de ator residente no município sede da pesquisa.

Alinhado aos objetivos da pesquisa foram realizadas entrevistas junto à sociedade civil. Neste caso, a pesquisa se estendeu ao bairro Jorge Teixeira, por tratar-se de um bairro que concentra a maior quantidade de homicídios entre os 65 bairros da cidade de Manaus. Por trata-se de um bairro que integra várias etapas, comunidades e loteamentos, localizado na Zona Leste da cidade e com enormes disparidades sociais foram realizadas reuniões com as lideranças comunitárias locais e posteriormente foram selecionados seis (06) atores sociais que pudessem bem representar a percepção da população residente naquela localidade para participar das entrevistas sobre homicídios. Assim, foi possível entrevistar algumas lideranças comunitárias, comerciante vítima de violência com perdas na família, presidente da associação de taxistas local e a pedagoga de uma escola da área, com histórico de violência.

#### 2.2.1.2 Boa Vista – RR

Na cidade de Roraima foram realizadas dezenove (19) entrevistas no período de 11 a 15/04/2016 (Anexo X). Nesta cidade o delineamento da pesquisa obedeceu aos mesmos critérios de escolha dos atores entrevistados na pesquisa realizada em Manaus. Foram realizadas entrevistas no Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJRR); Ministério Público do Estado de Roraima (MPRR); Polícia Militar do Estado de Roraima (PMRR); Polícia Civil do Estado de Roraima (PCRR), bem como no bairro Senador Hélio Campos.

Nas instituições de Justiça foram entrevistados os dois (02) juízes do Tribunal do Júri e três (03) promotores com atuação no Ministério Público, no julgamento de crimes de homicídios.

Na PMRR foram entrevistados dois (02) oficiais, um (01) subtenente e um (01) sargento da tropa que atuam na única Companhia Independente de Policiamento Comunitária (CIPCOM) instituída em Boa Vista, localizada e responsável pelo policiamento no bairro Senador Hélio Campos, considerado o bairro mais violento da cidade, quando se fala em homicídio.

Na PCRR foi possível entrevistar a delegada operacional da Delegacia Geral de Homicídios (DGH) e o delegado titular da Central de Flagrantes (instalada e funciona no 5º DP). Na Delegacia de Homicídio desta cidade ainda foram entrevistados o investigador mais

experiente, com mais tempo de atuação naquela delegacia, e a chefe de cartório daquela especializada.

As entrevistas com a sociedade civil foram realizadas no bairro Senador Hélio Campos. Neste bairro foram selecionados para a entrevista moradores, lideranças comunitárias, líder religioso e o Presidente do Conselho de Segurança Pública (CONSEG).

#### 2.2.1.3 Porto Velho – RO

Em Porto Velho – RO foram realizadas vinte e três (23) entrevistas no período de 27/06 a 02/07/2016 (Anexo XI). Nesta cidade o delineamento da pesquisa obedeceu aos mesmos critérios de escolha dos atores entrevistados na pesquisa realizada em Manaus e Boa Vista. Foram realizadas entrevistas no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (TJRO); Ministério Público do Estado de Rondônia (MPRO); Polícia Militar do Estado de Rondônia (PMRO); Polícia Civil do Estado de Rondônia (PCRO), bem como nos bairros Escola de Polícia, Teixeira, Esperança da Comunidade e Jardim Santana.

Nas instituições de Justiça foram entrevistados três (03) juízes, sendo dois (02) do Tribunal do Júri e um (01) da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas. Também, três (03) promotores de justiça, sendo um (01) atuante no Tribunal do Júri, um (01) Procurador de Justiça e um (01) da Promotoria da Cidadania. Os dois últimos já atuaram junto ao Tribunal do Júri durante quase uma década.

Na PMRO foram entrevistados dois (02) oficiais, um (01) cabo e um (01) soldado integrantes do efetivo do 2º Batalhão de Polícia Militar (2º BPM) responsável pelo policiamento ostensivo dos bairros da instituída em Boa Vista, localizada e responsável pelo policiamento nos bairros Escola de Polícia, Teixeira, Esperança da Comunidade e Jardim Santana, circunscritos na região mais violenta da cidade, no que se refere aos homicídios.

Da PCRO foram ouvidos seis (06) policiais, sendo dois (02) do 8º DP, unidade atuante na área de pesquisa, e quatro (04) da DECCV. No 8º DP foram entrevistados um Delegado e um investigador. Na DECCV as entrevistas foram realizadas com um Delegado, um Escrivão, chefe de cartório, e dois Investigadores, sendo um deles o chefe de investigação daquela especializada.

As entrevistas com a sociedade civil foram realizadas nos bairros Escola de Polícia, Teixeira, Esperança da Comunidade e Jardim Santana. Nestes bairros foram selecionados



para a entrevista moradores, lideranças comunitárias, diretora e professoras de estabelecimento de ensino e o Presidente da Associação de Moradores.

#### 2.2.1.4 Rio Branco – AC

Em Rio Branco, capital do Estado do Acre, foram realizadas dezenove (19) entrevistas no período de 04 a 09/07/2016 (Anexo XII). Nessa cidade o delineamento da pesquisa obedeceu aos mesmos critérios de escolha dos atores entrevistados na pesquisa realizada nos demais Municípios. Foram realizadas entrevistas no Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC); Ministério Público do Estado do Acre (MPAC); Polícia Militar do Acre (PMAC); Polícia Civil do Acre (PCAC); e no bairro Taquari.

Nas instituições de Justiça as entrevistas foram realizadas com os dois (02) juízas, sendo uma do Tribunal do Júri e outra da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas. Também, foram entrevistados dois (02) promotores de justiça, sendo uma com atuação no Tribunal do Juri e outra na Promotoria Criminal.

Foram entrevistados cinco (05) policiais militares, sendo um (01) oficial, um (01) subtenente e um (01) cabo, um (01) aluno cabo e um (01) soldado. Todos integrantes do 2º. Batalhão de Polícia Militar (2º. BPM), unidade policial militar responsável pelo policiamento ostensivo no bairro Taquari e adjacências, região considerada a mais violenta da cidade, quando se fala em homicídio.

Da PCRR foram entrevistados seis (06) policiais, sendo quatro (04) da Delegacia de Polícia da 2ª. Regional, unidade da Polícia Civil responsável pela investigação dos homicídios, entre outros crimes, no bairro Taquari e adjacências. Também, um delegado da DRE e uma investigadora da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Acre que atua em projeto social do bairro Taquari. Para a realização das entrevistas com a sociedade civil neste bairro foram selecionados moradores, lideranças comunitárias, diretora de escola, comerciante e um reeducando do Sistema Prisional.

### 2.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS E MUDANÇAS NA CONDUÇÃO DA PESQUISA

No que diz respeito aos aspectos técnicos da pesquisa, os trabalhos iniciais de preparação da pesquisa de campo foram normalmente realizados. No que diz respeito às demais atividades tais como o contato e o acesso às instituições de governo e atores sociais, alvos das entrevistas, foi facilitado, sem dificuldade significativa. Ressalta-se, nesse sentido, o

relevante papel de ponto focal desempenhado por servidores dos órgãos de segurança pública, principalmente Polícia Militar, em Boa Vista e Rondônia, Polícia Civil, em Manaus, e Secretaria de Segurança Pública, no Rio Branco.

Todavia, os problemas persistentes consistiram nos fatores e dificuldades alheios ao domínio da coordenação da pesquisa, os quais contribuíram para o surgimento de empecilhos à execução da pesquisa e, por sua vez, constituíram-se óbices ao cumprimento do prazo previamente planejado.

Até alcançar o estágio atual, o desenvolvimento da pesquisa passou por significativas dificuldades no que se refere à execução da pesquisa de campo nos municípios de Manaus – AM, Boa Vista – RR, Porto Velho – RO e Rio Branco – AC. Isto, em razão da indisponibilidade de recursos financeiros para a operacionalização das atividades de pesquisa, principalmente as viagens da equipe de pesquisa às cidades fora do Amazonas, para a realização das entrevistas.

Os principais problemas identificados para a provisão de recursos financeiros concernem à dinâmica organizacional da UEA, especialmente as autorizações internas dessa organização executora. Neste sentido, mostraram-se como principais desafios os processos de autorização, tramitação de documentos e execução financeira que, além de consumir um tempo considerável, inviabilizaram, no tempo previsto, o deslocamento às cidades de Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco, durante um expressivo período do cronograma do projeto.

Não obstante, cabe mencionar o esforço demonstrado por alguns servidores da organização executora, especialmente da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) e do Gabinete do Reitor, para superar o desafio mencionado. Não menos importante foi o esforço dos membros da equipe de pesquisa na colaboração com as atividades administrativas, na prestação das informações e dos esclarecimentos que contribuíram para agilidade dos processos administrativos. Além disso, ter dado prosseguimento ao trabalho de campo custeando as despesas com recursos próprios, enquanto os recursos ainda não haviam sido liberados.

Diante desse quadro, as entrevistas em Manaus e em Boa Vista foram realizadas, respectivamente, nos períodos de 17/03 a 01/04/2016 e de 11 a 15/04/2016, antes da liberação dos recursos financeiros por parte da UEA para a execução da pesquisa. Em Manaus, as dificuldades pela falta de recursos para a realização da pesquisa foram mitigadas por se tratar da cidade sede da equipe. Embora houvesse necessidade do custeio de outras demandas

operacionais da pesquisa tais como alimentação e equipamentos, não foi necessário o custeio com o deslocamento e hospedagem.

Em Boa Vista as dificuldades foram maiores do que em Manaus. Por se tratar de despesa integral (transporte, hospedagem e alimentação) e a fim de reduzir os custos, a equipe de campo foi composta apenas pelo coordenador (Prof. Dr. Antonio Gelson de Oliveira Nascimento) e um pesquisador (Prof. MSc. Jatniel Rodrigues Januário), que custearam todas essas despesas e outras necessárias à realização da pesquisa.

Ressalta-se, também, o relevante apoio, principalmente de transporte e de orientação às instituições pesquisadas, prestado pela equipe da Polícia Militar de Roraima chefiada pelo Coronel PM Ronan Marinho Soares e realizado pelo Cap QCOPM Fabiano Cesário Peres e Subtinentes QPCPM Danielle Chaves Filgueiras, Bruno Steeves dos Santos Miranda e Dennis Lima Jacinto.

A partir de 16/04/2016 restaram duas cidades: Porto Velho e Rio Branco, isto é, a metade da pesquisa de campo. Por se tratar de municípios mais distantes e de acesso mais oneroso, principalmente o transporte aéreo e a hospedagem, foi necessário aguardar a liberação dos recursos financeiros por parte da UEA. Isto somente ocorreu em 26/07/2016, ou seja, mais de cem (100) dias após a realização da pesquisa de campo nas duas primeiras cidades: Manaus e Boa Vista.

Concernente às dificuldades vivenciadas no campo, cabe destacar que a equipe de pesquisa não encontrou nos órgãos oficiais de Segurança Pública de Roraima (Polícias Civil e Militar e SSP) os dados consolidados confiáveis que permitissem identificar, com precisão, o território (bairro) da cidade de Boa Vista – RR mais afetado pelos homicídios. Em razão disso, a equipe se utilizou dos registros oficiais das ocorrências existentes em planilhas (*Excel*) da Gerência de Estatística/Departamento de Inteligência/SSP-RR para organizar e elaborar uma base de dados de homicídios de toda a capital, segundo os bairros.

Após a análise dos dados de mortes por agressão (homicídios, lesão corporal seguida de morte e encontro de cadáver) nos anos de 2013, 2014 e 2015, identificou-se que o bairro Senador Hélio Campos apresentou o maior número dessas mortes violentas em cada um desses anos. Cabe esclarecer, ainda, que nesse primeiro momento não foi possível construir indicadores (taxas/100.000 habitantes), em razão da dificuldade de se obter dados da população desagregados por bairros da capital.

De igual modo, em Porto Velho foi necessário que a equipe de pesquisa realizasse, junto a SSP-RO, uma análise detalhada dos registros oficiais das ocorrências de homicídios disponíveis para identificar em toda a capital, o bairro com maior número dessas mortes violentas, caindo, principalmente, sobre um aglomerado de bairros: Teixeira, Escola de Polícia, Esperança da Comunidade e Jardim Santana. Em Rio Branco, não houve dificuldade relevante acerca da identificação do bairro mais violento em homicídios (Taquari).

Enviado o produto parcial, o Relatório Parcial da Pesquisa, tornaram-se de maior relevância as dificuldades persistentes concernentes à execução financeira, que repercutiu sobre o já reduzido tempo disponível para a execução da pesquisa. Com isso, ficou impossibilitado o deslocamento de pesquisadores de outros Estados para Manaus/AM, sede da pesquisa, para tratamento e análise dos dados e elaboração dos produtos finais. Essa necessidade foi suprida em parte por outros meios (telefone, correspondência eletrônica, sistemas de comunicação audiovisual instantâneo, deslocamentos com custeio próprio e outros).

Diante dessas dificuldades, a coordenação da pesquisa solicitou a Senasp/MJ a prorrogação do prazo de execução da pesquisa, sendo atendida a prorrogação até 30 de novembro de 2016. Esse prazo permitiu avançar nas análises e elaboração dos produtos finais da pesquisa. No entanto, assinala-se que o envio do presente Relatório não encerra as atividades da equipe de pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas, no âmbito deste Projeto, de modo que resta ainda a realização de reuniões com a equipe, seja para a socialização do conhecimento produzido e discussão dos resultados, no âmbito da equipe, em razão das dificuldades anteriormente relatadas no que se refere à reunião dos seus membros, seja para o aperfeiçoamento dos produtos do projeto, se for o caso.

## 2.4 ESTRATÉGIAS E INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS DESENVOLVIDOS

### 2.4.1 Parceria para a execução da pesquisa

Apesar de que a proposta foi da UEA, a quem coube a coordenação e realização do projeto, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM) declarou o seu interesse na pesquisa, como parceira da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), executora da pesquisa, amparada por Termo de Cooperação Técnico-científica, já celebrado desde 2013, e Carta de Anuência da SSP/AM para a parceria na pesquisa, anexados.

Considerou-se importante a parceria interinstitucional que já vem sendo desenvolvida entre essa IES com a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM), conforme o Termo de Cooperação Técnico-científica. No escopo desse Termo de Cooperação, encontra-se, no viés acadêmico, a realização de curso de formação e especialização Lato e Strictu Sensu, cujos alunos envolvidos na pesquisa ora proposta estão regularmente matriculados e são, também, servidores do Sistema de Segurança Pública.

Na perspectiva institucional, entende-se que essa proximidade entre a UEA e a SSP/AM, no âmbito da cooperação, contribui para a realização do Projeto na medida em que o Titular da Secretaria sinaliza para a disponibilidade da estrutura institucional (instalações do Núcleo de Estudos e Pesquisas Aplicadas em Segurança Cidadã – NEPAS/SSP/AM e recursos humanos, inclusive o seu Coordenador, professor da UEA e responsável pela coordenação da pesquisa ora proposta), bem como do fornecimento de dados criminais e institucionais. A contrapartida proposta no projeto se refere a essa questão.

Ainda, cabe ressaltar que a SSP/AM se constituiu em uma facilitadora da articulação institucional com outros órgãos governamentais do Amazonas e dos outros estados participantes da pesquisa, a fim de viabilizar o seu desenvolvimento. Portanto, a proposta não se refere a divisão de tarefas, mas sim ao apoio institucional para o trabalho de pesquisa a ser realizado pela UEA, considerando os pontos de interesse comuns ao êxito do projeto.

#### **2.4.2 Estratégias de pesquisa de campo**

O projeto de pesquisa foi executado em três fases, de acordo com o Anexo I “Cronograma de execução da pesquisa final”:

- a. 1ª. Fase, destinada a coleta de dados preliminares e a preparação da pesquisa de campo, incluindo as reuniões de alinhamento metodológico, a viabilização dos aportes financeiros e do suporte logístico, os contatos com as instituições pesquisadas e a articulação com as comunidades pesquisadas.
- b. 2ª. Fase, os trabalhos se voltaram à coleta de informações por meio de entrevistas dos atores sociais e institucionais e à sistematização dessas informações coletadas em Manaus, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco. Nas três últimas cidades foi necessária a organização e análise dos dados quantitativos para subsidiar a realização da pesquisa qualitativa naquele(s) bairro(s), efetivamente, mais afetado(s) pelos homicídios.

- c. 3ª. Fase, nessa fase se realizou a análise das informações coletadas em campo, discussão e elaboração dos produtos finais: Relatório Final e artigo.

Na 2ª. fase do trabalho, a primeira etapa consistiu no conhecimento da organização político-administrativa em que atuam os órgãos integrantes do Sistema de Justiça Criminal, em cada cidade, e as suas respectivas dinâmicas de atuação na perspectiva territorial. A importância desse conhecimento se deveu a necessidade de se compreender as conformações, convergências e divergências, na estruturação e dinâmicas de atuação das instâncias formais de controle social local (agências de segurança e justiça), principalmente relacionadas a capacidade institucional, inclusive as políticas, programas e projetos federais, estaduais e municipais implantados. Por conseguinte, foram compatibilizadas as áreas a serem pesquisadas em cada município, de modo a subsidiar os recortes territoriais de estudo.

Em seguida, foram levantados os aspectos institucionais tais como a divisão territorial utilizada por cada órgão do sistema de justiça criminal, distribuição das suas agências e unidades, capilaridade e alcance dessas unidades, compatibilização da circunscrição de atuação das unidades policiais, entre si e com outros órgãos de prestação de serviço público. Também, as articulações operacionais internas desses órgãos, com outros órgãos do mesmo sistema e com órgãos de outros sistemas. A utilização de ferramentas de integração, e recursos integrados e compartilhados, tais como sistemas informatizados de monitoramento e controle.

Esses dados e informações foram obtidos junto as sedes administrativas centrais de cada órgão responsável (comandos-gerais da Polícia Militar e Corpos de Bombeiros Militar, delegacias-gerais de Polícia Civil, tribunais de justiça, procuradorias gerais de justiça, defensorias públicas e outros órgãos), por meio de consulta a documentos oficiais solicitados a essas instituições. Isto foi facilitado pela rede de contatos da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM) com os órgãos integrantes dos Sistemas de Segurança Pública dos Estados, cujas capitais foram selecionadas para a pesquisa.

Essas informações e a distribuição espacial das frequências absoluta e relativa dos homicídios constituíram indicadores que possibilitaram uma visão geral da situação atual dos municípios em questão, o estabelecimento de um referencial local para a padronização de comparabilidade espacial entre as cidades estudadas e o conhecimento dos contextos sociais e institucionais presentes nos locais de cada recorte geográfico, relacionados às ocorrências de homicídios.

Na etapa seguinte, da 2ª. fase, foram identificados os atores mais representativos das comunidades e dos órgãos integrantes do sistema de justiça criminal, nos municípios alcançados pela pesquisa. Para isso, a população pesquisada foi dividida em dois grupos: a) controle social formal (profissionais do sistema de justiça criminal); b) controle social informal (atores de referência da sociedade civil).

Para a pesquisa, foram selecionados os atores institucionais segundo o órgão ao qual pertencem e área de atuação direta sobre os homicídios. Os atores da sociedade civil foram identificados por meio das instituições de segurança pública locais (Polícias Civil e Militar).

A coleta das percepções desses atores em relação ~~a~~ a dinâmica dos homicídios foi feita por meio da realização de entrevistas orientadas por roteiro. Antes do acesso ao campo, foram realizados os testes dos questionários, sendo corrigidos os erros e estimado o tempo de resposta. Para isso houve o deslocamento (previsto em orçamento) de dois entrevistadores munidos dos instrumentos de pesquisa para realização das entrevistas. Em cada município, a pesquisa durou aproximadamente 5 dias, conforme o planejamento das entrevistas (Anexo V).

### **2.4.3 Contatos institucionais realizados**

Realizou-se prévio contato com as instituições pesquisadas, enviando-lhes o planejamento das entrevistas (Anexo V), a fim de se selecionar os atores institucionais e da sociedade que seriam entrevistados e as datas prováveis de acordo com as suas disponibilidades.

- a. Manaus/AM - Tribunal de Justiça (TJAM); Ministério Público (MPAM); Polícia Militar (PMAM); Polícia Civil (PCAM), lideranças comunitárias e moradores do bairro Jorge Teixeira.
- b. Boa Vista/RR - Tribunal de Justiça (TJRR); Ministério Público (MPRR); Polícia Militar (PMRR); Polícia Civil (PCRR), lideranças comunitárias e moradores do bairro Senador Hélio Campos.
- c. Porto Velho/RO - Tribunal de Justiça (TJRO); Ministério Público (MPRO); Polícia Militar (PMRO); Polícia Civil (PCRO), lideranças comunitárias e moradores dos bairros Escola de Polícia, Teixeira, Esperança da Comunidade e Jardim Santana.

d. Rio Branco/AC - Tribunal de Justiça (TJAC); Ministério Público (MPAC); Polícia Militar (PMAC); Polícia Civil (PCAC), lideranças comunitárias e moradores do bairro Taquari.

#### **2.4.4 Instrumentos de pesquisa**

Utilizou-se de entrevistas como instrumento de pesquisa para coletar as percepções dos atores institucionais (governamentais e sociedade civil) acerca dos homicídios, suas causas, ameaças, riscos e medos, bem como suas relações com outras violências, bem como as suas opiniões acerca dos desafios, possibilidades e perspectivas sociais e institucionais para reduzir a sua incidência. E, ainda, acerca do ambiente interinstitucional, com foco nos aspectos das articulações, relações interinstitucionais, bem como os problemas, desafios e limitações às melhorias que precisam ser implantadas para reduzir a incidência de homicídios.

Para isso, a equipe composta por nove pesquisadores, em Manaus – AM, e por dois pesquisadores em Boa Vista – RR, Porto Velho – RO e Rio Branco – AC, realizaram as entrevistas com o público alvo, seguindo-se os roteiros de pesquisa previamente elaborados, conforme apresentados nos anexos VI e VII.

#### **2.4.5 Tratamento das fontes e dados coletados**

Para esta pesquisa de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, foram utilizados dados secundários provenientes do IBGE e do Atlas do Desenvolvimento Humano/PNUD para contextualização histórica, demográfica e sócio-econômica das cidades de Manaus, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco. Para a configuração dos limites territoriais da cidade de Boa Vista, as informações foram provenientes do site da Universidade Federal de Roraima.

As informações provenientes das pesquisas de campo foram coletadas nas quatro cidades selecionadas. Foram realizadas oitenta e cinco entrevistas com juízes dos tribunais de júri e promotores dos respectivos ministérios públicos estaduais, com agentes do sistema de segurança, entre os quais, policiais militares (oficiais e praças) e civis (investigadores, escrivães, peritos e delegados) e com os atores sociais mais representativos das comunidades afetadas pelos homicídios, em cada uma das cidades estudadas.

A seleção das áreas ou bairros de intervenção da pesquisa –foi definida a partir de informações estatísticas provenientes do Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios, que



foram encaminhadas pela Senasp à coordenação da pesquisa. Porém, antes de iniciar as visitas para a realização das entrevistas, foram realizadas consultas aos gestores do Sistema de Segurança Pública dos Estados, através de visita técnica, para certificação das informações acerca do território mais afetado pelos homicídios naquelas capitais e para identificar e articular o contato com os atores mais representativos das instituições e das comunidades que a pesquisa iria dialogar. Tais informações eram prestadas pelo Setor de Planejamento Operacional das Polícias Civil e Militar.

As informações provenientes do Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios foram dissonantes apenas para o município de Porto Velho ao passo que para a cidade de Boa Vista, não foram informadas as quantidades de homicídios para nenhum bairro.

No caso de Porto Velho/RO, as informações indicavam que naquela cidade, até 22/12/2015 foram registrados 150 homicídios, com maior concentração de mortes na Zona Rural, com 17 mortes, seguido pelo bairro de Nova Floresta (12 homicídios) Caladinho (6). Já os bairros de Cidade Nova, Dst Extrema, Dst Jacy-Paraná, Lagoa e Mariana cada um registrou 5 homicídios. Em seguida apareceram com quatro (04) óbitos os bairros de Aponiã, Cascalheira, Eletronorte, Escola de Polícia, Marcos Freire e Socialista. Com três homicídios foram informados os bairros de Castanheira, Dst União Bandeirante, Floresta, Liberdade, São Francisco, São Sebastião e Teixeirão.

Após auditarmos as informações e excluirmos a Zona Rural por esta estar fora da área de interesse da pesquisa, foi constatado que o bairro Nova Floresta, concentrador de homicídios, era o mesmo bairro em que estava localizado o Hospital e Pronto Socorro João Paulo (HPS) de Porto Velho e que a maior parte dos óbitos registrados para aquele bairro, na verdade, era de vítima que chegava a óbito no HPS, mas era em decorrência de agravos ocorridos em outros bairros. Após levantamento e sistematização das informações junto ao setor de estatística da Secretaria de Segurança Pública de Rondônia foi identificado o bairro Teixeirão como aquele bairro localizado na área urbana do município como a maior quantidade de homicídio.

No caso de Boa Vista/RR, mesmo no local, após visita aos órgãos de segurança ficou confirmado que não havia a informação de homicídio agregada por bairro de ocorrência. A falta de informações sobre homicídios ocorridos nos bairros da cidade nos impuseram um maior desafio de identificar a área de intervenção da pesquisa. A estratégia adotada foi de reunir a maior quantidade de informações desagregada por logradouros, quando havia esta informação, para após uma longa jornada de um dia trabalho chegarmos a informações mais

confiáveis, que apontaram o Bairro Senador Hélio Campos como o bairro que, naquela ocasião, concentrava a maior quantidade de mortes por homicídio doloso, o que depois foi ratificado pelas entrevistas.

Os municípios de Manaus e Rio Branco seguiram as informações do Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios. Em Manaus/AM, as entrevistas foram realizadas no Bairro Jorge Teixeira ao passo que na cidade de Rio Branco/AC a pesquisa se estendeu sobre o bairro de Taquari.

#### **2.4.6 Procedimentos de análise utilizados**

As oitenta e cinco entrevistas foram gravadas em mídias eletrônicas e, posteriormente, foram transcritas, em formato word, para subsidiar a discussão e as análises. Como estratégia de análise, após as transcrições e leituras foram criadas 70 variáveis metodológicas de análises, provenientes dos discursos dos entrevistados que foram plotadas em planilha em arquivo no formato .xls. Entre essas variáveis foram selecionadas sessenta que foram agregadas em cinco eixos de investigação que ajudaram a responder as questões norteadoras desta pesquisa. Todas elas foram distribuídas

Posteriormente, após a organização das informações, as análises preliminares recaíram sobre a identificação dos discursos convergentes e divergentes dos atores sociais e institucionais de cada cidade. Em seguida, as análises se estenderam pela identificação das percepções dos respondentes acerca dos homicídios, a partir das territorialidades, das características das vítimas e autores, das respostas dadas pelo Estado, da capacidade institucional dos governos e da capacidade técnica institucional das instituições policiais.

#### **2.4.7 Aspectos éticos e seus efeitos no desenvolvimento da pesquisa**

Considerou-se para esta pesquisa a relevância dos aspectos éticos, relacionados ao interesse da pesquisa, à atuação dos pesquisadores e às questões dos direitos fundamentais dos participantes entrevistados. Para isso, os aspectos éticos foram colocados como pontos fundamentais do planejamento e da execução da pesquisa, a fim de garantir integralmente aos seus sujeitos o sigilo necessário para que estes não sofram qualquer tipo de constrangimento.

Baseando-se nos princípios éticos básicos, os principais aspectos adotados foram: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo VIII); a restrição da divulgação das

fontes ao relatório; omissão dos nomes das fontes no corpo do artigo; a devolução da pesquisa ao contratante; a publicação das informações e dos dados encontrados.

### 3 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E SEUS RESULTADOS

**Figura 1 – Mapa da Região Amazônica com destaque dos estados brasileiros da Amazônia Ocidental - 2016**



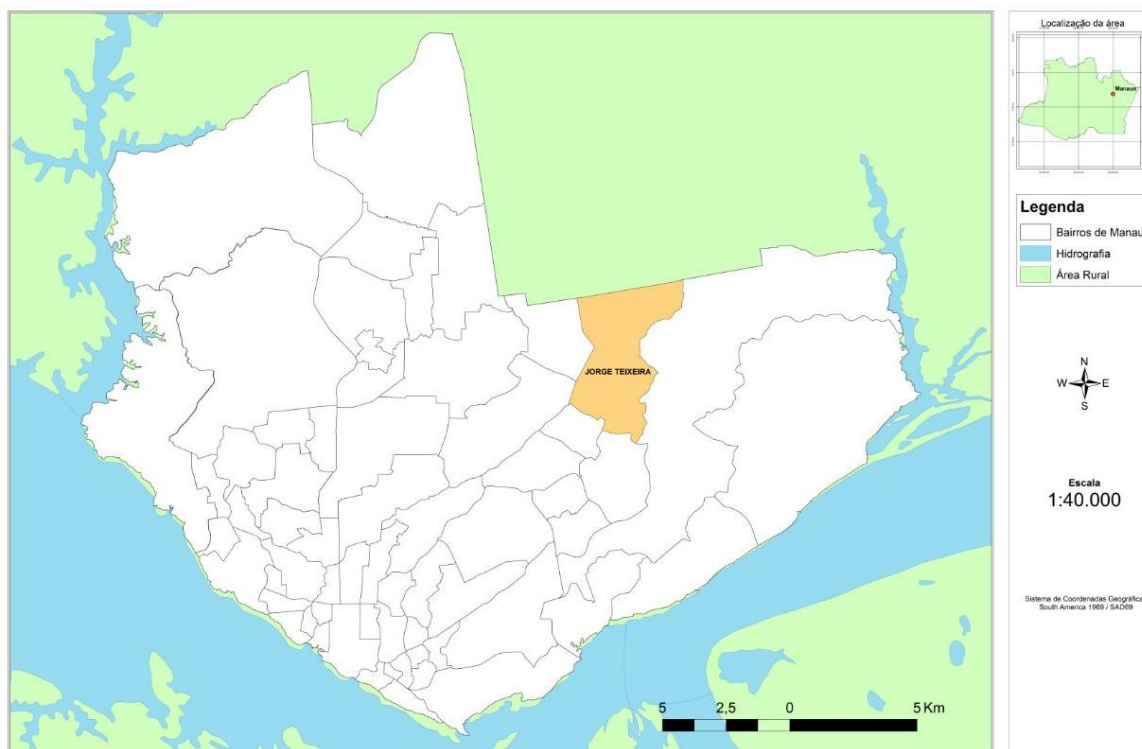
Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

#### 3.1 MANAUS/AM

##### 3.1.1 Caracterização da cidade

As informações apresentadas nessa seção foram extraídas de Nascimento (2011), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP).

**Figura 2 – Mapa de Manaus com destaque do Bairro Jorge Teixeira - 2016**



Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

### 3.1.1.1 Perfil demográfico

O município de Manaus, capital do Estado do Amazonas, possui uma extensão territorial de 11.401,058 km<sup>2</sup>, distribuída em sete zonas administrativas (Centro-Oeste, Centro-Sul, Leste, Norte, Oeste, Sul, e Rural) e em seu espaço urbano estão oficialmente distribuídos 56 bairros. Limita-se com os municípios amazonenses de Presidente Figueiredo, Careiro, Iranduba, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Novo Airão. Juntamente com esses seis municípios limítrofes, mais Manacapuru, forma a Região Metropolitana de Manaus (NASCIMENTO, 2011).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município em 2010 era de 1.802.014 habitantes e a densidade demográfica de 158,06hab/km<sup>2</sup>, sendo a população estimada para o ano de 2016 de 2.094.391 habitantes. Considerando o ano de 2010, o número de pessoas residentes em Manaus do sexo masculino era de 879.742 contra 922.272 do sexo feminino. Com relação à estrutura etária, no ano de 2010 a população de Manaus com menos de 15 anos era de 28,43%, sendo de 67,67% com idade de 15 a 64 anos e de 3,88% com 65 anos ou mais. A taxa de fecundidade total passou de 3,0 em 1991 para 2,6

em 2000 e 2,1 em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). A religião católica se destaca entre a população residente no município, são ao todo 967.270 católicos e 640.785 evangélicos.

### 3.1.1.2 Histórico

Manaus foi criada no século XVII para fixar domínio português na região amazônica, que na época já era considerada posição estratégica em território brasileiro. Foi com a construção do Forte da Barra de São José, idealizado pelo capitão de artilharia, Francisco da Mota Falcão, em 1669, que teve início o núcleo urbano localizado à margem esquerda do Rio Negro. Ao redor do Forte de São José do Rio Negro se desenvolveu o povoado do Lugar da Barra, que por conta da sua posição geográfica passou a ser sede da Comarca do São José do Rio Negro (MANAUS, 2014 *apud* IBGE, 2016).

[...] com a elevação da Comarca à categoria de Província, em 1850, a Cidade da Barra, passou a se chamar em 04 de setembro de 1856, Cidade de Manaus, tornando-se independente do Estado do Grão-Pará. O nome lembra a tribo indígena dos *Manáos*, que habitavam a região onde hoje é Manaus e seu significado é? Mãe dos deuses? (MANAUS, 2014 *apud* IBGE, 2016).

A economia gomífera predominou no município a partir de 1870, encerrando-se em 1913, em virtude da perda do mercado mundial para a borracha asiática. A cidade passou então por um longo período de isolamento até o advento da Zona Franca de Manaus, em 1970.

### 3.1.1.3 Aspectos econômicos e sociais

A maioria das informações dessa subseção apresenta como fonte (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 2010 foi de 0,737, sendo este classificado como alto, presenciando-se uma evolução do IDHM que era de 0,601 (médio) em 2000. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM de Manaus foi a longevidade, com índice de 0,826, seguida da renda com índice de 0,738 e educação com 0,658. Manaus ocupa a 850<sup>a</sup> posição entre 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Em 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 85,57%, com idade de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi de 83,69%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo estava em 51,23%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo foi de 38,76%. Considerando a

proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos, para os anos entre 1991 e 2010, as proporções aumentaram respectivamente, em 47,20%, 49,12%, 33,95% e 26,27%. Quanto à escolaridade da população com 25 anos ou mais de idade, para o ano de 2010, observou-se: 4,76% eram analfabetos, 65,76% tinham o ensino fundamental completo, 49,86% possuíam o ensino médio completo e 10,97%, o superior completo.

A taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 69,02% em 2000 para 68,56% em 2010. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 47,54% trabalhavam no setor de serviços, 18,10% no comércio e 16,37% na indústria de transformação.

No que concerne à proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 20,42%, em 1991, para 28,63%, em 2000, e para 12,90%, em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). O PIB *per capita* a preços correntes de 2013 era de R\$ 32.300,56, sendo o valor do rendimento nominal mediano mensal *per capita* dos domicílios particulares permanentes da área rural de R\$ 170,00 e urbana de R\$ 418,00 (IBGE, 2016).

“A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini (mede o grau de concentração da renda. Quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade), que passou de 0,56, em 1991, para 0,62, em 2000, e para 0,61, em 2010” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). Apesar da elevada desigualdade da renda, o percentual de pessoas extremamente pobres (proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais em agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes) passou de 10,49 em 2000 para 3,75 em 2010.

### **3.1.2 Instituições de Justiça (Juízes e Ministério Público)**

#### **3.1.2.1 Organização político-administrativa**

A organização judiciária do Estado do Amazonas<sup>4</sup> está regulamentada na Lei Complementar nº 17/97, incluindo-se aqui todos os municípios do Estado, com as respectivas competências de cada Juízo. O critério para a distribuição da competência se deu *ratione materiae*, ou seja, às varas da capital e do interior foram estabelecidas as atribuições judiciais de acordo com a matéria a ser julgada. Para o presente estudo interessou a Comarca de

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.tjam.jus.br/>

Manaus, razão pela qual não foi avaliada a distribuição da competência nas comarcas interioranas.

Na área criminal temos instaladas na Comarca de Manaus, 25 varas criminais, três Varas do Tribunal do Juri, com competência exclusiva para processar e julgar os feitos relacionados nos artigos 121 a 128 do CPB, ocorridos no território do município e comarca de Manaus, localizadas no Fórum Ministro Henoch Reis, s/nº, Bairro Aleixo, Manaus, CEP: 69.900-000. As Varas do Tribunal do Juri e seus respectivos juízes titulares são: 1ª Vara do Tribunal do Júri, Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha; 2ª Vara do Tribunal do Júri, Dr. Anésio da Rocha Pinheiro; 3ª Vara do Tribunal do Júri, Dr. Mauro Moraes Antony.

A estrutura administrativa do Ministério Público do Estado do Amazonas<sup>5</sup> vem regulamentada na Lei Complementar nº 11/1993 e alterações posteriores, contando atualmente com 05 promotores que atuam junto aos Tribunais do Juri, que podem ser localizados no Prédio anexo do Ministério Público, localizado na Rua Belo Horizonte, nº 500, Aleixo. São eles: Dra. Clarissa Moraes Brito 14ª Promotoria de Justiça de Manaus; Dra. Laís Rejane Carvalho Freitas, 15ª Promotoria de Justiça de Manaus; Dr. Edinaldo Aquino Medeiros, 16ª Promotoria de Justiça de Manaus e 17ª Promotoria de Justiça de Manaus; Dr. Rogério Marques Santos, 20ª Promotoria de Justiça de Manaus; Dr. Geber Mafra Rocha, 89ª Promotoria de Justiça de Manaus.

Ressalte-se que o procedimento dos crimes contra a vida, tem duas fases. A primeira é a fase instrutória que vai determinar uma das quatro situações seguintes a serem decididas pelo juiz singular: pronúncia, impronúncia, absolvição sumária ou desclassificação. Destas somente a pronúncia é que levará a fase seguinte do procedimento que será o julgamento pelo júri popular, composto de 07 (sete) jurados representantes da sociedade e escolhidos na forma da legislação processual penal.

Havendo somente um juiz por vara do tribunal do júri e sendo cinco dias úteis na semana, nem todos os dias haverá sessão plenária, podendo então o Juiz proceder à fase instrutória. Atualmente, com o intuito de alavancar os julgamentos dos crimes contra a vida em Manaus, o Presidente do Tribunal de Justiça, vem convocando magistrados de 1ª Entrância para colaborarem com os magistrados titulares do Tribunal do Júri permitindo que ocorram julgamentos simultâneos às audiências instrutórias, em processos diversos, garantindo celeridade aos feitos em andamento nas varas.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.mpam.mp.br/cidadao-novo/cidadao-criminal>



### 3.1.2.2 Dinâmicas de atuação na perspectiva territorial

A distribuição dos feitos obedece a competência do local onde o crime ocorreu (*locus regit actum*), ou seja, todos os feitos que tenham origem em crimes contra a vida no território de cada capital serão encaminhados aos Juízos dos Tribunais do Júri, por distribuição. O inquérito policial é remetido ao setor de distribuição (consoante organização judiciária própria) e há a distribuição automática para um dos juízos.

Vale dizer que a competência de cada um dos Juízos das varas do Tribunal do Juri, é sobre os crimes ocorridos em sua respectiva comarca. O mesmo ocorre com as promotorias vinculadas aos tribunais do júri, devendo a lotação de cada agente ministerial respeitar o ordenamento regulatório de cada instituição regional.

Na Comarca de Manaus tem duas promotorias e em consequência dois promotores atuando junto a cada um dos juízos do Tribunal do Júri, sendo que atualmente encontram-se designados as seguintes Juízas para atuarem em conjunto com o magistrado titular: Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto (1º Tribunal do Juri), Anagali Marcon Bertazzo (2º Tribunal do Juri) e Patrícia Macedo Campos (3º Tribunal do Juri), com o intuito de atender a demanda de processos tramitando atualmente nas varas, permitindo que ocorram sessões do Tribunal do Juri Popular e audiências de instrução simultaneamente, acarretando a melhora na prestação jurisdicional.

### 3.1.3 Instituições policiais (Polícias Civil e Militar)

#### 3.1.3.1 Organização político-administrativa

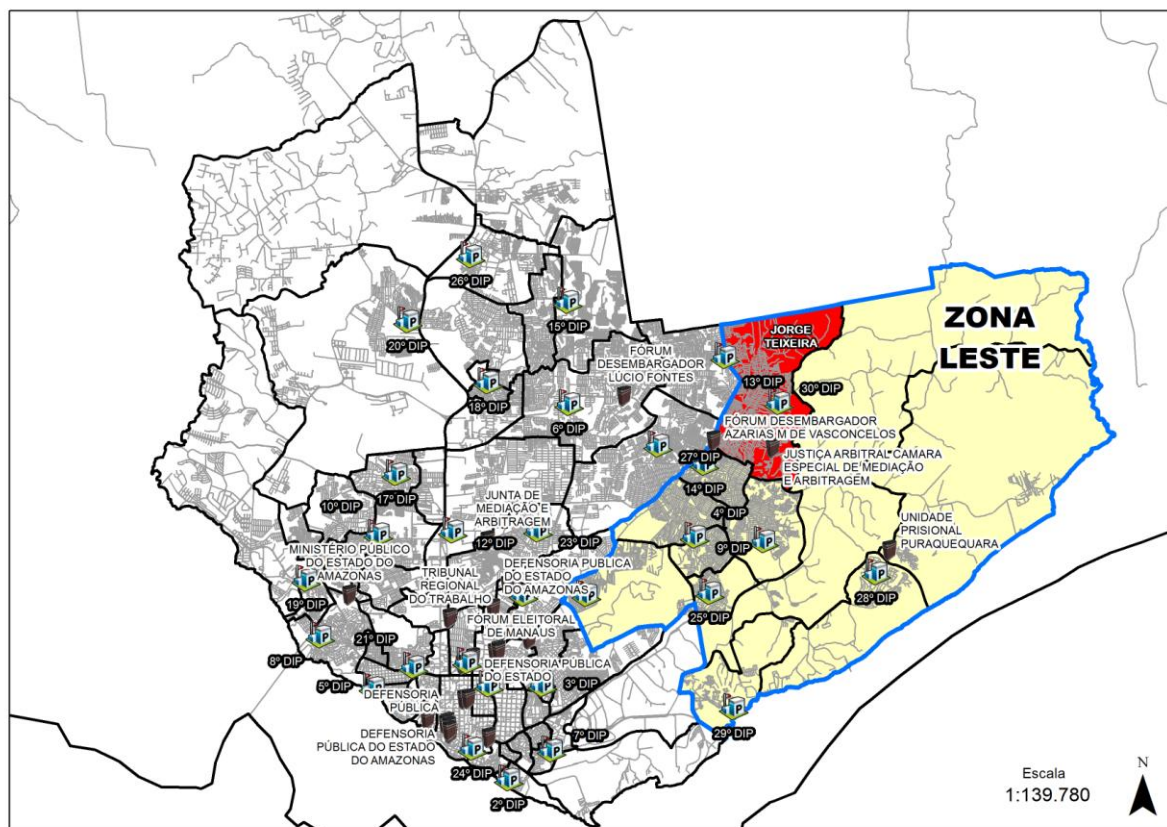
A partir de 2012, a organização político-administrativa de Manaus foi redefinida por ocasião do planejamento e implantação do Programa Ronda no Bairro. Essa organização está prevista no Plano de Policiamento da Capital (PPC)<sup>6</sup>, da Polícia Militar do Amazonas (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2012), e corresponde ao estabelecido para a Polícia Civil do Amazonas (PCAM), em Manaus (Figura 3).

- a. Área – Corresponde à delimitação geográfica da Região Urbana de Manaus aproximada ou equivalente a uma Zona Administrativa (Z Adm) da Capital, uma

vez que Manaus foi dividida em 06 (seis) Z Adm (Norte, Sul, Leste, Oeste, Centro-Sul e Centro-Oeste).

- b. Subáreas – Consiste em um espaço geográfico aproximado ou equivalente, em regra, a um ou conjunto de bairros, obedecendo, obrigatoriamente, à delimitação de cada zona administrativa. Assim, as seis Áreas da Capital estão divididas em 30 (trinta) subáreas.
- c. Setor – Corresponde a cada espaço geográfico resultante da divisão de uma subárea. Em razão de critérios específicos de geoprocessamento, a sua equivalência a um bairro não se aplica a todos os setores. São, portanto, 192 (cento e noventa e dois) setores.
- d. Subsetor – Corresponde a cada espaço geográfico resultante da divisão de um setor. A quantidade desse tipo de espaço territorial é variável segundo o planejamento operacional.

**Figura 3 – Distribuição espacial das agências de Segurança Pública e de Justiça, Manaus - 2016**



Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Aplicadas em Segurança Cidadã – NEPAS/SSP.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

### 3.1.3.2 Dinâmicas de atuação na perspectiva territorial

A atuação dos órgãos policiais do Amazonas (PMAM e PCAM) em Manaus ocorre por meio de unidades integradas (Quadro 1). Também, as unidades especializadas são responsáveis pelo atendimento de ocorrências policiais de maior vulto, no caso da PMAM, e pela investigação de crimes específicos, no caso da PCAM. Ambas atuam quando a capacidade das unidades locais está superada.

- a) Na Capital - Comando de Policiamento da Capital (CPC), da PMAM, e Departamento de Policiamento Metropolitano (DPM), da PCAM.
- b) Nas Áreas – de nível tático, atuam 6 Comandos de Policiamento de Área (CPA), da PMAM, e 6 Seccionais, da PCAM. Unidades integradas de coordenação de policiamento de área (CPA/Seccional).
- c) Nas Subáreas - no nível operacional são 30 Distritos Integrados de Polícia (DIP). O DIP é composto por uma Companhia Interativa Comunitária (CICOM), da PMAM, e uma Delegacia de Polícia (DP), da PCAM.

**Quadro 1 – Distribuição das unidades policiais integradas segundo as Zonas Administrativas de Manaus**

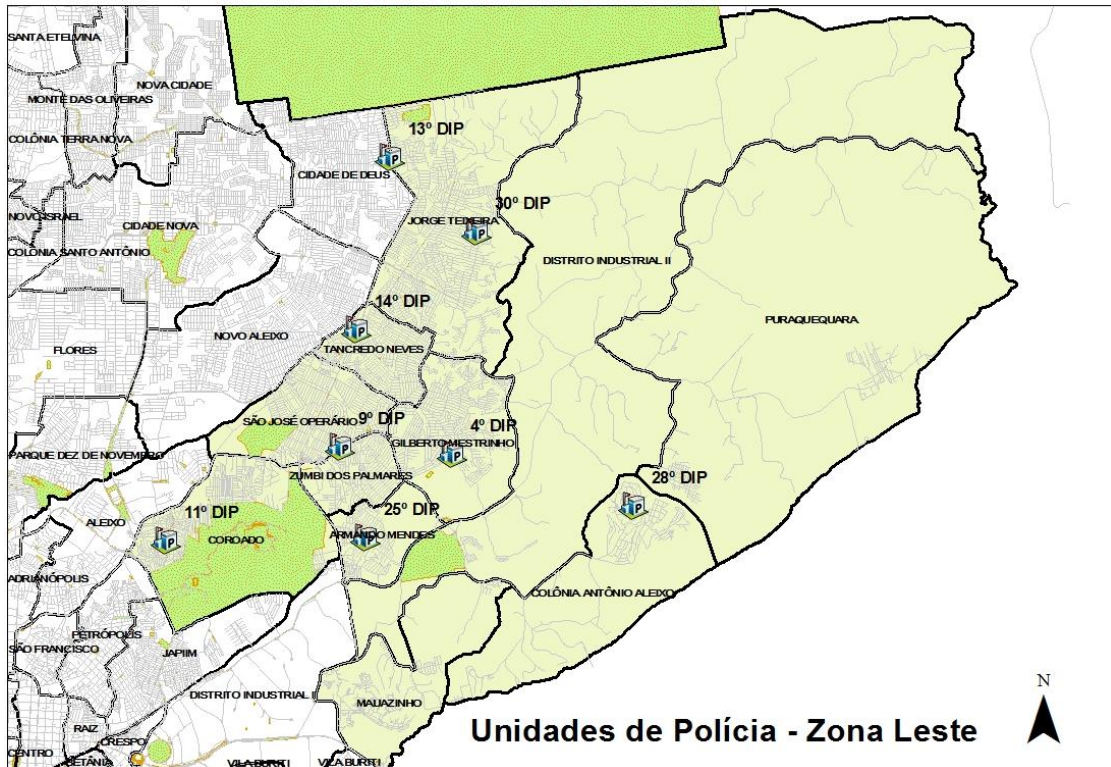
AISC	Unidades policiais integradas	Número de Unidades
Norte	CPA/Seccional Norte, 6°, 13°, 15°, 18°, 26° e 27° DIP	7
Sul	CPA/Seccional Sul, 1°, 2°, 3°, 7° e 24° DIP	6
Leste	CPA/Seccional Leste, 4°, 9°, 11°, 14°, 25°, 28°, 29° e 30° DIP	9
Oeste	CPA/Seccional Oeste, 5°, 8°, 19°, 20° e 21° DIP	6
Centro-Sul	CPA/Seccional Centro Sul, 12°, 16°, 22° e 23° DIP	5
Centro-Oeste	CPA/Seccional Centro Oeste, 10° e 17° DIP	3
Total	-	36

Fonte: Plano de Policiamento da Capital/PMAM – 2012.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

As unidades policiais integradas, além de possuírem a correspondência da respectiva circunscrição, têm suas instalações físicas conjugadas, utilizam o mesmo sistema de informações policiais, com única base dados.

**Figura 4 - Mapa da Zona Leste de Manaus com a distribuição das unidades policiais - 2016**



Fonte: Núcleo de Estudos e Pesquisas Aplicadas em Segurança Cidadã – NEPAS/SSP.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

Na Zona Leste de Manaus atuam oito Distritos Integrados de Polícia – DIP (Figura 4), sendo que no Bairro Jorge Teixeira atuam o 14º. e o 30º. DIP.

### 3.1.4 Percepções

#### 3.1.4.1 Territorialidades

A percepção dos atores sociais (governo e sociedade) de Manaus acerca da área onde mais ocorrem os homicídios é consensual acerca da maior concentração dessas mortes na Zona Leste. Ressalta-se que os respondentes da Justiça (Judiciário e MP) percebem, também, essa concentração em outras zonas e bairros diversos da Zona Leste e Jorge Teixeira, respectivamente, mencionando: Zona Sul - bairros Colônia Oliveira Machado, Petrópolis e São Francisco; Zona Leste – bairros Jorge Teixeira e São José; Zona Oeste – bairro Compensa. Ressalta-se que a percepção dos membros da Justiça acerca das mortes violentas é submetida ao filtro dos processos que chegam até as varas criminais e ao plenário, obviamente com identificação da autoria:

Então, você tem vários filtros. Da parte do Ministério Público você tem o primeiro filtro que é o oferecimento ou não de denúncia. Isso aí vai determinado pelas provas indicativas de autoria. No meio do processo você tem um outro filtro, que é mais

forte, que é a sentença de pronúncia, que é o juiz determinando se o cidadão vai ser realmente submetido a julgamento ou não. Então, dentro desses filtros, passando por esses filtros, é que na nossa experiência lá eu posso dizer que a maioria dos homicídios, no caso homicídios propriamente ditos, processados no Tribunal do Júri naqueles anos em Manaus, eles eram homicídios motivados por essa motivação fútil. (...) Aí tem uma percepção compartimentada dos inquéritos. Vem muito sem a autoria determinada. Você tem a percepção compartimentada das pessoas que conseguem ser processadas, ou seja, você denuncia a prática do homicídio, então você tem ali a denúncia, e você tem a percepção forte da última fase, que é o plenário, que são aqueles casos que passaram por todos os filtros com êxito e chegaram ao julgamento em plenário, e nesse julgamento em plenário nossa dinâmica era essa, essa que era a nossa percepção (MP)

Na percepção dos policiais civis e militares predomina a concentração dos homicídios na Zona Leste, no bairro Jorge Teixeira, sendo mencionados, ainda: Zona Leste – bairros São José e Tancredo Neves; Zona Norte – bairros Montes das Oliveiras, Santa Etelvina, Cidade Nova, Mutirão, Novo Aleixo e Viver Melhor.

A população, por sua vez, destaca o bairro Jorge Teixeira como mais violento em relação aos locais onde moraram anteriormente: *Na época que eu morava no alvorada a gente não ouvia nem falar nisso de matar as ‘pessoa’.* *Lá é quase um bairro nobre né. Zona norte né* (Comunitária há 20 anos). Os moradores mais antigos do bairro Jorge Teixeira identificam a evolução da situação ao longo dos anos, variando entre os homicídios: *Mesmo comparando porque aqui depois que eu vim morar pra cá já morreu muita gente. Deus o livre. A aqui já foi muito ruim. Agora tá melhor, e outras violências: Não. Antes eu me sentia* (segura), *mas agora eu tenho que esconder meu celular. Antes porque devido há muito tempo que eu morava eu confiava, mas agora os de fora que vem assaltar né. A gente não anda mais. É todo tempo sobressaltada* (Comunitária há 20 anos).

Essas percepções variam em relação aos locais do bairro onde há maior incidência de risco de morte, associada pelos respondentes aos locais onde há disputa por tráfico de drogas e ameaça de assaltos: *Porque não tem nada. Tem uma quadra de futebol, mas ela tá ali. Porque se tivesse alguma coisa assim de evento assim dessas coisa. Atrás desse terreno aí podia fazer uma quadra né. Porque aí fica aquele fluxo de pessoa e evita mais* (Comunitária há 20 anos). *Infraestrutura do asfalto. Tem ruas que não tem condição de entrar carro* (Comunitária há 27 anos).

Aquele território é mais violento, segundo a percepção dos atores da Justiça, em razão da quantidade de processos que julgaram: *Nossa percepção lá era, na época, nossos processos eram na Zona Sul e na Zona Leste. Era o que tinha, tinha muito processo nosso lá da Zona Sul* (MP). E, do TJ:

Mas desde que eu fui promovida para Manaus em 1995, eu respondi por esta, em 2003 eu estive aqui, se você pegar processo de 1996 tem minha assinatura, então volta e meia eu passava por aqui. O titular entrava de férias, eu vinha aqui e respondia, e assim, eu via que o homicídio era uma coisa eventual na vida do ser humano, acontecia (...) Mas eu não via esse índice tão grande essa morte gratuita.

O MP considera que nessas áreas há *deficiência do Estado de ocupar espaços e de sobretudo dar condições para que a comunidade tenha um grau de compreensão maior, de conduta social mais elevada*, alinhando-se a percepção de outro MP que *é um bairro muito carente com pouca inserção do Estado, de políticas públicas*.

No círculo da PCAM, predomina a percepção de que as mortes ocorrem nessas áreas devido às drogas. Um mencionou, nesse sentido, que *é um bairro muito carente com pouca inserção do Estado, de políticas públicas*, ideia defendida por um perito criminal que também mencionou Falta de educação. Na PMAM, as percepções se dividiram entre desigualdade socioeconômica, drogas e leis brandas.

~~A sociedade percebe~~A sociedade percebe essas áreas como de maior incidência de homicídios pelos seguintes motivos: inércia dos governos estadual e municipal, falta de políticas sociais, desigualdade socioeconômica, armas e drogas, com maior percepção em relação a estas.

Acerca das principais motivações dos homicídios nessas áreas predomina a percepção de serem associadas às drogas: *é a cobiça em relação à ampliação do comércio de entorpecentes, ou dos recursos que giram em torno disso* (MP). Essa percepção sofreu poucas variações na Justiça, associando, também, ao motivo fútil e à violência doméstica:

Tinha muita violência doméstica, não violência doméstica de homem contra mulher necessariamente, mas violência entre parentes, muita violência entre parentes. E o contrário também, mulher matando o marido, filho matando pai, havia muito isso. Porque esse fica muito fácil de você pegar. Houve uma briga que a vizinhança toda viu, o cidadão cometeu, tá evidente, uma viatura da PM estava passando no local, foi chamada, então, fica muito fácil que nesse tipo de homicídio haja responsabilização completa do ciclo até a realização do julgamento em plenário.

Todavia, considerando-se os filtros processuais:

Eu peguei pouquíssimos, acho que dois casos de questão de facção criminosa, envolvendo realmente facção, a maioria desses que havia pelo menos suspeita de que envolvia facção criminosa não se chegava à autoria. Você não tinha autoria determinada. Dos homicídios a que se chegava à autoria determinada pra encaminhar e ter plenário, a maioria deles era desavença, briga motivada por questões fúteis (MP).

Para a Polícia, embora há quem perceba como sendo homicídios casuais por falta de educação da população (PCrim), prevalece a percepção de que *é o acerto de contas, uma*

*dívida que o usuário tá devendo o gerente da boca, não tem como pagar, ou pegou droga pra vender e não pagou o traficante, tem sempre uma relação com o tráfico (Del PC) e Tráfico de drogas é um dos principais motivos porque causa rixa, briga por pontos de drogas, esse tipo de coisa. Outro que acontece especificamente na zona leste é bebida, festa, mulher. Isso gera homicídio aqui (IPC). Para a comunidade:*

No Jorge Teixeira é isso. É muito assalto. Eles vão e tal mata. Outro lance também é questão de acerto de contas entre eles. O quê que acontece? Eles compram a droga e é aquilo que eu terminei de falar. Eles compram a droga e não tem como pagar. Vão pagar com quê? Com a própria vida. E agora vê os valores. É dez reais, quinze é cem reais. Quer dizer, a vida dessas pessoas não vale nada pra eles. Entendeu? A vida deles é mínima. Não tem valores a vida deles. São jovens e não tão nem aí. Você vê menino de doze anos aí que usa metralhadora. Usa um revolver.

Os principais fatores de risco percebidos pelo atores institucionais do judiciário nessas áreas foram: econômico, posição fronteira, desigualdade socioeconômica, ausência do Estado e vulnerabilidade social. Na percepção do atores do MP, predominaram fatores como: alcoolismo, falta de educação e ausência do Estado. Nas instituições de polícia sobressaem fatores como: tráfico de drogas, justiça leniente, ausência do Estado, desigualdade econômica, falta de resposta do Estado, infraestrutura, desorganização familiar e vulnerabilidade social. Sintetizada nas palavras do Del.PC:

Então essa vulnerabilidade dos jovens começa ali na infância... a gente tem casos de 11, 12, 10 11 anos já tão envolvidas com furtos e algumas até com roubo. Essas crianças vão crescendo e vão as atividades criminosas, no caso, atos infracionais vão só se agravando até chegarem na maioridade. E algumas acabam morrendo no caminho sendo vítimas dessa realidade perversa brasileira

A sociedade percebe como fatores de risco dessas áreas: problema na educação infanto-juvenil, desorganização familiar, ausência de políticas públicas e infraestrutura do bairro, falta de estudo, vulnerabilidade social, desigualdade socioeconômica.

As pessoas que tiram proveito dessas pessoas. Como que tira proveito? São os grandes traficantes que eles traficam e usa os como unidades pra intermediar esses jovens, essa juventude, o quê que eles fazem? Se tornam viciados. Eles começam a comprar drogas e não tem como pagar. Aí ele vai pagar com quê? Cm a própria vida. Então eles mesmo se matam. (...) Porque não tem outro meio de vida. Tá todo mundo vendendo droga (Comunitário há 31 anos).

Acerca da relação entre os autores e as vítimas dos homicídios, a percepção é de proximidade no sentido de *relacionamento comercial ilícito do tráfico (Of PM)*. Apenas uma percepção diferente, de um membro do MP, de que são *geralmente são vizinhos, geralmente são parentes, geralmente são amigos, colegas, muitos geralmente*.

Embora com menor frequência, predomina a percepção de que os homicídios são previamente planejados. As divergências de percepções foram quatro dos entrevistados em Manaus:



Não. A maioria não. A grande maioria não. Quase todos não, não havia planejamento, eram coisas assim que aconteciam na hora. Inclusive essa era uma das estratégias de defesa, né. Porque além da questão da legítima defesa, sempre alegada, então só vou cometer um crime de legítima defesa se eu fui agredido na hora, não tem como planejar te agredir em minha legítima defesa. Minha legítima defesa tem que ser atual (MP).

Também:

Tem muitos crimes que são planejados, mas é um planejamento que pelo o amor de Deus...mas assim, a grande maioria não vejo como planejamento, eles contratam pra matar, o planejamento é tu ir de moto e capacete pra ele não te reconhecer. Quando não vai de cara lavada (Juíza).

E, da PCAM: *Não. As coisas que vem pra cá normalmente é a coisa mais de supetão mesmo. É circunstancial. Por alguma razão vai lá e acontece (Del PC); não existe ainda no Estado do Amazonas o dito crime organizado. Premeditações e tal essas coisas entendeu?(IPC).*

Acerca das variáveis específicas para a sociedade, a sensação de segurança na comunidade durante o dia foi negativa, exceto para um morador: *bom, na minha comunidade eu me sinto seguro né. Porque na realidade eu sou muito conhecido. Todos me conhecem, conhecem eu, conhecem minha família. E hoje eu queria dizer também que nas comunidades durante o dia elas não são tão perigosas* (Comunitário já 31 anos). Houve unanimidade sobre a insegurança durante a noite.

Os principais problemas de segurança mencionados foram: falta de estrutura da segurança pública e da presença do poder público, falta de policiamento, área desocupada, falta de estrutura do policiamento e de políticas sociais, infraestrutura e assalto (roubo). Acerca da lembrança de alguma vítima de homicídio no bairro nos últimos anos, todos sinalizaram positivo, inclusive acerca de vários casos, destacando-se uma comunitária cuja vítima foi seu irmão e, outra, que se lembra da morte simultânea de três pessoas no mesmo evento criminoso.

#### 3.1.4.2 Perfil da vítima e autor dos homicídios

A percepção dos entrevistados acerca dos perfis das vítimas e dos autores dos homicídios é consensual no que se refere a predominância das seguintes características: homem, jovem, baixo nível de escolaridade (ensino fundamental), cor pardo ou negro, desempregado e nível de renda baixo. Uma pedagoga moradora do bairro Jorge Teixeira concorda com essa predominância de mortalidade dos jovens: *Morre muito jovens. É, aqui*



nessa região. Cabe esclarecer que os jovens mencionados pelos entrevistados incorporam as faixas etárias de 15 a 29 anos.

A dinâmica de envolvimento desses jovens com as mortes, conforme assinalado pelos entrevistados, está relacionada com o tráfico de drogas. Um líder comunitário do bairro assim destaca a vulnerabilidade social desses jovens para o tráfico: *nenhuma opção, tanto de recreação, como de... lazer, de esporte, não ter opção, eles migram para o crime porque os traficantes aliciam esses adolescentes, esses jovens para praticarem esses delitos.*

#### 3.1.4.3 Resposta do Estado

Os entrevistados negaram conhecer algum “Programa/projeto de redução dos homicídios?” atuando no bairro, exceto um Of. PM que se referiu a atuação do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). “Programa/projeto proteção das pessoas ameaçadas de morte?” é conhecido somente por dois juízes, dois promotores e um delegado da PCAM. Todos se referiram ao Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) do MP.

Sobre o conhecimento de algum “Programa/projeto prevenção da violência de forma mais ampla?”, onze entrevistados negaram conhecer. Uma juíza mencionou os projetos “Começar de novo”, do CNJ, e “Reeducar”, do TJAM. Um promotor de justiça assinalou que: *tem vários programas aqui das promotorias da infância, as promotorias elas tratam de questões relacionadas a crianças em situação de risco, então isso já é uma resposta estatal, penso eu, à questão da violência que futuramente poderia redundar em homicídio.*

Um Del PC mencionou o Projeto Ame a Vida, da Secretaria de Assistência Social (SEAS). O programa Ronda no Bairro, da Secretaria de Segurança Pública, foi citado por este mesmo delegado e por um IPC. Os Of PM mencionaram os programas da PMAM: Formando Cidadão e Proerd. Apenas um comunitário mencionou conhecer o CRAS, enquanto que outro comunitário esclareceu que *Ronda no bairro tinha o programa, mas depois que o governador saiu, o então Omar saiu do governo, o programa também acabou.*

Com exceção de um IPC, os entrevistados indicaram que “existem outros órgãos governamentais que poderiam ajudar a prevenir a violência e os homicídios?”. Nesse sentido, o Judiciário indicou que poderiam ser implantadas políticas educativas e os membros do MP indicaram a atuação integrada dos setores do governo:

Os membros da PCAM apontaram para propostas: socioeconômico e infraestrutura, criar programas de combate a homicídios, atuação dos órgãos de educação, melhorar o encarceramento, cabendo citar:

Todo mundo tem poder nisso. Questão de segurança é muito complexo pra você querer resolver só com repressão que a polícia pratica. A polícia é pra ser o último alicerce, a última medida que o Estado toma pra melhorar a segurança. (...) Pois é a gente pode falar da questão da vulnerabilização dessas famílias que em geral são carentes. Não tem dinheiro. Tão vendendo o almoço pra comprar a janta. Todas dependentes de auxílio do governo e ainda e ainda com o auxílio elas não conseguem viver de forma digna. Então, são todas essas questões. É a urbanização das vias públicas, a iluminação pública. É a questão da moradia. Muita gente mora em barracos totalmente sem condições no meio de esgoto (Del PC).

Acerca da proposta de melhorar o encarceramento:

Eu acredito que se a nossa legislação fosse mais rígida e mantivesse aqueles criminosos que foram presos na cadeia isso já seria um grande avanço na diminuição dos homicídios. O problema é que criminoso hoje não fica preso. Então ele volta a praticar o crime. Ele volta a praticar. (...) Aí tem que construir mais presídio então. O governo tem que investir em presídio. O que eu acho que não é solução na minha visão é soltar bandido.

O IPC que negou a existência de outros programas, informou a necessidade apenas de acesso às informações:

Fica difícil assim pra polícia civil falar em prevenção até porque ela trabalha com investigação (...) Tou te falando nenhuma parceria... não precisaria nem conversar com ninguém. Precisaria ter na verdade como acessar as informações deles. Eu precisaria dentro de uma equipe de investigação ter como acessar sistema de Detran mais profundamente não a nível de usuário como todo mundo acessa. Eu teria como acessar correio, CEP, CPF, esse tipo de coisa.

Na PMAM, as indicações foram de: creches, atuação dos órgãos do estado e programas sociais. Os atores da sociedade civil propuseram programas sociais, destacando-se a educação, assistência social, trabalho para jovens e para egressos do sistema prisional:

Há vinte e sete anos sem recurso. Nada vem. Você vê que nós não temos uma escola de segundo grau. Na comunidade mais de 26 mil não tem o segundo grau. Na comunidade mais de 26 mil moradores não tem uma unidade de saúde. Como é que você quer que a gente tenha um negócio melhor (Comunitário há 27 anos).

O Estado ele tem que dá condições pra família. Procurar fazer um levantamento das famílias pobres e implantar nas comunidades pequenas fabriquetas. Como? Vassoura que consume muito. Botar essa juventude, esse jovem, esses rapazes, estudar num período. Trabalha-se num período. E a prefeitura compra toda essa produção e sobrar dinheiro pra eles. Pra não enganar como eles enganam. Pague. Aí todo mês ele vai ter o dinheiro dele pra comprar roupa, pra comprar calçado. O que ele precisa pra não roubar. Ele não vai precisar usar droga porque vai ter assistente social, vai ter psicólogo. Ele vai se qualificar, se formar e estudar. Vai se preparar e ganhando o dinheiro dele. É a coisa mais simples do mundo. Tá faltando o Estado se aproximar. Só isso. Se der condições pra isso, é uma possibilidade. Ah vou trazer o primeiro emprego, se der, tem que ter experiência e volta... é muita burocracia. A questão é essa (Comunitário há 31 anos).

E muitas das vezes a gente sabe que, não querendo generalizar que só Deus pode mudar essa situação, mas quando nasceu pra não prestar, ele não presta. Mas muitas

das vezes é falta de oportunidade porque eu converso com muitos deles. Dona Cleide, claro, a senhora não tem culpa, nem o prefeito, nem o governador por eu não ter estudado. Mas poxa a gente sai lá de dentro e a gente não tem oportunidade (Comunitária há 27 anos).

No que se refere à atuação do Governo Federal para prevenir os homicídios, predomina a percepção da inação, por treze dos entrevistados, e pouco, por dois entrevistados. Quatro que percebem se dividem entre o repasse de recursos (juíz), investimento na perícia (perito criminal) e ações da Senasp (Del PC e Of PM). Desse modo, a maioria afirma que o governo deixa de fazer tudo ou muito, apontando-se apenas: estrutura (juíz); campo teórico, banco de dados, padronização e suporte TI aos processos (promotores); colaborar com as ações do Estado (Del PC) e apoio financeiro (Esc PC).

Acerca do que o Governo Federal poderia fazer melhor, apenas um juiz analisou que a redução dos homicídios se dá por meio das ações de competência do Estado. As percepções foram: aumentar e controlar os repasses de recursos, políticas de educação, coordenação estratégica da segurança pública, legislar a favor da segurança pública estadual, investir e prestar apoio financeiro, investir em estrutura e pessoal de segurança pública, facilitar a investigação em outros estados, investir no policiamento de fronteira, empregar a força nacional, implantar programa social de redução de homicídios, ajudar o estado e o município nos seus programas, investir em escolas e programas para os jovens, implantar projetos sociais para crianças, jovens e adultos, e para a recuperação de dependentes químicos. Entretanto, cabe citar as seguintes propostas de modelo nacional de interoperabilidade, promover a educação, saúde e segurança pública, e implantar programas sociais, respectivamente:

Seria interessante que a União ela revise isso, porque os projetos que o CNJ lançou agora são todos foram um retumbante fracasso. A tecnologia de se fazer isso ela precisa ser uma tecnologia que traga ao usuário uma máscara ou um template maduro, pra que qualquer um de nós... Por exemplo, formação jurídica (MP).

As três categorias que deveria receber bem: primeiramente professor, na área da saúde, terceiro a polícia. Apesar de que existe os más policiais, mas os que são bons merecem ter um salario melhor. Porque tão arriscando suas vidas pela população. Mas aí começa daí. De lá de dentro né entendeu? (Comunitária há 27 anos).

Era dá suporte. Mandar dinheiro pras prefeituras fazer trabalhos sociais com psicólogos, assistentes sociais com as famílias. Tentar tirar essas coisas ruins e botar esses caras pra fazer atividade. E preparar pro mercado de trabalho (Comunitário há 31 anos).

Acerca das variáveis destinadas especificamente aos atores da sociedade, um comunitário considerou inexistente o trabalho da polícia na prevenção. Os demais o consideraram ineficiente, inclusive com algumas percepções de corrupção policial, destacando-se as seguintes observações:

Não se existia uma base da polícia aqui dentro pra dá um mão pra poder prender os indivíduos que tavam tocando o terror e também andaram se matando entre si numa época. Morreu um bocado deles aí. Outros fugiram né. E realmente né, acho que foi dois anos atrás disso. (...) Acalmou né. Hoje as pessoas até andam porque antes nem... (...) Eu tenho vizinhos policiais, mas se tu for lá na casa e dizer bem assim: vizinho, ligue aí o senhor é policial pra viatura vem mais rápido. Então, ele que é da polícia, além da polícia é um cidadão, se ele tá se esquivando, imagina nós? (...) Que infelizmente a gente sabe que uma grande parte dessa polícia que vem visitar aqui é tudo coligada com os traficante (Comunitária há 27 anos).

Às vezes eles fazem né. Sempre eles vem... se passar de moto eles revistam as coisas. (...) Não porque não é constante. Só é uma vez ou outro que eles fazem isso (Morou 20 anos no bairro e agora apenas trabalha no local).

O trabalho da polícia é assim sempre chega atrasado. Ela sempre chega atrasado. Liga pra lá. Liga pra lá e chega atrasado. Já aconteceu. Quando o fato já tá consumado aí eles chegam (Comunitário há 31 anos).

Olha, a polícia ela é envolvida também. A gente vê na nossa comunidade que a polícia é envolvida também. Então, policial honesto é difícil. A gente consegue perceber, a questão da corrupção ela tá impregnada nos seres humanos no brasil. Ela está em todas as esferas. Então um policial que tá envolvido ele é corrupto. É difícil, eu acho a polícia corrupta (Comunitária há 25 anos).

As percepções acerca do trabalho policial na investigação são, também, de ineficiência pelos entrevistados, cabendo destacar as seguintes observações:

Então eu sou mais uma pessoa que hoje se perguntarem se eu confio na polícia, eu não confio (...) Por que quando se trata de alguém que tem dinheiro rapidinho é descoberto. Vários casos que eu acompanhei, de médico, de policial, que mataram delegado. No mesmo dia pegam os caras. Aí você quer acreditar na polícia? Não vai. Porque só funciona assim. Geralmente. Mas não generalizando, mas é bem pouquinho quando funciona pra classe baixa (Comunitária há 27 anos).

Muito pouco. Tem homicídio que não vai nem pra frente. Morreu ficou por isso. (...) Não funciona (Morou 20 anos no bairro e agora apenas trabalha no local).

Eu acho que não investiga como era pra ser, né. Por causa disto, da questão da corrupção que existe dentro do sistema, né, de segurança. É triste. Então, quem não joga no time deles com certeza a investigação vai, mas se for, pode ter certeza que o negócio vai ser jogado pra debaixo do tapete (Comunitária há 25 anos).

Um dos entrevistados considerou eficiente o trabalho de investigação, a partir das informações que obtém da veiculação na mídia:

Porque na investigação eu não tenho acesso as informações. Eles investigam porque eu acompanho o jornal e eles descobrem as coisas né. Quando morre alguém parece que a polícia vai lá, a polícia civil. Eu sei que.. agora eu não sei como que trabalha (Comunitário há 31 anos).

Acerca do papel no julgamento dos homicídios, apenas um entrevistado afirmou que a Justiça cumpre o seu papel, *porque pelo menos o pobre ainda tem uma esperança. A única esperança do pobre é a justiça. É a única que ainda olha pelo pobre porque é lei né... os ricos. Tudo igualdade. Só que para os pobres custa mais um pouquinho e tal mais* (Comunitário há 31 anos).

Os demais consideram, ainda, o trabalho da Justiça lento, de acordo com as seguintes observações: *É triste, lamentável às vezes a gente entende e não entende, por exemplo, o procedimento do judiciário. A polícia ela faz até o papel dela. A polícia é de prender e tal. Agora o judiciário pá pá pá, pou conheço gente que tem oito homicídio e tá na rua (Comunitária há 27 anos). Por isso que um tá matando o outro porque não confio na justiça. Aí eles preferem a vingança (Morou 20 anos no bairro e agora apenas trabalha no local). A questão da justiça tá muito atrelada à legislação pertinente. E às vezes a lei ela protege o criminoso. Isso tá bem claro agora com essa situação toda do presidente (Comunitária há 25 anos).*

#### 3.1.4.4 Capacidade institucional

Acerca das dificuldades institucionais (governo e sociedade) para a prevenção dos homicídios, dois dos entrevistados do Judiciário consideram que o Tribunal não previne, destacando-se a seguinte observação: *Não, isso não é papel do tribunal. O trabalho preventivo é da polícia. Então o tribunal só pode demonstrar esse caráter preventivo através da aplicação da sanção (juíz).* Os promotores alegaram, falta de diálogo entre os órgãos e a sociedade, falta de coesão social e o déficit de promotorias, cabendo expor a:

Falta de comunicação muito grande entre os valores que a sociedade deveria cultivar e o que ela realmente cultiva (...) A sociedade e as instituições estão cada vez se encastelando nelas mesmas, param de se comunicar, e aí ocorre uma ruptura completa (...) medievalização da cidade em condomínios, ela tem colaborado com esse tipo de coisa (MP).

Os policiais civis entrevistados alegaram: a imprevisibilidade dos homicídios, a falta de diálogo entre os órgãos e pouco efetivo policial, dificuldade de manter os homicidas presos e a insuficiência de viatura e pessoal da PM. Os policiais militares colocaram: a falta de informação, a falta de efetivo, o medo da população, a questão demográfica dos territórios policiados e a infraestrutura dos bairros. À sociedade não foi perguntado sobre esse aspecto.

No que se refere à dificuldade para investigar os homicídios, os promotores de justiça alegaram a falta de política científica e de prova técnica. Os policiais civis informaram a falta de efetivo, de estrutura, de colaboração, de treinamento, de legislação adequada, da materialidade e testemunha, da capacidade institucional de investigação e *uma polícia judiciária que pudesse fazer um trabalho de investigação pra que pudesse solucionar crimes (IPC).* O perito criminal entrevistado alegou como dificuldade de investigação a falta de

confiança da população na polícia. Os policiais militares não opinaram e à sociedade não foi perguntado sobre isso.

Acerca da dificuldade para julgar os homicídios foi perguntado somente aos membros dos órgãos de Justiça entrevistados (Judiciário e MP). As respostas foram: espaço físico e estrutura insuficiente, carência policial para a constituição da prova técnica, dificuldade da prova testemunhal, localização dos réus:

A gente tem várias dificuldades, né. Processos com vários réus são sempre processos complexos. Aí você tem 3 ou 4 réus, ou mesmo 2 num processo, você localiza um e não localiza o outro. Ou você localiza todos, mas aí há dificuldade de o advogado apresentar resposta escrita, e tal, então tem uma série de coisas, dificuldade de localização de testemunhas, processos muito antigos é difícil, testemunhas que não querem vir e eu não tiro a razão, porque têm medo (juíz).

É inadmissível que no século XXI nós ainda estejamos solucionando os crimes mais graves da sociedade por meio da pior prova possível, que é a prova testemunhal. Você só tem solução de homicídio na cidade de Manaus se houver prova testemunhal. Se não houver prova testemunhal, você tem extrema dificuldade sequer para responsabilizar o indivíduo, porque não vai ter prova para produzir (MP).

Acerca do que fazer para evitar outros homicídios, os entrevistados do Judiciário propuseram: atuar no narcotráfico e nos conflitos interpessoais, melhorar a eficiência processual para a resposta do Estado e investir na educação. Os membros do MP colocaram: a atuação integrada do poder público e a *identificação desses contextos (locais de maior incidência de homicídios), em cada localidade, e a ida, a interferência, a incursão do poder público nessas áreas, a meu ver, traria ao menos elementos para que o setor público voltasse já com alguma resposta* (MP).

Os policiais civis consideram necessárias: a ação do Poder Público, aumentar o policiamento ostensivo, a educação, a polícia na rua, capacidade de investigação e *enfrentar o problemático do tráfico de drogas* (Del PC). Para o representante da Perícia Criminal é necessária a melhora da estrutura física, pessoal, equipamentos e comprometimento. Os policiais militares percebem que para evitar outros homicídios é necessário: melhorar a capacidade da Polícia Civil, um sistema penal mais rígido, a participação da universidade e do poder público, além da prisão de criminosos.

Os atores da sociedade entrevistados propuseram o seguinte: políticas públicas do estado e do município, policiamento e projetos sociais para as crianças, policiamento (intimidação), melhorar as condições socioeconômicas, ação do Estado sobre as condições socioeconômicas, ação do Estado sobre as condições socioeconômicas. Nesse sentido, analisam que: *Não é só a questão de armamento. De viatura. Tem que por projetos verídicos. Bons. Que ocupem a mente dessas crianças e adolescentes* (Comunitária há 27 anos). *Eles*

*investem na educação né. Eles não querem estudar. Começam. A polícia não intimida. Só quando passa eles se escondem, mas depois eles voltam tudo de novo* (Morou 20 anos no bairro e agora apenas trabalha no local).

As propostas dos entrevistados para prender os homicidas são: mais estrutura para a Polícia, Banco nacional de mandados de prisão, melhorar a persecução (juízes), Polícia científica, identificação da autoria (MP). A opinião de um dos juízes entrevistados foi de que *sem dúvida nenhuma haveria de ter um sistema de um banco nacional de mandado de prisão. Isso coibiria e a agilizaria no combate a impunidade*. Para os entrevistados da Polícia Civil é necessário para prender os homicidas: investigar, aumentar o efetivo, ajuda da população e imagens de câmaras (PCAM), qualificação para investigar homicídios (perito criminal). Os entrevistados da Polícia Militar consideram necessário: melhorar a capacidade da Polícia Civil, interação da comunidade com a polícia.

Para identificar os autores, as propostas se situam nas seguintes áreas: investigação, perícia (Judiciário), polícia científica, prova técnica (MP), investigação, ajuda da população e imagens de câmaras (PC). Para punir os homicidas, os juízes entrevistados consideram necessária a boa instrução processual, melhorar a persecução penal. Sobre isso um dos juízes analisa:

Primeiro um incremento no que diz respeito ao material da autoridade policial que se inicia todo um procedimento...Tem que possibilitar ao estudo de criminalística, por exemplo, um laboratório condizente. Que possa realmente fazer esse tipo de apuração de maneira eficaz. (...) Segundo nas varas dos tribunais do júri possibilitar um dos dois sistemas: ou se tenha uma apuração separada do procedimento pré-pronuncia ou então que haja dois juízes atuando na vara para assim agilizar os procedimentos e dá possibilidade de uma prestação institucional mais rápida e eficaz. (...) Terceiro Muitas vezes cai na conta do judiciário a morosidade por fatos que não tem, não são da sua responsabilidade. Por exemplo, hoje tem um júri que ia acontecer hoje que tem oito anos e não aconteceu porque o promotor não apareceu.

O MP coloca como necessária a qualidade da polícia científica e da prova técnica. Para a PCAM é a investigação, o aumento do efetivo, o treinamento, a investigação, a ajuda da população e imagens de câmaras. Um dos delegados considera que *o que pode ser feito é o que já vem sendo feito. A investigação inicial pra identificar os autores e leva-los à justiça*.

#### 3.1.4.5 Capacidade técnico-científica institucional

Acerca da atuação da Perícia Criminal, dos entrevistados apenas um juiz a considera eficiente. Todos os demais a considera ineficiente, destacando-se a seguinte observação:

Ela é insignificante. Nós temos aqui o laudo de exame necroscópico, bem descrito, bem feito, se não tiver você também não tem nem como processar isso, ele é a prova material do homicídio. Isso é feito, a muito custo. Mas um exame a mais...você não tem um ultrassom, um raio-x que seja na perícia, você não tem uma ressonância, você não tem nada pra fazer um exame mais minucioso, você não tem nada (MP).

As sugestões de melhoria para a Perícia Criminal são: investimento em recursos humanos e investimento em recursos materiais.

Acerca da cooperação entre os Sistemas de Justiça e de Segurança Pública, predomina a percepção de que não existe. Apenas um delegado percebe com existente. Acerca da cooperação entre as Polícias Civil e Militar, é predominante a percepção de completeza. Um dos juízes entrevistados observa que *hoje em dia eu já vejo que está mais, que o trabalho já está mais coeso, assim, entre as polícias*. Um IPC considera mínima essa articulação e que a relação se baseia na amizade. *É porque é um monte de amigos na PM e os caras tem como amigos. Então a gente se ajuda. Se ajuda porque tem que ajudar. É o pouco que a gente tem que fazer. Então de vez em quando a gente troca informação*. Outro IPC considera desnecessária a integração de qualquer tipo de órgão. *Eu só acho que a gente deveria ter como acessar o sistema de [informações do] órgão*.

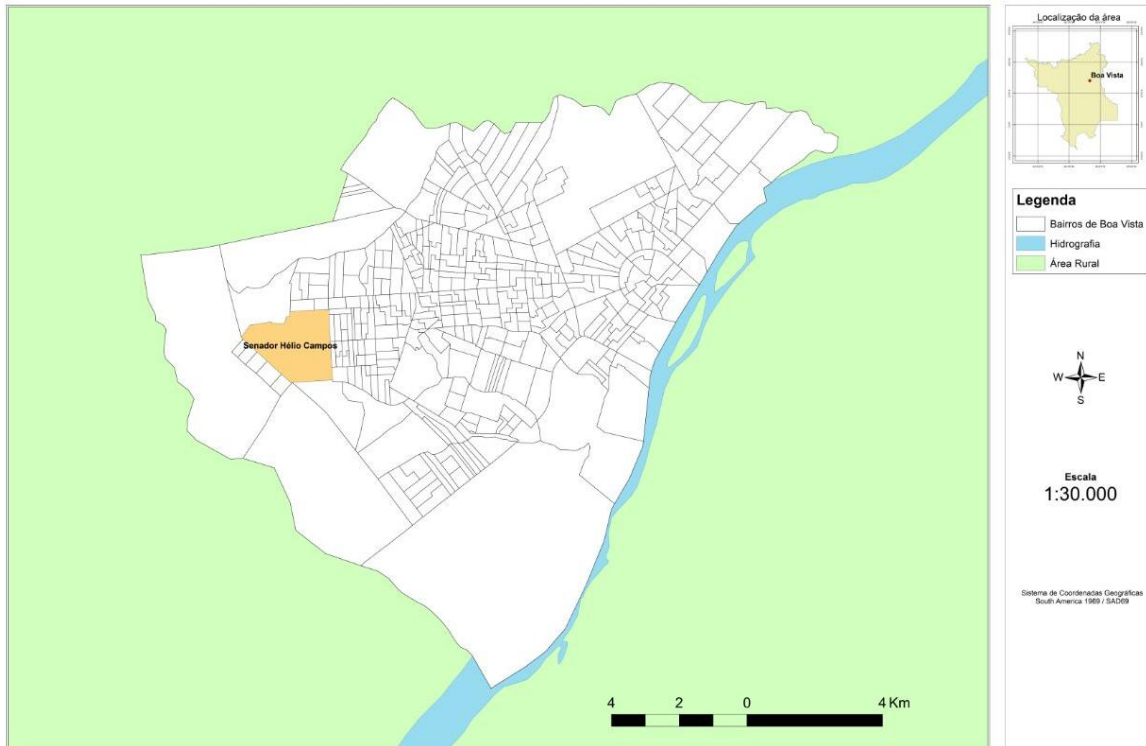
## 3.2 BOA VISTA/RR

### 3.2.1 Caracterização da cidade

Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela Fundação João Pinheiro (FJP) e Universidade Federal de Roraima (UFR).

**Figura 5 – Mapa de Boa Vista-RR com destaque do Bairro Senador Hélio Campos - 2016**





Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

### 3.2.1.1 Perfil demográfico

Boa Vista, capital de Roraima, fica ao Norte do Estado e possui uma extensão territorial de 5.687,037 km<sup>2</sup>, com densidade demográfica de 49,99 hab/Km<sup>2</sup>. A população em 2010 era de 284.313 habitantes enquanto a população estimada de 2016 ficou em 326.419 habitantes (IBGE, 2016). Boa Vista faz limites com os municípios de: Amajari, Alto Alegre, Bonfim, Cantá, Mujacá, Normandia e Pacaraima (UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA, s.d.).

O número de pessoas do sexo masculino residentes em Boa vista, no ano de 2010, era de 140.801 enquanto que 143.512 eram do sexo feminino. Para o ano de 2010, a população de Boa Vista com menos de 15 anos era de 30,27 %, de 66,49 % com idade de 15 a 64 anos, e de 3,29% com 65 anos ou mais. A taxa de fecundidade total passou de 3,5 em 1991 para 2,4 em 2000 e 2,2 em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). O número de católicos (132.491) residentes no município de Boa Vista prevalece em relação ao número de evangélicos (91.378).

### 3.2.1.2 Histórico

A cidade de Boa Vista se originou da sede de uma fazenda estabelecida no local no século XIX. Em torno da sede da fazenda, chamada Boa Vista do Rio Branco, surgiu um pequeno povoado que durante um bom tempo foi o único povoado em toda a região do alto Rio Branco. Em 1890, o povoado foi elevado à condição de vila e em 1926 passou a ser município, adotando o nome de Boa Vista. Com a criação do Território Federal de Roraima, em 1940, a cidade foi escolhida para ser a capital (IBGE, 2016).

### 3.2.1.3 Aspectos econômicos e sociais

As informações apresentadas na subseção foram extraídas do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil elaborados pelo PNUD, IPEA e FJP (2013). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Boa Vista passou de 0,649 (médio) em 1991 e de 0,529(médio) em 2000 para 0,752 (alto) em 2010. E assim como observado nos municípios de Manaus e Rio Branco, a dimensão que mais contribuiu para o IDHM de Boa Vista foi a longevidade, com índice de 0,816, seguida de renda, com índice de 0,737, e de educação, com índice de 0,708. Boa Vista ocupa a 508ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Em 2010 a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 89,44%, a proporção de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi de 87,38%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 62,28%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo de 48,28%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 48,51%, 44,66%, 38,80% e 36,54%. Quanto à escolaridade da população adulta com 25 anos ou mais, em 2010, 7,74% eram analfabetos, 64,71% tinham o ensino fundamental completo, 50,76% possuíam o ensino médio completo e 12,99%, o superior completo.

A taxa de atividade da população de 18 anos ou mais passou de 76,43% em 2000 para 71,70% em 2010. Enquanto a taxa de desocupação passou de 13,21% em 2000 para 7,45% em 2010. Das pessoas ocupadas, em 2010, na faixa etária de 18 anos ou mais, 4,37% trabalhavam no setor agropecuário, 8,18% no setor de construção, 16,18% no comércio e 55,10% no setor de serviços.

A renda per capita média de Boa Vista cresceu 36,71% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 575,35, em 1991, para R\$ 592,60, em 2000, e para R\$ 786,55, em 2010. A

proporção de pessoas pobres, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 21,23%, em 1991, para 21,31%, em 2000, e para 13,61%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos passou de 0,57, em 1991, para 0,57, em 2000, e para 0,58, em 2010. Ou seja, os números da desigualdade praticamente permaneceram os mesmos.

### **3.2.2 Instituições de Justiça (Juízes e Ministério Público)**

#### **3.2.2.1 Organização político-administrativa**

O Poder Judiciário do Estado de Roraima<sup>7</sup> encontra seu regramento na Lei Complementar nº 221/2014, momento em que foram criadas duas varas do Tribunal do Júri, com a competência assim estabelecida: 1ª Vara Criminal do Tribunal do Juri e da Justiça Militar; 2ª Vara Criminal do Tribunal do Juri e da Justiça Militar, telefone (95) 3198-4769.

O Ministério Público de Roraima (MPRR)<sup>8</sup> tem sua estrutura administrativa determinada pela Lei Complementar nº 003/1994, com promotorias de justiça com atribuições nas áreas extrajudicial e judicial relativas aos crimes que se processam perante o Tribunal do Júri e nos feitos perante a 1ª e 2ª Varas Criminais do Tribunal do Júri. Os promotores que atuam junto ao Tribunal do Juri são: Dr. André Luiz Nova Silva, Promotor de Justiça substituto; Dr. Ulisses Moroni Junior, Promotor de Justiça.

O endereço do MPRR é o Edifício sede do MPRR - Av. Santos Dumont, nº 710 - São Pedro, Boa Vista/RR, CEP: 69306 - 680, Tel.: (95) 3621.2900.

#### **3.2.2.2 Dinâmicas de atuação na perspectiva territorial**

A distribuição dos feitos obedece a competência do local onde o crime ocorreu (*locus regit actum*), ou seja, todos os feitos que tenham origem em crimes contra a vida no território de cada capital serão encaminhados aos Juízos dos Tribunais do Júri, por distribuição. O inquérito policial é remetido ao setor de distribuição (consoante organização judiciária própria) e há a distribuição automática para um dos juízos.

Vale dizer que a competência de cada um dos Juízos das varas do Tribunal do Juri, é sobre os crimes ocorridos em sua respectiva comarca. O mesmo ocorre com as promotorias

---

<sup>7</sup> Disponível em: [www.tjrr.jus.br/](http://www.tjrr.jus.br/)

<sup>8</sup> Disponível em: [www.mprrr.mp.br/page/promotorias-especializadas](http://www.mprrr.mp.br/page/promotorias-especializadas)

vinculadas aos tribunais do júri, devendo a lotação de cada agente ministerial respeitar o ordenamento regulatório de cada instituição regional.

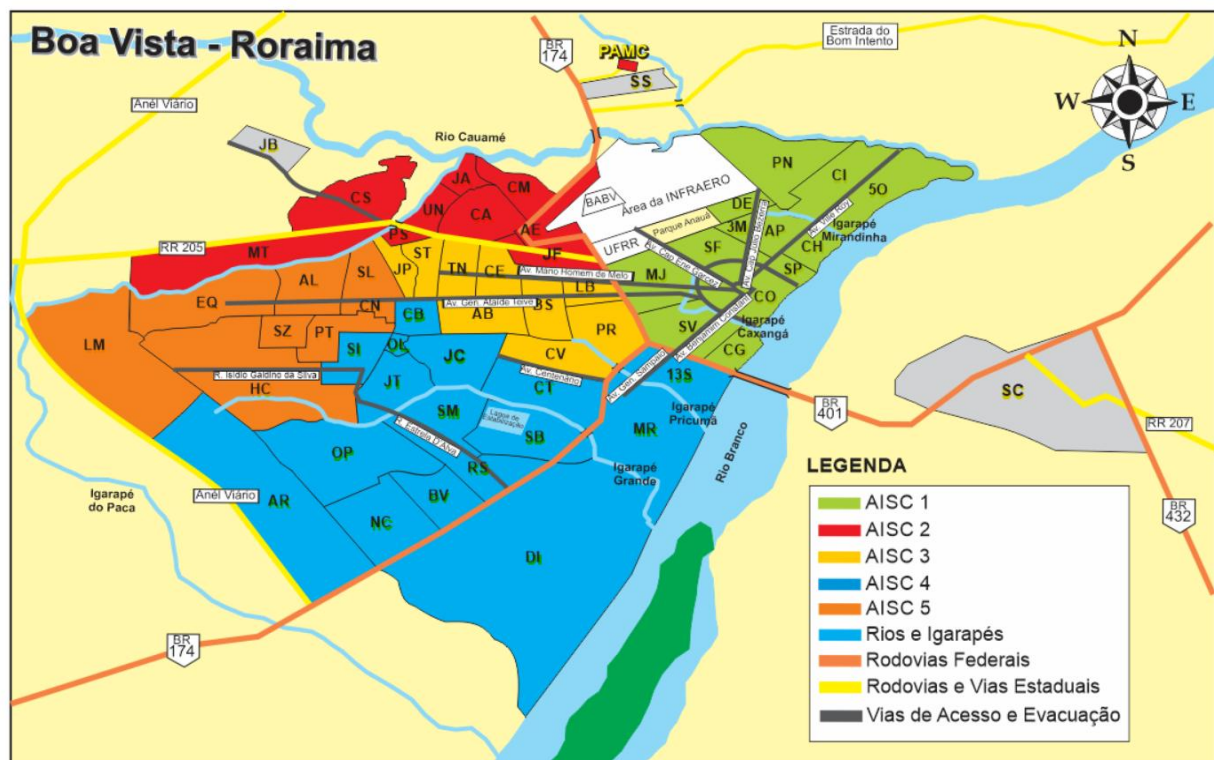
A organização administrativa da justiça de Roraima atribui competência cumulativa para julgar crimes contra a vida e crimes previstos na legislação penal militar na área circunscrita ao município de Boa Vista.

### 3.2.3 Instituições policiais (Polícias Civil e Militar)

#### 3.2.3.1 Organização político-administrativa

O território de Boa Vista – RR está dividido em área rural e área urbana. A área urbana é constituída por 55 bairros, 1 loteamento e 2 anexos. A organização político-administrativa da Segurança Pública, no que se refere às Polícias Civil (PCRR) e Militar (PMRR), foi planejada em 6 áreas denominadas Áreas Integradas de Segurança Comunitária (AISC), para atuação comum dessas Polícias, juntamente com outros órgãos de segurança pública do Estado. Cada AISC é constituída por um número variável de setores e estes integrados por um número pré-definido de bairros (Figura 6).

**Figura 6 – Divisão Administrativa de Boa Vista – RR, segundo as Áreas Integradas de Segurança Comunitária (AISC) - 2016**



Fonte: Comando de Policiamento da Capital (CPC)/PMRR – 2016.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

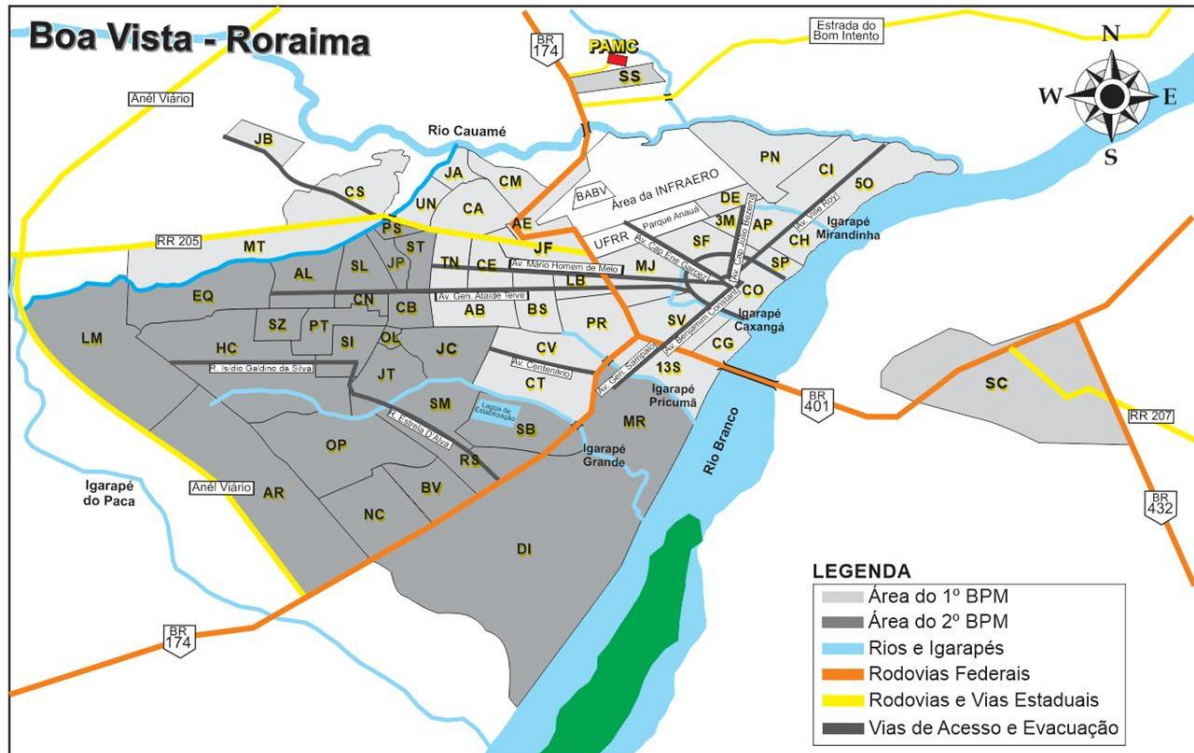
Cabe ressaltar, no entanto, que a implantação desse modelo não está completa, de modo que as unidades da Polícia Civil estão distribuídas nessa configuração, mas a organização das unidades operacionais da Polícia Militar não obedece integralmente a essa divisão territorial. A concepção político-administrativa da PMRR segue a divisão do município em Zonas Leste e Oeste.

### 3.2.3.2 Dinâmicas de atuação na perspectiva territorial

Em Boa Vista – RR, as unidades policiais da PCRR responsáveis pela primeira atuação no policiamento investigativo dos crimes são 5 delegacias, distribuídas segundo as 5 AISCs (Figura 7). Conta, ainda, com uma Central de Flagrantes, instalada no 5ª. Delegacia de Polícia e com uma Delegacia Geral de Homicídios, para apuração dos crimes dessa natureza. Cabe assinalar que a PCRR possui outras unidades especializadas na investigação de crimes de outras naturezas.

A Polícia Militar atua na capital por meio de dois batalhões. O 1º. Batalhão de Polícia Militar (1º. BPM) é responsável pelo policiamento ostensivo da Zona Leste e constituído por 3 Companhias de Polícia Militar (CPM). A Zona Oeste da cidade é de responsabilidade do 2º. Batalhão de Polícia Militar (2º. BPM), atuando por meio de uma Companhia de Rádio Patrulha, e da 2ª. Companhia Independente de Policiamento Comunitário (CIPCOM).

### **Figura 7 – Divisão Administrativa de Boa Vista – RR, segundo as Unidades de Policiamento da PMRR – 2016**



Fonte: Comando de Policiamento da Capital (CPC)/PMRR – 2016.

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

A 2ª. Companhia Independente de Policiamento Comunitário (CIPCOM), instalada na Zona Oeste, somente após o Decreto 20.524-E, de 29 de fevereiro de 2016, embora tenha sido criada pela Lei Estadual 226, de 04 de abril de 2014. Trata-se de um projeto piloto de policiamento comunitário para atuar com essa filosofia na prevenção da criminalidade especificamente nos bairros Senador Hélio Campos e Vila Jardim, considerados os mais violentos de Boa Vista, quando se fala em número de homicídios. A ideia do Comando Geral da PMRR é ampliar esse modelo para toda a Capital de Roraima.

### 3.2.4 Percepções

#### 3.2.4.1 Territorialidades

Na percepção dos atores do Sistema de Justiça Criminal, na cidade de Boa Vista, as áreas de maior incidência de homicídios são aquelas periféricas, com destaque para a Zona Leste da cidade, principalmente, nos bairros Senador Hélio Campos, Pérola, Raiar do Sol, Silves Botelho, Conjunto Cidadão e Pintolândia. Esse conjunto de bairros foi formado a partir das falas individualizadas desses atores que em dado momento percebem a maior

concentração de homicídios em um ou dois bairros. *Eu diria que é o conjunto Pérola, Conjunto Cidadão. Acredito que sejam esses dois (Promotor)*. Há casos que são observadas coincidências e também divergências, mas, no geral, esses crimes são na maior parte registrados nesses seis bairros, com destaque para o Bairro Senador Hélio Campos. Este bairro é percebido como o mais violento pelos agentes da segurança pública, sejam policiais militares ou civis. A percepção dos policiais civis também alcança os bairros Pérola, Raiar do Sol, Silves Botelho, e a grande área Pintolândia, como áreas extremamente contaminadas pela violência homicida.

Para os atores da segurança, esses crimes são mais frequentes nos bairros mais periféricos. *Pintolândia, Senador Hélio Campos, é tudo perto. São bairros que não tem muita divisão entre um e outro, tudo é muito próximo... Raiar do Sol, Pérola que é um bairro novo (Del.PC)*.

Segundo os entrevistados, Pintolândia é uma área que foi desmembrada e atualmente é composta por vários bairros. Localiza-se em uma região mais distante do centro da cidade de Boa Vista. Os atores sociais residentes no bairro Senador Hélio Campos quando fazem comparação do local de residência atual com o anterior, suas respostas são consensuais na afirmação de que no local atual onde residem ocorrem mais homicídios.

Aqui sempre foi mais violento. Aqui sempre foi um bairro mais violento que qualquer outra região. Não é nem porque tem maior número de bandidagem. É porque o bairro é grande. É o maior bairro que nós temos na cidade e por isso que concentra quase toda bandidagem aqui. (Moradora do bairro senador Hélio Campos)

Quando perguntado aos entrevistados, por que nessas áreas ocorrem mais homicídios, as respostas remetem a ausência de políticas públicas, desorganização familiar, problemas sociais e tráfico de drogas.

Eu imagino que o que o senhor diz seja o que chega ao uso das drogas lícitas e ilícitas pra ocasionar os homicídios. Imagino que falta de perspectiva né. A pessoa deposita seja nas drogas lícitas ou ilícitas sua realização pessoal e se torna mais inconsequente em relação disso e pratica os homicídios. (Promotor de Justiça)

Para os atores das instituições de segurança pública, suas falas apontam as condições sociais e financeira da população, consumo de bebidas alcoólicas e o tráfico de drogas. *É, aqui tem muita bebida também. Bebida e tráfico de drogas (Del.PC)*.

Em relação a principal motivação dos homicídios, o consumo e o comércio de substâncias entorpecentes e suas externalidades, sejam acertos de contas ou disputas por territórios, surgem na percepção de todos os entrevistados como causas centrais. Os atores institucionais da justiça acrescentaram a motivação por bebidas alcoólicas, ao passo que os da

segurança ainda apontaram as rixas entre galeras. Conforme relatado nas entrevistas: *Com relação ao contexto de drogas eu vejo que tem muito questão de dívidas, acerto de contas, coisas desse tipo com relação à droga. Usuário que deve, disputa por ponto de droga. Com relação à droga eu apontaria essa situação aí ( Del.PC).*

Em pequena escala foram observadas as motivações passionais em que aparece a cultura do homicídio passional.

A gente tem um grande número de crimes passionais. Geralmente isso acontece de você vê o juizado especial da violência doméstica está abarrotado de processo. E muitos desses casos acabam virando homicídios. Então a gente tem casos aqui sim que são raros. Não é o comum, mas de casos de violências de crimes passionais. (Juiz da Vara do Júri)

A vulnerabilidade social foi bastante destacada pela maioria dos atores entrevistados na cidade de Boa Vista como um fator de risco preponderante para a violência homicida. *É porque a vulnerabilidade social é maior. São áreas de maior vulnerabilidade (Promotor de Justiça).*

Esse fator de vulnerabilidade social discorre sobre problemas de cunho educacionais, desorganização familiar, falta de entretenimento/lazer para os jovens. Ainda foi enfatizado o crescimento desordenado dessas áreas, que vão se formando a partir das chamadas invasões.

Quando se pretende buscar informações que possam dar conta das relações entre as partes (vítimas e autores) envolvidas nos crimes de homicídio, o que se percebe é que, em geral, há uma relação de proximidades entre esses sujeitos, na qual esta proximidade é marcada, na maioria dos casos, no campo das relações ilícitas que acontecem comumente no mercado ditado pela dinâmica do tráfico de drogas. Há uma relação de poder instituída entre patrão e empregado ou comercial entre vendedor e comprador de drogas ilícitas. De forma menos intensa, também foram percebidas nas falas dos entrevistados uma relação entre autor e vítima de homicídio marcada por uma proximidade entre conhecidos amigos ou vizinhos que devido ao abuso de álcool se desentendem e chegam as vias de fato. Somente dois entrevistados ressaltaram que quando há latrocínio, roubo seguido de morte, o autor do crime não tem proximidade com a vítima.

Bom, eu acredito que para o homicídio sim, existe uma relação entre vítimas e autores. Porque a experiência que nós tivemos com o homicídio enquanto trabalhamos com eles no interior do estado é muito comum que haja algum tipo de vínculo entre o agente e a vítima (Promotor de Justiça).



A indagação para saber se os crimes de homicídios ocorridos em Boa Vista são planejados foi levada a campo e, na percepção dos atores de justiça, a ideia é que esses crimes não são planejados, ao passo que na percepção dos atores de segurança todos aqueles crimes de homicídio, cujas partes têm envolvimento com drogas, são planejados. Quando não há nenhuma relação com o mercado ou abuso de drogas os crimes de homicídios são meramente ocasionais.

Quando discutida a sensação de segurança pelos atores sociais, a maioria até se sente seguro caminhar pelo bairro durante o dia, mas o caminhar durante à noite se reveste numa sensação de medo que está presente na fala de todos os entrevistados residentes no bairro Senador Hélio Campos.

Dos problemas de segurança apontados como principais geradores de violência homicida os mais presentes na fala dos entrevistados foram a falta de policiamento, a dificuldade do trabalho da polícia, a falta de programas de segurança, falta de infraestrutura na área e o intenso tráfico de drogas, sendo estes relacionados a vulnerabilidade social e economia discutida anteriormente.

.... a questão da iluminação pública das nossas ruas que não adianta as ruas estarem iluminadas, mas é uma iluminação falho, e as ruas deterioradas dentro do bairro, que isso prejudica até o trabalho da polícia numa possível ação de chegada, chegada rápida, de contenção, e tal (Morador do bairro Senador Hélio Campos).

Tráfico de drogas... meu filho de 11 anos é o meu maior medo, sair pra trabalhar que ele estuda pela manhã e à tarde tipo assim vim alguém e botar na cabeça e ele se envolver. É o tráfico. Muitas bocas e fumo. Muitos vendedores dia e noite lá. Não tem limite (Moradora do bairro Senador Hélio Campos).

Os relatos colhidos sobre as causas principais dos homicídios foram o tráfico de drogas, disputas por territórios e acertos de contas. Muitos usuários não liquidam suas dívidas e pagam com a própria vida para servir de exemplo de modo a evitar a inadimplência no tráfico. Também é apontado como principal motivação dos homicídios a embriaguez, o abuso de álcool que ocasionam brigas de bares, desordens, conflitos interpessoais, que consequentemente geram os homicídios.

A violência doméstica contra a mulher, segundo os atores sociais, também é apontada como um problema de segurança, embora a cidade de Boa Vista tenha um Programa de atenção a mulheres vítimas de violência doméstica.

#### 3.2.4.2 Perfil da vítima e autor dos homicídios

Quanto ao perfil das vítimas de homicídio, as percepções de todos os atores indicam que são homens, em idade jovens, na maioria entre 20 e 30 anos de idade, com baixa escolaridade, na maioria dos casos sem instrução ou com ensino fundamental, apresentam renda baixa, desempregados e na maioria envolvidos com o crime. Somente no que tange a cor ou raça das vítimas, os indígenas foram apontados pelos agentes da justiça, mas para os agentes de segurança e atores sociais foram identificadas as vítimas em geral como, predominantemente, de cor parda, e, com raras exceções as vítimas eram de cor preta. *Eu acho que são homens, jovens, de baixa renda. Basicamente isso aí... Eu diria que é comum os indígenas. (Promotor de Justiça). A maioria homem... são jovens, de jovem pra adulto na verdade... normalmente uma escolaridade básica...um fundamental, no máximo assim não termina o terceiro ano... Muitas desempregadas, mas empregadas no crime...renda Normalmente baixa (Del.PC).*

Já o perfil dos homicidas, é bem parecido com o das vítimas, também este teve unanimidade nas percepções dos atores da justiça, da segurança e atores sociais. Os homicidas são homens jovens e adolescentes com idade média entre 15 a 30 anos, com baixos níveis de escolaridade e renda, quase sempre desempregados, com envolvimento com o crime, e na maioria reincidentes. Os atores da justiça indicaram que na maioria dos casos a autoria dos homicídios é de indígenas.

#### 3.2.4.3 Resposta do Estado

A resposta dada pelo Estado para os atores sociais, quanto ao trabalho da polícia na prevenção e investigação, foi relatada como de eficiente a razoável. Sempre enfatizado por eles que existe uma dificuldade da polícia fazer o seu trabalho, tanto de forma preventiva quanto investigativa, devida a falta de recursos. Nesse aspecto, muito percebida foi a necessidade de investimento em aparelhamento da polícia.

Referente ao papel da justiça, os atores sociais destacam que é muito lenta, e que o fator impunidade é percebido por eles, uma vez que o homicida é preso e dias depois já é liberado para responder em liberdade. É apontada, nos discursos dos atores sociais, a necessidade de leis mais severas e feitas com mais eficácia.

Quanto a questão se a justiça cumpre com o seu papel, os atores sociais afirmam que não. Eles afirmam que ela é ineficaz, e que as audiências de custódia acabaram por aumentar ainda mais o sentimento de impunidade.

Eu só sou contra a essa nova lei agora. Audiência de custódia. Que a polícia pega o elemento aqui que acabou de assassinar o pai dele, a mãe dele aqui e aí a polícia pega, faz todo um trabalho bonito. Chega lá o juiz solta. O cara vai e volta. Já aconteceu aqui, do cara ser preso, foi levado e o juiz soltou, ele voltou e matou mais uma pessoa na mesma noite. (Morador do bairro Senador Hélio Campos)

No que tange a programas de redução dos homicídios, e de proteção as pessoas ameaçadas de morte, todos os atores tanto sociais, como da justiça e da segurança disseram que não conhecem nenhum programa. Agora no que se refere a programas de combate a violência de forma ampla existiram alguns relatos, principalmente dos atores sociais residentes no bairro Senador Hélio Campos e dos representantes da justiça, de que não conhecem programas voltados à violência de forma mais ampla. Porém, atores da segurança pública identificaram alguns programas existentes como: Proerd (Polícia Militar), Programa Maria da Penha (polícia Militar), Proarc (Polícia Civil), O crack é possível vencer ( Governo Federal), e o Projeto Crescer

É confirmado por todos aos atores (justiça, segurança e comunidade) que existem sim outros órgãos governamentais que possam ajudar a prevenir a violência. E foi apontado o que poderia ser feito nesse sentido como: criação de programas de proteção a mulher e a criança, programas educacional e assistencial para jovens e crianças, para tirar esses jovens das ruas, o os colocando em ocupações que possam proporcionar-lhes novas perspectivas, bem como, oferecer-lhes profissionalização. Também foram indicados programas com equipes multidisciplinar, com contribuição da saúde, educação, segurança para garantir a esses jovens e crianças que vivem em vulnerabilidades, a inclusão social.

Quanto ao que o Governo Federal faz para prevenir os homicídios os atores sociais não conseguem perceber a atuação nesse campo, somente os atores da segurança e de justiça que chegaram a apontar os investimentos que são feitos através da Senasp, como capacitação, treinamentos, equipamentos, entre outros investimentos disponíveis.

Também é apontado pelos atores de segurança a importância do Sinesp (Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública) que o Governo Federal criou desde 2015.

O SINESP que está dentro do nosso estado pra gente poder estudar essas questões de crimes, desses índices, desses mapas criminais, pra gente poder identificar e focar o policiamento...também é política do Governo Federal descentralizado para os Estados, através de convênios, de cooperação técnica... o convênio com a Força

Nacional da Força Pública, que também nós mandamos nos nossos policiais e o Governo Federal manda equipamentos como coletes, armamentos e munição, ônibus, motos. Então existe uma política do Governo Federal muito forte para fortalecer seus Estados para que eles possam utilizar esses instrumentos na redução dos homicídios (IPC).

Restou percebido nas percepções dos atores da justiça que o que Governo Federal poderia melhorar em sua atuação seria uma maior fiscalização nas fronteiras (para policiar a porta de entrada de drogas e armas), a ressocialização dos presos, interferir nas estratégias de aplicações dos recursos repassados para a segurança dos estados, e estabelecer estratégias de planejamentos, metas e resultados que os estados devem ter, além de fiscalizar o andamento das políticas de segurança.

Nós temos as nossas fronteiras livres. Fronteira Venezuela-Brasil, livre. Fronteira Guiana-Brasil, livre... e já foi publicado em rede nacional, nós somos aqui a porta de entrada para o Brasil de drogas. Maior porta de entrada de drogas para o Brasil. Por quê? As nossas fronteiras são livres. (Del.PC)

Já as percepções dos agentes de segurança pública apontam que o Governo Federal poderia melhorar sua atuação se implementasse políticas públicas de cunho social e educacional e ressocialização dos presos, além de instrumentalizar melhor as polícias e cobrar o planejamento efetivo do estado.

Por parte dos atores sociais que veem que o Governo Federal deve investir na segurança, melhorando o suporte das polícias com mais viaturas e equipamentos, também deve fiscalizar a utilização das verbas repassadas aos estados para investir na segurança, além de programas sociais.

Por fim, foram feitas algumas críticas principalmente por parte dos atores da justiça e da segurança quanto a resposta do estado aos casos de homicídios, devido à demora de laudos periciais, a dificuldade da perícia técnica fazer seu trabalho por falta de materiais disponíveis. *A demora no processo, a dificuldade se faz presente por várias razões. Eu acho que a dificuldade para investigar, talvez seja isso... Ausência de testemunhas, ausência de provas (Juiz do Júri).*

A questão das audiências de custódias, muito presente nas falas dos entrevistados, apresentam-se como empecilho ao papel da justiça na prevenção dos homicídios já que muitos homicidas estão respondendo o crime em liberdade, mesmo sendo reincidentes no crime de homicídios, causando uma sensação de impunidade para a sociedade. Foi sugerido em muitas

falas que fosse feito uma revisão nas leis, no Código Penal para que esses reincidentes sejam punidos com mais responsabilidade.

...eu posso falar do judiciário, porque tem caso que a gente já prendeu três vezes por homicídio e que está na rua, tem casos aí que o cara cometeu um ou dois homicídio e no outro dia tentou matar outro, no dia seguinte ele foi se apresentar na delegacia pra que? Pra confessar, porque eles sabem da impunidade, tem cara aqui que o delegado pediu a prisão depois do terceiro homicídio, porque ele fez o primeiro e confessou, o delegado pediu a prisão foi negado, porque era réu primário, sem antecedentes criminais. Foi lá cometeu o segundo homicídio, se apresentou espontaneamente... está respondendo o processo, aí se mete em outra confusão, imagina o que a população vai pensar, “pow aquele cara já matou um, já matou dois”. Aí ele vai matar outro, a gente chama pra ir lá na delegacia, eles dizem que não vai não por que a justiça não funciona, a polícia prende e ele não fica preso, a justiça vai e solta (IPC).

#### 3.2.4.4 Capacidade institucional

As dificuldades relatadas pelos atores da justiça de investigar estão atreladas ao fato da demora dos procedimentos e do manuseio dos inquéritos. *Maior dificuldade para investigar eu diria que pra nós aqui no manuseio dos inquéritos é que o próprio sistema de segurança que ele tem insuficiência de recursos (Promotor de Justiça).*

Já as dificuldades de julgar os casos estão relacionadas ao quantitativos de processos e efetivo de juízes, em que eles apontam que os números de juízes não é o suficiente para atender a demanda de homicídios com agilidade, além de ter problemas de ausência de testemunhas já que as provas técnicas são escassas devido a problemas atrelados a materiais periciais.

Os atores da segurança relacionam a dificuldade de prevenir e de investigar os homicídios devida a falta de estrutura das polícias, assim como a falta de políticas sociais, que de fato deixam a população dessa área onde ocorre mais homicídios em vulnerabilidade. Também, visto como dificuldade de prevenir e investigar os homicídios a falta de mecanismos de políticas de policiamentos, falta de estratégias de alocação de recursos. Assim, em algumas áreas de policiamento os recursos são escassos e ineficientes tanto para o policiamento preventivo e repressivo como a elucidação dos homicídios.

As polícias apontam que precisam fazer um trabalho mais comunitário, ganhando a confiança dos cidadãos para que os mesmos denunciem os mercados ilegais de drogas e os autores dos homicídios. É extremamente explícito nas falas dos entrevistados da justiça que para se diminuir ou evitar os homicídios deve-se evitar a entrada de drogas pelas fronteiras. É

preciso uma atuação estatal nos âmbitos social e educacional para atingir aqueles que estão em vulnerabilidade.

Eu entendo que o tribunal tem o papel de punir. Entendo que tenha dificuldade pra punir, a dificuldade que o tribunal tem pra punir a falta de estrutura. Aqui é um território muito de fronteira. Aqui, a droga entra muito pela fronteira. As fronteiras não são fiscalizadas. Venezuela, Guiana e de Manaus é de onde vem muita droga. Então a principal dificuldade é falta de estrutura, falta de fiscalização, falta de estrutura para fiscalizar as fronteiras.

Para os atores da segurança o que se deve fazer para evitar os homicídios é o fortalecimento do policiamento ostensivo, identificar as causas desses homicídios para se criar políticas focalizadas, fazer operações policiais dentro das comunidades, e identificar e punir os homicidas.

Para os atores sociais a atuação preventiva contra os homicídios deve priorizar serviços sociais e de cidadania para a comunidade, combater o tráfico de drogas e melhorar o policiamento ostensivo. *Mais policiamento, mais segurança. Eu entendo assim pra reduzir esses homicídios (Moradora do bairro Senador Hélio Campos).*

No que tange ao que fazer para prender, identificar e punir os autores dos homicídios é bem perceptível nas falas dos atores da segurança a necessidade de investimentos materiais e equipamentos tanto para a polícia militar, como polícia civil e perícia. A falta de recursos materiais dificulta a identificação do autor do crime, impossibilitando tanto a prisão quanto o julgamento. A falta de efetivo também foi apontada, pois a demanda por policiamento é grande na área estudada, assim como a falta do efetivo na polícia civil e na perícia dificulta a elucidação dos crimes, pois a demanda não permite que os agentes se dediquem profundamente com os casos que atuam.

A falta de viaturas descaracterizadas atrapalha a investigação dos homicídios e a identificação dos autores do crime, pois segundo os atores que trabalham diretamente nas investigações a população teme em fazer denúncias e testemunhar por medo de represálias. Causando mais dificuldade na investigação, uma vez que a prova testemunhal é muitas vezes fator decisivo para a elucidação dos homicídios, pois a perícia as vezes não consegue emitir um laudo com precisão devido falta recursos materiais e a violação do local do crime

Ah toda vez agente aciona né, primeiramente demora muito pra chegar e nós temos problemas aqui, não sei se é só aqui, que é o problema de violação do local do crime, aí as vezes quando a perícia chega, até pelo fato de demorar, já mexeram em alguma coisa, já tiraram alguma coisa do lugar, já olhou morto, já mexeram com o morto, até pelo causada pelo fato da demora né (Of.PM).

### 3.2.4.5 Capacidade técnica institucional (policial)

Nessa categoria quando discutido como os atores da justiça percebe-se a perícia técnica parte em eficiente e parte como ineficiente, isto está atrelado ao fato, não da capacidade intelectual dos técnicos, mas sim aos recursos de materiais disponíveis para o trabalho. E a solução apontada por eles, é os investimentos de recursos de materiais.

Já por parte dos atores da segurança foi apontado também em parte como eficiente e em parte como ineficiente, sendo atrelado a falta de recursos de materiais e humanos.

A perícia ajuda a gente muito pouco aqui. Primeiramente porque ela é mal equipada, muitas vezes a gente vê o cara tirando foto com o celular dele, porque é melhor que a máquina que o estado disponibiliza. As vezes os caras nem lanterna tem, as vezes a gente tem que está iluminando pra ele. Não tem fita zebrada, a fita zebrada que a gente tem aqui na delegacia de homicídios a gente conseguiu de doação do Detran pra fazer o isolamento de crime, as que tem nas viaturas é doação do Detran. Os cones que a gente tem pra isolar o local de crime são doações do Detran. Tudo porque a gente correu atrás, por que a gente sabe que é pra ajudar nosso trabalho, a gente sabe que o isolamento do local do crime é o início (IPC).

Segundo eles as maiores dificuldades são pontos enfatizados de necessidade de melhoria para que as polícias a investigação e a perícia com eficiência e mais agilidade são: o efetivo da polícia, materiais, treinamentos, armamentos, viaturas, principalmente descaracterizadas, pois segundo os atores que trabalham diretamente nas investigações a população teme em fazer denúncias, e testemunhar por medo de represálias. Causando mais dificuldade na investigação, uma vez que a prova testemunhal é muitas vezes fator decisivo para a elucidação dos homicídios pois a perícia as vezes não consegue emitir um laudo com precisão devido falta recursos materiais e violação do local do crime.

Uma das maiores dificuldades apontadas e que são pontos enfatizados de necessidade de investimento na perícia para que ela faça o trabalho com eficiência e mais agilidade são: o efetivo, materiais, treinamentos, viaturas.

No que se refere a existência de cooperação e articulação do Sistema de Justiça com o Sistema de Segurança Pública, os atores da justiça se mostram na maioria dos entrevistados com a percepção de completa cooperação, somente dois dos entrevistados mostram-se com a percepção de cooperação incompleta afirmando que precisam melhorar. *Eu acredito que não. De certa forma nós trabalhamos de forma separada. Dificilmente há, por exemplo, ou pelo menos nunca vi uma reunião entre os componentes desses dois sistemas. Então cada um trabalha por si (Promotor de Justiça).*

Os atores da segurança apontam como completa a cooperação entre os Sistemas de Justiça e de Segurança pública, dizendo que essa articulação vem melhorando, e que isso está dando agilidade a persecução penal. Poucos foram os agentes de segurança apontaram que ainda precisa melhorar essa articulação no sentido das respostas do judiciário as solicitações feitas a eles.

Foi discutido a cooperação dos órgãos da segurança, polícias civis e militares, e segundo as percepções dos atores da justiça a cooperação da polícia militar e civil precisa melhorar, está incompleta.

Agora quanto a percepção dos agentes das polícias civil e militar, eles acusaram que a cooperação entre eles já foi bem pior, e que hoje pode-se dizer que está completa, no entanto eles apontaram que é necessário melhorar essa articulação por que facilitaria o trabalho das duas polícias, maximizando a eficiência das atividades policiais, tanto de cunho preventivo quanto de cunho repressivo, é apontado que essa interação contribuiria principalmente na investigação dos homicídios, uma vez que é a polícia militar que chega primeiro ao local do homicídio e que é ela que faz o isolamento do crime, que tem o primeiro contato com o local do crime, e muitas vezes colhe informações que não são repassadas a equipe de investigação.

Em virtude de ser estado pequeno e os dois órgãos que estão dentro do mesmo Sistema de Segurança Pública, eu penso na minha visão particular, de 26 anos, que essa articulação, ela deveria ser melhorada ...essa articulação deveria ser potencializada ainda mais porque eu sinto ainda que são duas polícias trabalhando de formas isoladas, isso tem trazido o fortalecimento, um fator positivo para a criminalidade (Of. PM).

#### 3.2.4.5 Considerações gerais

Observou-se nas percepções em geral que o problema dos homicídios está localizado numa grande área periférica, que se localiza distante do centro da cidade, e que é chamada de Pintelândia. Esta grande área é composta por vários bairros em que ocorrem muitos homicídios, mas o bairro que tem o maior índice de homicídios foi apontado o senador Hélio Campos.

Os principais problemas de segurança pública existentes no Bairro Senador Hélio Campos, o porquê de nessas áreas ocorrerem mais homicídios, as motivações e aos fatores de risco estão ligados praticamente ao tráfico de drogas, consumo de bebidas alcólicas, problemas sociais e a falta de recursos aplicados na segurança pública.



Na maioria dos casos a vítima tem proximidade com o autor dos crimes, seja por droga, seja por parentesco ou amizades nos casos de brigas de bares, e esses crimes são apontados como planejados somente os que estão relacionados a drogas, o restante é meramente ocasional. Essas vítimas e os homicidas tem um perfil bem parecido, na maioria homens jovens, de escolaridade e renda baixa, de cor parda, sem ocupações, e com envolvimento no crime, e no caso dos autores dos crimes geralmente reincidentes.

No que tange a prevenção dos homicídios e as indicações de melhorias para se evitar os homicídios, as observações são voltadas a políticas públicas de educação e a assistência social, a fiscalização de fronteiras, melhoramento de policiamento (investimentos de efetivo, equipamentos e transportes).

Já as dificuldades da polícia e do judiciário de identificar os autores, de prender, julgar e punir as percepções são voltadas a falta de agilidade dos processos que está atrelada a falta de recursos e investimentos tanto para nas perícias como para as polícias que vão desde materiais e efetivo até a questão do treinamentos e instalações físicas.

No que tange a programas de redução dos homicídios, de proteção a pessoas ameaçadas de morte, e programas de combate a violência de forma ampla foram quase que unânimes as percepções de não existência, com exceções de algumas percepções dos atores de segurança que indicaram a existência de programas de combate a violência de forma mais ampla.

No que está relacionado ao que o Governo Federal faz para prevenção dos homicídios foi apontado a existência de convênios com as secretarias, repasses de verbas aos estados, e a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública, e com o a criação do Sinesp que é um banco de dados integrado entre os estados.

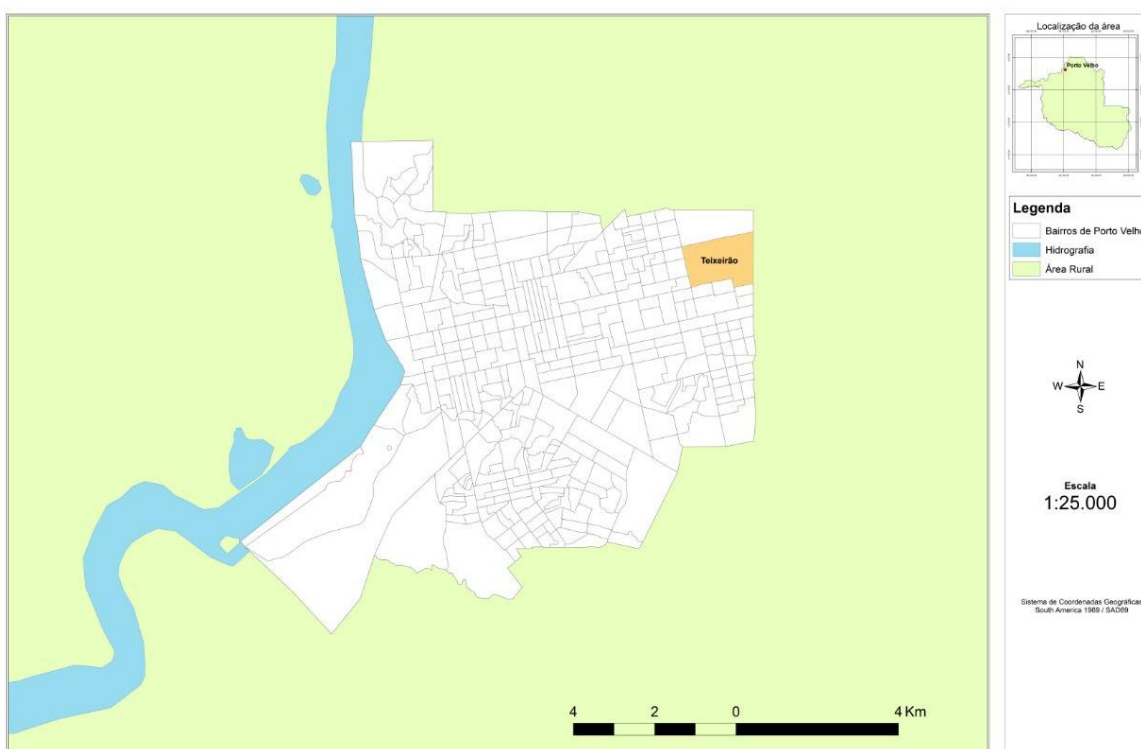
Concernente a interação das polícias civis e militares e foi apontado a necessidade de as polícias interagirem mais, para que haja eficiência das atividades policiais. E no tocante a cooperação dos do sistema de justiça e de segurança pública a maioria dos relatos é que atualmente está sendo mais completa, no entanto pode melhorar.

### 3.3 PORTO VELHO/RO

#### 3.3.1 Caracterização da cidade

Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP).

**Figura 8 – Mapa de Porto Velho - RO com destaque do Bairro Teixeira - 2016**



Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

##### 3.3.1.1 Perfil demográfico

O Estado de Rondônia possui 52 municípios, a sua capital, Porto Velho, possui uma extensão territorial de 34.090.926 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 12,57 hab/Km<sup>2</sup>. A população em 2010 era de 428.527 habitantes enquanto a população estimada de 2016 ficou em 511.219 habitantes (IBGE, 2016). “Entre 2000 e 2010, a população de Porto Velho cresceu a uma taxa média anual de 2,50%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

O número de homens residentes no município de Porto Velho no ano de 2010 era de 217.618 enquanto o de mulheres era de 210.909. Em 2010, a estrutura etária da população de

Porto Velho com menos de 15 anos foi de 26,57%, para a idade de 15 a 64 anos era de 69,90% e com 65 anos ou mais foi de 3,52%. Com relação à taxa de fecundidade esta passou de 3,2 em 1991 para 2,6 em 2000 e 2,1 em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). A população residente no município de Porto Velho de religião católica apostólica romana era de 207.296 e de 138.587 de evangélicos.

### 3.3.1.2 Histórico

O município de Porto Velho foi criado por desbravadores por volta de 1907, durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Localizado nas barrancas da margem direita do rio Madeira, o maior afluente da margem direita do rio Amazonas. Em meados do século XIX ocorreram os primeiros movimentos para construir uma ferrovia que possibilitasse superar o trecho encachoeirado do rio Madeira e dar vazão à borracha produzida na Bolívia e na região de Guajará Mirim.

As dificuldades de construção e operação de um porto fluvial, em frente aos rochedos da cachoeira de Santo Antônio, fizeram com que construtores e armadores utilizassem o pequeno porto amazônico localizado 7 km abaixo, em local muito mais favorável.

Percival Farquar, proprietário da empresa que conseguiu concluir a ferrovia em 1912, desde 1907 usava o velho porto para descarregar materiais para a obra e, quando decidiu que o ponto inicial da ferrovia seria aquele (já na província do Amazonas), tornou-se o verdadeiro fundador da cidade que, quando foi afinal oficializada pela Assembleia do Amazonas, recebeu o nome Porto Velho (IBGE, 2016).

Porto Velho nasceu das instalações portuárias, ferroviárias e residenciais da Madeira-Mamoré Railway. “A área não industrial das obras tinha uma concepção urbana bem estruturada, onde moravam os funcionários mais qualificados da empresa, onde estavam os armazéns de produtos diversos, etc” (IBGE, 2016). Era como se houvesse duas cidades: a área de concessão da ferrovia e a área pública. Estas eram separadas por uma linha fronteira denominada Avenida Divisória, a atual Avenida Presidente Dutra. Na área da railway predominavam os idiomas inglês e espanhol. Apenas nos atos oficiais, e pelos brasileiros era usada a língua portuguesa.

### 3.3.1.3 Aspectos econômicos e sociais

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Porto Velho passou de 0,495(baixo) em 1991 para 0,613(médio) em 2000 e 0,736 (alto) em 2010. Assim como observado em Manaus, Rio Branco e Boa Vista, em Porto Velho a dimensão que mais

contribuiu para o IDHM foi a Longevidade, com índice de 0,819, seguida de renda, com índice de 0,764, e de educação, com índice de 0,638. Porto velho ocupa a 876ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

A proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 81,06%, em 2010; enquanto que a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi de 84,84%; e de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 50,79%; por fim, a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo foi de 42,07% para o mesmo ano. Essas proporções aumentaram entre 1991 e 2010 respectivamente, em 42,37%, 51,12%, 32,70% e 31,62% (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). Em 2010, da população de 25 anos ou mais de idade, 6,62% eram analfabetos, 58,70% tinham o ensino fundamental completo, 43,12% possuíam o ensino médio completo e 12,21%, o superior completo (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

A taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, passou de 72,32% em 2000 para 70,84% em 2010. Enquanto a taxa de desocupação passou de 15,34% em 2000 para 5,61% em 2010. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 6,27% trabalhavam no setor agropecuário, 12,82% no setor de construção, 15,38% no comércio e 49,35% no setor de serviços.

A renda per capita média passou de R\$ 486,43, em 1991, para R\$ 613,61, em 2000, e para R\$ 929,19, em 2010. “A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 26,09%, em 1991, para 23,05%, em 2000, e para 7,95%, em 2010” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos passou de 0,58, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,56, em 2010.

### **3.3.2 Instituições de Justiça (Juízes e Ministério Público)**

#### **3.3.2.1 Organização político-administrativa**

O Poder Judiciário do Estado de Rondônia<sup>9</sup> encontra seu amparo legal na Lei Complementar nº 146, e 22 de dezembro de 1995, sendo duas as varas do tribunal do júri na comarca de Porto Velho, localizadas no Fórum Criminal Fouad Darwich Zacharias, na Rua

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.tjro.jus.br/>

Rogério Weber, nº 1928, Praça Marechal Rondon, Centro, Porto Velho, CEP : 76801-030: São elas: 1º Tribunal do Júri, telefones: 3217-1215 e 3217-1214; 2º Tribunal do Júri, telefones: 3217-1217 e 3217-1218.

A Lei Complementar nº 93/1993 - Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Rondônia<sup>10</sup>, regulamentando as atividades das promotorias de justiça nos artigos 54 a 59. Na estrutura administrativa da capital funciona a 18ª Promotoria de Justiça vinculada ao Tribunal do Júri, (69) 3216-3763.

### 3.3.2.2 Dinâmicas de atuação na perspectiva territorial

A distribuição dos feitos obedece a competência do local onde o crime ocorreu (*locus regit actum*), ou seja, todos os feitos que tenham origem em crimes contra a vida no território de cada capital serão encaminhados aos Juízos dos Tribunais do Júri, por distribuição. O inquérito policial é remetido ao setor de distribuição (consoante organização judiciária própria) e há a distribuição automática para um dos juízos.

Vale dizer que a competência de cada um dos Juízos das varas do Tribunal do Júri, é sobre os crimes ocorridos em sua respectiva comarca. O mesmo ocorre com as promotorias vinculadas aos tribunais do júri, devendo a lotação de cada agente ministerial respeitar o ordenamento regulatório de cada instituição regional.

### 3.3.3 Instituições policiais (Polícias Civil e Militar)

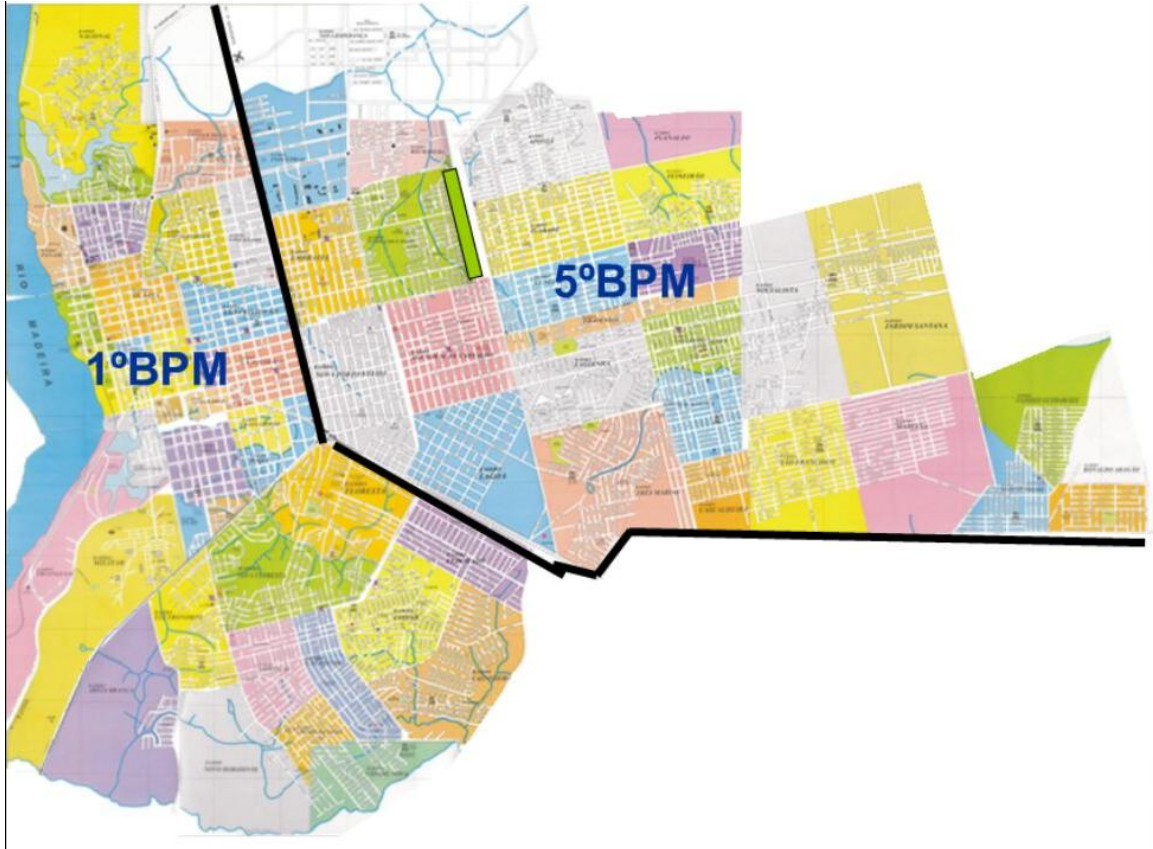
#### 3.3.3.1 Organização político-administrativa

Em Porto Velho, a área em estudo está situada na Zona Leste e é composta pelas comunidades dos bairros: Jardim Santana, Jardim Santana (Associação boa safra), Jardim Santana (Vale do sol), Parque Amazônia, Marcos Freire, Tancredo Neves, Juscelino Kubistchek, Esperança da comunidade, Teixeira, São Francisco, Mariana, Ronaldo Aragão, Airton Senna, Ulisses Guimarães e Associação de Lojista da José Amador dos Reis (Figura 9).

#### **Figura 9 - Mapa da divisão administrativa de Porto Velho, segundo as áreas de policiamento da PMRO**

---

<sup>10</sup> Disponível em: [www.mpro.mp.br/](http://www.mpro.mp.br/)



Fonte: 5º. BPM/PMRO

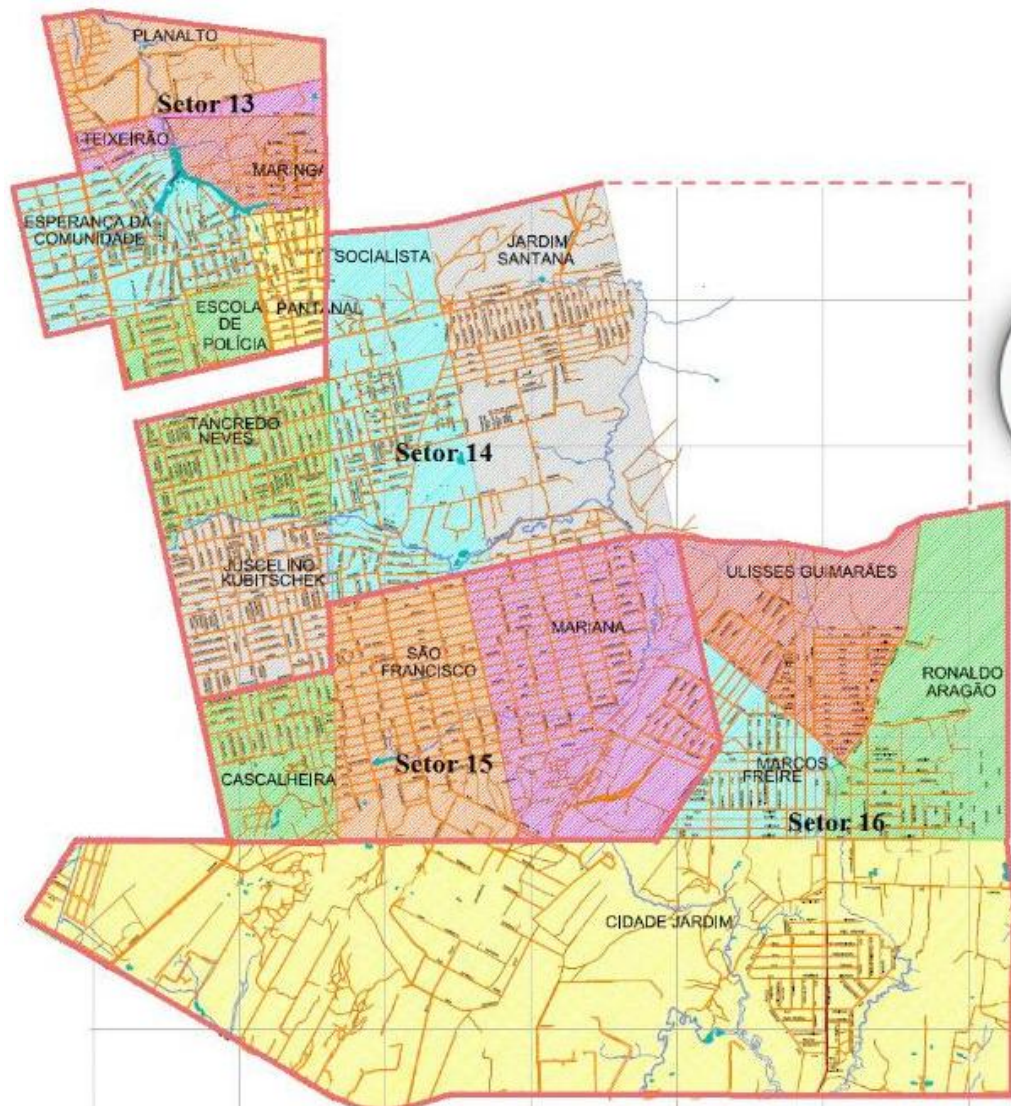
Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

As unidades da Polícia Civil de Rondônia na Zona Leste são as 8ª e 6ª Delegacias. No que se refere a Polícia Militar de Rondônia, o 5º BPM é a unidade encarregada da execução das atividades de Policiamento Ostensivo, especificamente a 2ª. Companhia de Policiamento Ostensivo (2ª. Cia PO), uma vez que o 5º BPM se divide em:

- a. 1ª Cia PO, responsável pelo policiamento na área compreendida entre as avenidas Mamoré e Jorge Teixeira, além das comunidades de Cujubinzinho, Cujubim Grande, Aliança e comunidades da RO-005;
- b. 2ª Cia de PO, responsável pelo Policiamento na área após a avenida Mamoré e vila Codarom;
- c. 3ª Companhia PO, responsável pelo policiamento nas cidades de Candeias do Jamari e Itapuã d'Oeste, além dos distritos de Triunfo, Jaci Paraná, Nova Mutum, Velha Mutum e União Bandeirantes.

**Figura 10 – Mapa da área de policiamento da 2ª. Cia PO/5º. BPM – Porto Velho-RO**





Fonte: 5º. BPM/PMRO

Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

A 2ª. Cia PO integra a UNISP Leste e é responsável pelo policiamento ostensivo da Zona Leste de Porto Velho. Assinala-se a existência do Conselho Comunitário de Segurança (Conseg) nos bairros JK, Tancredo Neves, Socialista, Santana, Chacareiro, Pantanal, Esperança da Comunidade, Planalto, Escola de Polícia e Teixeira. Estes cinco integram o Setor 13, área objeto deste estudo (Figura 10), com ênfase no último bairro.

### 3.3.3.2 Dinâmicas de atuação na perspectiva territorial

As Polícias Civil e Militar de Rondônia atuam nos bairros da Zona Leste no âmbito da Unidade Integrada de Segurança Pública (UNISP), instalada na Av. Amazonas. Esse modelo está planejado para todo o estado como tentativa de integrar as administrações

regionais dessas duas instituições de segurança pública e as unidades do Corpo de Bombeiros Militar, em um mesmo prédio, com responsabilidade sobre uma mesma circunscrição. Com isso, o cidadão poderá ter um mesmo referencial de endereço para atendimento integral da maior parte das suas demandas de segurança pública.

Após a instalação das demais UNISPs da Capital, as 1ª e 3ª Delegacias devem integrar a UNISP Centro, e, na UNISP Sul, estejam atuando as 4ª e 7ª Delegacias. Todos os homicídios da Capital, por sua vez, são investigados pela Delegacia Especializada em Crimes contra a Vida (DECC).

### **3.3.4 Percepções**

#### 3.3.4.1 Territorialidade

Para esta análise foram realizadas 23 entrevistas com atores institucionais do Sistema de Justiça Criminal e com atores da sociedade civil residentes no Bairro Teixeira e áreas adjacentes da cidade de Porto Velho/RO. Entre os atores institucionais foram entrevistados três Juízes do Tribunal de Justiça (2 do Tribunal do Júri e 1 da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas - VEPMA); três promotores de Justiça (2 com atuação no Júri e 1 na Vara de Cidadania); dois oficiais e dois Praças da Polícia Militar e, da Polícia Civil, dois delegados, três investigadores e um escrivão. Com os agentes sociais foram entrevistados dois moradores do bairro Teixeira, dois comunitários do bairro Esperança da Comunidade, um do Centro, um da Cohab, um do Jardim Santana.

A percepção dos crimes que envolvem os homicídios nos bairros está ligada, principalmente ao tráfico de drogas, ou disputa por pontos de venda de drogas. Para os atores da justiça, três deles não lembram dos nomes dos bairros, mas observam que há um ponto em comum com entre eles: a Zona. Os homicídios geralmente aparecem nos processos da Zona Leste. Para outros três atores cada um cita bairros distintos: Ulisses Guimarães, Nacional, Mariana e Esperança, não há um ponto em comum em que acontecem mais os homicídios. Observou-se que os crimes, de modo geral, estão correlacionados a periferia da cidade. *Especificamente bairro não sei, mas toda a periferia da cidade, área periférica, os bairros menos assistidos pelo poder público, onde criminalidade é mais constante em todos os segmentos do crime (Juiz do Júri).*



Por outro lado, os agentes da segurança voltaram para os seguintes bairros como sendo mais violentos ao se pensar em homicídios: Mariana, Teixeira, Ulisses Guimarães, São Francisco, Planalto, Ayrton Senna, Tancredo Neves bairros que compõem a zona Leste. Observou-se que os bairros Teixeira, Mariana, Ulisses Guimarães e São Francisco foram os mais lembrados. O bairro João Paulo foi lembrado por ter na sua configuração o Hospital da cidade e as mortes que acontecem parte desse contexto, há essa percepção de que os homicídios também ocorrem nesse bairro.

O maior gargalo que a gente tem é no João Paulo. Toda comunicação de morte é feita lá. Então inicialmente o índice de morte aqui é alto porque o único hospital público que tem a capacidade de atender as pessoas baleadas, situações de crise e emergência, quadro grave é o João Paulo (Del.PC).

A Zona Leste foi a mais lembrada pela comunidade. Os bairros mais citados foram Ulisses Guimarães, Planalto, Escola de Polícia, Agenor Carvalho, Jardim Santana, Esperança da Comunidade. Os bairros Mariana e Teixeira e Academia de Polícia foram os mais citados com relação à violência. A Violência tem influenciado no contexto escolar, como observado no bairro Academia de Polícia por uma professora que há 8 anos vive nessa localidade e atua como pedagoga, já houve mortes em frente da escola.

Aqui nessa escola há um ano só, estou um ano só, mas eu já trabalhei numa escola bem próximo daqui que foi a Flora Calheiros. Inclusive, com homicídios na frente da escola. Já aconteceu quando estava lá! (Moradora do Bairro.)

A comunitária afirma que os crimes acontecem com mais frequência em bairros próximos, mas que refletem no bairro em que mora e isso faz mudar as rotinas das pessoas, o exemplo é onde mora. As mortes estão acontecendo mesmo dentro de condomínios fechados: *No próprio condomínio que eu moro era super tranquilo, mas agora tá tendo morte, tendo uns absurdos...dentro do condomínio. É assim... umas coisas estranhas né, que a gente não tá conseguindo entender o que tá acontecendo... é muito diferente.*

Para os agentes de justiça há um consenso nessas áreas. São nesses locais que acontecem os maiores crimes, como o homicídio, mas também a concentração de pessoas, a ausência do Estado, o baixo nível de escolaridade, precárias condições econômicas, falta de emprego. Outro ponto em comum observado é a desorganização familiar.

Nós vemos que começa com estrutura familiar, eu vejo que razões da ocorrência de crime de homicídio serem nessas regiões menos favorecidas tem toda uma lógica, né. E isso vem desde lá da estrutura familiar, da ausência do Estado com suas políticas básicas, como saneamento, educação, saúde, então a desestrutura das famílias começa tudo por aí (Promotor de Justiça).

Outro ponto em comum relatado pelos agentes da Polícia Civil e Militar foram os acontecimentos de crimes de homicídios que envolvem o tráfico de drogas ou briga por territórios, por serem locais com infraestrutura inadequada. Tratam-se de bairros advindos de invasão, grande concentração de pessoas, renda baixa. A desorganização familiar configura-se como um fator agravante para elevar os crimes, principalmente os homicídios. Por outro lado, os agentes de segurança observaram a ausência do Estado nesse contexto, principalmente em relação à falta de efetivo e o grande número de ocorrências para atender.

Eu tive que tirar plantão e no turno seguinte eu continuar na delegacia por que não tinha um policial pra entregar ofício. E devido a essas questões a minha corregedora é sabedora disso. Esse fato que eu to narrando aconteceu em 2013. Eu fui pra corregedoria. Eu respondi por que eu não investiguei um furto de um cachorro nessa época que eu tava tirando três plantões noturnos consecutivos, e trabalhava ate meio dia entregando documento por que não tinha ninguém pra suprir. Então a carência de policiais é que leva a gente não conseguir elucidar os fatos (IPC).

Para moradores dessas localidades há um ponto em comum entre a percepção dos agentes de Justiça, bem como daqueles da segurança pública. A droga tem seu papel preponderante nos crimes que ocorrem nesses locais. Para os moradores dessas comunidades há um grande número de pessoas nesses aglomerados urbanos, sem infraestrutura, jovens sem trabalho e renda, sem educação o que, na percepção de alguns entrevistados, pode levar ao cometimento de crimes diversos. Outro ponto observado é em relação ao aparato do Estado, apenas um dos entrevistados observou a ausência de efetivo policial, caracterizando que os policiais estão nas ruas, mas em locais distintos, não conseguem resolver os problemas da violência.

Eu acho que eles não estão no local certo na hora certa, eles não fazem o atendimento adequado, eles não ficam nos bairros que precisam realmente. Quando a gente necessita nunca chegam, quando chegam é com a desculpa que não tem carro, que não tem isso, que não tem aquilo. Eu acho assim, que o policiamento, em si, precisaria ser mais reforçado (Moradora do bairro Esperança da Comunidade).

O motivo principal que leva ao cometimento de homicídios, segundo todos os entrevistados, é a droga (drogas ilícitas, como por exemplo: cocaína) ou conflitos advindos dela, como: roubos, furtos.

Para um entrevistado da justiça (promotor de justiça) um dos motivos tem a ver com bebidas alcoólicas. Houve também quem (Juiz) afirmasse que um dos motivos teria a ver com a desorganização familiar. Outros motivos presentes no discurso dos entrevistados foram a intolerância, a incapacidade de resolver conflitos, até mesmo familiar, ausência de diálogo.

Intolerância do cidadão e incapacidade de solucionar os conflitos que surgem na vida deles de forma pacífica. E essa incapacidade é resultante da falta de escola, da

falta de família. O problema é estrutural, porque uma pessoa dessa, ela sequer consegue perceber o que é certo e o que é errado. A visão dele é muito distorcida da coisa (Promotor de Justiça).

Observou-se nos fatores de risco a desorganização familiar. Dos vinte e três entrevistados, quinze concordaram que a desorganização das famílias é um fator preponderante para as ocorrências de homicídios. Para cinco agentes de justiça a falta de um conjunto de ações do Estado, seja na educação, na saúde, políticas públicas, ocupação em trabalho, até na formação escolar de base, pode ter relação direta com os crimes. Um dos agentes da justiça (Juiz) citou a questão da fronteira com Bolívia, como rota do tráfico de drogas o que se converte em elevado fator de risco para a ocorrência de homicídios:

Nós temos aqui em Rondônia uma proximidade muito grande com a Bolívia, que é um grande fornecedor de drogas para o país, e acaba que Rondônia se transformou em um corredor de passagem para drogas e mais recentemente, acho que nos últimos dez anos, principalmente, não só um corredor de passagem, mas, um pólo consumidor significativo para essas drogas. Isso tem gerado muita violência, crimes de acerto de contas, crime em predomínio de região de traficante, então nesse aspecto acho que tem que ser repensado essa situação (Juiz do Júri).

Para os agentes de segurança, além da questão da desorganização familiar, já percebida por outros atores, a densidade demográfica desses locais é fator de risco para o cometimento de homicídios e está ligada a conflitualidades provocadas pelo tráfico de drogas. Essas pessoas são na maioria jovens, sem renda e com escolaridade baixa. Existe o que os agentes salientam como falta de "políticas públicas" voltadas para essas pessoas, seja na infraestrutura dos bairros, má distribuição de renda, na reincidência de criminosos. Outro fator de risco seria a estrutura precária das instituições, falta equipamentos. O processo de registrar as ocorrências tem influenciado no aumento dos crimes, por conta da demora em registrar a ocorrência.

Da ocorrência para confeccionar o boletim a gente vai para uma base da polícia militar onde tem um computador e às vezes dá problema o computador, a impressora tá com problema. Aí tem que sair dessa base pra outra base para poder confeccionar e além de confeccionar a gente ainda tem que vir entregar na DP. Então, olha só o que é pra confeccionar um boletim de ocorrência, aí muitas das vezes fica uma viatura empregada uma hora ou mais só nisso aí (PPM).

Entre os moradores das comunidades o fator econômico, a grande quantidade de pessoas que moram nesses locais e a infraestrutura inadequada são fatores de risco para a maior incidência da violência homicida. Uma das entrevistadas citou a reincidência como um dos fatores por esses adolescentes estarem envolvidos com o tráfico de drogas. A professora que há 14 anos atua na rede pública de ensino, na Zona Leste, fala da falta de uma família

estruturada para ajudar no acompanhamento desse jovem para não entrar no crime, quando isso não ocorre esse jovem geralmente caminha para o outro lado, falta uma base familiar.

Não tem uma educação. Não tem uma religião, ele não tem nada. Simplesmente família. Não tem uma educação familiar mesmo. São totalmente desestruturados. O pai tá preso ou a mãe tá presa ou tá prostituindo. Vem de uma base bem complicada. Você vai puxar, chamar o pai e mãe aqui, nem vem. O menino diz: não professora, meu pai morreu. Meu pai tá preso. Ele não quer falar que o pai tá preso: Meu pai morreu. Ele morreu. Então falta uma base familiar (Professora Rede Pública).

Então qual a relação das vítimas com os autores? Para essa pergunta a maioria das respostas dos entrevistados foi categórica. É comum haver relação de proximidade entre a vítima e o autor dos crimes de homicídio, porém, apenas um destacou na maioria dos casos a vítima não conhecia o acusado. Para um agente da justiça (PJ) não há uma relação direta de conhecimento em todos os casos: *nenhuma relação existe. Vou te dar exemplo, acontece em bar. Não há nenhuma relação, ninguém se conhece, vai um e mata o outro. É muito comum.* Por outro lado, dois atores da justiça (juízes) além de afirmarem uma proximidade com a vítima relatam que há um envolvimento familiar ou amoroso: *temos muito homicídio com arma, violência familiar, marido e mulher, companheiros... Existe? Existe! Muito? Muito! E se observa um crescimento absurdo, violência doméstica familiar* (Juiz do Júri).

Para o cometimento dos homicídios os atores de justiça não veem como ação planejada, todos afirmam que não há essa relação de planejamento, porém, três deles afirmam que existe plano da ação delituosa em casos específicos.

Eles são resultados de uma intenção, de uma prévia intenção, há uma animosidade, uma vontade do sujeito de matar o outro e mais hora, menos hora ele se aproveita de uma situação acaba fazendo isso...Caso assim de planejamento mesmo no estrito significado do termo são poucos (Promotor de Justiça).

Os agentes de segurança (PC e PM) são firmes em afirmar que existe sim um planejamento das ações para o cometimento dos homicídios, além disso três deles (dois Praças e um IPC) afirmam que tem relação com o tráfico de drogas. O policial militar da segurança pública (Praça PM) afirma ainda que as "encomendas" de homicídios, apesar de serem raras, estão correlacionadas aos crimes de pistolagem: *os planejados são mais assim relacionados ao tráfico né!... Planejados seria aqueles de pistolagem, encomenda... e de encomenda é mais difícil (PPM).*

Apenas dois moradores se sentem seguros andando pela manhã em seus bairros (Cohab e Jardim Santana). Pelo fato de ser gestora de escola e conhecer a maioria das pessoas

do bairro a diretora afirma que se sente encorajada a caminhar pela manhã no bairro em que reside, mas ressalta que não aconselha a todos fazerem o mesmo que ela: *Eu passo na rua os alunos que estão do meu lado... - Ei diretora, pra onde a senhora vai? Quer dizer isso dá uma certa segurança, mas não aconselho qualquer um a andar não!* Nesse mesmo pensamento de conhecer os moradores das localidades, esse ator social que mora no bairro Jardim Santana, há seis anos, se sente seguro em andar tanto de dia quanto à noite, e esse mesmo pensamento tem em relação ao bairro Teixeira, porém quando se desloca para outro bairro que não conhece as pessoas, não se sente seguro, cita como exemplo o bairro Ulisses Guimarães:

É sou muito conhecido na área....- É conhecido? Por causa do conhecimento. Teixeira eu vou qualquer hora, do dia, da noite, o que for preciso No Ulisses eu já fui, agora eu não sinto aquela segurança como aqui, porque aqui, vou dizer igual o outro... aqui é a minha casa (Morador do bairro Jardim Santana).

Há outros cinco moradores de bairros diferentes que não se sentem seguros em caminhar durante o dia (dois moradores do bairro Teixeira, dois do Esperança da Comunidade e um do centro da cidade). Para a moradora do Centro há um tempo atrás percorria o trajeto até o trabalho de bicicleta, hoje quando vai para o trabalho é de carro, com os vidros levantados. Para a pedagoga que é domiciliada há 25 anos no Centro, não se sente segura, porém em outros bairros não tem essa preocupação.

Para os dois atores sociais do bairro Teixeira eles não se sentem tranquilos em caminhar durante o dia e nem à noite. A falta de efetivo policial, a demora para chegar uma viatura tem papel preponderante na opinião dos moradores. Os homicídios não têm papel singular no trânsito de dia ou à noite, mas os roubos, furtos, crimes contra o patrimônio e envolvimento com bebida alcoólica.

Para a moradora do bairro Esperança da Comunidade não tem sensação de estar segura quando caminha pelas ruas do bairro durante o dia e durante à noite. O questionamento se faz por conta não do seu bairro, mas do bairro vizinho que considera como violento.

No contexto da percepção dos atores sociais quanto a caminhar durante à noite nos bairros em que moram apenas um morador de Jardim Santana afirmou que se sente tranquilo, cediço que esse morador é líder comunitário e conhece todos a maioria das pessoas de sua localidade. A moradora do Centro evita caminhar durante à noite, principalmente no seu bairro de residência, afirma que já havia morado em outros bairros e não tinha receio como tem nesse local:

Por isso eu também evito certos horários, caminhar aqui, principalmente nesse bairro. Eu Sempre morei em outros bairros e lá eu não tenho receio como eu tenho

por aqui. Então algumas áreas da cidade eu acabo evitando por saber que ali tem pessoas que moram e que eu estou mais próxima de situações de risco (Moradora do Centro).

Para um entrevistado da sociedade civil, morador do bairro Esperança da Comunidade falta um acompanhamento melhor aos procedimentos da polícia, saber identificar os locais, os infratores que podem ser potenciais criminosos. Esse entrevistado, cita como exemplo, a sensação de insegurança gerada pela presença de jovens portando arma de fogo nas proximidades das escolas, inclusive, alguns destes até chegam a adentrar os estabelecimentos de ensino.

A não ser que a gente ligue e passe ali e quando acaba de sair volta todo aquele grupo de novo. Passou a viatura, volta aquele grupo de novo. Tanto na entrada quanto na saída e permanente, você pode vim que às vezes está no portão da escola. No portão da escola! (Morador do bairro Esperança da Comunidade).

Para a maioria dos atores entrevistados o principal problema de segurança nos bairros é a falta de efetivo policial. O Policiamento não se finaliza por conta da ausência de agentes no policiamento nas ruas do bairro, isso poderia contribuir para os crimes. Dos sete entrevistados seis ratificaram a falta de efetivo.

Outros fatores são citados como parte da problemática: demora no atendimento, há um entendimento que não ha efetivo e equipamentos suficiente, como viaturas por exemplo, os moradores poderiam ajudar indicando os possíveis criminosos, estrutura precária dos bairros, como a falta de iluminação. Por fim, a observação de dois atores (Esperança da Comunidade e Jardim Santa) recaem sobre a crise econômica global que atinge alguns países o que pode ter relevância na questão do não investimento em segurança cidadã.

Para o morador do bairro Esperança da Comunidade projetos sociais voltados para o fortalecimento das relações familiares e intensificação do policiamento ostensivo podem contribuir para a redução dos homicídios. Outro morador do mesmo bairro observa que a polícia (PM) pouco atua, apensar de estar presente quando acionada para atender as ocorrências. Para a moradora da Cohab os delinquentes apresentam um perfil violento, não existe policiamento ostensivo (PM), os crimes têm envolvimento com drogas, o bairro não tem infraestrutura, esses jovens não têm qualificação: *eu acho que um dos fatores principais é a educação... A maioria deles só possuem ensino fundamental incompleto.*

A percepção da violência quanto aos crimes se configura nas afirmações quando se pergunta se os atores sociais já presenciaram ou conhecem alguém vítima de homicídios, nos últimos anos? Houve a afirmação de seis atores que conheciam as vítimas no mesmo ano da

entrevista. Um deles (moradora do Centro) afirmou que conhecia ou ouviu falar de um caso no ano anterior. A afirmação de conhecimento se apresenta em um morador (bairro Esperança da Comunidade) onde conhecia mais de uma vítima de homicídio. Na sua maioria são pessoas jovens, com envolvimento com tráfico ou abuso de drogas, pessoas conhecidas dos entrevistados, como afirma uma moradora do bairro Teixeira: *Sim. Dois jovens. O Cid que eu conhecia desde criança e o Jardel. Foi tudo ano passado... Eu acho que um foi por assalto e por causa de droga.*

#### 3.3.4.2 Perfil das vítimas e autores dos homicídios.

Quanto ao perfil das vítimas, a quase totalidade dos entrevistados caracterizaram as vítimas como homens, de idade jovem, em média entre 15 a 30 anos, pessoas de cor parda. Essas vítimas estudaram pouco, na sua maioria com ensino fundamental incompleto, pessoas desempregadas com trabalhos informais, renda baixa e com envolvimento em outros crimes. *Geralmente tanto na vítima como o autor do delito já tiveram passagem policiais ou antecedentes criminais* (Juiz do Juri). Apenas um ator da justiça enumerou uma pessoa que estava trabalhando, mas se enquadra no perfil acima citado.

O perfil dos homicidas indicado pelos entrevistados da justiça é um semelhante ao das vítimas. São homens, pessoas jovens, de cor parda, com baixo nível de renda e escolaridade, quase sempre sem ocupação e envolvidos com o crime, e com uma certa reincidência. O que chama a atenção é fato de pessoas na idade adolescente, abaixo de 18 anos, estarem relacionadas a homicídios, que quase sempre estão ligadas ao tráfico de drogas.

Para os agentes da segurança, a maioria das vítimas de homicídios nesta cidade são homens jovens, de cor parda, com níveis educacional e ocupacional precários, muitos desempregados com ensino fundamental incompleto e de baixa renda, quase sempre já possuem envolvimento com outros crimes. Para dois agentes da PC duas vítimas se declararam como transexuais, destoando do padrão encontrado para a cidade, um deles não tinha renda, mas se observou que este já havia cometido outros crimes, e voltou a cometer: *A grande maioria tem[homicídio], matam e posteriormente matam de novo* (IPC).

Na percepção dos agentes de segurança os autores dos delitos não se distanciam muito das vítimas com relação às características. Também são homens jovens, com renda baixa, envolvimento com tráfico de drogas, tem dependência química, são pardos, desempregados e na maioria dos casos têm envolvimento com outros crimes. Um dos entrevistados destacou que um dos acusados de homicídio possui ensino médio. Outro caso de homicídio foi

praticado por uma criança. Também se observou que os crimes, na sua maioria, têm a participação de adolescentes.

Você vê que as vítimas são homens jovens, mas os infratores na sua significativa parcela são adolescentes. É a única questão que dá uma diferenciação boa. É difícil um maior de idade praticar um crime contra um menor. Mas o menor, por aquela questão da inconsequência do fato (Del. PC).

Para os que moram nos bairros pesquisados (moradores) há uma sequência lógica das vítimas e dos algozes. Tanto a vítima quanto o agressor na maioria dos casos se conhecem, têm envolvimento com entorpecentes, são homens jovens, não concluíram o ensino fundamental. Outros, quando chegam ao ensino médio, não conseguem terminá-lo. São pardos, desempregados, com nível de renda baixa. Para uma moradora do bairro Esperança da Comunidade um dos casos que chamou a atenção foi entre dois homossexuais, duas pessoas que se conheciam. São jovens com idade entre 14 e 19 anos, geralmente não têm envolvimento com homicídio, mas praticam furtos e roubos. Esses delitos, reiteradamente praticados, acabam conduzindo a homicídios. *Provavelmente já teve envolvimento com alguma coisa. Esses menores mesmo que já morrerem se você for olhar a ficha deles já tem passagem pela polícia. Não que mataram, mas tem passagem por drogas, pequenos furtos (Moradora do bairro Esperança da Comunidade).*

#### 3.3.4.3 Resposta do Estado

Para observações acerca da prevenção dos homicídios, aos atores da sociedade civil (moradores dos bairros) foi perguntado como estaria o trabalho da polícia na prevenção dos homicídios. Três deles responderam que a polícia, sempre que possível, atende aos chamados, mas o atendimento é precário. Um dos atores salientou que os policiais poderiam atuar de forma mais cidadã no atendimento das ocorrências. O que se observou no discurso desse entrevistado é a sua percepção na ausência de um policiamento pautado no respeito ao Estado Democrático de Direito.

Por mais errado que você esteja, tu já imaginou, você tá fazendo uma coisa errada, eu chego com carinho, com atenção, tu vai ficar com vergonha... Eu vejo assim na televisão, porque eu nunca presenciei, né? Mas eu imagino que se mudasse um pouquinho, eu acho que ajudaria (Moradora do bairro Esperança da Comunidade).

Outra residente, há 19 anos na Esperança da Comunidade, afirma que existe policiamento ostensivo na prevenção dos homicídios, porém, o que falta é efetivo policial.

A viatura tá passando, ele já tá prevenindo. Agora não tem como está em todas as ruas em todos os momentos. Infelizmente, faltaria mais policiais na rua. Mais policiais nas escolas. Porque o grupo que atende aqui, atua no bairro todo. Então



uma viatura pra atender o bairro todo, duas viaturas, não tem condição (Moradora do bairro Esperança da Comunidade).

A falta de efetivo policial está generalizada no discurso dos moradores do bairro Teixeira e bairros adjacentes. Confirmando a afirmação de outros moradores, a percepção de uma entrevistada residente no bairro Teixeira é de que antes os policiais estavam mais presentes, enquanto que atualmente as rondas policiais são tímidas. Essa afirmação tem a ver com os Postos de Observação (PO) policiais que eram instalados em determinados lugares para prevenção, observação e atendimento local. Essas ações garantiam a presença da polícia e ajudavam a inibir a ação criminosa: *Com certeza, ou talvez voltasse naquela época que tinha aquela guarita que ficavam nos bairros (Moradora do bairro Teixeira).*

Para outra moradora do Centro da cidade de Porto Velho, que há 25 anos mora no bairro, não há prevenção dos homicídios. A afirmação se faz por conta dos crimes de morte se tornarem rotineiros, hoje se considera normal um homicídio, e falta efetivo policial. Não há prevenção nesse contexto, afirma:

Não, porque se tivesse a gente não teria conhecimento do que está acontecendo, né! Cada vez! Como eu te falei, acaba sendo comum, e começa a achar normal, e aí quando a gente começa a achar normal é que não está normal, né! Então eu não vejo uma diminuição... Pra ter uma prevenção, teria que ter também mais efetivo, e ela não tá acompanhando a quantidade conforme tá o crime acontecendo (Moradora do Centro de Porto Velho).

Outra moradora afirma que a polícia não consegue prevenir os homicídios e vai além, os agentes policiais vão aos locais de crime se estiver um fato consumado, caso seja outra ocorrência não há um atendimento por parte da polícia. *Se tem alguém morto, se disser que tem, eles vêm, se disser que não, ela não vem. Então, quando tem um homicídio acho que ela dá uma certa atenção, mas se não tiver homicídio, se for só um caso de furto, ela não dá tanta (Moradora).*

Para justiça cumprir seu papel uma moradora descreve que precisa melhorar, as mortes estão acontecendo com frequência. Outro respondente que mora há 16 anos no bairro Jardim Santana afirma que a justiça faz seu papel de forma acanhada, faz a observação no cumprimento das leis: *Pior que tem crime que a justiça dá 30 anos, 30 anos passa e é reduzido pra 15, por bom comportamento cai ainda mais pra baixo.*

Quatro moradores dos bairros (Centro, Esperança da Comunidade e Teixeira) afirmaram que a justiça cumpre seu papel. Para eles o cumprimento se dá pela condenação dos acusados, mas observam que um deles faz inferência a questão da ressocialização onde o Estado não cumpre com essa etapa. A dualidade do cumprimento da justiça está na prisão e na

liberação rápida das pessoas que cometem crimes, afirma a moradora do bairro Esperança da Comunidade. Os processos dentro do sistema podem prejudicar a justiça em cumprir seu papel, afirma: *Tem todo um processo, um andamento que faz todo processo andar. Então acho que tá dentro das possibilidades. Poderia ser melhor? Por que não? Tudo pode melhorar. Mas do jeito que está tendo. Tá dentro das possibilidades* (Moradora do bairro Esperança da Comunidade).

Para uma moradora do bairro Teixeira a justiça consegue cumprir em alguns casos e outros não. Essa afirmação se alicerça na questão das prisões. *Alguns sim, alguns não. Por que até hoje tem alguns que ninguém descobriu nada* (moradora do bairro Teixeira).

Os projetos para redução de homicídios foram lembrados por apenas dois respondentes, mas ainda de forma acanhada e voltada para o público infantil, como é o caso do Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e a violência) desenvolvido pela Polícia Militar, como afirmou uma Oficial da PM. Outra percepção quanto à prevenção foi de um Juiz de Direito com o projeto ACUDA. Para o magistrado o projeto tem surtido efeito por trabalhar a prevenção: *Associação Cultural de Desenvolvimento e Apoio ao Egresso do Sistema Prisional. Temos vários casos de pessoas que cometeram crimes graves homicidas inclusive, passam por lá e têm uma vida melhor.*

No contexto da proteção para as pessoas ameaçadas de morte apenas dois atores afirmaram conhecer programas voltados para essa temática. Um ator da justiça (Juiz) lembrou de um projeto da igreja católica (pastoral) onde é voltado para o combate as vítimas de possíveis ameaças: *Fazem assistência religiosa, dão apoio, trabalham na questão de apoio à vítima, visitam familiares, dão mais apoio religioso. Não apoio material.* Outro agente da justiça (juiz) afirmou que existem projetos voltados para proteção da testemunha, mas não lembrou o nome.

Para um agente da segurança pública (Praça da PM) existe o projeto Ronda Maria da Penha que atua na proteção e acompanhamento das vítimas provindas de maus-tratos domésticos ou familiares.

Para os programas de forma mais ampla os atores afirmam ter mais conhecimento: Para dois (juizes) afirmam que de forma geral precisaria de mais investimentos nas varas específicas, como a Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas (VEPEMA); a igreja católica foi outra lembrança de projetos que atuam na linha de prevenção de forma mais ampla para essas pessoas.

Quatro agentes da segurança pública afirmaram que existem programas na prevenção, como o Proerd, Pastoral da Igreja Católica, Ronda Maria da Penha. São programas que trabalham a prevenção de modo geral na intuição dos entrevistados. Um dos atores (IPC) afirma que as reuniões para traçar medidas de ação de controle de crimes têm acontecido e podem ajudar nessa prevenção, mas ainda são tímidas e pouco produtivas.

O que chama a atenção para a prevenção da violência são os programas sociais na visão dos moradores dos bairros. Os programas e projetos deveriam ser voltados para educação, esportes, lazer. Um dos moradores do bairro Jardim Santana observa o projeto chamado “Escolinha” que retira jovens das ruas e os coloca para praticar esporte, no caso futebol. Para uma moradora do centro da cidade a iniciativa teria que se voltar para programas educacionais, cita o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e a participação dos Conselhos Tutelares. O Proerd também foi lembrado por atuar em diversas frentes.

Visto as intenções em que os projetos podem atuar, a percepção dos atores quanto aos órgãos governamentais que poderiam ajudar na prevenção dos homicídios, os atores afirmaram que (secretarias, juizados, Ministério Público Batalhões, comunidade) poderiam ter mais interação, afirmou um Magistrado: *Aí vem judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, as polícias, tanto a civil quanto a militar.* Para os atores da justiça a participação teria que ser mais participativa tanto as secretarias estaduais como municipais. A Secretaria de Assistência social foi mais lembrada, poderia ajudar ser mais atuante.

Os agentes da Polícia Militar observaram que poderia haver uma cooperação entre outros órgãos (PM, PC, TJ, MP, Comunidade) todos de forma integrada, inclui-se nesse contexto as delegacias especializadas. Os agentes sociais caminham neste mesmo pensamento, em formar parcerias com os setores diversos do Estado e Município, propor novos caminhos a integração para combater os diversos males sociais, inclusive os homicídios.

Para os agentes da Justiça o governo poderia interagir, através de suas secretarias: propor medidas para ação educativa, infraestrutura dos bairros, mobilização da sociedade civil, combater a corrupção. Outro ponto seria a fiscalização na fronteira para combater a entrada de entorpecentes.

A ressocialização de dependentes e delinquentes poderiam ser tratadas pelos órgãos do sistema, afirma um dos integrantes da entrevista (Oficial PM), as políticas públicas deveriam

interagir com os órgãos privados (SENAI, SEBRAE) na promoção de medidas alternativas na educação e qualificação desses jovens. O Tribunal de Justiça poderia dar mais apoio as ações policiais (Praça PM), os projetos teriam que ser voltados para a proteção familiar, e policiamento ostensivo ser mais atuante, com efetivo adequado, com recurso materiais técnicos adequados aos agentes, afirma um policial militar.

Para os atores sócias poderia haver mais comunicação e interação dos órgãos governamentais, mais interação do policiamento com a comunidade. Para seis dos atores, os projetos teriam que ser voltados para prevenção na educação de crianças e jovens.

No tocante a prevenção do Governo Federal para três agentes da justiça (PJ) o governo não atua, não cumpre seu papel para prevenção. Os outros três agentes (juízes) afirmam que falta aplicação de recursos e os olhares serem voltados para o enfrentamento específico dos homicídios.

Os projetos do Governo Federal existem, na percepção dos agentes de segurança, como foi lembrado por um oficial da PM, o projeto “Crack é preciso vencer”, voltados para o combate e prevenção de entorpecentes, mas falta efetivo, equipamentos adequados, treinamentos para os agentes aturem. Dois agentes (PM e PC) afirmaram que não veem a atuação de programas na forma específica nos homicídios.

Para os moradores das localidades, dois deles não conhecem programas voltados para esse tipo de crime em que o governo federal atue. Os outros cinco agentes comunitários afirmam que é preciso mais recurso do governo para melhor atuação dos projetos e a área de Educação foi lembrada:

Ofereça educação e ofereça trabalho. Trabalhar esse adolescente de 14 anos que passa o dia na rua, mas que não tem nada pra fazer, não tem uma escola. Então, eu acho que seria investir em educação ou em algum tipo de esporte ou algum trabalho, ou alguma coisa que faça com que esse adolescente tenha espaço de atividade, que não fique ocioso, que não fique na rua, que não fique criando situações para criar ou imaginar (Moradora do bairro Cohab).

O Governo Federal poderia ter realizado algumas ações, como observado pelos agentes da justiça: investimentos e, ao mesmo tempo, fiscalização de como estão esses recursos financeiros estão sendo aplicados; investimento na base, na prevenção com os jovens; projetos voltados para recuperação de dependentes químicos e reincidentes; ações voltadas para uma atuação em conjunto com todos os órgãos do sistema e policiamento nas fronteiras para prevenir a entrada de drogas:

A droga a gente sabe como poderia evitar a entrada dela. Só temos um local de entrada, que é Guajará-Mirim e sua região. Se tivesse uma fiscalização forte de Polícia Federal e todos os outros organismos de fronteira, com certeza reduziria o acesso da droga aqui, ou a maconha que vem do Paraguai e, basicamente, vem do Mato Grosso do Sul; e nós só temos uma rodovia de acesso. Então o controle poderia ser mais efetivo. (Promotor de Justiça).

A intensificação das ações de enfrentamento ao crime na fronteira foi destacada como uma necessidade permanente do Governo Federal. São as afirmações de um dos agentes de segurança pública (Oficial PM), além dessas ações, poderia haver mais investimento voltado para as polícias (PC, PM, Polícia Técnica Científica), investimentos básicos em infraestrutura das unidades, treinamento e aperfeiçoamento dos agentes, programas voltados para cada região, observando a regionalização, e criação de leis para o combate efetivo dos crimes.

Para uma moradora do bairro Teixeira o Governo Federal não atua na prevenção. Entretanto prevenir seria um começo: na educação, repasse de recursos, aumento do efetivo policial, estrutura das unidades, criação de projetos sociais voltados para renda e emprego, e melhorar a infraestrutura dos bairros.

Aos agentes foi questionado o que o Governo Federal poderia melhorar. Para os agentes da justiça o policiamento das fronteiras teria um impacto positivo, ainda que indireto, mas extremamente relevante, no controle dos homicídios. Simultaneamente e, também muito importante é a melhora na intercomunicação entre os órgãos do sistema. A prevenção e mecanismos para resolução de conflitos foram citados como participação efetiva e mais investimentos na área.

Tanto para os agentes de segurança quanto para os moradores dos bairros há um consenso em investimentos por meio de recursos que poderiam ser melhores distribuídos para os estados e municípios para o combate a criminalidade. Para um delegado de Polícia Civil a Força Nacional de Segurança poderia ser empregada nesse contexto dos homicídios. Além disso, o governo deveria empregar recursos em materiais e estrutura:

Fica difícil o governo federal fazer um enfrentamento nesse sentido, é mais difícil, né, embora tenha a Força Nacional que poderia auxiliar, mas, acho um pouco mais complicado para uma ação a longo prazo. Mas talvez, dá um suporte de equipamentos, auxiliar o Estado com mobiliário, com equipamentos, com viaturas. (Del. PC).

As perspectivas para implementação de recurso do Governo Federal poderiam ser aplicadas na educação, na saúde, na segurança, projetos sociais voltados à comunidade: ações que os atores sociais residentes nas comunidades mais afetadas pelo homicídios consideram como mais adequadas.

#### 3.3.4.4 Capacidade Institucional

Par os atores sociais a capacidade institucional do sistema de segurança nas investigações dos homicídios existem, mas com algumas ressalvas. Para uma moradora do bairro Teixeira a participação da comunidade tem papel chave: *Eu creio que sim né, por que tem tido muita descoberta. Muita coisa selecionada. E eu creio que a polícia precisa envolver mais na comunidade. A comunidade precisa muito da polícia, da segurança.*

Para outro ator social do mesmo bairro (Teixeirão) a polícia precisa de meios, de efetivo. Por outro lado, os policiais conseguem investigar os casos e solucionar, mas demoram a resolver os casos, afirma o morador que há 16 anos mora no Jardim Santana. Outra moradora do Centro da cidade, informa que a polícia custa a chegar, e sua percepção é de que quando identifica e prende os autores, logo estes criminosos são soltos.

Para a moradora do bairro Esperança da Comunidade as investigações têm resultados positivos. A presença da PM nas ruas pode ser considerada como parte da investigação. Observa-se que neste caso a moradora entende que a PM tem papel na investigação, seja no policiamento ostensivo ou na atuação nas ruas, entretanto faz uma observação quanto ao treinamento desses policiais militares e a quantidade de casos o que pode dificultar a resolução de casos, além da participação efetiva dos moradores dos bairros: *Porque tem situação que eu acho que as pessoas não colaboram né! A culpa não é da policia em si. Ela vai buscar. Lógico que são tantas mortes que não têm como dá uma resposta em questão de um mês.*

As dificuldades encontradas para prevenir os homicídios teriam centralidade na questão das políticas públicas, afirma um magistrado. Outro afirma que a falta de investimento na educação de base seria o principal problema para prevenção dos homicídios. Além do mais, há a necessidade de melhorar a investigação dos crimes e a de equipar as polícias. Ainda é preciso cobrar dos Estados os resultados dos investimentos.

A maior dificuldade encontrada para prevenir os homicídios, segundo os atores institucionais da segurança, é a falta de efetivo, de infraestrutura. No que se refere à prevenção, essas ações exigem um intenso combate ao tráfico de drogas. Outra condição que ajudaria na prevenção é a melhoria na mobilidade urbana da cidade já que há casos de homicídios que ocorrem em locais, com grande concentração de pessoas, mas de difícil acesso.

Quando a discussão recai sobre as dificuldades para investigar os crimes, prender e punir os suspeitos de homicídio algumas falas dos entrevistados são marcadas por percepções que vão desde a falta de policiais, passando pela qualificação dos agentes e chegando até a fragilidade das provas. Para isso, destaca um promotor de justiça, seria necessário combater a corrupção, o desvio de dinheiro porque dessa forma aumentaria a quantidade de recursos disponíveis para investimento. Ainda na esfera do Ministério Público, outro promotor de justiça, destaca que é necessária uma melhoria da qualificação dos profissionais que atuam nas investigações dos homicídios. Há necessidade de uma melhor qualificação da polícia técnica para que haja o fortalecimento das provas, o que ajudaria na persecução penal: *Existem dificuldades de ordem técnico-científica. Nós precisamos de uma polícia técnica mais bem preparada* (Promotor de Justiça).

Para investigar os homicídios a dificuldade do sistema começa pela escassez de recursos humanos e materiais, se estendendo à falta de informação e integração dos órgãos e comunidade, além da necessidade de leis mais efetivas: *Atualmente, infelizmente, tem quase nada de equipamentos. Os equipamentos da delegacia...são computadores, impressoras, armamento de uso pessoal dos servidores e as viaturas.* (Delegado PC/ Porto Velho -RO).

Entre as respostas dos agentes de justiça três entrevistados (dois juízes e um promotor) afirmam que os processos são incompletos dada a inexistência de laudos, que acabam por prejudicar o julgamento dos homicídios. O prazo para julgamento precisa ser mais celere e o que poderia ajudar nessa celeridade seria estreitar a parceria entre o Ministério Público e a autoridade policial.

Outro aspecto importante que se destaca na percepção dos atores institucionais do Tribunal do Júri diz respeito aos processos que apontam para uma condenação, mas os réus são absolvidos pela fragilidade das provas técnicas:

O nosso policial, tinha que fazer uma digital e tem que comprar o pó para poder fazer essa prova pericial, e quanto mais prova, mais elemento, mais chance de desvendar aquele crime e chegar à autoria, a atuação imediata também, cercar área, isolamento de área, nós constantemente temos aqui casos onde a prova é devassada, ou seja, aconteceu um crime, se isolasse aquele local e a perícia-técnica fosse imediatamente, se levantasse todas as informações necessárias, haveria muito mais chance de uma condenação. Descobrir a autoria e com isso condenar (Juiz).

Dessa forma, como evitar os homicídios? Destacam-se da percepção dos agentes da justiça alguns tópicos: treinamento dos agentes policiais, a prevenção, controle do tráfico de drogas, estrutura do estado voltada para os agentes locais (moradores dos bairros), e resgate da confiança da população. Um promotor de justiça observou que para essa questão dos

homicídios a política de planejamento de longo prazo é um fator que deve ser levado em conta.

Destaca-se de sua fala outros fatores:

É um trabalho ao longo do tempo. Todos os lugares que a gente teve notícia que teve uma redução alta da taxa de homicídio teve um trabalho a longo prazo. Mas eu penso que existem algumas medidas que podem ser adotadas, né!...O aumento de policiamento no local, mapeamento dessas localidades, cadastramento das famílias que têm alto envolvimento em crimes, porque isso é uma coisa que tem relatório, trabalho com assistente social, psicólogo, trabalho desse tipo de política, eu penso que uma forma de tentar prevenir nesse sentido (Promotor de Justiça).

Nesta base, observa-se que os agentes públicos tem a percepção para o aumento do efetivo policial, no policiamento ostensivo, no enfrentamento das drogas, na educação de crianças e jovens, uma relação mais próxima com os comunitários, além de investimentos na área que possa ser voltados aos projetos sociais, às comunidades como meio social para impedir que mortes futuras ocorram.

Dessa forma com mais efetivo nas ruas, estruturas adequadas, uma polícia mais preparada e uma política de prevenção efetiva poderia chegar aos autores dos crimes com mais facilidades, afirmam dois juízes e dois promotores. Para outro agente (Juiz) os governos deveriam seguir com os projetos já implementados, mas não funcionam dessa forma:

O Estado precisa investir mais em Segurança Pública, na formação de profissionais, na coordenação dos trabalhos. É um trabalho que tenha começo meio e fim. Infelizmente, a gente vê que muda o governante, seja municipal, estadual, federal, mudam-se os projetos. Nenhum projeto infelizmente, no Brasil, tem começo, meio e fim. A gente só vê projeto que tem começo, às vezes tem projeto e não tem nem começo (Promotor de Justiça).

Efetivo policial, estrutura adequada, prevenção com policiamento ostensivo é o caminho para prender os criminosos na percepção de cinco agentes de segurança (entre PC e PM). Também é indicada a parceria das polícias como fator preponderante para concluir com êxito a prisão dos homicidas, a troca de informação poderia ser mais próxima.

A coleta de provas adequadas é descrita pelos agentes (Justiça) como um dos principais fatores para identificação dos homicidas, o policiamento mais presente também foi elencado. Os relatórios poderiam ser melhor elaborados e acompanhados com o mapeamento dos locais de crimes que poderia contribuir de forma significativa:

É um trabalho de mapeamento, conscientização, trabalho de formiguinha, associações de bairro, conselhos comunitários, trabalho de conscientização de escola, de saber que a pessoa do indivíduo. Aquela cobrança de a pessoa estar efetivamente na escola, mapeamento da região do crime, a polícia em termos gerais, a Secretaria de Segurança tem que saber onde está o crime. Tem que mapear a cidade (Promotor de Justiça).



O trabalho de investigação é preponderante para os atores da segurança pública (PM) como ponto principal para identificar o criminoso. Nesse trabalho se insere o policiamento ostensivo com informações que deveriam ser repassados aos agentes que estão em campo, mais isso não acontece na prática. O foco estaria no trabalho da investigação em parceria com outros entes, inclusive a comunidade e a aplicação das leis pelo judiciário afirma um oficial da PM.

#### 3.3.4.5. Capacidade Técnico-científica Institucional

Muito destacada nas percepções dos entrevistados, principalmente dos atores institucionais, a atuação precária da polícia técnico-científica na colaboração das investigações dos crimes de homicídios.

Para os outros quinze entrevistados que manifestaram suas percepções sobre a perícia técnica ficou claro na fala destes que o trabalho é insuficiente e que a solução seria atuar na valorização dos profissionais e em seus trabalhos. Além da falta de valorização profissional, ainda foram citadas a preocupação com a qualidade de vida do servidor. Um quadro razoável de apoio ao trabalho seria um esforço governamental na redução das dificuldades, que deveria atuar através de oferta de cursos de capacitação, bem como, na formação e treinamento específico, apoio psicológico, recursos humanos e materiais. A falta de investimento na segurança pública, é um fator primordial que, na fala dos entrevistados, acaba colocando em desvantagem as instituições de segurança e justiça frente às organizações.

Um promotor de justiça reafirma que a polícia judiciária precisa de investimentos para que haja trabalhos de valorização e alto reconhecimento das atividades.

Para punir os autores do crime com a prisão do delincente o Estado deve-se voltar para a efetividade da lei, na prevenção e cumprimento, no policiamento ostensivo, investigação adequada, força efetiva do Estado, combate ao tráfico, infraestrutura, investigação, tecnologia, equipar as polícias para estar nas ruas, leis mais severas.

A cooperação e articulação entre os Sistemas de Segurança Pública e de Justiça, como contributo à prevenção dos homicídios, é percebida razoável por um juiz de direito, ao passo que para outro juiz do júri esta articulação se mostra satisfatória.

Um oficial da Polícia Militar afirma que percebe cooperação e que o crime de homicídios é um crime de difícil de prevenção. Este entrevistado aponta a família e a escola como instituições que podem ajudar nessa tarefa, porque atuam no comportamento social

através da educação das pessoas. Para um grupo de quatro entrevistados não há cooperação entre os sistemas de segurança e de justiça, nem entre as polícias, o que se percebe é que essa cooperação só existe no âmbito dos comandantes de unidades. Noutra extremo, outros entrevistados afirmaram que há sim cooperação e articulação nas unidades, mas que precisa ser estimulada, para ajudar no sistema de segurança e de justiça criminal, na prevenção de homicídios.

Outros entrevistados disseram que há sim cooperação e articulação dos órgãos integrantes do sistema de Segurança Pública, as Polícias Civil e Militar, para prevenção dos homicídios, mas poderiam ser mais integradas, porém, falta diálogo, estratégia de ações, estatísticas do Judiciário, interação entre os sistemas, evolução tecnológica, atuando nas suas funções.

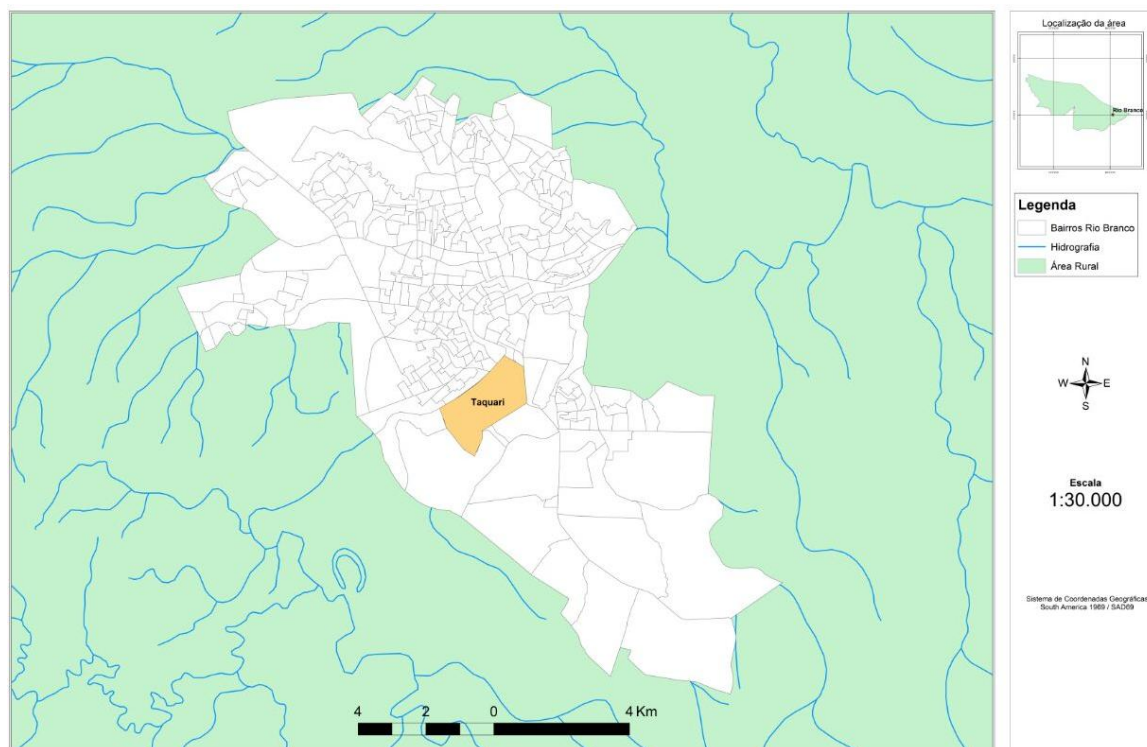
Para os comunitários há cooperação não somente no momento da entrega da ocorrência, mas também na parceria para prevenção. Seria interessante ter o número de policiais suficiente para investigação e ajudar na prevenção. Para dois entrevistados falta mais troca de informações e cuidado com o sistema que operacionaliza a investigação e prevenção entre os órgãos da segurança pública e militar. *Tem que ter essa valorização profissional. Tem que ter essa qualidade de vida. Então pra chegar a esse patamar tem que melhorar muito (IPC) .*

### 3.4 RIO BRANCO/AC

#### 3.4.1 Caracterização da cidade

Os dados apresentados nesta seção foram extraídos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), além da Associação dos Municípios do Acre (AMA).

**Figura 11 – Mapa de Rio Branco com destaque do Bairro Taquari - 2016**



Elaboração: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

#### 3.4.1.1 Perfil demográfico.

Capital do Estado do Acre, o município de Rio Branco possui uma extensão territorial de 8.835,520 km<sup>2</sup> com densidade demográfica de 38,03 hab/Km<sup>2</sup>. A população em 2010 era de 336.038 habitantes enquanto a população estimada de 2016 ficou em 377.057 habitantes (IBGE, 2016). O município de Rio Branco limita-se ao norte, com os municípios de Bujari e Porto Acre; ao sul com os municípios de Xapuri e Capixaba; a leste, com o município de Senador Guiomard e a oeste, com o município de Sena Madureira (ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ACRE, s.d.).

Considerando o ano de 2010, o número de pessoas residentes em Rio Branco do sexo masculino era de 163.592 e de 172.446 do sexo feminino. Com relação à estrutura etária, no ano de 2010 a população de Rio Branco com menos de 15 anos era de 29,21%, sendo de 66,48% com idade de 15 a 64 anos e de 4,31% com 65 anos ou mais. A taxa de fecundidade total passou de 3,9 em 1991 para 2,4 em 2000 e 2,1 em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). A religião católica se destaca entre a população residente em Rio Branco, ao todo são 133.926 católicos e 133.632 evangélicos.

### 3.4.1.2 Histórico

Em 1882, os irmãos Leite desembarcam no seringal Bagaço. Neutel Maia ficou algumas milhas acima do rio Acre e no dia 28 de dezembro fundou o Seringal Empreza, na volta do rio onde está situada a Gameleira. Depois o mesmo vapor deixou Manuel Damasceno Girão na foz do Xapuri, onde o mesmo fundou o seringal Xapuri. Nesse momento de expansão do extrativismo da borracha, quando o Acre era ainda considerado território boliviano, o Seringal Empreza, na rota entre Porto Acre e Xapuri, vai se constituindo no núcleo de um entreposto comercial (IBGE, 2016).

Paralelamente, na fronteira margem do mesmo rio Acre, um novo centro se formava surgindo um pequeno burgo comercial, livre, com o nome de Empresa Nova ou simplesmente Empresa, enquanto que o primitivo passava a ser conhecido como Empresa Velha. Em 1904 o atual município de Rio Branco tornou-se sede do Departamento do Alto Acre. Em 1912, o Município de Rio Branco recebeu seu nome definitivo em homenagem ao Barão do Rio Branco.

### 3.4.1.3 Aspectos econômicos e sociais

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do Rio Branco em 2010 foi de 0,727, sendo este classificado como alto, presenciando-se uma evolução do IDHM que era de 0,485 (baixo) em 1991 e de 0,591 (médio) em 2000. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM de Rio Branco foi a longevidade, com índice de 0,798, seguida de renda, com índice de 0,729, e de educação, com índice de 0,661. Rio Branco ocupa a 1107ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Em Rio Branco, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 85,20%, em 2010; enquanto que a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental foi de 84,36%; e de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 64,23%; por fim, a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo foi de 42,34% para o mesmo ano. “Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 51,95 pontos percentuais, 52,03 pontos percentuais, 47,71 pontos percentuais e 34,43 pontos percentuais” (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013). Em 2010, da população de 25 anos ou mais de idade, 11,76% eram analfabetos, 56,25% tinham o ensino fundamental completo, 41,33% possuíam

o ensino médio completo e 12,93%, o superior completo (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

A taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, passou de 67,95% em 2000 para 68,26% em 2010. Enquanto a taxa de desocupação passou de 13,48% em 2000 para 8,77% em 2010. Considerando este último, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 5,13% trabalhavam no setor agropecuário, 0,09% na indústria extrativa, 4,47% na indústria de transformação, 9,21% no setor de construção, 1,08% nos setores de utilidade pública, 17,15% no comércio e 55,38% no setor de serviços (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, 2013).

Ocorreu um crescimento de 70,36% na renda *per capita* média de Rio Branco nas últimas duas décadas, passando de R\$ 437,12, em 1991, para R\$ 527,43, em 2000, e para R\$ 744,67, em 2010. A proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 32,78%, em 1991, para 27,27%, em 2000, e para 14,38%, em 2010. Ou seja, ocorreu uma redução no número de pessoas pobres. Ao mesmo tempo, a evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos (Índice de Gini) passou de 0,60, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,59, em 2010.

### **3.4.2 Instituições de Justiça (Juízes e Ministério Público)**

#### **3.4.2.1 Organização político-administrativa**

O Poder Judiciário do Estado do Acre<sup>11</sup> tem sua organização estabelecida através da Lei Complementar nº 221, de 30.12.2010, sendo duas as varas que tem competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, as quais estão localizadas no Fórum Criminal, Rua Paulo Lemos de Moura Leite, 878, Portal da Amazônia, Rio Branco CEP: 69915-777. São elas: 1ª Vara do Tribunal do Júri [vajur1rb@tjac.jus.br](mailto:vajur1rb@tjac.jus.br), telefone (68)3211-5441; 2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar, telefone (68) 3211-5460.

Observa-se que a 1ª Vara do Tribunal do Júri tem competência específica para o julgamento de crimes contra a vida, mas a 2ª Vara tem competência cumulativa com a Auditoria Militar para julgar os crimes previstos no Código Penal Militar.

---

<sup>11</sup> Disponível em: [www.tjac.jus.br](http://www.tjac.jus.br)

A Lei Complementar nº 291 de 29 de dezembro de 2014, delibera acerca da estrutura jurídico administrativa do Ministério Público do Acre<sup>12</sup>. As promotorias de justiça de Rio Branco que funcionam junto aos Tribunais do Juri são: 12ª Promotoria Criminal – Dr. Leandro Portela Steffen – 1ª Varado Tribunal do Júri (e-mail: lsteffen@mpac.mp.br); 16ª Promotoria Criminal – Dr. Marcos Antônio Galina – 2ª Vara do Tribunal do Júri e Auditoria Militar (e-mail: mgalina@mpac.mp.br).

#### 3.4.2.2 Dinâmicas de atuação na perspectiva territorial

A distribuição dos feitos obedece a competência do local onde o crime ocorreu (*locus regit actum*), ou seja, todos os feitos que tenham origem em crimes contra a vida no território de cada capital serão encaminhados aos Juízos dos Tribunais do Júri, por distribuição. O inquérito policial é remetido ao setor de distribuição (consoante organização judiciária própria) e há a distribuição automática para um dos juízos.

Vale dizer que a competência de cada um dos Juízos das varas do Tribunal do Juri, é sobre os crimes ocorridos em sua respectiva comarca. O mesmo ocorre com as promotorias vinculadas aos tribunais do júri, devendo a lotação de cada agente ministerial respeitar o ordenamento regulatório de cada instituição regional, constatando-se que no Estado do Acre, na Comarca de Rio Branco, a lotação dos promotores se adéqua a distribuição da competência delimitada na Lei de Organização Judiciária do Estado.

### 3.4.3 Instituições policiais (Polícias Civil e Militar)

#### 3.4.3.1 Organização político-administrativa

A cidade de Rio Branco-AC está dividida, segundo a Secretaria de Segurança de Pública (SESP), em cinco regionais. Pública (SESP), em cinco regionais. Entre as demais, a 2ª. Regional é composta por 22 bairros (6 de agosto, Triângulo (6 de agosto, Triângulo Velho, Triângulo Novo, Quinze, Canaã, Cidade Nova, Comara, Recanto dos Buritis, Areal, Recanto dos Buritis, Areal, Santa Inês, Belo Jardim I, Belo Jardim II, Vila da Amizade, Santa Helena, Santo Afonso, Helena, Santo Afonso, Rosa Linda, Amapá, Cidade do Povo, Vila Acre, Benfica, Itucumã e Taquari). O bairro Taquari). O bairro Taquari, considerado o bairro com maior frequência de homicídios, é o objeto do presente estudo (

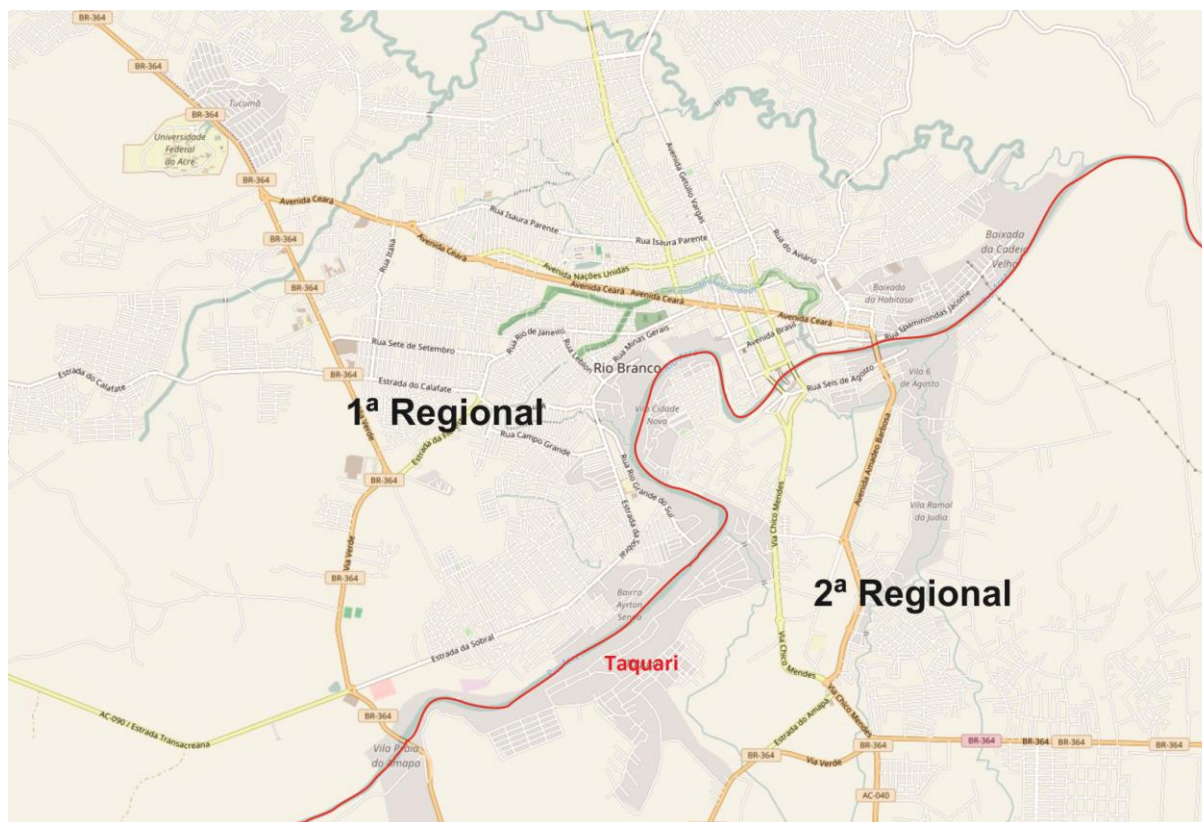
objeto do presente estudo (

Figura 12).

---

<sup>12</sup> Disponível em: [www.mpac.mp.br/menu-principal/promotorias/promotorias-da-capital](http://www.mpac.mp.br/menu-principal/promotorias/promotorias-da-capital)

**Figura 12 - Divisão das 1ª. e 2ª. Regionais, segundo a Sesp, Rio Branco/AC - 2016**



Fonte: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

A unidade da Polícia Civil responsável pelas investigações criminais no bairro Taquari é a Delegacia de Polícia Civil da 2ª Regional (DPC/2ª. Reg), localizada na Rua 24 de Janeiro, nº181, Bairro do Quinze. Até a inauguração da Delegacia Especializada em Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), em 28.07.2016, a DPC/2ª. Reg era responsável pela investigação dos homicídios que ocorriam na sua circunscrição, inclusive no bairro Taquari, competência transferida para a DHPP.

A unidade da Polícia Militar que atua no policiamento ostensivo do bairro Taquari é o 2º. Batalhão da Polícia Militar (2º. BPM), localizado na Rua Boulevard Augusto Monteiro nº 363, Bairro do Quinze. 2º BPM, Batalhão Cel. Fontenelle de Castro, é responsável, também, por outros 13 bairros, além dos circunscritos na divisão da 2ª. Regional da SESP: Santa Terezinha, Bairro da Judia, Loteamento Alzira Cruz, Corrente, Farhat, Santa Maria, Sol Nascente, Lindo Morada, Belo Jardim III, Liberdade, Jacarandá, Albert Sampaio, Santa Cecília.

### 3.4.3.2 Dinâmicas de atuação na perspectiva territorial

O 2º BPM realiza o policiamento ostensivo por meio de viaturas quatro rodas (Rádio Patrulha, Grupamento Tático, Base Móvel), motocicletas (policiamento motorizado, GIRO), a pé. Além desses modos, a fim de se adequar ao terreno da área rural existente na área daquele Batalhão, é realizado o policiamento com quadriciclos e montado (em cavalos) para atender as regiões de terreno mais acidentado e de menor acesso.

Após as operações repressivas realizadas na região do Taquari, em 02.06.2015, teve início o projeto de policiamento comunitário, sob a coordenação da Sesp em parceria com a Secretaria de Educação e Esportes (SEE), com palestras sobre ações preventivas na Escola João Mariano da Silva, localizada na Rua Baguari, 1883, com o objetivo de apoiar as famílias que vivem na localidade, além de realizar orientações e mediação de conflitos.

Mais recentemente, após as primeiras reuniões iniciadas no mês de janeiro de 2016, em março deste ano, a Sesp implantou o projeto Comunidade Segura, integrado pelas ações dos setores de Segurança Pública, Educação, Saúde e Direitos Humanos, além das Polícias Civil e Militar, com o objetivo de reduzir a criminalidade e construir uma cultura de paz nos bairros Taquari e Calafate, considerados os mais violentos de Rio Branco. Cabe assinalar que o bairro Calafate está localizado na 4ª Regional.

Mobilizando, ainda, a prefeitura de Rio Branco, a proposta consiste em realizar uma intervenção estratégica de caráter preventivo que integre as políticas públicas de segurança, saúde, educação, assistência social, direitos humanos, envolvendo a qualificação profissional e o empreendedorismo.

## 3.4.4 Percepções

### 3.4.4.1 Territorialidades

Na cidade de Rio Branco, capital do Estado do Acre, o crescimento das taxas de criminalidade e da violência urbana, nos últimos anos, tem causado forte sentimento de medo e insegurança, muito similar ao que vem ocorrendo no contexto das outras capitais brasileiras.

Esse sentimento, percebido na fala de atores institucionais residentes dessa cidade, nos leva a acreditar que o ano de 2015 parece inaugurar uma nova fase na vida do rio-branquense, marcada por recente mudança na dinâmica social da violência, com o acirramento e



intensidade da violência devida aos crimes de execuções ordenadas por chefes de facções criminosas.

Execução por domínio pelo tráfico, briga entre eles que acabam com sentença de morte, mas a grande evolução dos homicídios se devem as organizações, às vezes pelo domínio do tráfico, às vezes por desentendimento entre presos e outras pessoas que são criminosos e que também estão dentro da facção. Aí acaba tendo essa quantidade enorme de homicídios. No final do ano de 2015 pra 2016, aumentou bastante. Antes tinha mais homicídios relacionados a crimes passionais, briga de boteco. Dificilmente tinha esse tipo de execução aqui em Rio Branco. Inclusive a elucidação dos homicídios eram mais fáceis. Tinha uma efetividade grande de resolução de homicídios e hoje em dia vem perdendo essa resolução por conta disso, porque mudou o tipo de crime e é bem mais difícil de ser elucidado. Tem menos testemunhas. O sentimento de medo e insegurança de todos acaba inibindo as provas. Pra comprovar que foi determinação de uma organização criminosa, está cada vez mais difícil (BUZOLIN, Delegado DRE).

A síntese da dinâmica da violência manifesta no discurso do delegado da Polícia Civil do Acre, e reproduzida em outros discursos com arranjos gramaticais diferenciados, repercute na vida social de todos os sujeitos de direitos, mas isso não se faz de forma instantânea e homogênea em todos os bairros da cidade.

Na área que compreende o Segundo Distrito Administrativo da cidade de Rio Branco, concentra-se a maior parte das mortes devida a homicídios (Comte da 2ª CIA PMAC).

O espaço selecionado para refletir sobre a percepção dos atores sociais e institucionais acerca da violência homicida na cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, foi a área do 2º Distrito Administrativo. Porém, embora nosso estudo busque estabelecer um diálogo com atores sociais e institucionais deste município, em busca de compreender a dinâmica social da violência em todo o território, nossas incursões vão se estender especificamente por todo o bairro Taquari.

A seleção deste bairro foi definida a partir de informações estatísticas provenientes do Pacto Nacional pela Redução dos Homicídios, que foram encaminhadas pela Senasp à coordenação da pesquisa que, antes de iniciar as visitas para entrevistas, realizou consulta aos gestores do Sistema de Segurança Pública do Estado do Acre, através de visita técnica, para certificação das informações acerca do território mais afetado pelos homicídios dolosos naquela capital e para identificar e articular o contato com os atores mais representativos das instituições e das comunidades que a pesquisa iria dialogar.

Embora o bairro Taquari tenha características diferenciadas daquelas observadas em outros bairros da cidade, no que se refere aos aspectos socioeconômico e demográfico,

tomamos como suposto de que os efeitos da dinâmica da violência homicida, que ocorre naquela área, refletem em toda a população residente no município de Rio Branco.

Nessa perspectiva, os sentimentos difusos de medo e insegurança percebidos naquele bairro, assumem um caráter mobilizatório contra o aumento e a intensidade dessas mortes violentas ali consumadas. Neste lugar, buscamos ouvir vozes inaudíveis de moradores anônimos e amplificá-las, longe dali, no eco dos acordes proferidos pelos sons emitidos na fala dos representantes da justiça (Tribunal de Justiça e Ministério Público) e da segurança (Comandos da Polícia Militar e Delegacias de Polícia).

Explorando as percepções dos atores da justiça (juízes e promotores) acerca do território mais afetado pelos homicídios, em busca de responder quais são as áreas onde acontece mais homicídio, foram encontrados nas falas dos juízes os bairros de Belo Jardim, Cidade do Povo, Calafate, Ramal da Judia, Cidade Nova, Preventório, Da Paz e Baixada da Sobral. Na fala desses atores o Bairro de Belo Jardim aparece como consenso.

Embora alguns bairros que aparecem na percepção dos atores da justiça também tenham se repetido na fala dos agentes de segurança, o bairro Taquari é aquele que na percepção dos policiais é o mais contaminado pela violência homicida.

A maior quantidade de homicídios que nós temos dentro da cidade de Rio Branco ocorre justamente aonde é a atuação da área da segunda regional, da segunda delegacia. Em termos de bairro nós temos uma concorrência entre dois bairros que seriam o Recanto dos Buritis e também o bairro Taquari. No entanto o Bairro Taquari ele tem tido uma acentuada diminuição dos crimes de homicídios em decorrência de ser um bairro onde o poder público fez investimentos no sentido de retirar pessoas dali daquele bairro que eram afligidas com alagações, assim como também ocorreu dentro do bairro 6 de Agosto onde a delegacia também é localizada. Então reduzida a população, retirando para outros ambientes, também acabou influenciando na redução desses crimes de homicídios (Delegado Clayton Santos, Del. da 2ª DP).

Em nossas incursões no bairro Taquari o sentimento de medo e insegurança parece ser uma constante revelada na percepção dos próprios residentes deste bairro.

E com relação aos homicídios? Eles têm causado medo nas pessoas? A senhora tem percebido isso? Tem ocorrido homicídio? E muitos. Ainda ontem mataram um ali na... Esses homicídios, têm contribuído pra aumentar o medo das pessoas? Pelo que a senhora percebe? Ouve? Pelo que o pessoal fala até porque eu venho só dali pra ali. Não costumo sair. Mas pelo que a gente vê... agora com essas... como é que dá o nome? É... esse Bonde do 13<sup>13</sup>. Diz que são quatro facção. Eu não sei né. Mas, ontem o menino tava falando que são quatro facção. Eu não sei. Não quero saber. Deixa pra lá. Não quero nem saber. (MORADORA DO BAIRRO E SERVIDORA DA ESCOLA).

---

<sup>13</sup> “Bonde dos Treze” trata-se de uma facção criminosa com atuação no Estado do Acre.

Para estes atores, comunitários residentes em Taquari, a sensação de segurança está comprometida pelo medo da violência iminente. A liberdade de ir e vir dos moradores de Taquari virou refém do medo de caminhar tanto durante o dia quanto à noite. Há um consenso entre todos entrevistados quando demonstram arriscar-se a caminhar durante o dia pelas ruas do bairro e são taxativos que não se sentem seguros ao caminhar pela comunidade durante à noite, mesmo aqueles moradores antigos, com 20 e 30 anos de tempo de moradia no Bairro Taquari.

São muitos os problemas de segurança vivenciados pelos moradores de Taquari. A começar pela falta de policiamento na área apontada por moradores, passando pela ociosidade dos jovens, desinteresse pela escola, alto consumo de drogas, roubos, assalto a mão armada, até problemas relacionados à gravidezes indesejadas na adolescência.

Esse crime ocorre com maior frequência nos bairros de Taquari, Cidade Nova, 6 de Agosto, Santa Inês, Belo Jardim e Vila Acre. Em todas essas áreas esse indicador homicídio também se repete no indicador roubo. Então são os mesmos bairros tanto para roubo quanto para homicídios que se destacam. O que eles têm em comum? Estão localizados numa área que é caracterizada como áreas sociais fragilizadas, com uma rede urbana deficiente, com iluminação precária, com uma população extremamente carente, com alimentação precária e é grande o número de adolescentes ociosos. Nesta área, no conjunto de bairros que a compõe, pouca ou nenhuma área de lazer integram os espaços. Nelas, tem uma grande concentração de residentes, especialmente no bairro Taquari, de presos em regime semiaberto. Outra característica comum a essas áreas é o grande número de pontos de comércio de drogas ilícitas, as chamadas bocas de fumo, daí que o consumo e o tráfico de entorpecentes nessas áreas e também muito alto. Então, essas características fazem com que esse território concentre altos números de homicídios e roubos (Of. PM/AC – Major Bino - Comandante de área do 2º Distrito Administrativo de Rio Branco).

Há sempre uma história de homicídio recolhida no inconsciente das pessoas residentes no Taquari. Histórias recentes e passadas que marcam a vida dos moradores numa trajetória social de violência constante.

Tem um que tá sendo velado ali. O velório tá sendo aqui na igreja. Aí eles dizem assim, isso foi acerto de contas. **Tem um velório aqui na igreja agora?** É, do que mataram ontem, que atiraram, aí ele morreu quando chegou no hospital né (MORADORA DO BAIRRO E SERVIDORA DA ESCOLA)..

**A senhora lembra de alguma pessoa que tenha sido vítima de homicídio, que tenha chamado a sua atenção? Aqui mesmo no bairro?** Eu acho que o que chamou mais atenção foi do rapaz que vinha cortar o cabelo... e eu não fui lá vê. Mas era umas seis horas quando aí eu fui sai aqui da escola e fui lá no mercadinho ali e tava fechado que ele vinha com o filho dele pra cortar o cabelo e o cara matou ele. **Foi quando isso?** Foi ano passado. **Em 2015?** Foi. **E essa pessoa quem era? Era envolvida no crime ou não?** Sim. Já tinha sido. **Agora a senhora saberia dizer o que motivou esse crime?** Não sei não. **Mas o que as pessoas dizem?** Diz que ele tinha batido num menino. Mas aí eu não sei. Aí, nesse dia, eu tive medo porque queriam matar um aluno que tava dentro da escola. **Ah é?** Fecharam a escola e saíram. Porque ele tinha dado fuga pro outro. Pro que matou (MORADORA DO BAIRRO TAQUARI).

Então, me diga uma coisa, então já que a senhora tá afirmando que grande parte é criança e adolescente, tem algum caso que a senhora ouviu de criança ou adolescente praticar ou cometer homicídio ou que a senhora conheceu? Esse cara que eu falei da morte dele aí foi um adolescente. Idade, mais ou menos? 14, 15 anos ...teve uma também de um senhor na entrada de Taquari que um de 12 e outro de 14, eles mataram um senhor. Também nessa idade? Isso teve alguma coisa a ver com droga? Isso, com certeza eles não vão. Eles não vão sem tá drogado não (MORADORA DO BAIRRO TAQUARI).

Nas entrevistas, observou-se que a percepção dos moradores do Bairro Taquari acerca das causas dos homicídios recaiu, em quase sua totalidade, sobre o uso e o comércio de substâncias entorpecentes, como efeito direto no comportamento agressivo e violento, produtor de condutas criminosas que acabam por gerar os crimes de homicídios. No campo dessa sociabilidade violenta geradora de mortes sobressai do diálogo com os atores sociais e institucionais o acerto de contas como a principal causa de homicídio em Rio Branco e, particularmente, nas mortes ocorridas no Bairro Taquari.

A maior parte é o que a gente chama na linguagem policial de acerto de contas. Ainda ontem nós tivemos um homicídio, na região do Taquari, de um reeducando do sistema semiaberto. Ele tinha saído a pouco tempo e cumpria pena por tráfico de drogas. Então, na maior parte das vezes, se a gente for olhar o histórico das vítimas e dos autores, são raros os casos daqueles que não tem passagem pelo sistema prisional, ou por homicídio ou por tentativa ou por roubo ou principalmente por tráfico (Of.PM/AC).

**Quem é que mais morre aqui?** Eu acho que é os homens. E tem esse negócio de acerto de contas. Que quando pensa que não lá foi-se. **O que é acerto de contas?** É. Tem esse negócio aí. **O que a senhora entende por acerto de contas?** Eu não sei não. Eu queria entender esse negócio de acerto de conta. Como é que vai acerta a conta com defunto?**Acertando com a vida? Seria isso?** Pois é. **Depois que morrer não acerta mais nada!** É não vai acertar. Tem um que tá sendo ali. O velório tá sendo aqui na igreja. Aí eles dizem assim, isso foi acerto de contas (MORADORA DO BAIRRO TAQUARI).

Como consequência, os motivos principais são o consumo de bebida alcóolica e o consumo de droga. Isso acaba potencializando esse perfil, essa veia assassina que às vezes tem esse problema com bebida e drogas. Isso acaba se transformando em um fator de risco. A gente vê que a maioria esmagadora dos crimes de homicídio ou estão sobre influência de droga ou álcool, sabe que aquela pessoa em sua condição normal não praticaria aquele tipo de crime. Isso é com muita frequência (PROMOTOR DE JUSTIÇA).

Eu colocaria em primeiro lugar bebida e droga. Incrível como a gente vê que a maioria dos homicídios acontece após o sujeito ter feito uso de bebida alcoólica ou droga (JUIZ DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA/AC).

**O senhor poderia nos dizer na sua percepção quais são as principais motivações dos homicídios?** Execução por domínio pelo trafico, briga entre eles que acabam com sentença de morte, mas a grande evolução dos homicídios se devem as organizações, às vezes pelo domínio do trafico, as vezes por desentendimento entre presos e outras pessoas que são criminosos que também estão dentro da facção(DELEGADO/AC).

Uma perspectiva mais destoante, mas convergindo para a questão das drogas e suas externalidades, é a percepção do Promotor de Justiça do Acre quando faz as seguintes afirmações:

Há uma complexidade de causa. A primeira causa que existe é uma questão de autoridade. De autoridade familiar. Há um problema muito grave de autoridade paterna e materna. Pai e mãe que não corrigem, e não disciplinam os filhos. A gente vê menino de dez, onze anos na rua à noite. Esses meninos tão expostos à pobreza. O tráfico de drogas traz essa falsa realidade de um pouco de dinheiro. Esses meninos vão pra isso. Amanhã tá com uma arma de fogo. Depois disso, tem o problema na escola. A escola que o professor perdeu a autoridade. Houve um desdobramento muito grande depois dessa política que ninguém mais pode rodar (reprovar). Que eu chamo isso de paradigma dos idiotas. O cara que era um menino que tinha vontade, que estudava, ele hoje é tratado como um bocó, um idiota. Porque ele vê um menino que é o amigo dele que sai todo dia, que joga bola que não estuda e ele sabe que ele não vai rodar também. Então tu termina com o esforço do outro dedicado. E igual a todo mundo vira o que eu chamo a teoria do bocó. E aí você não vê. Tu destruiu a autoridade também. O estatuto da criança e do adolescente trouxe esse empoderamento do bandido. Não tem autoridade paterna, não tem autoridade da escola. Quando não se tem limite o limite é dado pelo Estado. E o Estado não dá limite e eu canso de pegar esses rapazes que tão com dezoito anos. Esses meninos de dezoito anos muitas vezes tem uma ficha de 30, 40 passagem. É inadmissível que alguém fique e tenha 20, 30 passagem. Ou seja, o estado está vendendo pra esse menino que ele pode fazer o que ele quiser que a impunidade é a garantia. Se alguém tem 20, 30 passagens e continua solto e é solto depois ou fica muito pouco tempo, o estado diz continua que tá no bom caminho. Então nesse aspecto o Estado é muito responsável. Quando chega no momento da repressão não tem. Não há dinheiro pra curso profissional, qualificação. Então depois esse jovem cai no sistema. Esse jovem passou por todo esse estagio, não teve limite na escola, não teve limite pelo estado. Depois que ele fica maior de idade e pratica o homicídio ele entra no sistema. E aí começa um outro problema. Nós estamos vivendo uma decadência do sistema prisional enorme. Um sistema em que as pessoas entram e aí tem as organizações. Tem o Bonde dos Treze, tem o PCC e ele vai ter que ter um posicionamento. Esse cara que talvez não tivesse nada até o momento fica obrigado a entrar no sistema. Se já não foi cotado quando ainda era menor. Vai ingressar no sistema da organização. E aí é terrível porque não há uma outra alternativa. Não há uma perspectiva pra esse jovem porque é o tempo dele ficar preso é o tempo dele sair. Hoje nós sabemos que, por todos os processos que a gente atua, que o lugar pelo sangue da criminalidade, o lugar da tomada de decisão, é no presídio.

Quando as indagações se voltam para os fatores de risco, as causas mais gerais no campo da sociabilidade violenta, o discurso é variavelmente dissonante, mas convergem para processos de vulnerabilidades que acabam potencializando os riscos de morte violenta.

Tem que ver o motivo que o sujeito busca essa droga. Normalmente é fuga dos problemas familiares, dada à estrutura familiar muito fragilizada. A falta de condições econômicas, consequência da pouca escolaridade e falta de profissionalização (JUIZ DO TJAC).

A ociosidade apontada pela moradora, que também é coordenadora pedagógica de uma escola foi repetida em muitas falas dos entrevistados.

A questão social influencia muito. Que eu vejo muito é ócio improdutivo desses jovens e faz com que eles fiquem a mercê né da criminalidade. Chega uma pessoa ali ofertando. A falta de oportunidade de trabalho também acarreta muito na violência. Nessa falta do que eles fazerem e vêm as amizades. Eu tenho dois reeducandos aqui que eles dizem, aí eu não tinha nada pra fazer, chegou um amigo e disse, vamos ali bater um celular e eu fui bater um celular. Eu digo nossa! É assim. É só chegar e convidar pra bater um celular? Não. Eu tava sem dinheiro, eu não trabalho. E aí ele disse que a gente ia arrumar um dinheiro e dividir e fui. Nossa, aí eu fiquei tão assustada. Eu tenho filhos. E são pré-adolescentes. Eu fico Meu Deus o quê que vão fazer agora né? nessa situação. É complicado (Jeane Moura - MORADORA DO TAQUARI).

Além, destas questões, também foram observadas nas falas dos atores sociais questões como gravidez na adolescência, além de percepções muito comuns no inconsciente coletivo, como a pobreza, falta de oportunidade, emprego, impunidade.

Ainda, no campo da territorialidade, vale destacar que em todas as percepções manifestas, no que se refere à relação existente entre vítima e autores, foi observada no discurso dos entrevistados, uma concordância, com raras falas dissonantes, que quase sempre existia proximidade entre os envolvidos, ainda que seja demarcada por interesses antagônicos, mas, mesmo assim, estavam presentes as relações ilícitas. Além do mais, ficou claro nos discursos dos atores sociais e institucionais que quase sempre esses crimes de homicídios, os que acontecem em Rio Branco, de um modo geral, são planejados e por isso, aqueles crimes devidos os chamados “acertos de contas” de difícil prevenção no campo da segurança pública.

#### 3.4.4.2 Características da vítima e do autor dos homicídios

A busca por um perfil de vítimas e autores dos crimes de homicídios ocorridos na cidade de Rio Branco não foge ao padrão do que é encontrado em todas as cidades brasileiras. A partir da percepção de juízes do tribunal e de promotores do Ministério Público do Acre, bem como dos policiais civis e militares, além das lideranças e representações sociais do bairro Taquari, foi possível sintetizar o perfil de vítimas e autores dos homicídios em Rio Branco:

As vítimas são geralmente do sexo masculino, heterossexuais, jovens, com ensino fundamental incompleto, de cor parda, com baixos níveis de ocupação e renda, além de já possuírem envolvimento com o crime, não necessariamente com o tipo penal homicídio. Os autores também são caracterizados com o mesmo perfil das vítimas e, quase sempre, são reincidentes. Para os juízes, promotores e policiais essa reincidência não é devida a homicídios.

### 3.4.4.3 Resposta do Estado

No contexto de violência criminalizada cabe ao Estado agir. A ele cabe decidir a forma mais coerente de intervenção. Para BITENCOURT<sup>14</sup>(2004), na existência de crime, o Estado deve intervir no exercício do seu direito de punir, e o faz pela imposição de uma punição que pode se dar pela supressão da liberdade do acusado. No campo da prevenção e controle da criminalidade há uma miríade de alternativas que o Estado pode lançar mão para prevenir ocorrências de crimes e controlar comportamentos desviantes.

Esta parte da pesquisa busca alcançar, a partir da percepção dos atores envolvidos, a resposta que o Estado Brasileiro e, sobretudo o Estado do Acre vem dando ao contexto de criminalidade vivenciada pelos rio-branquenses.

Predomina a percepção da inexistência de algum programa ou projeto de redução de homicídios. Apenas uma policial civil menciona a existência do projeto comunidade segura, uma juíza mencionou o Proerd e dois policiais militares mencionaram programas da PM. Esse desconhecimento se repetiu em relação à existência de um programa ou projeto de proteção de pessoas ameaçadas de morte, de modo que o Provita foi citado por dois promotores de justiça e dois policiais militares mencionaram a “Casa de apoio à mulheres vítimas de VD”.

Acerca da existência de um programa de prevenção da violência de forma mais ampla, a percepção dos atores institucionais se divide entre o desconhecimento e a existência de alguns: Cidadania e Justiça na Escola (Justiça e MP), Secretaria de Direitos Humanos - Homem agressor, Comunidade Segura, Proerd, Crack é possível vencer, projetos da PM, Proerd, Jocum, Caminhos de Luz (Centros de recuperação de adictos) e Guarda-mirim.

Lançando o olhar para a possibilidade de prevenção dos homicídios com a ajuda de outros programas governamentais, é forte a ideia da prevenção pela via da educação, como é exposto na fala de um delegado entrevistado:

Eu já cheguei ao ponto de acreditar que a Segurança Pública não consegue mais não, essa questão não é mais de segurança pública mais não, isso aí você vai ter que mudar a cultura da sociedade, você vai ter que mudar, vai ter que fazer um trabalho de educação mesmo, social mesmo. É nas escolas. A polícia não tem o que fazer mais não. Por que não adianta prender, por que você prende um e aparece cem. Isso é igual o tráfico de drogas mesmo, se você não conscientizar a população dos males da droga pra não ter usuários, você não vai conseguir combater o tráfico.

Marcante também é o apelo para a atuação do Exército e do Ministério Público como forma de repressão aos homicídios. Isso é exemplificado na fala de um Promotor: *o exercito*

---

<sup>14</sup> BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. 9.ed.São Paulo: Saraiva, 2004.

*poderia. Nossa área de fronteira é uma coisa né... uma outra coisa que eu sinto falta assim é a falta de trabalhar com todos os professores, envolver a igreja também.*

Acerca da forma de operacionalização dessas propostas, os membros da Justiça citaram a realização de palestras sobre drogas, acompanhamento de psicólogo para depressão, MP na comunidade, Justiça comunitária, Justiça restaurativa, restituir a autoridade do professor.

As opiniões dos policiais militares se dividiram entre a realização de palestras, lazer, atendimento e o policiamento do exército nos finais de semana. Enquanto os policiais civis consideram como boas alternativas: intensificar educação de jovens e adultos (SEJA), organizar campeonatos, escolas de música e teatro e educação em Tempo Integral.

As formas de operacionalização de suas propostas idealizadas pelos atores institucionais, de igual modo, são diversificadas, cada uma seguindo uma ideia ou modelo existente ou que permeia o pensamento da sociedade em geral. Além dessas limitações, há a tendência à concentração das alternativas no respectivo campo de atuação, sem um olhar ampliado para outros campos.

No que se refere às ações do Governo Federal para a prevenção dos homicídios, a percepção dos atores institucionais é predominantemente de desconhecimento dessa iniciativas, restando um Promotor de Justiça que assinalou a construção de presídio, ajuda na compra de armas e viaturas, um policial militar e um policial civil que percebem a atuação do Governo Federal no reforço do aparato policial, e outro civil destacou o programa de prevenção ao “Crack”.

A percepção dos atores sociais, residentes no bairro Taquari, sobre a atuação do governo federal no campo da prevenção dos homicídios foi geralmente ignorada. Praticamente todos os entrevistados não sabiam ou não reconheciam nenhuma ação do governo federal. O que sobressai nessa incursão são sugestões, ainda que superficiais, de que o governo federal deveria fazer para diminuir os homicídios.

**E o que o Governo Federal não faz, ou o que deveria fazer melhor?**  
Primeiramente, pressionar, eu não sei se ele podia sancionar... pressionar o Congresso e a Câmara dos Deputados Federais pra que se faça leis que realmente deixe o homicida, ou o bandido em geral, recluso. Que ele cumpra a pena, que se estabeleça uma pena e ele cumpra a pena,, principalmente por crime hediondo.

Por outro lado, a ausência da atuação do Governo Federal é percebida no campo da prevenção, ressaltando-se a importância da fronteira nesse sentido para alguns dos entrevistados. As lacunas são: trabalhar no preventivo, prevenção contra consumo de drogas e



álcool, leis para reduzir a impunidade, guardar a fronteira, fiscalizar a fronteira e investir na polícia judiciária. Acerca das fronteiras, como uma grande vulnerabilidade da segurança pública, o Cabo da PM entrevistado esclareceu que:

Pra prevenir esses homicídios, um trabalho mais efetivo da Polícia Federal nas fronteiras. Combater a entrada de drogas e armamentos pela fronteira. Fechar realmente a fronteira, né. O nosso Estado, é um Estado que faz fronteira com a Bolívia, né. Um dos grandes produtores e fornecedores de entorpecentes, né, de cocaína. E consequentemente vem arma que é do Peru também que nosso Estado faz fronteira. Se realmente a Polícia Federal fechasse as fronteira e tivesse um trabalho mais efetivo na fronteira talvez reduziria esse homicídio aqui, né. Não teria assim. O homicida não teria tanta facilidade de conseguir uma arma. Nós somos agentes de segurança e nós temos muita dificuldade. Pra conseguir uma arma...a gente passa um ano pra conseguir uma arma. Todo o processo pra gente receber essa arma...já um fora da lei ele consegue uma arma muito mais rápido. Num mês, tendo o dinheiro, e geralmente eles tem né que é...a venda, o tráfico faz isso. Eles tem dinheiro pra comprar ela.

Essas percepções negativas acerca da atuação do Governo Federal foram acompanhadas de sugestões de melhorias naquilo que esse ente já vem fazendo. Algumas delas são: policiamento na fronteira, aparelhar a polícia judiciária para qualificar as provas; melhorar a ressocialização, atuar nas escolas, utilizar o Exército, ocupação da fronteira, mais investimento, rever a audiência de custódia, combater as entradas de drogas e armamento pela fronteira, educação com qualidade para crianças.

Ressaltam-se o peso da responsabilidade que o Governo Federal tem na percepção desses entrevistados acerca da legislação adequada, bem como na atuação sobre a fiscalização da fronteira e a repercussão desta na violência e homicídios locais.

Aos atores sociais, aqui representados pelos residentes no bairro Taquari, foram lançados questionamentos sobre a atuação do trabalho das polícias e da justiça naquela comunidade. As respostas dão conta de uma relativa falta de confiança ora na polícia, ora no judiciário.

#### **O que a senhora acha do trabalho da polícia em relação aos homicídios?**

Eu acho que inclusive a segurança pública, a polícia militar, a polícia em geral, tão meio de mãos atadas, meio que em relação a isso. Mas eu acho que eles fazem o trabalho deles. Só que é difícil né numa comunidade como essa que, como eu tava te falando, tem todos esses problemas. Como é que vai ficar evitando? As pessoas não tem uma certa cultura. Eles acham que tirar a vida do outro é uma coisa muito banal. Se ele acha que eu tô devendo 5 reais de droga, eu tiro tua vida. Se eles acham que pra eles é tudo normal, aí fica difícil né (ELIETE).

Na perspectiva da prevenção sobressai:

A prevenção tá faltando. Aqui só vem pra repressão mesmo. Quando vem pra prender...mas no bairro só tem o Proerd que é o que trabalha com as drogas dentro da escola. Da parte de educação, mas no posto não vem ninguém. Agora que está

vindo com Comunidade Segura<sup>15</sup> pessoas de vários setores. Já veio uma delegada falar de violência doméstica. Já veio outros parceiros falando de violência no geral aqui dentro da unidade. Era uma coisa que a gente precisava mesmo (JEANE).

No que se refere à atuação da polícia na investigação dos homicídios ocorridos no bairro Taquari observou-se:

E como é que a senhora vê o trabalho da policia atuando na investigação dos homicídios que aconteceram nesse bairro?

Olha, eu já vi alguns serem resolvidos rápidos. Eu não posse ser assim... eu não tenho uma certeza se eles investigam e tal. Eu já vi alguns que dá maior repercussão assim como foram essas dez mortes que aconteceram em uma semana. **Foi descoberto?** Sim. Porque um o cara ia lá e matava, o da família ia lá e matava o que matou e assim ia levando né. Um vingando a morte do outro.

Quando o diálogo se estende às percepções sobre o que os atores sociais pensam sobre o trabalho da justiça e suas crenças nesta instituição, no cumprimento de seu papel em relação aos autores dos homicídios observou-se uma insatisfação no que se refere a celeridade do julgamento dos processos.

**O que a senhora acha do trabalho da justiça com relação aos homicídios?** É tá prendendo, tá prendendo. Só não tá julgando. E hoje você vê ... tão prendendo muito. Pode vê que na Francisco de Oliveira onde é uma penitenciaria que tá sobrecarregado. Lotado. Muitas prisões. Muitas mesmo e agora eles estão usando até outras medidas de liberdade de alguma coisa pra vê se desafoga mais. Porque eu vejo que a gente tem que trabalhar mais pra que essa pessoa não seja presa. Porque chega lá já não tem mais jeito. Então tem que trabalhar aqui fora pra que não venha... JEANE

#### 3.4.4.4 Capacidade institucional

Depreendeu-se da fala dos atores institucionais, sobre a capacidade institucional do Estado e da sociedade para atuar sobre os homicídios, que estes percebem como maiores dificuldades para prevenir os homicídios: juízes - julgar com rapidez e três eixos: uso de drogas, formação educacional e profissionalização; MP - combate as organizações criminosas e não se reconhece com atuação preventiva (atribui a competência à PC); PM - deficiência de efetivo policial, falta de previsibilidade, combater a impunidade, reincidência. Leis não funcionam, os crimes de execução não tem como prevenir, falta de efetivo para policiamento; PC - falta de conscientização social e falta de recursos humanos.

As dificuldades percebidas para a investigação dos homicídios seguem na mesma linha, apresentando-se: PM - efetivo e logística, falta de denúncia, falta de informações no

---

<sup>15</sup> Trata-se de um Projeto de prevenção local, da Secretaria de Segurança do Acre

local, cabe a PC, testemunhas - as pessoas não falam; PC - falta de estrutura e falta de recursos humanos. Os membros da Justiça, por sua vez, ressaltam as seguintes dificuldades para julgar os homicídios: juízes - qualificação das provas, recursos humanos, criação de mais uma vara; MP - provas técnicas qualificadas, investigação compartimentada com autonomia da Polícia Civil.

Para prevenir a ocorrência de outros homicídios, os atores institucionais consideram importantes: Judiciário - prevenção das drogas; inteligência, escolarização, profissionalização, religião; MP - Bloquear comunicação das organizações criminosas no presídio, Punir exemplarmente, monitoramento carcerário, bloqueio de celular; PM - maior presença do aparato policial e ações do Estado, Polícia na rua, intensificar o policiamento, ações sociais, combate ao tráfico, aumentar o policiamento com efetivo; PC - investimento em educação de base e policiamento comunitário.

O foco dos entrevistados das Polícias Civil e Militar acerca das ações que devem ser implantadas para identificar e prender os autores dos homicídios recai sobre a necessidade de melhoria da investigação, inteligência, informações e recursos humanos. Os membros da Justiça sustentam que para punir os homicidas é necessário: juízes - qualificar as provas técnicas, dosimetria da pena com eficácia; MP - rever a progressão de Regime e investimento. Esse último aspecto é detalhado nas palavras do Promotor de Justiça, ressaltando o problema carcerário:

Dá para evitar, basta um trabalho de monitoramento nos presídios, bloqueio de celular, enfim, é que quando se fala em Segurança Pública e prevenção você tem que gastar dinheiro, né, e não adianta se você não tem, não emprega e não gasta dinheiro você não tem solução mágica para segurança pública, é investimento, não existe um sistema carcerário como um nosso, você tem dois agentes penitenciários para tomar conta de um presídio com dois rádios comunicadores só, não tem (...) Ah, no sistema mais de 400, está superlotado o presídio, então você tem situações que precisam de investimento, para você coibir o homicídio, coibir a prática criminosa você tem que ter policiais andando na rua, situação ostensiva da polícia, investir em melhorias na rua, iluminação... Foi feito um estudo em Minas Gerais, um pacto, um programa "Fica Vivo" Em Minas Gerais, não sei se você tem conhecimento.

No que diz respeito à capacidade institucional do Estado e da sociedade para traçar caminhos e espaços de diálogo e soluções, formular políticas, adotar estratégias e mecanismos para redução de homicídios, observa-se uma dispersão de conceitos e de ideias, muitas vezes empregando o mesmo termo.

#### 3.4.4.5 Capacidade técnico-científica institucional

A capacidade institucional dos sistemas de justiça e de segurança pública é percebida pelos integrantes desses sistemas, entrevistados, de modo comum quanto à eficiência em alguns aspectos: perícia criminal e cooperação interinstitucional. No que diz respeito a perícia, é percebida a sua ineficiência ou insuficiência. Nesse sentido, uma Juíza entrevista analisa que: *nossa aqui não tá dando não. Aqui é péssimo. Talvez falta material humano, mas não temos perícia boa de jeito nenhum. Não pela qualidade, pela ausência da perícia.* Um membro do MP particulariza essa ineficiência:

Dada as dificuldades enfrentadas aqui no Estado e talvez quem sabe seria uma ação fora do Ministério da Justiça investir nas condições de trabalho dos peritos criminais do Brasil como um todo, conheço a realidade de todas as perícias do Brasil por fazer parte desse comitê, da Estratégia Nacional de segurança pública, isso foi muito debatido por todos os Estados, apesar das dificuldades estruturais, apesar das dificuldades financeiras, dificuldade pessoal, enfim, a nossa perícia técnica tem se esforçado para fazer um trabalho a contento. (...) Nem sempre, nem sempre, mas quando há trabalho é um trabalho, dada a essas dificuldades regionais, é um trabalho bem feito. Nem sempre é feito porque ou o delegado de polícia não pede ou por que tem falta de pessoal, falta de material, mas assim, em comparação com os outros Estados, nós estamos bem.

As propostas de melhoria são, obviamente, de investimento organizacional na perícia. Porém, as percepções se dividem no que diz respeito aos setores: recursos humanos, materiais e equipamentos, ou mesmo geral, incluindo atualização metodológica e tecnológica. Predomina a percepção da deficiência organizacional em recursos humanos e em equipamentos, conjuntamente. As soluções de melhoria da perícia criminal (perícia técnica) são percebidas pelos entrevistados, também, nesse sentido.

A deficiência em equipamentos é ressaltada por uma juíza: *o material humano é muito bom, mas o recurso material que eles têm é vergonhoso.* O enfoque no aumento do efetivo da perícia é observado na fala de um Of. PM entrevistado:

Nosso núcleo, a nossa polícia técnica é muito boa, tem equipamentos muito modernos mas ela sofre dos mesmos males das demais...do restante da rede de segurança pública. O número de peritos é pequeno. É uma equipe por dia para uma cidade inteira. Se for o caso de um homicídio no interior ela vai pro interior também, então ela sofre dos mesmos males. A equipe é excepcional, ela é bem treinada e com equipamentos muitos bons mas, ela sofre desse mesmo mal.

Dos atores institucionais entrevistados, apenas um Del. PC percebe como completa a cooperação entre os sistemas de justiça criminal e de segurança pública, nos seguintes termos:

Sim, a gente mantém uma proximidade muito grande pelo menos aqui no estado, a gente consegue ter essa proximidade e no interior melhor ainda. Aqui no estado a gente tem o contato pessoal com os magistrados e com os promotores. E muitas vezes a gente faz até a ligação direta, não precisa ir com assessores, muitas vezes a gente faz o contato direto as vezes com os magistrados e com os promotores. E eles tem ajudados na elucidação dos crimes? Ajuda... ah... demais. O pedido que as vezes os colegas levam dias pra conseguir ... eu consigo em horas, pelo contato direto.

Acerca da integração entre as Polícias Civil e Militar para atuação sobre os homicídios é percebida por alguns atores institucionais externos ao sistema policial:

Existe historicamente uma briguinha entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, que lá em Goiás é mais acentuada, aqui não percebo. E eu acho que essa integração deles é boa, obviamente pode melhorar, mas eu considero a polícia do Acre uma polícia muito boa, tanto a judiciária quanto a militar. E essa integração deles dentro do possível também boa. Mais uma vez, material humano aqui é muito bom, agora o recurso é que é fraco (Juíza).

Aqui no estado do Acre, sim. (...) Sim, com certeza. Trabalho de inteligência. Tem feito um trabalho de inteligência até interessante aqui no Estado (Promotor de Justiça).

Embora não seja consensual, essa integração é percebida por alguns atores do sistema policial, aqui representado somente por um policial militar que atua no bairro Taquari:

Sim. Hoje sim né. Eu acredito assim que ... certa inimizades entre polícia militar... mas hoje já tá bastante integrada. Tem várias operações aqui no Estado, na cidade de Rio Branco envolvendo polícia civil, militar, DETRAN... então as forças de segurança pública aqui estão bem envolvidas.

#### 4 DISCUSSÃO

Neste capítulo, a pesquisa discute as percepções dos atores sociais e institucionais acerca dos homicídios nas cidades de Manaus, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco. Privilegia a análise comparativa a fim de destacar alguns aspectos relativos aos homicídios nestas cidades, dentre eles: 1) causas/fatores de risco/motivações/dinâmica; 2) perfil dos autores e vítimas; 3) respostas do Estado nos municípios – abordagem (preventiva ou repressiva), articulação entre atores governamentais, eficácia, impactos e externalidades; 4) sentimentos de segurança dos atores sociais; 5) identificação de áreas críticas pelas polícias e poder judiciário.

Sob a perspectiva da abordagem territorial, a pesquisa discute o fenômeno dos homicídios no contexto da espacialização das relações sociais, mais precisamente dos conflitos sociais marcados pelas formas e expressões da violência fatal, constituindo, assim, os chamados *territórios da violência homicida* nas cidades brasileiras. A análise a seguir toma

como base de argumentação, as falas dos atores entrevistados das instituições do Sistema de Justiça Criminal e das comunidades mais afetadas pela violência homicida em cada uma dessas capitais, que compreendem a área de investigação desta pesquisa.

#### 4.1 O PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO DAS PERCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE OS HOMICÍDIOS

É muito difícil definir de maneira precisa as causas e variáveis que influem na ocorrência de homicídios e na sua dinâmica nas cidades brasileiras. Há, certamente, algumas hipóteses ou variáveis que se tornaram recorrentes nos discursos do senso comum e também nos discursos da esfera acadêmica e científica. Ao ponto de não mais sabermos distinguir o que diz o discurso científico e o que diz o discurso do senso comum presente nas falas do cidadão comum e de agentes midiáticos, bem como nas falas oficiais de agentes públicos, dentre eles, aqueles com responsabilidade investigativa e de sanção penal. Poderíamos dizer que o discurso científico muitas vezes se confunde com discurso do senso comum, formando um campo “cinzento” de diferentes formas de compreensão e explicação do fenômeno da violência e da criminalidade urbana na sociedade brasileira.

No universo acadêmico, o problema das “causas” dos homicídios ou, mais amplamente, da criminalidade urbana violenta, constitui objeto de intenso debate nas ciências sociais e nas ciências criminais, evidenciando um conflito em termos de disputa pela legitimidade e reconhecimento acerca das teses e teorias definidoras das motivações e causas da violência fatal e da conduta criminal por parte dos sujeitos. O problema é bastante desafiador para a investigação social, especialmente quando se trata de formas bastante difusas, ambíguas e estereotipadas de percepção social sobre a violência, os homicídios e a criminalidade urbana em geral. Isto se deve ao fato de que

[...] para a percepção social, tudo é misturado num mesmo balaio, chamado de violência urbana, e reproduzido em larga escala pela *mídia* que reúne sob a mesma rubrica (ou na mesma seção) crimes passionais, estupros, vinganças pessoais, contravenções populares (como o jogo do bicho), tráfico e consumo de drogas, assaltos a carro-forte, sequestros, furtos de meninos de rua, brigas de torcidas em estádios de futebol e até mesmo... suicídios passionais de casais (MISSE, 2006, p. 27).

Como se nota, a percepção social sobre os homicídios e a criminalidade urbana constitui objeto de investigação bastante complexo e de difícil abordagem pelo fato de se tratar de um fenômeno de ordem fundamentalmente subjetiva, associado à vivência, às

experiências e ao conjunto das crenças e dos modos de vida dos atores institucionais que lidam cotidianamente com o problema da violência homicida. Estes, por sua vez, buscam dar respostas à sociedade tendo vista à preservação dos direitos individuais e coletivos e à difusão do sentimento de segurança e proteção por parte da sociedade e do Estado. Trata-se, portanto, de um terreno bastante movediço sujeito às influências dos contextos sociais, econômicos, culturais e midiáticos que exercem influência sobre o fenômeno dos homicídios e, mais precisamente sobre a atuação das instituições de controle social e punição do Estado.

Fundamentalmente, esta percepção social sobre a criminalidade urbana violenta aparece na forma de um “fantasma” que associa pobreza e crime como correlatos e determinantes para o incremento e recrudescimento da violência nas cidades brasileiras, especialmente no que tange à formação dos *territórios da violência homicida*. Nesta percepção social dominante, baseada na relação de causa e efeito, o Estado aparece como a instituição responsável por excelência pelo enfrentamento da criminalidade urbana violenta e promoção da paz social mediante a aplicação de ações de controle social e punibilidade das condutas de transgressão da ordem pública.

Assim, o *fantasma* da associação pobreza-crime é um fantasma especialmente real, hegemônico, constituído positivamente pela *fantasia* de que todos os conflitos podem ser resolvidos por um operador monopólico, o Estado, que representa racional e legalmente o conjunto de princípios, orientações e decisões *pactadas* por seus membros, mas que ao mesmo tempo é constituído negativamente pelo medo (se já não virou paranoia) de que os *efetivamente excluídos* do pacto possam alimentar modos não-aceitos de operar o poder nos que estão revoltados com os resultados imediatos do pacto, ou com os que lhe são indiferentes (MISSE, 2006, p. 27).

Trata-se, portanto, de um desafio e, ao mesmo tempo, de um problema de ordem teórico-metodológico para a presente pesquisa, que lida com uma diversidade muito grande de percepções sobre os homicídios nas capitais da Região Norte do País. Neste sentido, é de fundamental importância que esta percepção seja objeto de uma problematização, a fim de desmistificá-la e de analisá-la sob a perspectiva da análise do discurso.

Desse modo, a pesquisa tomou como estratégia metodológica a análise crítica do discurso dos atores das instituições de justiça, tendo por objetivo averiguar os efeitos destas práticas discursivas na conformação de um imaginário ou de uma forma de compreensão hegemônica sobre a criminalidade urbana violenta e mais precisamente sobre os homicídios. Vejamos como ela se constitui e aparece nos discursos desses atores sociais e institucionais.

#### 4.2 CAUSAS, FATORES DE RISCO, MOTIVAÇÕES E DINÂMICA DOS HOMICÍDIOS

Uma das percepções mais comuns em termos da compreensão e explicação da criminalidade urbana violenta, principalmente no que diz respeito aos homicídios, tem como base de sustentação a associação entre pobreza e crime. Esta percepção dominante faz parte de um imaginário social brasileiro, estando presente no âmbito das instituições de controle social do Estado, na forma de práticas discursivas de juízes, promotores de justiça e policiais. Trata-se de uma abordagem sob o prisma da causalção-funcional que vincula diretamente a criminalidade, a violência e os homicídios às condições econômicas e sociais de ampla parte da população, estando esta muito mais sujeita ao cometimento de delitos em função de sua condição de vulnerabilidade social. Dito de outra forma,

A hipótese mais comum parte de uma expectativa de comportamento racional de tipo utilitarista, segundo a qual a privação relativa de determinados bens, decorrentes de problemas de desorganização (estrutural-funcional) do sistema social agiria como motivação suficiente para que indivíduos se adaptassem de forma inovadora na busca desses bens, ainda que institucionalmente essa inovação fosse disfuncional para o sistema e, portanto, potencialmente ou atualmente, se tornasse um *comportamento desviante*, com perseguição e punição legalmente instituídos (MISSE, 2006, p. 20).

Esta hipótese dominante que associa o crime à pobreza e aos problemas estruturais de uma dada sociedade pode ser encontrada nas práticas discursivas dos atores sociais e institucionais. Afirma o Juiz do Tribunal do Júri de Manaus: “[...] como eu já disse essa questão influencia esses fatores. Inclusive nos últimos anos nós temos enfrentado uma crise econômica muito forte e é visível o empobrecimento das pessoas. Então isso diretamente ocasiona o aumento da criminalidade” (A. R., fev. 2016)<sup>16</sup>.

Essa associação é identificada, também, no discurso dos atores sociais, a exemplo do observado de um comerciante residente em um dos bairros estudados:

Eu tenho uma opinião que eu acho assim, não sei se é o que eu tô pensando. Eu acho um pouco também sei lá é pessoas carentes. Sei lá falar mal um dou outro. Pessoas pobres. Geralmente acontece muito dessas coisas onde tem mais pobre né e aqui é um bairro que tem. Nosso bairro é um bairro que sabe que tem muitas pessoas de baixa renda. Às vezes pais que tem filhos muitas vezes não tem como sustentar direito os filhos. Então eu creio que possa ser um incentivo isso aí também. Eu acho que se tivesse outro sei lá ... outro trabalho eu acho que poderia melhorar né (N. M. C., jul. 2016).

O exemplo da relação entre pobreza urbana-crime poderia ser considerado aqui, de maneira mais socializada, como uma *estratégia de sobrevivência* das camadas mais pobres da população brasileira (MISSE, 2006).

---

<sup>16</sup> Nesta sessão, optamos por identificar os nossos entrevistados por meio das iniciais de seus nomes.



Deste modo, ao ampliar sua compreensão da criminalidade urbana, destacando a relação entre tráfico de drogas, pobreza e desemprego no contexto da desorganização estrutural-funcional do sistema social, os entrevistados deixam entrever esta necessidade de ampliação dos ganhos econômicos como forma de sobrevivência dos agentes do crime.

Esta perspectiva também é corroborada pela Juíza do Tribunal do Júri do município de Boa Vista (RR), para a qual a relação entre oportunidade de emprego, controle deficitário de natalidade, desagregação familiar e a precariedade dos serviços públicos são fatores estruturais que influem no incremento da criminalidade e nos processos de vitimização de amplas parcelas de jovens que se encontram em um estado de vulnerabilidade social. Em outras palavras,

[...] fator de risco que eu tenho aqui é um abandono social. Eu noto muito que as pessoas que cometem homicídio não têm estudo, a maioria parou de estudar na sexta série, não tem uma opção de vida. Se envolveram desde adolescentes com o que chamamos de galeras, então começaram a cometer crimes já na adolescência, a grande maioria é assim. Claro, um ou outro fator, pai de família trabalhador com ficha limpa que se envolve num homicídio. O homicídio tem essa peculiaridade mesmo, diferente dos outros crimes. A maioria do que eu vejo é uma falta de condição social, cultural, econômica, e que vê na violência a solução dos seus problemas (L. L. M., abr. de 2016).

Neste contexto, pode-se dizer que os atores do sistema de justiça criminal são sujeitos-chave na compreensão dos processos sociais e econômicos que influem na dinâmica da criminalidade urbana violenta, e especialmente nos homicídios. Suas falas são importantes para compreendermos a percepção social constituída entre os atores que compõem as instituições. O fato de lidar diretamente com os custodiados do Estado os colocam numa posição privilegiada de formulação de conceitos, argumentos, estereótipos e discursos sobre o sujeito do crime e sobre a criminalidade propriamente dita.

Suas vivências e experiências empíricas permitem desvelar as motivações, causas, consequências e a dinâmica do mundo do crime, particularmente dos homicídios. Suas percepções tanto influenciam na formação do imaginário popular quanto estas também influenciam na formação de suas percepções que, por sua vez, se refletem no modo como estes agentes públicos lidam com o fenômeno do crime e com a figura do criminoso.

Aqui o tráfico e consumo de drogas aparece como uma forma de empreendimento econômico por meio do qual os agentes do crime buscam satisfazer suas necessidades materiais. O mercado das drogas, isto é, da venda e consumo de entorpecentes, constitui um fenômeno de ordem global que atinge tanto aqueles países desenvolvidos quanto aqueles países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Aqui o mercado da droga se perfaz com

a participação de amplos setores das camadas sociais menos abastadas, que veem neste tipo de empreendimento uma forma de ganho econômico, sustento familiar ou mesmo de acumulação de riquezas.

Em um país com profundas desigualdades socioeconômicas e culturais, é de se esperar que o tráfico de drogas recrute principalmente jovens das periferias das cidades brasileiras, nas quais há uma enorme carência em termos de oportunidades de emprego, educação, cultura, lazer e socialização. Vivendo às margens do Estado, dos serviços públicos, e das possibilidades de uma vida digna e com qualidade, muitos desses jovens tendem a ser cooptados pelo tráfico de drogas, isto é, por determinadas organizações criminosas, acreditando que esta atividade poderá lhe proporcionar uma condição de vida melhor em curto e médio prazo. Assim, para o Delegado do município de Rio Branco (AC),

Execução por domínio pelo tráfico, briga entre eles que acabam com sentença de morte, mas a grande evolução dos homicídios se devem as organizações, as vezes pelo domínio do tráfico, as vezes por desentendimento entre presos e outras pessoas que são criminosos que também estão dentro da facção. Aí acaba tendo essa quantidade enorme de homicídios no final do ano passado pra 2016, aumentou bastante, antes tinham mais homicídios relacionados a crimes passionais, briga de boteco, dificilmente tinha esse tipo de execução aqui em Rio Branco antigamente. Inclusive a elucidação dos homicídios eram mais fáceis .... tinha uma efetividade grande de resolução de homicídios e hoje em dia vem perdendo essa resolução por conta disso, porque mudou o tipo de crime e é bem mais difícil de ser elucidado tem menos testemunho, a motivação por ser essa motivação você acaba não conseguindo provas. Pra comprovar que foi determinação de uma organização criminosas. (P. P. S. B., jul. 2016).

Trata-se aqui de uma forma de vida e de um empreendimento que ocorre às margens do Estado e da sociedade. Este tipo de ilegalismo se constitui com base em uma economia do tráfico de drogas cujo empreendimento não passa pelo controle do Estado, isto é, de suas instituições de controle social. Vivendo às margens do Estado e das regras formais de convivência social, os agentes do crime criam suas próprias regras, percepções e representações acerca de sua organização e empreendimento, sustentando-a sob a prática social da violência como forma de sociabilidade comum e de resolução de conflitos entre aqueles envolvidos neste tipo de atividade e de morfologia social.

A nova morfologia social que vai se constituindo na sociedade brasileira contemporânea caracteriza-se por um processo de reconversão das formas de sociabilidade, engendradas pela correlação paradoxal e simultânea entre integração comunitária e fragmentação social, de massificação e individualização fortemente acentuada. Trata-se de um processo diverso de formação, consolidação e de mutações nas diferentes esferas do tecido

social. Com efeito, a nova morfologia do social produzida pela formação da sociedade global apresenta múltiplas dimensões, as quais podem ser sintetizadas da seguinte maneira:

Produziram-se, além das metamorfoses das classes sociais, outras transversalidades na produção da organização social, tais como as relações de gêneros, as relações raciais, as relações entre grupos culturais e entre dispositivos de poder-saber. Desenha-se um espaço social constituído por estruturas, posições e trajetórias de agentes, portanto complexo e multidimensional (TAVARES DOS SANTOS, 1999, p. 20)

O reflexo mais notório decorrente dessas mutações nas morfologias sociais diz respeito ao estabelecimento de práticas de violência como norma social particular entre diferentes grupos sociais, presente nas mais variadas dimensões da violência social moderna. A violência que ora dissemina-se pela sociedade passa a ter um amplo significado social e cultural, na medida em que vai se consolidando no imaginário de segmentos diversos da população como uma espécie de linguagem social, substitutiva das formas de sociabilidades tradicionais calcadas nas relações de integração e civilidade.

As relações sociais em torno de interesses específicos passam a ser organizadas de maneira conflitiva, caracterizando a chamada *sociabilidade violenta* – forma de comportamento social que vem subvertendo as relações sociais e consolidando-se em diversos campos da vida como um novo mecanismo social, permeado pelas relações de poder, e, sobretudo pela valorização da violência fatal no âmbito destas novas morfologias sociais. Neste contexto, pode-se dizer que

Hoje nós estamos julgando extermínio e essas execuções que existem entre traficantes e alguns feminicídios que também têm chamado a atenção. Mas é uma coisa que os réus trazem com eles. A juventude, que é um fator. Nesse tempo que eu estou atuando como juíza, 5% no máximo que eu julguei tinha mais de 40 anos. Muitos, inclusive, foram absolvidos. Então a juventude é algo que prejudica, né, a questão do uso de drogas, também. E, ao mesmo tempo, uma certa banalização da morte. Eu tenho alguns réus aqui que me chegam aqui com 17, 18 anos já com 5 ou 6 passagens como homicidas na adolescência e que sentam aqui e dizem não, eu peguei e disparei seis tiros nele, como se estivessem falando assim, dei seis beijos (A. P. S. L., jul. 2016).

Esta percepção nos revela que a sociabilidade violenta pode ser entendida como a transformação radical da qualidade das relações sociais a partir das práticas criminosas comuns. Sua construção social está associada à relação entre produção simbólica e certas práticas sociais presentes no individualismo moderno. É neste sentido que o crime comum violento pode ser concebido como um objeto sociológico construído pela produção simbólica coletiva (MACHADO DA SILVA, 2004).

Neste processo de produção simbólica e construção da prática criminosa as relações de força presentes na sociedade contribuem decisivamente para estruturar um complexo de práticas sociais definido como *crime comum violento*. São essas relações de força, interiorizadas pelos agentes sociais como princípio organizador das relações sociais, a responsável pela instalação e disseminação da chamada sociabilidade violenta na sociedade brasileira.

Mas a institucionalização da sociabilidade violenta enquanto prática comum inerente às relações sociais apoia-se na representação social que os sujeitos fazem da violência urbana, sendo esta uma categoria do senso comum constitutiva de uma “forma de vida”. Deste modo, a violência urbana é considerada uma expressão que descreve cognitivamente e organiza o sentido subjetivo das práticas que envolvem o que legalmente se define como crime comum violento. Ela seleciona e indica uma infinidade de práticas percebidas como ameaças a duas condições básicas do sentimento de segurança: a integridade física e a garantia patrimonial (MACHADO DA SILVA, 2004).

Deste ponto de vista, a violência urbana revela-se como uma construção simbólica que destaca aspectos das relações sociais vistos como relevantes pelos agentes sociais em face dos quais constroem o sentido e orientam suas ações. Porém, o que chama atenção neste processo de *representação social da violência urbana* é o fato de os sujeitos sociais tomarem determinados modelos de condutas baseados nas relações sociais de força como sendo uma prática obrigatória. Isto, por sua vez, implica uma representação prático-normativa da violência urbana que tem corroborado para a institucionalização e recrudescimento da sociabilidade violenta *pari passu* à manutenção de formas convencionais e solidárias de relação social. Dito de maneira mais enfática,

A representação da violência urbana capta, simbolicamente, um âmbito da vida cotidiana em que ocorre a universalização da força como fundamento de um complexo orgânico de práticas que suspende – sem, entretanto, cancelá-la ou substituí-la integralmente – a tendência à monopolização da violência pelo Estado, generalizando e ‘desconcentrando’ seu uso legitimado (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 59).

O problema da sociabilidade violenta torna-se mais emblemático quando se concebe a noção de violência urbana não enquanto comportamentos isolados, mas como a articulação de uma *ordem social*, ou seja, um complexo de práticas hierarquicamente instituído, a partir do qual se constroem modelos de comportamentos não convencionais, sem, necessariamente destruir ou substituir os padrões de sociabilidade tidos como normais. Haveria segundo esta ótica, certa convivência de padrões de sociabilidade por meio de uma contiguidade e não

como “luta de valores” entre os dois padrões: aquele instituído e regulado pelo Estado e aquele resultante da produção simbólica dos sujeitos sociais por meio da representação social da violência urbana.

Esta contiguidade dos padrões de sociabilidade convencionais e não convencionais é responsável pela configuração de uma ordem social que articula a violência como prática social comum a outras formas de convivências sociais pacíficas. Esta contiguidade pode ser percebida nos chamados territórios da violência, onde há uma explosão da violência homicida ou uma certa frequência em termos de sua ocorrência. Em geral, estes territórios estão nas margens das grandes cidades e metrópoles da sociedade brasileira, lá onde as ilegalidades e os ilegalismo são dominantes como formas de associação e de empreendimento econômico, mediados pela prática da violência como dispositivo comum de exercício de poder e de regulação das relações sociais dos agentes do crime.

É certo que a criminalidade urbana violenta é muito difusa, de forma que poderíamos falar de uma desterritorialização da violência e de sua reprodução no tecido social como um todo, atingido diferentes espaços urbanos e segmentos sociais. Todavia, ao mesmo tempo em que ela se desterritorializa, ela também finca sua prática em determinados territórios, em geral marginalizados, segregados e esquecidos propositalmente pela sociedade em geral e pelo Estado. Trata-se aí de um fenômeno de *territorialização da violência* que culmina na formação de determinados espaços urbanos como tipicamente violentos, sem lei, reduto da ilegalidade e reprodutor do processo social excludente da violência urbana (FERREIRA; PENNA, 2005).

Em geral, a organização social do território se expressa pela luta social, pelos conflitos sociais entre grupos e agente sociais, pelas desigualdades sociais e formas conflitivas de apropriação do espaço urbano. O território tende a ser a expressão das formas de articulação, convivência e de relações de poder estabelecidas entre agentes e grupos sociais os mais diversos. Neste caso, as atividades econômicas e demais formas de empreendimento tendem a influenciar no jogo e na disputa pelo território.

É aí que as ilegalidades e os ilegalismos, em geral, tendem a intervir diretamente nas relações sociais e na conformação do território social. A violência, neste caso, tende a ser requisitada como dispositivo de poder e de afirmação de determinados grupos sociais, interesses e tipos de empreendimento econômico, como é o caso do tráfico de drogas de outras práticas ilícitas. Isso é depreendido, também, dos discursos reproduzidos com bastante frequência no campo da pesquisa: Manaus, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco.

Estes territórios aparecem com maior força e expressão nas margens das grandes cidades e metrópoles, isto é, nas periferias urbanas, ou seja, naquelas áreas destinadas às classes populares, em geral afastadas do centro da cidade, precárias e bastante desprovidas de equipamentos e serviços públicos de qualidade, tal como se observou de modo comum no discurso dos atores sociais e institucionais das cidades pesquisadas. São bairros nos quais se encontram as populações de baixa renda e a juventude ociosa e sem perspectiva de ascensão e mobilidade social. Esses espaços urbanos são identificados mais facilmente como territórios da violência, dos homicídios e do crime. Esta classificação do espaço urbano como espaço de produção da criminalidade violenta pode ser percebida na fala do Juiz do Tribunal do Júri da cidade de Manaus, segundo o qual,

Nós temos diferentes aspectos a respeito desse tema. Na cidade de Manaus nós temos bairros que são considerados zonas vermelhas. Lá onde é reconhecidamente pela própria polícia como área de atuação do tráfico conseqüentemente de outros tipos de crimes, entre eles, o homicídio. Por outro lado, esse tipo de atuação vem se agravando em Manaus nos últimos anos (A. R., fev. 2016).

Essa ideia é corroborada na fala de um Delegado da Polícia Civil da cidade de Porto Velho:

Em tese as áreas que tem homicídios são as áreas mais carentes, mais pobres, mais carentes da cidade mais afastadas do poder público. Quanto mais afastado do centro da cidade maior a chance de você ter um homicídio. A questão do homicídio é o quê? Quanto mais você se afasta... A questão principal é que você tem mais homicídios na zona leste com maior número de homicídio e zona sul. Por quê? A zona leste da capital é onde tem os bairros mais carentes. É onde tem questões simples como a urbanização. Você tem uma carência de urbanização, uma carência do poder público. Então tudo isso vem influenciar a taxa de homicídios (F.B.N., jul. 2016).

Pelo que se pode observar dos discursos das cidades pesquisadas e que guarda semelhança com o que acontece nas demais metrópoles brasileiras, o tráfico de drogas é certamente o tipo de atividade e de ação ilícita que mais diretamente corrobora para a produção da violência e dos homicídios nestes territórios difusos pela cidade, mas encravados, sobretudo nas zonas periféricas das cidades e particularmente nos bairros mais populosos, precários e de difícil acesso e presença do Estado. Em função do uso frequente da violência na prática do tráfico de drogas e na associação criminosa, é comum associar estes territórios aos níveis de mortes violentas nestas áreas ou mesmo na cidade de maneira geral. Dito de outra maneira por uma comunitária residente em Boa Vista-RR:

Na minha opinião mais por causa das drogas né. Porque tem muitas drogas aqui, eles disputam muito então. Compra e não tem como pagar aí eles vão lá e matam né. Dívida de narcotráfico mesmo (A.G.P, abr. 2016).

Ao mesmo tempo em que é possível perceber a formação de territórios sociais onde a violência e os homicídios são mais recorrentes, ou seja, onde há espaço e condições propícias para a formação do mercado informal das drogas, bem como para a conjugação de formas de sociabilidades violenta e não violenta, com amplas consequências para o esgarçamento do tecido social, também é possível observar que seus efeitos repercutem na cidade como um todo, promovendo a desterritorialização do crime e da violência com amplos reflexos para o exercício da cidadania, dos direitos e das liberdades coletivas. Seus efeitos demonstram o drama e a tragédia social vividas por amplas parcelas das camadas sociais menos abastadas e também daquelas camadas ricas da sociedade que também são atingidas pela difusão e desterritorialização do crime e da violência letal. Neste sentido,

Manaus de uns anos para cá tem se tornado uma cidade bem mais violenta do que quando eu cheguei aqui há 18 anos. Naquela época não se ouvia falar em nenhum tipo de crime, de assaltos. Hoje em dia isso é comum. [...] E sempre vai existir, obviamente. Não é só aqui em Manaus, no mundo inteiro é assim. Em locais mais e outros menos. Se antigamente esse tipo de situação só ocorria num bairro, na zona leste, hoje em dia você já vê assalto no Adrianópolis, todos os outros tipos. E muitas vezes a violência começa com um simples crime de roubo e termina com um latrocínio. Um homicídio (A. R., fev. 2016).

Diante disto, poder-se-ia falar de um processo de configuração de uma violência difusa, isto é, uma microfísica da violência, tal qual a ideia de uma microfísica do poder de Michel Foucault: “uma rede de poderes que permeia todas as relações sociais, marcando as interações entre grupos e as classes. [...] a violência vai se inserir em uma rede de dominações de vários tipos – classe, gênero, etnia, por categoria social, ou a violência simbólica – que resultam na fabricação de uma teia de exclusões, possivelmente sobrepostas” (TAVARES DOS SANTOS, 2002b, p. 23).

A definição da violência difusa ainda requer uma adjetivação: esta violência que ora se consolida como mecanismo social de relação interpessoal deve ser compreendida como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social. Neste sentido, alguns elementos são fundamentais para definir a violência: a noção de força ou coerção supõe um dano que se produz em um indivíduo ou grupo social, envolvendo uma polivalente gama de dimensões materiais, corporais e simbólicas.

Portanto, a violência pode ser considerada como um mecanismo disposto para se obter certo fim, ainda que produza algum tipo de dano. Trata-se de “um dispositivo de poder, em que se exerce uma relação específica com o outro mediante o uso da força e da coerção: isto

significa estarmos diante de uma modalidade de dispositivo que produz um dano social, ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de dano” (Idem).

É esta correlação entre força, coerção e dano físico, simbólico ou material que compõe a violência criminal contemporânea ou a chamada criminalidade urbana violenta, tipificada pelo direito como uma ação delituosa e, por isso, objeto do controle social e das sanções penais distribuídas pelo sistema de justiça criminal. Chama atenção a amplitude alcançada por este tipo de violência no que diz respeito aos diferentes campos da vida social, sendo cada vez mais associada a uma infinidade de práticas criminosas cujos autores tendem a potencializá-la como mecanismo de consecução de seus objetivos. Deste modo, observa-se, especialmente no Brasil, a partir dos anos 1990,

Um complexo dispositivo de produção da violência nas grandes cidades brasileiras, envolvendo delinquência convencional, tráfico de drogas, grupos de extermínio, corrupção policial e de agentes penitenciários, arbitrariedade e violência da polícia e práticas de justicamento em acertos de conta entre traficantes, de traficantes com informantes da polícia ou com delinquentes convencionais e de policiais com delinquentes convencionais ou traficantes (KANT DE LIMA *et al*, 2001 apud PINHEIRO; ALMEIDA, 2003, p. 37).

Mesmo diante desta multiplicidade de situações relacionadas ao crime e à violência, há certa concordância quanto às principais características que compõem a violência e a criminalidade urbana. Critérios como a força, a coerção e os diferentes tipos de danos produzidos pelo excesso de poder da ação social são amplamente aceitos na definição do fenômeno, embora, diga-se de passagem, isso esteja associada às escolhas teórico-metodológicas adotadas.

A constituição dos territórios da violência e dos homicídios nas cidades, mais precisamente nos espaços marginalizados e segregados pelo Estado e pela sociedade em geral, não se perfaz sem a omissão ou a ausência despropositada do Estado e das políticas públicas, tal como evidenciado na fala dos entrevistados quando se referem às capacidades institucionais, tanto no que se refere à responsabilidade do Estado como nas possibilidades da sociedade criar caminhos e mecanismos.

A emergência de uma ordem social marcada pela difusão da violência tem a ver necessariamente com a deficiência do processo civilizatório na sociedade brasileira, isto é, com a precariedade da efetividade de direitos, do exercício deficitário da cidadania e de uma cultura política sedimentada em uma identidade social que, por sua vez, requer a universalização e a internalização de princípios ético e morais reguladores da boa convivência e da harmonia social no contexto do Estado de Direito Democrático.



Trata-se, portanto, de um problema, que está no nível da consciência e da identidade social como forma de integração e agregação social. De outra forma, a disseminação da violência como prática social comum e a formação de territórios sociais marcados pela conflitualidade social e pela ocorrência de homicídios também estão associados às fragilidades e ausência do Estado de bem-estar social, portanto, à ausência propriamente do Estado que não se esforça, não tem capacidade de transformar esses espaços em territórios da cidadania, da cultura, dos direitos e da paz social. Neste sentido, um Oficial PM de Rio Branco assim percebe:

Eu acredito que nós precisamos ter uma presença maior da PM e PC, essa presença tem efeito imediato na prevenção, agora, com o efetivo reduzido, a gente tem de dividir as ações em toda a regional a gente não pode permanecer por muito tempo, então a primeira ação, sem dúvida, é a maior presença do aparato policial e a segunda é ter ações transversais de todas as instituições, a segurança pública se relaciona com todas as coisas então, mais educação, mais esporte, mais cultura, mais saúde pra essas área, o Estado tem de estar presente como um todo nessas áreas carentes, não basta apenas a ação policial (E. O. B., jul. 2016).

Esses espaços não são apenas físicos, geográficos, mas sim espaços sociais, humanos que necessariamente necessitam da presença das instituições de controle social, de socialização que atuem na composição do tecido social, na integração e nas possibilidades produção da solidariedade social. Certamente, vazio institucional é um dos fatores que corroboram para o *acúmulo social da violência* e para a sua generalização e reprodução no âmbito das relações sociais.

Este acúmulo e reprodução social da violência e dos homicídios têm a ver com inúmeras motivações, estando relacionados a outros problemas sociais, dentre o tráfico e uso de entorpecentes, o consumo de bebidas alcoólicas, conflitos intersubjetivos entre pessoas conhecidas, inclusive no âmbito doméstico. Embora as motivações sejam as mais diversas, consensualmente, as percepções nas cidades investigadas indicam que o problema social das drogas é o principal responsável pela violência homicida dentro e fora do ambiente doméstico. Acerto de contas, uso, usuário, disputa de territórios, cobrança de dívidas e outras motivações estão presentes nos discursos dos atores sociais e institucionais.

Só para destacar o quanto o problema social das drogas influi na percepção desses atores acerca dos homicídios nestas capitais, é possível perceber nos discursos dos entrevistados que inúmeros casos de violência doméstica podem estar associados ao uso de drogas, embora a violência doméstica e de gênero possa ser compreendida como um problema social à parte, já que se trata de um tipo de violência que guarda características próprias associadas a outros processos sociais, tais como a cultura da dominação masculina e do

“machismo” na sociedade brasileira. Neste caso, o uso de entorpecentes pelos envolvidos, especialmente pelo agressor, pode ser considerado uma variável importante para o incremento das relações de violência e de poder no âmbito da família e das relações de gênero. Neste contexto,

[...] vem os casos passionais. São os crimes de violência doméstica, entre familiares, não exclui o outro. Por exemplo, pode acontecer de um crime passional na família também envolver o entorpecente. Mas veja bem... o que eu falei pode ser tomado como equívoco. Oitenta por cento deles tem relação com o tráfico, mas isso não significa que os vinte por cento seja de outro. Porque dentre esses oitenta por cento estão crimes que envolvem violência doméstica, mas que também envolve o uso de entorpecente. Então, entraria nas duas categorias (Ibidem).

O problema do tráfico de drogas e do excesso de bebidas alcoólicas tem sido a principal referência para explicar a ocorrência de homicídios nos centros urbanos e, mais precisamente, nos chamados territórios sociais da violência criminal. Neste contexto, torna-se difícil definir com precisão as motivações dos homicídios, especialmente quando envolve o uso de substâncias entorpecentes ou alcoólicas. Com efeito, “[...] posso lhe garantir que não tem uma motivação, assim, que seja uma motivação que a gente possa determinar. A maioria é por consumo de bebida alcoólica, então qualquer motivo justifica, né, não é por vingança... esses existem alguns, mas a maioria é o excessivo consumo de bebida alcoólica que leva a isso” (L. L. M., abr. 20016).

Mais uma vez, o horizonte explicativo da criminalidade urbana violenta recai, de um lado, em uma perspectiva do uso racional da violência para a consecução de atividades ilícitas, como o tráfico de drogas, de outro, privilegia a abordagem a imagem de uma crise estrutural que concebe a violência homicida como consequência ou manifestação de um estado mais ou menos patológico do sistema social. Assim, “tratar da violência, com efeito, consistia que ela possuía seu lugar nos cálculos e nas estratégias dos agentes que tomavam parte num conflito, ou admitir que ela vinha traduzir uma insuficiente integração dos agentes num sistema” (WIEVIORKA, 1997, p. 11).

A primeira abordagem, portanto, percebe a violência como instrumento utilizado nas interações entre os agentes sociais; ela se configura como um meio de aproximação entre os grupos sociais, mas, sobretudo como um mecanismo social presente no funcionamento e nas transformações de sistemas sociais ou intersociais, estando fortemente associada a uma racionalidade inerente às decisões dos sujeitos sociais e de acordo com determinado tipo de empreendimento econômico. Uma interdependência, portanto, entre racionalidade e violência.

Por outro lado, a segunda abordagem, frequentemente requisitada para complementar a primeira variável explicativa, concebe a violência no quadro de um *neofuncionalismo* para o qual ela vem traduzir as disfunções, as carências e suas consequências sobre os agentes sociais, especialmente no que se refere às frustrações destes diante das mudanças ensejadas pelas sociedades modernas. Sugere-se, assim, que estas carências, disfunções e frustrações estão amplamente ligadas à dimensão do conflito social, mais precisamente à capacidade dos agentes de funcionar com base no conflito visto como necessário à integração da sociedade (WIEVIORKA, 1997).

No entanto, a ideia de que os conflitos sociais podem contribuir para a integração de sistemas ou organizações, cuja violência refletiria um estado de insuficiente integração social, resulta, paradoxalmente, em duas ideias distintas e opostas: a primeira reforça a dimensão da violência como forma de relação social estritamente instrumental, dispensando a comunicação e a dialogicidade entre os agentes sociais; configura-se, em suma, como uma perda de sentido e da capacidade dos agentes se reconhecerem um ao outro como sujeito e não como simples meio para se atingir determinados objetivos; a segunda percepção da violência sugere que ela pode vir a traduzir uma deficiência ou uma dificuldade na comunicação e no funcionamento geral das relações sociais. Neste caso, a violência revela-se como uma manifestação expressiva, um fenômeno social que ultrapassa a dimensão racional-instrumental. Em resumo, ambas as ideias permitem acrescentar, ainda, duas observações:

a primeira é que a violência instrumental pode ser utilizada por um ator para tentar penetrar o interior de um sistema de relações institucionalizadas – é a idéia principal da teoria dita da mobilização dos recursos [...]. E que mesmo no interior de uma relação estrutural ou sistêmica, o comum da violência é ter sempre uma dimensão que ultrapasse o quadro da simples racionalidade instrumental, uma dimensão que poderíamos chamar irracional, espontânea, ou expressiva, e que vai além do conflito [...] (WIEVIORKA, 1997, p. 12).

Esta perspectiva analítica nos permite sugerir que a violência distancia-se, mas não se desvincula em absoluto das noções de conflito e de crise, ou seja, não perde sua relação com as diferentes formas de conflitualidade social contemporânea. Todavia, ela está atualmente muito mais ligada às expressões como *fragmentação*, *caos*, *decomposição* do tecido social, deslocando-se, desta forma, da ideia que comumente a vincula como um sintoma dos diferentes tipos de conflito e crise. Deste modo, “a violência continua certamente a ser pensada através de categorias em que a oposição entre instrumentalidade e expressividade encontra seu lugar, mas nem sua eventual instrumentalidade, nem sua capacidade de atingir os piores extremos, sem limites, não remetem à imagem de um conflito, ou mesmo de crise” (WIEVIORKA, 1997, p. 12).

Entretanto, é no contexto dos conflitos sociais e da crise estrutural que o discurso oficial dos agentes públicos permite identificar o perfil dos autores e vítimas dos homicídios nos centros urbanos e naqueles territórios onde a presença do tráfico de drogas e os problemas sociais relativos à vida coletiva e ao exercício da cidadania são permanentes, promovendo verdadeira interdição social, sofrimento e precariedade na vida social de amplas parcelas da população brasileira.

Desse modo, para os atores sociais e institucionais das cidades estudadas nesta pesquisa, os sujeitos da violência homicida podem ser identificados como:

[...] usuários de droga, a maioria homens, eu não tive até agora nenhum caso de morte por causa da condição de sexualidade. Posso lhe dizer com toda a segurança: não se matou a vítima porque era homossexual. Alguns casos claros de homicídio, hoje feminicídio, mas não são tantos assim. A maioria homens. A maioria são jovens. A maioria tem o ensino fundamental incompleto. São pardos, pretos ou indígenas, porque aqui temos uma incidência de população indígena muito grande. A maioria é desempregado, que eu classifico aqueles que não têm uma ocupação com carteira assinada, vivem de bicos. Nível de renda baixo ou sem renda. Eu acho que aqui fica metade, metade, tem envolvimento com crime, mas muitos a ficha não tem nenhuma alteração criminal (L. L. M., abr. 2016).

Interessante notar que os sujeitos da violência e dos homicídios geralmente mantêm algum nível relação interpessoal, não sendo totalmente estranhas ou desconhecidas entre si. Isso torna o fenômeno do homicídio algo bastante emblemático, uma vez que se trata de pessoas que perderam a capacidade do diálogo, do reconhecimento recíproco enquanto pessoas de direito e portadoras de dignidade humana e que, por determinada razão, assumem uma conduta de risco e de conflito, adotando a violência como prática comum na resolução de conflitos interpessoais e intersubjetivos.

Neste caso, pode-se dizer que “[...] são crimes... não ocasionais, mas não há planejamento, há uma circunstância imediata ali que resulta... oportunidade, a droga, potencializada por algum motivo. Se a pessoa talvez não tivesse se embriagado ou não tivesse usado droga talvez não tivesse cometido aquele crime, isso no geral. E aí levando para o lado da violência doméstica, também” (E. S. V., jul. 2016).

Apesar dessa percepção, podemos dizer que em muitos casos os homicídios passam por algum grau de planejamento, por conseguinte de racionalização e cálculo, principalmente quando se trata de “acertos de conta”, conflitos entre facções criminosas, disputas por territórios e pontos de venda de drogas ou simplesmente com vistas à resolução de desavenças pessoais intersubjetivas, expressando uma falha de comunicação e perda de sentido sobre a vida e a dignidade humana. Portanto, a violência homicida tende a ser a marca do dissenso e

do conflito interpessoal, cuja expressão maior tem a ver com cristalização de uma sociabilidade violenta. Neste caso, a relação interpessoal é muito comum entre autor e vítima do homicídio. Assim conclui o Promotor do município de Rio Branco,

Está provado, estatisticamente, fiz um levantamento recentemente, um ano atrás, que a relação entre assassino e vítima é muito próxima, primeiro que se conhecem, moram próximos, a maioria, em torno de 500m, um raio de distância que foi estabelecido entre assassino e vítima, se conhecem, moram no mesmo bairro, a maioria esmagadora mora no mesmo bairro, moram na mesma rua, tiveram algum tipo de relacionamento, de amizade, relacionamento familiar, enfim (R. C., jul. 2016).

O Delegado do município de Boa Vista relativiza essa posição:

Depende, pode ter relação como pode não ter relação, esse roubo do latrocínio, não existe nenhuma relação, agora existe outros casos, festa, geralmente são os envolvidos na festa, mas também às vezes não tem relação nenhuma, os dois vão ali para se divertir e um bebe mais do que o outro e acabam se matando então é muito difícil também identificar isso aí (D. G. C., abr., 2016).

Além disso, como explica o Juiz do Tribunal do Júri do município de Porto Velho, é comum a maioria dos envolvidos ter antecedentes criminais, uma vez que “praticam o ilícito como forma de viver. [...] já tem envolvimento com o crime, são reincidentes... nem sempre reincidentes em homicídio, mas reincidentes em crime de patrimônio, principalmente [...]” (E. S. V., jul. 2016). Aqui é importante destacar as trajetórias sociais dos sujeitos do crime. Estas trajetórias estão associadas a uma escalada da prática do crime e da violência, ou seja, de reincidência criminal.

Em muitos casos estes sujeitos começam ainda na adolescência praticando pequenas transgressões ou delitos de menor potencial até cometerem algum crime de maior significância, chegando até mesmo aos homicídios. Trata-se, portanto, de um acúmulo social da violência que vai forjando a personalidade e a identidade do sujeito, que tende a adotar uma conduta regular de transgressão à ordem social.

Segundo as percepções dos atores sociais e institucionais entrevistados, este acúmulo social da prática da violência e do crime pode estar associado a diferentes aspectos da criminalidade urbana violenta, aos crimes contra o patrimônio, aos roubos e furtos, ao tráfico de drogas, aos assaltos, aos estupros e agressões, aos diferentes tipos de atividades ilegais, como o jogo do bicho, dentre tantos outros contextos da violência, do crime e dos diferentes tipos de homicídios, inclusive aqueles que ocorrem no ambiente doméstico, especialmente contra as mulheres.

Trata-se de um tipo de homicídio bastante comum e significativo na sociedade brasileira, mesmo diante do recrudescimento da lei que protege os direitos da mulher e que classifica este tipo de violência homicida como feminicídio. Em linhas gerais, podemos afirmar que os discursos dos operadores jurídicos, isto é, dos juízes dos tribunais do júri apontam para duas modalidades principais de homicídios nas cidades aqui elencadas para efeito de investigação:

ou [estão] relacionados à questão de drogas ou relacionamento amoroso. A gente tem algumas situações aqui que é o caso de adultério, ou briga... envolvendo as relações amorosas. Nem sempre sendo feminicídio. Ou está relacionado ao tráfico ou à questão amorosa” (A. P. S. L; jul. 2016).

Com base nas palavras do Juiz do Tribunal do Júri da cidade Manaus, é possível perceber que os feminicídios são característicos da sociedade brasileira, estando relacionados a uma situação de conflito que revelam a existência de relações de poder e dominação entre gêneros. Trata-se de um processo em que a violência tende a colonizar o ambiente familiar e a relação doméstica até culminar no homicídio. Deste modo,

[...] eu gostaria de destacar os crimes de homicídio e tentativa de homicídio envolvendo violência doméstica. Não raro às vezes, a maioria absoluta das vezes, esse tem como vítimas as mulheres. É impressionante como até hoje em dia no Brasil esse tipo de situação acontece. Não rara às vezes e tentativas, às vezes é homicídio consumado. O impressionante é que muitas vezes começa com uma agressão verbal e aí escamba para uma agressão física e ameaças. Por fim, vai pra uma tentativa de homicídio e depois dessa tentativa há uma segunda ou então o próprio homicídio consumado (A. R., abr. 20016).

Diante desta problemática, cabe-nos situar a violência letal nas cidades da Amazônia Ocidental no contexto dos dilemas do reconhecimento jurídico-moral, ou seja, das formas de desrespeito atinentes à privação de direitos e exclusão social. Referimo-nos aqui ao problema da desigualdade social, particularmente nas sociedades de *modernidade periférica ou tardia*, como é o caso da sociedade brasileira. Não se trata aqui de uma associação mecânica entre violência e desigualdade social<sup>17</sup>, principalmente no que se refere à pobreza, pois o problema não reside necessariamente nesta, “[...] mas na criminalização dos pobres, vale dizer, no foco privilegiado que é conferido pelas agências de controle social contra a delinquência cometida por cidadãos pobres” (ADORNO, 2002a, p. 109).

<sup>17</sup> Entendida aqui em seu sentido amplo, incluindo, por exemplo, a desigualdade de direitos e de acesso à justiça. A desigualdade aqui compreende o hiato entre direitos civis, sociais e econômicos. “Esse hiato manifesta-se, sobretudo através de um conflito entre as exigências de democracia política e as de democracia social. Se hoje, na sociedade brasileira, pode-se dizer que o processo de transição democrática promoveu a ampliação da participação e da representação política, esse movimento de ampliação dos direitos políticos não resultou em ampliação de justiça social. O aprofundamento da desigualdade social persiste sendo um dos grandes desafios à preservação e respeito dos direitos humanos para a grande maioria da população” (ADORNO, 2002a, p. 112).

Embora a relação entre violência, criminalidade e desigualdade social seja bastante contestada ou, por outra, relativizada, não há como deixar de reconhecer, no caso da sociedade brasileira, relações entre a persistência da concentração de renda, da concentração precária da qualidade de vida coletiva nos bairros periféricos das grandes cidades e a explosão da violência fatal. Os conflitos sociais, interpessoais e intersubjetivos nas áreas periféricas das grandes cidades, em geral, desprovidas de infraestrutura adequada, ofertas de postos de trabalho, de lazer e cultura, geralmente resultam em desfechos violentos. Acrescenta-se neste processo, que períodos de recessão da economia e de crise fiscal tende a reduzir a capacidade de ação do Estado em controlar e reduzir a violência por meio do estímulo ao desenvolvimento socioeconômico, à expansão do mercado de trabalho e à garantia de mínimas condições de qualidade de vida para a população (ADORNO, 2002b, p. 8).

Este cenário revela o grau de desigualdade da distribuição espacial da violência e dos homicídios no Brasil, onde o crime comum violento constitui uma das modalidades mais expressivas da criminalidade urbana violenta. A distribuição desigual do direito à vida, expressa na má distribuição espacial das condições de vida e urbana, caminha *pari passu* à manifestação da violência no cotidiano dos bairros periféricos das grandes cidades, onde as possibilidades de exposição direta ou indireta à violência são maiores<sup>18</sup>. De fato,

registros de mortes violentas revelam maior incidência nos bairros que compõem a periferia urbana onde são precárias as condições sociais de existência coletiva e onde a qualidade de vida é acentuadamente degradada. Há fortes evidências de que o risco de ser vítima de homicídio é significativamente superior entre aqueles que habitam áreas, regiões ou bairros com déficits sociais e de infra-estrutura urbana, como, aliás, sugerem os mapas de risco elaborados para diferentes capitais brasileiras (ADORNO, 2002a. p. 122).

O problema que antecede a violência nas cidades é, antes de tudo, uma questão de injustiça social, de não reconhecimento dos *direitos fundamentais* do indivíduo e de sua imputabilidade moral como integrante de uma sociedade calcada em um Estado de direito democrático. Como cidadão o indivíduo está inserido em um contexto sociocultural e jurídico,

---

<sup>18</sup> A relação da violência com a desigualdade social também tem sido objeto de análise de determinados autores que vem se preocupando com o recrudescimento da violência urbana na América Latina. Para R. Briceño-León (2002), um tipo distinto e singular de violência vem se afirmando na América Latina, qual seja a *violência delinquencial urbana*. Ela se manifesta a partir do início da década de 80, revelando altas taxas de homicídios em diferentes países, taxas estas que não são comparáveis com as de períodos anteriores, nos quais prevalecia a violência dos governos ditatoriais, dos coronéis, dos senhores da terra, das guerrilhas, etc. Para o autor, “[...] la situación no es comparable, no tiene la gravedad que después muestra, justamente cuando desaparecen las dictaduras, amainan las guerrillas y se decreta la paz y la democracia. [...] Se trata entonces de una violencia distinta. Una violencia que podemos calificar de social, por expresar conflictos sociales y económicos; pero no de política, pues no tiene una vocación de poder. Una violencia que no tiene su campo privilegiado de acción en las zonas rurales, sino en las ciudades y, sobretudo, en las zonas pobres, segregadas y excluidas de las grandes ciudades [...]” (p. 35).

no qual ele compartilha, em condições de pé de igualdade com seus demais, dos mesmos direitos e deveres regulamentados e efetivados na figura do Estado.

Entretanto, em realidades como a da sociedade brasileira a negação dos direitos fundamentais e a exclusão social constituem uma forma de desrespeito social sistemática no campo das relações de reconhecimento jurídico e moral. Este processo corrobora para alimentar, sobretudo nas áreas periféricas, desprovidas dos serviços urbanos, uma onda de violência cada vez mais combinada a delitos e crimes comuns<sup>19</sup>.

Estudos realizados sobre a violência em algumas cidades brasileiras indicam que as taxas de violência, especialmente o homicídio, são flagrantemente mais elevadas nos bairros menos atendidos pelo poder público, ou seja, lá onde os serviços de infraestrutura urbana e demais serviços sociais são bastante precários e até ausentes<sup>20</sup>. “Com frequência os homicídios se concentram em certas áreas da cidade e não seria surpresa se dentro dessas áreas também ocorrerem concentrações” (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p.25).

A presença ou ausência de violência nas áreas menos favorecidas das cidades estão ligadas a alguns fatores que podem convergir para o risco de vitimização ou para a proteção contra a violência. Assim, entre os fatores de risco destacam-se a falta de capital social e a superposição de desvantagens; entre os fatores de proteção, podem ser mencionados, a presença de capital social, o acesso a direitos, tais como, o direito à saúde, à educação, à moradia, à cultura e ao lazer (CARDIA; SCHIFFER, 2002). Neste sentido, a superposição de

---

<sup>19</sup> Sobre a relação entre a violência e o crime é importante fazer a seguinte ponderação: a violência corresponde a um fenômeno que antecede ao crime, ela constitui uma prática social que, inclusive, é “aceitável” em determinados níveis e situações. Porém, ela tem se tornado com frequência objeto de tipificação e classificação por parte do direito penal; é ele o responsável pelo processo de incriminação de determinadas condutas vistas como delituosas. No Brasil, a violência tem sido cada vez mais associada ao crime comum, seja porque ela tem sido largamente utilizada como recurso em diferentes atividades criminosas, como no narcotráfico, seja porque ela mesma tem sofrido determinadas mutações, tornando-se cada vez mais banalizada, desumana, revoltante, atentando cada vez mais contra vida e a dignidade do ser humano. Assim, diversas modalidades de violência têm sido classificadas pelo direito como crime comum, isto é, como uma prática delituosa passível de sanção, sendo comumente chamada de violência criminal. Com efeito, “crime é um conceito jurídico. Diz respeito à violência codificada nas leis penais. Sabe-se, porém, que nem todo fenômeno socialmente percebido como violento é categorizado como crime. Do mesmo modo, há modalidades de violência que, embora codificadas como crime, não encontram adequado enquadramento na legislação penal correspondente. Por exemplo, graves violações de direitos humanos, não raro, enquadradas como crime comum” (ADORNO, 2002a, p. 88). Sobre o processo de incriminação das transgressões, ver ROBERT, Philippe. *Sociologia do crime*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

<sup>20</sup> Ver o estudo de Cardia & Schiffer (2002) sobre a relação entre *A violência e a desigualdade social* na cidade de São Paulo. Neste trabalho, os autores mostram que os homicídios têm se concentrado nas áreas periféricas da cidade, isto é, nas áreas de maior pobreza e ausência do poder público. In: *Ciência e Cultura*. Revista da SBPC, São Paulo, ano 54, n. 1, julho de 2002, p. 25-31. Ver também CANO, I. *Análise territorial da violência no Rio de Janeiro*, ISER, 1997, p. 43. CEDEC. *Mapa de risco da violência: cidade de São Paulo*, 1996.



privações ou a presença de desvantagens concentradas – econômicas, educacionais, na estrutura familiar – em determinadas zonas ou áreas da cidade tem sido considerada como uma fonte de risco principalmente para crianças e adolescentes (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p. 26).

Apesar da desigualdade no acesso a direitos, Cardia e Schiffer (2002) afirmam que os grupos de moradores que vivem nas áreas mais afetadas pela superposição de carências são capazes de resistir à violência e à criminalidade e manter-se no dia-a-dia por meio do estabelecimento de relações de proximidades e cooperação entre si. Este tipo de relação tende a ocorrer bem mais do que em outras áreas das cidades, conforme percebido pelos entrevistados e manifestado em seus discursos.

Todavia, os limites dessa resistência estão nos atos de violência que possivelmente são percebidos como ameaçando a própria sobrevivência, o que provoca uma espécie de recusa e abstenção dos moradores nos processos de reação, enfrentamento e luta contra os protagonistas da violência. Um bom exemplo deste processo de exposição à violência pode ser visto em geral nas áreas periféricas onde impera o poder e a violência imposta pelo crime organizado e “desorganizado”, como é o caso das áreas visitadas nesta pesquisa que, no discurso dos entrevistados, são dominadas pelo tráfico de drogas e possuem relação com os homicídios dolosos. Em suma,

forte exposição a violência e medo podem resultar em menos comunicação entre as pessoas, menos identificação de problemas comuns e em menos ação coletiva. Com frequência, o medo ou a experiência de vitimização – direta e indireta – levam as pessoas a adotarem medidas de autoproteção que as distanciam ainda mais umas das outras. No limite, essas medidas podem ter o efeito de reduzir a coesão social. [...] Esses efeitos podem ser ainda mais intensos se prevalecer na comunidade a sensação de que as relações são permeadas pela falta de consideração com o outro, por uma sensação de que cada morador zela apenas pelo próprio bem-estar. Medo combinado com a sensação de incivilidade e desrespeito entre as pessoas são obstáculos ao diálogo (CARDIA; SCHIFFER, 2002, p.29).

Com efeito, a relação da violência com a desigualdade social, isto é, com a privação de direitos e exclusão social, deve ser vista como uma das manifestações da ausência de cidadania, da não efetivação dos direitos civis e sociais, da insatisfação daqueles que estão numa condição de total abandono, desprezo e inferioridade. A violência é a própria expressão do desrespeito social, da violação dos direitos e da dimensão moral; ela vem exprimir o sentimento de denegação do reconhecimento jurídico-moral, cuja privação se manifesta na própria ação do Estado, quando este se exime de suas obrigações, e também no âmbito da própria sociedade, especialmente através da ação das classes sociais mais abastadas que veem os pobres como uma ameaça frequente. Deste modo,

tudo indica que os problemas postos pela pobreza, pela desigualdade social e pela exclusão social, entre os quais a sistemática e cotidiana violação dos direitos fundamentais da pessoa humana, não resultam, ao menos exclusivamente, de um modelo de desenvolvimento econômico-social incompleto. A pobreza e suas consequências, diretas e indiretas, não constituem resíduos patológicos de um processo inexorável de crescimento econômico cujo ciclo de evolução e desenvolvimento, uma vez concluído, conduziria inevitavelmente a superá-los e a decretar sua definitiva extinção em nossa sociedade. Ao contrário, tudo converge para sugerir que, antes de um problema de natureza econômica relacionada quer a perturbações momentâneas no mercado e do processo de produção industrial, quer a estágios incompletos do desenvolvimento, a pobreza e as desigualdades sociais que lhe subjazem são de ordem da justiça social (ADORNO, 2002a, p. 127).

O fato de a violência se reproduzir no espaço onde prevalece a injustiça e o desrespeito social, isto é, onde a desigualdade social e a violação dos direitos fundamentais caminham juntas, contribui para reforçar a ideia de que a violência urbana (especialmente aquela que caracteriza a sociedade brasileira) se inscreve em um cenário marcado pelas formas estruturais de violação e desrespeito dos princípios morais que constituem a identidade dos indivíduos, incluindo aí aqueles que dizem respeito ao exercício pleno da cidadania. Pode-se dizer que a violência urbana tem como pano de fundo um problema de ordem moral e normativo que tende a se acentuar no interior das estruturas das sociedades modernas capitalistas, especialmente naquelas de modernidade tardia como a brasileira.

#### 4.3 DIFICULDADES E RESPOSTAS DO ESTADO À VIOLÊNCIA HOMICIDA

Recorrentemente os dois temas – Estado e violência – são evocados para auxiliar a compreensão da violência contemporânea e das possibilidades de controle social desta pelo Estado, já que este tende a reivindicar o *monopólio da violência física legítima* dentro dos limites do seu território (WEBER, 2001). Neste sentido, “o Estado não se deixa definir, sociologicamente, a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, da forma como é, peculiar a todo outro agrupamento político, a saber, o uso da coação física” (WEBER, 2001, p. 60).

A consequência disto é que o Estado moderno tende a não reconhecer em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos em geral, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que ele o tolere. Logo, o Estado constitui-se na única fonte do direito à violência. Ele consiste, em última análise, em uma relação de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento da violência legítima, ou a violência considerada como legítima (WEBER, 2001).

Entretanto, há um problema nesta definição analítica que se revela de duas maneiras: primeiro quanto à capacidade efetiva de o Estado moderno manter o monopólio da violência física; segundo, se esta é realmente exercida de maneira legítima pelos aparelhos repressivos que o constituem. É notória a dificuldade dos Estados nacionais em manter o monopólio da violência e o seu uso legítimo, pois há uma crescente generalização das práticas de violência entre os agentes sociais e uma enorme incapacidade das instituições estatais em manter o seu controle e domínio.

Tais dilemas se tornam maiores quando relacionados com o fenômeno da mundialização, cujas consequências vêm causando o enfraquecimento de parte dos Estados contemporâneos. As dificuldades enfrentadas pelos Estados no bojo do processo de formação da sociedade global são bastante amplas e mesmo profundas: têm a ver com a constituição do próprio quadro territorial, administrativo e político da vida econômica, posto que os fluxos, as decisões, os mercados, a circulação dos homens, dos capitais, das informações, efetuam-se em escala mundial, e em boa parte sob formas ilegais que permitem falar de uma globalização do crime organizado (WIEVIORKA, 1997).

Como consequência, vê-se a retração do Estado face à sua incapacidade de controlar a economia e as demais esferas da vida social. Há uma espécie de recuo frente às diversas situações envolvendo a esfera da economia, o que tem levado a uma atomização ou privatização da violência, ou seja, a uma apropriação dela por diferentes grupos. Desta forma,

O Estado parece, em numerosas situações, obrigado a recuar frente às atividades informais, ao mercado negro e ao trabalho clandestino; o recolhimento de recursos fiscais torna-se difícil de exigir ou justificar, aleatório, e ao mesmo tempo que a economia se privatiza, a violência se privatiza, meio de pilhar o Estado ou de se atribuir os recursos que ele deveria controlar (WIEVIORKA, 1997, p. 18-19).

O outro lado deste processo, como já foi mencionado, refere-se à prática ou ao encobrimento da violência ilegítima cometida pelos agentes do Estado, e que é contrário ao seu discurso oficial. Em muitos países democráticos tem sido comum a ocorrência de casos de tortura, os abusos policiais ou militares, ou ainda a delegação do uso da força a atores privados que a exercem de acordo com seus interesses.

O enfraquecimento dos Estados-nações no que tange ao controle da violência também está relacionado à própria fragmentação cultural, fenômeno que contribui em razão da nação não conseguir mais tão facilmente reclamar o monopólio ou o primado da identidade cultural das pessoas reunidas no seio da comunidade imaginária que ela constitui. Isto se deve às reivindicações de afirmação e reconhecimento diante do espaço público, feitas por diferentes

identidades, o que pode implicar na materialização de conflitos e ocorrência de violências interculturais (WIEVIORKA, 1997).

Mas, a descentralização ou mais precisamente a privatização da violência não necessariamente está relacionada às noções de enfraquecimento ou decomposição da esfera do Estado. Mesmo em face destes dilemas, há certa perenidade do modelo dominante do Estado moderno, pois este permanece vivo e atuante mesmo neste espaço de contradições e limitações quanto a sua capacidade de manter o *monopólio legítimo da violência física*. O Estado ainda é visto como a fórmula política dominante que deveria inibir a violência fora de seu campo de ação e controle, mas, ironicamente, o Estado tem chegado cada vez menos ou de forma precária a esse resultado (WIEVIORKA, 1997).

Esta dificuldade está relacionada a uma série de fatores que tem a ver com o desempenho das funções do Estado, isto é, das suas instituições de controle social, investigação e punição. Uma delas são os próprios tribunais cuja atuação é limitada por uma série de fatores, incluindo a quantidade de processos, a morosidade dos julgamentos, a deficiência de corpo técnico e as precárias condições de trabalho de seus servidores, dentre outros fatores. Na fala de uma assistente de saúde do município de Rio Branco,

É tá prendendo, tá prendendo. Só não tá julgando. E hoje você vê ... tão prendendo muito. Pode vê que na Francisco de Oliveira onde é uma penitenciária que tá sobrecarregado. Lotado. Muitas prisões. Muitas mesmo e agora eles estão usando até outras medidas de liberdade de alguma coisa pra vê se desafoga mais. Porque eu vejo que a gente tem que trabalhar mais pra que essa pessoa não seja presa. Porque chega lá já não tem mais jeito. Então tem que trabalhar aqui fora pra que não venha (...) Tá cumprindo. Lentamente, mas tá cumprindo (J. V. M., jul. 2016).

Sobressai desse discurso a tentativa de resolução do problema de lotação do sistema prisional por meio da Audiência de Custódia. Posição contrária a esse instituto está presente no discurso de um comunitário de Porto Velho,

Eu só sou contra o ministério público e criminal em virtude dessa nova lei agora. Audiência de custódia. Que a polícia pega o elemento aqui que acabou de assassinar o pai dele, a mãe dele aqui e aí a polícia pega, faz todo um trabalho bonito. Chega lá o juiz solta ele. O cara vai e volta. Já aconteceu aqui, o cara foi preso, aconteceu já um episódio assim o cara foi preso, foi levado, o juiz soltou, ele voltou e matou mais uma pessoa na mesma noite (F.A.P., abr. 2016).

De acordo com o entendimento de alguns dos juízes dos tribunais júri, a prevenção dos homicídios pelos tribunais de justiça é bastante limitada ou praticamente sem efeito. Sua capacidade de prevenção é posta em dúvida em função de que o tribunal apenas julga os processos, não tendo poder de prevenção no cotidiano da vida nas cidades. Em outras palavras,

[...] a prevenção dos homicídios, eu acho um pouco difícil, porque não é um crime como um assalto, como o estupro, ele pode ocorrer em qualquer momento, em qualquer nível social. Mas o tribunal não tem como prevenir isso, o que a gente pode fazer, e está tentando fazer, porque há alguns anos atrás foi criada uma nova Vara do Júri, o que nos facilitou muito o trabalho, porque o Júri é uma vara diferente das outras varas criminais, né, nós tínhamos aqui processos que estavam, digamos, emperrados aqui devido à falta de condições físicas. Eu tenho só dois dias para fazer júri, com a criação de uma nova vara isso foi duplicado. Os processos aqui na Vara do Júri têm andado mais rápido. Tem processo que eu levo ao Júri em menos de um ano, desde o cometimento do crime até o julgamento. A nossa maior dificuldade com certeza é agilizar a investigação policial. E isso não faz parte da atribuição do tribunal. Faz parte da segurança pública, do Executivo (L. L. M., abr. 2016).

Se, por um lado, há uma limitação do ponto de vista da resposta do Estado nos processos de julgamento, por outro lado, a prevenção e a punição dos autores dos homicídios dependem o fortalecimento da capacidade institucional e investiga das polícias Civil (PC) e Militar (PM), já que estas lidam diretamente com o fenômeno da violência e da criminalidade, necessitando agir com rapidez e eficiência. Assim, os operadores jurídicos entendem que o problema da prevenção dos homicídios ou da criminalidade em geral está muito mais no nível das agências policiais do que propriamente nos tribunais. Deste modo,

[...] tem que ter um aparelhamento da PC e da PM. A PC especificamente no estado é muito desaparelhada. Delegacias mal estruturadas, velhas, policiais não têm nem sentido para trabalhar. Às vezes não tem nem gasolina pra colocar na viatura. Isso são fatores que desestimulam. Os inquéritos são mal feitos, demoram muito tempo para chegarem na gente alguns inquéritos. Não é por falta de vontade do delegado, do agente, é por falta de estrutura mesmo. Uma pericia mais bem feita. A gente precisa desse aparelhamento (L.L.M., abr. 2016).

O discurso acerca da situação em Porto Velho informa a mesma precariedade,

Acredito eu que a falta de policiais e a falta de equipamento adequados, isso aí tudo acarreta. A falta de policiais é o fator primordial se tivéssemos um numero de policiais e viaturas na rua inibia bastante por que hoje por exemplo, juntando a zona leste. Acredito que dá mais de 20 bairros não sei. O que eu so sei mais da minha área. Mais as vezes tem 2, 3 viaturas da policia militar, você chama a viatura e demora 40 minutos... você chama a viatura tem 3, 4 ocorrências na frente. Então hoje a falta de policiais é notória pra toda a sociedade (J. S. G., jul., 2016).

Essa situação das agências policiais nos municípios de Boa Vista (RR) e de Porto Velho (RO) contrasta significativamente com a percepção do estado atual dos Tribunais de Justiça, o que pode ser evidenciado na fala de uma juíza do Tribunal do Júri do primeiro município.

Não. Dificuldade do tribunal não. Às vezes fazemos mutirões, e a gente sempre entra em contato com o MP e com a Defensoria. Os profissionais que atuam no Júri são muito poucos. Há uma dificuldade tanto do juiz, quanto do promotor, do defensor e do advogado em atuar no júri. Eles têm certo receio. Mas já se criou aqui alguns profissionais que atuam e sempre que tem mutirão a gente pode recorrer a eles. O tribunal hoje não encontra dificuldade nenhuma para julgamento dos processos. Nós temos estrutura, temos dois plenários, duas varas inteiramente distintas e independentes uma da outra, se precisar, a gente pode fazer júri de

segunda a sexta. É só ter pessoal, mais juiz, mas isso não seria problema no tribunal, mas na promotoria e na defesa. Essa dificuldade depende de fatores externos que não dependem da nossa administração (L.L.M., abr. 2016).

Como se observa em algumas cidades da Amazônia Ocidental, o trabalho de prevenção e a resposta do Estado à violência homicida dependem muito mais de fatores ligados ao sistema de justiça criminal como um todo do que propriamente das condições institucionais de atuação dos tribunais de justiça e de seus operadores jurídicos. Diferentemente do estado de Roraima, o caso do estado do Amazonas e do Tribunal do Júri não tem as mesmas condições favoráveis para o julgamento dos processos, o que implica no problema da morosidade da justiça. Situação manifesta no discurso de J. V. M., jul. 2016 (p.147). Tal situação pode ser mais bem retratada na fala do juiz do tribunal do júri.

Não. Eu não posso fazer júri todo dia. Por quê? Porque eu tenho que instruir processos aqui na vara. Cujas audiências já estão marcadas até 2018. Então, o que acontece seria necessário haver dois juízes na vara, o que possibilitaria instruir e fazer júri todos os dias. Ou então, é isso que acontece em outros estados da federação, ou então, a segunda alternativa: separa o procedimento até a pronúncia. Fica no juiz das varas comuns e depois só vai para o tribunal do júri pronto para o julgamento. Seriam essas duas alternativas. O que não pode é a nossa situação. Porque senão nós temos um índice de homicídios que aumenta progressivamente e a quantidade de processos jurídicos continua no mesmo patamar porque não há evolução nesse aspecto (A. R., abr. 2016).

Em Manaus (AM), assim como nas demais capitais e estados, há problemas bastante significativos nas instituições do sistema de segurança que dificultam o trabalho da Justiça e do próprio Estado na prevenção e respostas ao crime e aos homicídios. Os juízes são bastante incisivos ao destacar as dificuldades e obstáculos presentes no trabalho da polícia judiciária. Os problemas relativos à investigação policial tende a repercutir negativamente no trabalho das varas criminais e do Tribunal do Júri. Neste sentido,

[...] na fase inquisitorial nós temos suas dificuldades peculiares. Primeiro nós temos uma polícia altamente carente de material e de pessoal. As pessoas que existem não tem preparação. Não porque não queiram, mas porque o Estado não proporciona esse tipo de preparação e o material é altamente carente. Então nós chegamos ao absurdo de, por exemplo, acontecer um crime e não ter material químico de reagente pra fazer um exame no local. Seja exame de DNA, seja exame balístico, então, isso é um absurdo (A. R., abr. 2016).

As consequências disso são desastrosas para a conclusão do processo criminal, interditando a justiça criminal e as possibilidades do Estado responder às demandas da sociedade, processo, julgando e sentenciando os responsáveis pelo cometimento de homicídios. “Então você acaba dependendo da prova testemunhal. Só que como se trata de crimes de homicídios, não raras às vezes, as pessoas tem temor de depor. Sobretudo quando envolve

tráfico de drogas. As pessoas tem mais ainda medo. Tanto por conta disso muitas vezes os processos são arquivados e autoria definida” (A. R., abr. 2016).

Trata-se, portanto, de problemas que tem a ver com todo o sistema de justiça criminal. Problemas típicos do poder judiciário que se complementam e se reforçam com os problemas típicos das agências de policiamento e investigação criminal. Toda uma cadeia investigativa e de processamento criminal é comprometida em função da precariedade das instituições responsáveis pela investigação técnica dos crimes. A perícia técnico-científica tende a ser fundamental para o trabalho da justiça brasileira. Entretanto,

Há muitos processos que necessitam de provas técnicas e vão desde um laudo pericial no local do crime até exame de DNA. Exame de laudo necroscópico, perícia e etc. Fora o básico, digamos que seja o exame de corpo de delito e o laudo necroscópico, muitas vezes os outros não ocorrem por falta de material e pessoal e algumas vezes até nem ocorrem. O laudo necroscópico ou o exame de corpo de delito não são encontrados nos processos. Isso afeta diretamente toda essa cadeia relacionada aos crimes de homicídios (A. R., abr. 2016).

Os atores institucionais de segurança pública, por seu turno, ressaltam em seus discursos o sentido inverso das dificuldades institucionais para a prevenção e controle dos homicídios, diante da insuficiência da atual legislação:

Olha, eu, dentro do previsto em lei eu posso dizer que coopera, nesse sentido coopera, agora na aplicação da lei acaba atrapalhando porque a lei hoje ela tá com essa facilidade aí de ...do...do...daquele que delinuiu, ele respondeu processo mas não demora muito tempo ele já está respondendo em liberdade e aí já está na rua novamente cometendo o crime, até o próprio homicídio. Ele foi preso, tá respondendo pelo homicídio e de repente ele tem ali a liberação pra continuar respondendo em liberdade mesmo que seja com acompanhamento de tornozeleira ele vem a cometer de novo outro homicídio, então é bem...nessa parte fica...aí já não diria que é...são os juízes, não, é a nossa lei né, é uma coisa que tem de ser reformulada também, é a nossa lei. Nessa parte aí a gente sabe que hoje um dos projetos é esvaziar os presídios, né, quanto menos lá, até (...) surgiu do tráfico a questão nova aí do traficante é réu primário e tal, então ele também responde em liberdade. Quer dizer, pra tentar não superlotar os presídio. Só que isso aí, ele vai continuar. Se ele tava no crime...se não tem nenhum trabalho, a própria lei não tá, já tá colocando ele em liberdade pra responder, ele vai voltar ao crime. Então imagina o caso dos homicídios (R. H. D. F., jul. 2016).

Outro aspecto importante presente na fala dos entrevistados, refere-se ao sentimento de impunidade por parte da população e sua relação com o incremento da criminalidade e dos homicídios. Para estes atores é de fundamental importância uma resposta rápida do Estado aos crimes de homicídios para que não haja um efeito negativo, isto é, contrário, que de alguma forma influencie na forma de incentivo ao cometimento de outros crimes, estimulando a reincidência criminal. Esta percepção social tem predominado no imaginário popular e no senso comum na forma de uma relação causal, provocando uma disfunção do sistema social.

As dificuldades de exercício do ofício do judiciário na análise e julgamento dos casos acolhidos pelas Varas Criminais tendem a refletir em um profundo descrédito e desconfiança por parte da população. Se o sistema de justiça criminal falha em função de sua precariedade, de problemas técnicos e operacionais, além da falta de pessoal e de estrutura para dar suporte às agências de investigação e de julgamento, o resultado tende a se refletir em um sentimento de impunidade generalizado. Portanto,

[...] nós temos uma dificuldade sim, a preparação do processo. Por isso que eu perguntei se o senhor tinha ouvido outros atores envolvidos na formação do processo, ou na formação da culpa... laudos que não são realizados, laudos incompletos, perícias não realizadas ou incompletas. Acho que tem que se investir mais nisso, dificuldade na obtenção de pessoas, testemunhas que queiram dizer sobre o fato, porque as pessoas tem muito medo. Aqui várias testemunhas chegam aqui e não querem falar na presença do réu, tem medo do réu, medo da família do réu, então, isso dificulta o processo, não vem bem instruído e não se faz uma boa prova, e não se fazendo uma boa prova, a tendência é que o julgador venha absolver, aí gera também a impunidade (E. S. V., jul. 2016).

As externalidades negativas provocadas pela ação deficitária da justiça, portanto, da atuação do Estado no exercício do monopólio do direito punitivo também estão relacionadas ao questionamento da própria justiça criminal estatal, da capacidade do Estado em responder as demandas da sociedade em termos da imposição da lei e da ordem social. Associa-se comumente o fracasso do Estado no exercício da punição e controle social da violência às diferentes manifestações de práticas de “justiça” informal cometidas pelas classes populares e que ocorrem à revelia do monopólio da violência e do direito de punir do Estado.

Diante dessa fragilidade do Estado, é comum nos depararmos com situações de conflito em que as pessoas exercem o seu próprio arbítrio na expectativa de se fazer justiça. Assim, pode-se dizer que

[...] a sociedade através de um pacto constituiu um Estado e incumbiu ao Estado. Ela abre mão de certos direitos, liberdade, por exemplo, em favor do Estado toma para si os seus deveres. Um deles é a segurança. A partir do momento que ele falta com esse dever obviamente que as pessoas que vivem em comunidade se sentem prejudicadas então muitas vezes uma forma delas buscarem satisfação que não encontra no Estado é exercendo o próprio arbítrio (A. R., abr. 2016).

Neste contexto, Dahrendorf (1987) analisa os dilemas da ordem social e da liberdade nas sociedades contemporâneas, sugerindo a ocorrência de um processo de *erosão da lei e da ordem*, mediante o qual as sociedades estariam vivenciando uma reversão de sua capacidade de cuidar da segurança dos cidadãos. Um dos principais indicadores deste processo de reversão refere-se à propagação da impunidade, isto é, da ocorrência sistemática de não punição dos atos de violação das normas sociais. De acordo com as palavras do autor,



a ausência crescente de punições efetivas, se estas existirem, é o significado real da erosão da lei e da ordem. Ela não apenas descreve o fenômeno com mais precisão do que a transgressão de normas ou a falta de conhecimento a respeito, como também retira dele os fatores conjunturais e fortuitos. Se as violações de normas não são punidas, ou não são mais punidas de forma sistemática, elas tornam-se, em si, sistemáticas (DAHRENDORF, 1987, p. 26-27).

Para Dahrendorf (1987) a impunidade pode ser vista sob várias formas de retenção ou de isenção de sanções, por exemplo: pode existir a isenção de punições devido à incapacidade ou omissão da polícia quando ela fecha os olhos para os criminosos ou delinquentes conhecidos; também pode haver a desistência deliberada de punições, no caso de réus primários ou jovens; por fim, pode haver impunidade face à incapacidade do Estado em lidar com as infrações, por serem muito numerosas, ou porque pessoas demais estão envolvidas nelas ao mesmo tempo (p. 27).

Estas formas sistemáticas de isenção ou retenção de sanções podem revelar um processo de decomposição, bem como de mudança e inovação social mais profundo, incorrendo para o campo fértil da *anomia social*. Dahrendorf (1987) concebe a anomia como uma condição social onde as normas reguladoras do comportamento das pessoas perderam sua validade. A garantia dessa validade consiste, por conseguinte, na força presente e clara das sanções, pois “[...] onde prevalece a impunidade, a eficácia das normas está em perigo. Nesse sentido, a anomia descreve um estado de coisas onde as violações de normas não são punidas, [constituindo] um estado de extrema incerteza, onde ninguém sabe qual o comportamento esperar do outro, sob determinadas situações” (p. 31).

O problema da anomia social pode ser percebido por meio dos casos de linchamento público de pessoas que cometeram algum tipo de delito.

“[...] Já é comum hoje em dia principalmente, você vê na mídia, quando uma pessoa é acusada de um crime a população lincha. É morta no meio da rua. Por que acontece isso? Tem o aspecto da ausência do Estado. A pessoa na concepção dela ela vai punir porque o Estado não tá fazendo a parte dela. Então ela toma pra si a vingança” (A. R., abr. 2016).

Diante disto, a incidência crescente da impunidade passa a ser vista como o cerne do problema social moderno, isto é, do conflito e das lutas sociais em que o objetivo principal é a lei e a ordem. O que passa a estar em jogo é a maior ou menor possibilidade de diferentes grupos sociais influenciarem as estruturas normativas da sociedade (DAHRENDORF, 1987).

Num sentido mais amplo, as dificuldades de controle e respostas do Estado à violência estão mais diretamente ligadas às *mutações sociais* do que eminentemente à esfera do Estado. No mundo contemporâneo, as mutações sociais configuram-se como um dos níveis de

análise da violência. Entretanto, a violência contemporânea não pode ser reduzida aos efeitos da modernização ou da promessa de desenvolvimento econômico e político.

Há certamente uma ligação da violência com estas variáveis, mas esta não é automática e imediata. Essas mudanças sociais funcionam, na verdade, como mediações, de maneira que a violência não surge diretamente da mobilidade social descendente ou propriamente da crise. “O desemprego e a pobreza, inclusive quando eles traduzem uma queda social bruta, [...] não se transformam imediatamente ou diretamente em violências sociais [...]” (WIEVIORKA, 1997:22).

Certamente que a violência moderna se insere num cenário marcado por grandes dificuldades sociais, mas ela corresponde muito mais aos significados e aos sentimentos de injustiça, de não reconhecimento, de discriminação cultural e racial sofridas por diferentes grupos sociais, particularmente os jovens que veem na modernidade a possibilidade de sua afirmação ou uma rejeição desta. Neste sentido, torna-se imprescindível compreender as formas atuais de violência sob a ótica do *individualismo contemporâneo*, fenômeno que se manifesta com uma força crescente no mundo moderno. Este individualismo que ora se exprime nas sociedades contemporâneas revela-se por duas faces distintas e complementares: uma delas revela a intenção do sujeito participar da modernidade, isto é, do que ela tem a oferecer; a outra denota o anseio deste mesmo sujeito em fazer-se reconhecido, forjando sua própria existência diante das incongruências da modernidade. Pode-se dizer, portanto, que

por um lado, o indivíduo moderno quer participar da modernidade, do que ela oferece, do que ela promete, do que ela mostra através dos meios de comunicação e das solicitações de um consumo de massa cujo espetáculo está doravante mundializado. Ele tem a intenção de consumir, continuar a consumir se já o fez, começar a fazê-lo se ele ainda não o pôde. Por outro lado, o indivíduo quer ser reconhecido como sujeito, construir sua própria existência, não ser totalmente dependente de papéis e normas, poder distanciar-se deles sem ser, no entanto, obrigado a fazê-lo. Ele pretende, por exemplo, efetuar escolhas que o autorizem a referir-se a uma identidade coletiva, sem estar totalmente subordinado a ela, produzir-se, e não somente reproduzir-se (WIEVIORKA, 1997, p. 23).

As práticas de violência ligadas a este individualismo moderno materializam-se basicamente em duas modalidades distintas, mas amplamente correlacionadas: a primeira delas, a *violência instrumental*, está intimamente vinculada à primeira face do individualismo, aquela em que o sujeito pretende participar da modernidade. Para atingir esse objetivo, ele faz uso da violência como um recurso, um dispositivo, geralmente a fim de assegurar ou potencializar suas possibilidades econômicas que lhe permita consumir, comprar para si mesmo e eventualmente para os seus (WIEVIORKA, 1997). Este tipo de violência orienta-se por uma ação eminentemente racional, calculada com vistas à obtenção do lucro. Nela, o

prejuízo quase não é levado em conta, isto é, tende a ser evitado, anulado, colocado fora de questão, no sentido de garantir a lucratividade proveniente do ato cometido.

Por outro lado, a violência pode assumir outro tipo de feição, até mesmo extrema, ilimitada, exprimindo um desejo, frustrado, diga-se de passagem, de o sujeito aceder àquilo que a modernidade tem a oferecer, mas ela nada tem de instrumental; a violência neste caso não é usada como recurso para alcançar determinados fins. Esta forma de violência caracteriza-se por condutas movidas pela raiva oriunda do sentimento de não reconhecimento, de injustiça vivida, dos processos de interdição da tentativa de o indivíduo tornar-se sujeito.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório é parte do produto final do projeto de pesquisa realizado pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em parceria estabelecida pela com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas sobre homicídio doloso nos municípios de Boa Vista/RR, Manaus/AM, Porto Velho/RO e Rio Branco/AC, incluídos no Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, e o aprimoramento da Política Nacional de Segurança Pública.

Este relatório tem o propósito de descrever com detalhes o processo de pesquisa (objetivos iniciais, dinâmica do campo, modificações, dificuldades, novas questões, etc.), seu arcabouço conceitual e teórico, a contextualização do campo, os achados e as análises. Além disso, são indicadas as recomendações possíveis acerca de políticas públicas e de outras pesquisas que possam ampliar e aprofundar os estudos alcançados até aqui.

Desse modo, possibilita-se aos leitores uma compreensão detalhada da pesquisa empreendida, permitindo uma profunda reflexão acerca dos vários aspectos da pesquisa, desde o posicionamento do estudo em relação a perspectivas filosóficas e paradigmas teóricos até as sugestões, passando pela modelagem teórica, metodologia e resultados obtidos, para o aprimoramento teórico e metodológico da pesquisa.

Na escolha da estratégia de relatoria científica, procurou-se adotar aquela mais apropriada à ênfase da investigação, recaindo o enfoque nas territorialidades e suas variadas significações, que guardam íntima relação com a conflitualidade violenta, foco do presente estudo por meio da incursão nas percepções dos atores sociais e institucionais acerca do fenômeno da violência homicida.

Então, o objetivo deste estudo foi discutir, sob a perspectiva da abordagem das territorialidades, as percepções dos atores sociais e institucionais acerca dos homicídios nas cidades de Manaus, Boa Vista, Porto Velho e Rio Branco. Privilegiou-se a análise comparativa a fim de destacar alguns aspectos relativos aos homicídios nestas cidades, dentre eles: 1) causas/fatores de risco/motivações/dinâmica; 2) perfil dos autores e vítimas; 3) respostas do Estado nos municípios – abordagem (preventiva ou repressiva), articulação entre atores governamentais, eficácia, impactos e externalidades; 4) sentimentos de segurança dos atores sociais; 5) identificação de áreas críticas pelas polícias e poder judiciário.

Para isso, adotou-se a abordagem teórico-metodológica da análise dos discursos socialmente produzidos pelos operadores do sistema de justiça criminal e pelos atores sociais das áreas mais afetadas pela criminalidade homicida. O estudo teve como foco de análise a violência tipificada como crime de homicídio doloso, conceituada como violência homicida. Do mesmo modo, a questão da criminalidade abordada pela pesquisa corresponde àquela constituída de práticas violentas letais intencionais e que compõem a chamada criminalidade violenta urbana, prevista no direito penal moderno.

Daí a importância da percepção dos atores sociais e institucionais acerca das respostas dadas pelo Estado, enquanto instrumento de análise, sobretudo porque o estudo do crime de homicídio foi aqui dirigido com enfoque em dezoito variáveis metodológicas importantes, das quais oito correspondem a respostas diretas do Estado: atuação da polícia na prevenção, atuação da polícia na investigação, papel da justiça, programa/projeto de redução de homicídio, programa/projeto de proteção das pessoas ameaçadas de morte, programa/projeto prevenção da violência ampliada, órgãos governamentais atuando na prevenção da violência e homicídios, atuação do governo federal na prevenção dos homicídios.

Para complementar a resposta do Estado, outras sete variáveis complementares, com foco na capacidade institucional do governo, foram utilizadas: maior dificuldade pra prevenir homicídio, maior dificuldade pra investigar homicídio, maior dificuldade pra julgar homicídios, como evitar outros homicídios, prisão dos autores dos homicídios, identificação dos autores dos homicídios, punição dos autores dos crimes, e, outras três variáveis metodológicas, baseadas na percepção da capacidade técnica institucional da segurança, foram utilizadas: eficiência da perícia, cooperação/articulação entre segurança e justiça, cooperação/articulação das agências policiais.

Após a análise desse conjunto de variáveis foi possível capturar respostas que permitiram a apresentação de propostas alternativas para melhorar o controle social e o sistema de justiça criminal das cidades que compõem a Amazônia Ocidental. Além do mais, acredita-se que este estudo vai induzir novas políticas de redução dos homicídios em todo o território nacional.

Desse modo, a pesquisa discutiu o fenômeno dos homicídios no contexto da espacialização das relações sociais, mais precisamente dos conflitos sociais marcados pelas formas e expressões da violência fatal, constituindo, assim, os chamados *territórios da violência homicida* nas cidades brasileiras. A análise empreendida toma como base de argumentação, as falas dos atores entrevistados das instituições do Sistema de Justiça

Criminal e das comunidades mais afetadas pela violência homicida em cada uma dessas capitais, que compreendem a área de investigação desta pesquisa.

No que diz respeito às causas, fatores de risco, motivações e dinâmica dos homicídios, relacionados com o tráfico de drogas, pobreza e desemprego, as impressões dos entrevistados apontam a necessidade de ampliação de ganhos econômicos como forma de sobrevivência dos agentes do crime. Isto é percebido como uma forma de vida e de um empreendimento que ocorre às margens do Estado e da sociedade, gerando um ilegalismo que se constitui com base em uma economia do tráfico de drogas.

Vivendo nesse ilegalismo, os agentes do crime substituem as regras formais de convivência social, pelas suas próprias regras, percepções e representações acerca de sua organização e empreendimento, sustentando-a sob a prática social da violência como forma de sociabilidade comum e de resolução de conflitos entre aqueles envolvidos neste tipo de atividade e de morfologia social.

A organização social do território, por sua vez, expressa-se pela luta social, pelos conflitos sociais entre grupos e agente sociais, pelas desigualdades sociais e formas conflitivas de apropriação do espaço urbano, tornando-se a expressão das formas de articulação, convivência e de relações de poder estabelecidas entre agentes e grupos sociais os mais diversos, em que as atividades econômicas e demais formas de empreendimento tendem a influenciar no jogo e na disputa pelo território.

É aí que as ilegalidades e os ilegalismos, em geral, tendem a intervir diretamente nas relações sociais e na conformação do território social. A violência, neste caso, tende a ser requisitada como dispositivo de poder e de afirmação de determinados grupos sociais, interesses e tipos de empreendimento econômico, como é o caso do tráfico de drogas de outras práticas ilícitas. Isso é depreendido dos discursos reproduzidos com bastante frequência no campo da pesquisa: Manaus-AM, Boa Vista-RR, Porto Velho-RO e Rio Branco-AC.

Quando a análise recai sobre o território, predomina o discurso de que os territórios com maior violência homicida aparecem com maior força e expressão nas margens das grandes cidades e metrópoles, isto é, nas periferias urbanas, ou seja, naquelas áreas destinadas às classes populares, em geral afastadas do centro da cidade, precárias e bastante desprovidas de equipamentos e serviços públicos de qualidade, tal como se observou de modo comum no discurso dos atores sociais e institucionais das cidades pesquisadas. São bairros nos quais se

encontram as populações de baixa renda e a juventude ociosa e sem perspectiva de ascensão e mobilidade social.

Esses espaços não são apenas físicos, geográficos, mas sim espaços sociais, humanos que necessariamente necessitam da presença das instituições de controle social, de socialização que atuem na composição do tecido social, na integração e nas possibilidades produção da solidariedade social. Certamente, vazio institucional é um dos fatores que corroboram para o *acúmulo social da violência* e para a sua generalização e reprodução no âmbito das relações sociais.

Este acúmulo e reprodução social da violência e dos homicídios têm a ver com inúmeras motivações, estando relacionados a outros problemas sociais, dentre o tráfico e uso de entorpecentes, o consumo de bebidas alcoólicas, conflitos intersubjetivos entre pessoas conhecidas, inclusive no âmbito doméstico. Embora as motivações sejam as mais diversas, consensualmente, as percepções nas cidades investigadas indicam que o problema social das drogas é o principal responsável pela violência homicida dentro e fora do ambiente doméstico. Acerto de contas, uso, usuário, disputa de territórios, cobrança de dívidas e outras motivações estão presentes nos discursos dos atores sociais e institucionais.

Pelo que se pode observar dos discursos dos atores das cidades pesquisadas e que guarda semelhança com o que acontece nas demais metrópoles brasileiras, o tráfico de drogas é certamente o tipo de atividade e de ação ilícita que mais diretamente corrobora para a produção de homicídios nestes territórios amazônicos, sobretudo nas zonas periféricas dessas cidades e particularmente nos bairros mais populosos, precários, de difícil acesso e comumente marcados pela ausência do Estado. Em função do uso frequente da violência na prática do tráfico de drogas e na associação criminosa, é comum associar estes territórios aos níveis de mortes violentas nestas áreas ou mesmo na cidade de maneira geral.

Na percepção dos entrevistados, na maioria dos casos os protagonistas da violência homicida, vítima e autor, começam ainda na adolescência praticando pequenas transgressões ou delitos de menor potencial até cometerem algum crime de maior significância, chegando até mesmo aos homicídios. São, predominantemente, homens jovens, que já tiveram envolvimento com o crime de alguma natureza, desocupados e com baixos níveis de escolaridade e de renda. Trata-se, portanto, de um acúmulo social da violência que vai forjando a personalidade e a identidade do sujeito, que tende a dotar uma conduta regular de transgressão à ordem social.

Segundo as percepções dos atores sociais e institucionais entrevistados, este acúmulo social da prática da violência e do crime pode estar associado a diferentes aspectos da criminalidade urbana violenta, aos crimes contra o patrimônio, aos roubos e furtos, ao tráfico de drogas, aos assaltos, aos estupros e agressões, aos diferentes tipos de atividades ilegais, como o jogo do bicho, dentre tantos outros contextos da violência, do crime e dos diferentes tipos de homicídios, inclusive aqueles que ocorrem no ambiente doméstico, especialmente contra as mulheres.

Interessante notar nas falas dos entrevistados que as relações sociais no campo da violência homicida geralmente são marcadas por alguma proximidade, não sendo totalmente estranhas ou desconhecidas entre si. Isso torna o fenômeno do homicídio algo bastante emblemático, uma vez que se trata de pessoas que perderam a capacidade do diálogo, do reconhecimento recíproco enquanto pessoas de direito e portadoras de dignidade humana e que, por determinada razão, assumem uma conduta de risco e de conflito, adotando a violência como prática comum na resolução de conflitos interpessoais e intersubjetivos. Neste caso, as percepções não são consensuais no que diz respeito ao planejamento prévio dos homicídios.

Então, como é possível prevenir a violência e os homicídios? Apesar dessa divergência de percepções, podemos depreender dos discursos que em muitos casos os homicídios passam por algum grau de planejamento, por conseguinte de racionalização e cálculo, principalmente quando se trata de “acertos de conta”, conflitos entre facções criminosas, disputas por territórios e pontos de venda de drogas ou simplesmente com vistas à resolução de desavenças pessoais intersubjetivas, expressando uma falha da atuação preventiva do Estado.

Portanto, a violência homicida tende a ser a marca do dissenso e do conflito interpessoal, cuja expressão maior tem a ver com cristalização de uma sociabilidade violenta. A presença ou ausência de violência nas áreas menos favorecidas das cidades estão ligadas a alguns fatores que podem convergir para o risco de vitimização ou para a proteção contra a violência. Assim, entre os fatores de risco destacam-se a falta de capital social e a superposição de desvantagens; entre os fatores de proteção, podem ser mencionados, a presença de capital social, o acesso a direitos, tais como, o direito à saúde, à educação, à moradia, à cultura e ao lazer.

É aí que se percebe a elevada insatisfação dos entrevistados no que concerne às respostas dadas pelo Estado. Identificam-se algumas pistas nos discursos ao longo do



itinerário da pesquisa. Sobressai que a maior dificuldade está relacionada a uma série de fatores que tem a ver com o desempenho das funções do Estado, isto é, das suas instituições de controle social, investigação e punição. Uma delas são os próprios tribunais cuja atuação é limitada por uma série de fatores, incluindo a quantidade de processos, a morosidade dos julgamentos, a deficiência de corpo técnico e as precárias condições de trabalho de seus servidores, dentre outros fatores.

Nesse sentido, a Audiência de Custódia se apresenta como uma resposta à sociedade, porém na percepção da maioria dos atores sociais daquelas comunidades mais afetadas pelos homicídios e do sistema de justiça criminal, este instituto se converteu em uma tentativa de resolução do problema de lotação do sistema prisional. Soma-se a isto que, de acordo com o entendimento de alguns dos juízes e promotores de justiça, a prevenção dos homicídios não é sua atribuição. A capacidade de prevenção da dos órgãos da Justiça é posta em questão em função de que os tribunais apenas julgam os processos, não tendo poder de prevenção no cotidiano da vida nas cidades.

Se, por um lado, há uma limitação do ponto de vista da resposta do Estado nos processos de julgamento, por outro lado, a prevenção e a punição dos autores dos homicídios dependem o fortalecimento da capacidade institucional e investigativa das polícias Civil (PC) e Militar (PM), já que estas lidam diretamente com o fenômeno da violência letal, necessitando agir com rapidez e eficiência.

A situação das agências policiais nos municípios pesquisados, no que se refere ao trabalho de prevenção e investigação, é relatada em sua maioria como ineficiente nos municípios de Manaus e de Porto Velho, sendo percebida como razoável no Rio Branco e, com melhor avaliação, em Boa Vista. Assinala-se que nestas capitais estavam ativos, no momento da pesquisa, projetos comunitários de segurança, recentemente implantados o que pode ter influenciado os discursos dos entrevistados.

Nos discursos acerca da atuação da Polícia foi enfatizado que existe uma dificuldade da polícia fazer seu trabalho, tanto de forma preventiva como investigativa devido à falta de recursos materiais e humanos, sendo apontada pelos entrevistados a necessidade de investimento nessas áreas. Isto é observado com relação à eficiência da Perícia Técnica, cuja qualidade do trabalho reflete diretamente no desempenho de todo o sistema de justiça criminal para o controle social da violência homicida.

Quanto à atuação do Governo Federal na prevenção dos homicídios, é comum no discurso da maioria dos atores sociais e institucionais entrevistados, em todas as cidades visitadas, a invisibilidade das ações dessa esfera de Governo. Para alguns atores da segurança e da Justiça, é uma atuação tímida restrita aos investimentos realizados através da Senasp, tais como capacitação, treinamentos, equipamentos, entre outros investimentos disponíveis. A sugestão principal que se destaca dos discursos apresentados é a necessidade de uma atuação mais profícua na fronteira da Região Amazônica Ocidental.

Diante desse quadro, pensar a segurança pública e a justiça criminal na Amazônia Ocidental e, em suas principais capitais, requer um olhar contextualizado sobre a região, suas configurações econômicas, culturais, políticas e sociais, bem como seus problemas estruturais e conjunturais. Requer, portanto, uma compreensão sociológica e multidimensional dos processos sociais que fazem da Amazônia uma região singular e ao mesmo tempo universal. Neste sentido, exige que façamos um exercício de compreensão dos seus processos de integração regional, nacional e internacional, que permita vislumbrar como sua população ocupa este espaço geográfico e o transforma em múltiplos territórios sociais constituídos de um conjunto de relações sociais e dinâmicas que muitas vezes são marcadas pela conflitualidade social, pela violência e pela criminalidade em suas diferentes formas e figurações.

A Amazônia urbana, rural, étnica e multicultural demanda da *intelligentsia* brasileira e, especialmente de seus atores locais, a produção de um conhecimento técnico e científico que coloque o problema da segurança e da justiça em um plano mais complexo e culturalmente contextualizado a fim de que a política de enfrentamento das graves ameaças aos direitos individuais e coletivos seja o reflexo das demandas, perspectivas, percepções e experiência das instituições locais e também da sociedade civil organizada representativa da diversidade social, cultural e étnica da Amazônia.

Portanto, as políticas públicas no campo criminal e social devem refletir necessariamente a complexidade desta região e as demandas sociais oriundas do mundo vivido das populações locais. Esta percepção social coloca a Amazônia em um plano estratégico, mas ao mesmo tempo simbólico, contextualizando os problemas das cidades amazônicas, dentre eles os problemas de segurança e efetividade da justiça, no nível do controle social democrático da sociedade regional. Portanto, as políticas de segurança e de justiça necessitam de um aporte teórico-conceitual que orientem sua efetividade na perspectiva da cidadania como fundamento da ação do poder público.

Trata-se de uma política de segurança e de justiça cidadã comprometida com o enfrentamento dos problemas sociais, das várias formas de racismo, preconceito e discriminação étnica e social, do sexicismo, da misoginia, e fundamentalmente, comprometida com a proteção da vida e da dignidade humana. A segurança e a justiça cidadãs é aquela que se perfaz pelo reforço identitário e social daqueles que são alvo da proteção do Estado, cabendo a este e à sociedade em geral a responsabilidade pela promoção da segurança e da justiça em sentido amplo.

Portanto, um olhar contextualizado e politicamente sedimentado na singularidade e universalidade da Região Amazônica deve procurar reforçar e aprimorar o conjunto de proposições para a segurança e justiça na Amazônia. Estas proposições são vistas aqui como potenciais objetos de investigações e estudos científicos interdisciplinares, dentre os quais:

1. Investimento para reforçar e aprimorar a segurança pública nas capitais e estados da Região Norte e da Amazônia de modo geral. Isto requer o reaparelhamento das instituições policiais a fim de potencializar os trabalhos de investigação, prevenção e repressão aos crimes de homicídios;
2. Formulação de uma política de integração das agências de polícia e de justiça. Esta tem sido uma das principais deficiências apontadas pelos atores institucionais responsáveis pelo controle social e sanção penal por parte do Estado. Esta deficiência repercute em graves problemas para o processo criminal e conseqüentemente para os níveis de respostas do Estado à sociedade;
3. Fortalecimento da política de segurança nas fronteiras da Pan-Amazônia, fortalecendo as relações de cooperação entre as forças armadas, as agências de policiamento, o poder judiciário e a sociedade civil. Trata-se de um grave problema na região cuja deficiência tende a favorecer os ilegalismos em matéria de atividades econômicas que tem efeitos diretos sobre a criminalidade e a violência fatal, como é o caso do tráfico de drogas e as mortes provocadas pela ação de grupos criminosos;
4. Preparação técnica e formação teórica e conceitual das corporações de defesa e agência de segurança e justiça na região à luz do reconhecimento da identidade étnica e cultura da região e de sua população. Busca-se com isso uma mudança radical na cultura institucional e comportamental dos agentes públicos e do próprio Estado;
5. Fortalecimento do poder judiciário do ponto de vista técnico e de recursos humanos, e mudança radical quanto à concepção de justiça, na perspectiva da constituição de um

modelo de justiça restaurativa enquanto paradigmático disto ao modelo tradicional sob a égide do monopólio estatal;

6. Desenvolvimento de programas, ações e atividades que articulem à política de segurança e de justiça com o conjunto das políticas sociais, educacionais, econômicas e culturais na região. Entende-se aqui que a segurança cidadã se perfaz mediante o desenvolvimento e a justiça social.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio e BORDINI, Eliana Blumer T. **Reincidência e Reincidentes Penitenciários em São Paulo, 1974-1985**. RBCS. 9 (3), P. 70-94. 1989.

\_\_\_\_\_. **A criminalidade urbana violenta no Brasil**: um recorte temático. BIB – Boletim Bibliográfico e Informático em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 35, p. 3-24, 1993.

\_\_\_\_\_. **Conflitualidade e violência**: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade. Tempo social; Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 10, n. 1, pp. 19-47, 1998.

\_\_\_\_\_. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, pp. 84-135, jul/dez 2002a.

\_\_\_\_\_. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. Jornal de Psicologia-PSI, pp. 7-8, Abr./Jun. 2002b.

\_\_\_\_\_; PASINATO, Wânia. **A justiça no tempo, o tempo da justiça**. Tempo Social. Revista de sociologia da USP, v. 19, n. 2, p. 131-155, 2007.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de Segurança e Justiça Penal. In: Segurança Pública. **Cadernos Adenauer**, vol. IX, n. 04, 2008, pp. 09-28. Disponível em: <http://www.kas.de/.../9403-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 09 Jul 2014.

ALLIÉS, Paul. **L'invention du territoire**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1980.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Territórios e territorialidades específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ACRE. **Rio Branco**. Disponível em: [http://www.amac-acre.com.br/site/?page\\_id=685](http://www.amac-acre.com.br/site/?page_id=685)>. Acesso em: Nov. 2016.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL (2013). Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação João Pinheiro (FJP) Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: Nov. de 2016.

BEATO, Cláudio C. **Políticas públicas de segurança e a questão policial**. São Paulo Perspec. vol.13 nº.4 São Paulo Oct./Dec. 1999.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (53), p. 71 – 86, 2005.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: Formação Social e Cultural. 3.a ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**; trad. Fernando Tomaz. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. **La nueva violencia urbana de América Latina**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez 2002, p. 34-51.

CARDIA, Nancy. **Exposição à violência: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos**. Lusotopie, 2003, p. 299-328.

CARDIA, Nancy; SCHIFFER, Sueli. **Violência e desigualdade social**. Ciência e Cultura. Revista da SBPC, São Paulo, ano 54, n. 1, julho de 2002, p. 25-31.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. **Existe violência sem agressão moral?**. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), vol. 23, n. 67, junho 2008, p. 135-193. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v23n67/10.pdf>> Acesso em: 12 out. 2009.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DAHRENDORF, Ralf. **A lei e a ordem**; trad. Tamara D. Barile. Brasília: Instituto Tancredo Neves; Bonn (Alemanha): Fundação Friedrich Naumann, 1987.

FERREIRA, Helder; FONTOURA, Natália de Oliveira. **Sistema de justiça criminal no Brasil: quadro institucional e um diagnóstico de sua atuação**. IPEA - TD n. 1330. Brasília, março de 2008.

FERREIRA, Ignez Costa Babrosa; PENNA, Nelba Azevedo. **Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana**. GEOUSP. Espaço e Tempo. São Paulo, nº 18, pp. 155-168, 2005.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014**. São Paulo, ano 8, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 33ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GROSSI PORTO, Maria Stela. **Crenças, valores e representações sociais da violência**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez, 2006, p. 250-273.

\_\_\_\_\_. **A violência urbana e suas representações sociais: o caso do Distrito Federal**. São Paulo em Perspectiva, SP, ano 13, n. 4, 1999, p. 130-135.

IÑIGUEZ, Lupicinio (Coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico do município**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/>>. Acesso em Nov. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Informações completas**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/...informacoescompletas>> . Acesso em: Nov. 2016.

\_\_\_\_\_. **Síntese das informações**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/...sintese-das-informacoes>>. Acesso em Nov. de 2016.

LIMA, Geórgia; CAVALCANTE, Márcio Roberto Vieira. **Compreensão de tempo e espaço na fronteira**: identidades culturais e fragmentação do território. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: ANPUH, 2013.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. (Série Antropologia, 322).

MACHADO, Lia Osorio. **Cidades na fronteira internacional**: conceitos e tipologia. II Conferência Internacional Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira em Foz do Iguaçu, 2007, pp. 59-72.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Sobre “Violência hoje”**. Ciência & Saúde Coletiva, 11(Sup): 1157-1159, 2007.

\_\_\_\_\_. **Sociabilidade violenta**: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Sociedade e Estado. Brasília, v. 19, n. 1, jan/jun 2004, p. 53-84.

\_\_\_\_\_. **Criminalidade violenta no Brasil**: por uma nova perspectiva de análise. Revista de Sociologia Política, n. 013, nov. 1999, p. 115-124.

MESQUITA NETO, P. Políticas Municipais de segurança cidadã: Problemas e Soluções. In: **Análises e propostas**, nº 33 (dez 2006). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (TJAM). **Portal**. Disponível em: <<http://www.mpam.mp.br/cidadao-novo/cidadao-criminal>>. Acesso em 08 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDONIA (MPRO). **Portal**. Disponível em: <[www.mpro.mp.br/](http://www.mpro.mp.br/)>. Acesso em 08 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RORAIMA (MPRR). **Portal**. Disponível em: <[www.mprrr.mp.br/page/promotorias-especializadas](http://www.mprrr.mp.br/page/promotorias-especializadas)>. Acesso em 08 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE (MPAC). **Portal**. Disponível em: <[www.mpac.mp.br/menu-principal/promotorias/promotorias-da-capital](http://www.mpac.mp.br/menu-principal/promotorias/promotorias-da-capital)>. Acesso em 08 de outubro de 2016.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

MISSE, Michel. **Crime e Pobreza: velhos enfoques, novos problemas**. Trabalho apresentado no Seminário Brasil em Perspectiva: os anos 90. Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Ciências Sociais do IFCS da UFRJ, agosto-1993.

NASCIMENTO, Antonio Gelson de O. **Evolução do impacto das mortes por causas violentas na esperança de vida da população de Manaus entre 1980 e 2009**. 124 f. Doutorado em Demografia (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional-Faculdade de Ciências Econômicas-Universidade Federal de Minas Gerais). Belo Horizonte: Minas Gerais, 2011.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. **Território de fronteira: Brasil/Colômbia**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. **Estudos Avançados**, 20 (57), pp. 183-196, 2006.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDONIA (TJRO). **Portal**. Disponível em: <[www.tjro.jus.br/](http://www.tjro.jus.br/)>. Acesso em 08 de outubro de 2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RORAIMA (TJRR). **Portal**. Disponível em: <[www.tjrr.jus.br/](http://www.tjrr.jus.br/)>. Acesso em 08 de outubro de 2016.

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE (TJAC). **Portal**. Disponível em: <[www.tjac.jus.br/](http://www.tjac.jus.br/)>. Acesso em 08 de outubro de 2016.

PORTO, Maria S. G. **Análise weberiana da violência**. In: COELHO, Maria; et. al. (orgs.). **Política, ciência e cultura em Max Weber**. Brasília: Editora da Universidade Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RICARDO, Carolina de Mattos; CARUSO, Haydee G. C. Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, edição 1, pp. 102 - 119, 2007.

ROBERT, Philippe. **Sociologia do crime**; trad. Luis Alberto Salton Peretti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SACK, Robert David. **Territorialidade Humana: sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAPORI, Luis Flávio. **Avanço no socioeconômico, retrocesso na segurança pública: paradoxo brasileiro?** Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 11, ago/dez, 2012, pp. 133-158.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n.31, vol.1, pp. 3 – 16, 2009.



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO AMAZONAS (SSP-AM). **Plano de Policiamento da Capital (PPC)** - Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Manaus: SSP, 2012.

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP). **Edital de convocação n. 001/2015** – Seleção de projetos. Pensando a Segurança Pública – Edição Especial Homicídios. Brasília: Senasp, 2015.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. **As lutas sociais contra as violências**. Política e Sociedade (Dossiê), n. 11, out. 2007, p. 71-100.

\_\_\_\_\_. **Violência e dilemas do controle social nas sociedades da “modernidade tardia”**. São Paulo em Perspectiva, 18(1), 2004, p. 3-12.

\_\_\_\_\_. **Microfísica da violência, uma questão social mundial**. Ciência e Cultura. Revista da SBPC. São Paulo, ano 54, n. 1, julho de 2002b, p. 22-24.

\_\_\_\_\_ (org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999a.

\_\_\_\_\_. **As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo**. Dossiê Conflitualidades. Sociologias, Porto Alegre, ano 1, n.º 1, jan./jun., 1999b, pp. 10-13.

\_\_\_\_\_. **Novos processos sociais globais e violência**. São Paulo em Perspectiva, 13(3), 1999c, p. 18-23.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS (TJAM). **Portal**. Disponível em: <<http://www.tjam.jus.br/>>. Acesso em 08 de outubro de 2016.

UNITED NATIONS OFFICE OF DRUGS AND CRIMES (UNODC). **2011 Global Study on Homicide: trends / contexts / data**. Vienna, 2011. Disponível em: <<http://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/statistics/crime/global-study-on-homicide-2011.html>>. Acesso em 02 Set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Global Study on Homicide 2013: trends / contexts / data**. Vienna, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Histórico de Roraima**. Disponível em: <[http://ufr.br/wtead2013/index.php?option=com\\_content&view=article&id=88&Itemid=312](http://ufr.br/wtead2013/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=312)>. Acesso em: Nov. 2016.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 1. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999a.

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. 2. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 1999b.

WIEVIORKA, Michel. **Violência hoje**. Ciência & Saúde Coletiva, 11(Sup): 1147-1153, 2007.

\_\_\_\_\_. **Em que mundo viveremos?**; trad. Eva Landa & Fábio Landa. São Paulo: Perspectiva, 2006.

\_\_\_\_\_. **O novo paradigma da violência**. Tempo Social. Rev. Sociol. da USP, São Paulo, 9(1), maio, 1997, p. 5-41.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo. Editora:Brasiliense. 2ª Edição. 1994.

Manaus, 28 de novembro de 2016.

---

Representante da UEA

## APÊNDICE 1

**Quadro 2 - Esquema da sistematização da coleta, apresentação e análise dos dados da pesquisa**

Instituição	Município			
	Manaus/AM	Boa Vista/RR	Porto Velho/RO	Rio Branco/AC
Caracterização da cidade (sociedade em geral)	3.1.1	3.2.1	3.3.1	3.4.1
Instituições de Justiça (Juízes e Ministério Público)	3.1.2	3.2.2	3.3.2	3.4.2
Segurança Pública (Policias Civil e Militar)	3.1.3	3.2.3	3.3.3	3.4.3
Percepções dos atores (governo e sociedade)	3.1.4	3.2.4	3.3.4	3.4.4

## APÊNDICE II

### Quadro 3 – Resumo da pesquisa em Manaus - AM

Ator	dinâmica	Causas (Motivações)	Fatores de risco	Perfil dos autores e vítimas		Respostas do Estado				
				Autores	Vítimas	Abordagens	articulação	eficácia	impacto	
Institucional	Tribunal de Justiça	De acordo com os processos recebidos, a maioria dos homicídios ocorrem na Zona Leste: bairro de São José, Zona Oeste: bairro da Compensa. Os crimes não são planejados e existem relacionamento entre autor e vítima para as atividades ilícitas.	Predominam as drogas, com uma menção à violência doméstica	Posição fronteiriça, desigualdade socioeconômica e ausência do Estado	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Não percebe atuação do Gov. Federal na prevenção, somente o Provita na proteção de pessoas ameaçadas de morte, o Começar de novo - CNJ e o Reeducar - TJAM	Não percebe a articulação, mas sugerem na por meio de programa de educação envolvendo escolas e instituições religiosas. Sugere que o Gov. Federal aumente e controle os repasses de recursos.	Não se vêem com responsabilidade na prevenção dos homicídios. Eficácia prejudicada em razão da falta de estrutura física, pessoal e capacidade pericial.	Aumento do número dos homicídios e má qualidade da persecução penal e do cumprimento das penas.
	Ministério Público	De acordo com os processos que participou, Zona Sul - Colônia Oliveira Machado, Petrópolis e São Francisco; Zona Leste - Jorge Teixeira e São José. Os crimes não são planejados e existem relacionamento entre autor e vítima para as atividades ilícitas.	Dividem-se em motivo fútil e violência doméstica	Alcoolismo e do Estado	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Não percebe atuação do Gov. Federal na prevenção, somente o Provita na proteção de pessoas ameaçadas de morte.	Não percebe a articulação, mas sugerem na por meio da atuação integrada dos órgãos e de um modelo nacional de interoperabilidade a ser elaborado e implementado pelo Gov. Federal.	Eficácia prejudicada em razão da falta de diálogo interinstitucional e com a sociedade. Também, déficit do número de promotorias e da capacidade pericial para a prova técnica.	Aumento do número dos homicídios e má qualidade da prova técnica
	Polícia Militar	Jorge Teixeira, Tancredo Neves.	Unanimidade como principal problema	desorganização familiar, infraestrutura do bairro e problema na educação infantil-juvenil	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Somente a atuação do Estado na prevenção por meio do Centro de Referência em Assistência Social e a atuação policial repressiva, contando com os incentivos do Gov. Federal por meio da Senasp (cursos e aparelhamento). Também, os projetos sociais da Polícia Militar PROERD e Formando Cidadão.	Percebe desarticulação e sugerem ações do Estado por meio de programas de educação, com o aumento de creches e escolas, e a participação de instituições religiosas. Sugere que o Gov. Federal aumente o volume e o controle os repasses de recursos. Também, ações repressivas por meio da Força Nacional.	Eficácia parcial por falta de efetivo, de confiança e colaboração da população com informações, baixa eficiência da investigação e legislação branda para punir os homicidas.	Aumento do número de homicídios, baixa capacidade de punição dos homicidas e reiteração.
	Polícia Civil	Zona Leste - João Paulo, Jorge Teixeira, São José; Zona Norte - Viver Melhor Montes das Oliveiras, Santa Etelvina, Cidade Nova, Mutirão, Novo Aleixo.	Unanimidade acerca das drogas como principal problema	Desigualdade e vulnerabilidade socioeconômica, Ausência do Estado, tráfico e justiça complacente	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Não percebe atuação do Estado na prevenção, somente a atuação policial por meio do Programa Ronda no Bairro, repressiva, por meio da investigação d aPCAM, e de algumas ações sociais do projeto AmeaVida (SEAS) e da Delegacia da Mulher.	Percebe desarticulação e sugerem ações do Estado por meio de programas sociais, investimento na capacidade investigativa da Polícia Civil e aumento do policiamento ostensivo na rua.	Eficácia parcial por de confiança e colaboração da população com informações, baixa capacidade de investigação, falta de diálogo entre os órgãos e pouco efetivo policial.	Aumento do número de homicídios, baixa capacidade institucional para apuração dos crimes e reincidência.
Social	Bairros onde residem, em razão da inércia dos governos estadual e municipal, falta de políticas sociais, desigualdade socioeconômica, e da presença de drogas e armas.	Consenso acerca do problema das drogas, com uma menção a reação da vítima nos casos de roubo.	Vulnerabilidade social, desorganização familiar, falta de políticas públicas, infraestrutura do bairro e problema na educação infantil-juvenil	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Falta de estrutura da Segurança Pública e da presença do poder público, falta de policiamento, área desocupada, falta de estrutura de policiamento e de políticas sociais, infraestrutura. Sugere programas e projetos sociais para egressos prisionais, para crianças, jovens e adultos, escola técnica e integral, além da implantação de posto policial.	Não percebe articulação.	Ineficaz, pela ineficiência e corrupção policial e pela lentidão do trabalho da Justiça.	Aumento do número de homicídios, do número de roubos, sentimento de impunidade e aumento da insegurança e do medo. Há quem se sinta seguro por ser conhecido na	

## APÊNDICE III

Quadro 4 – Resumo da pesquisa em Boa Vista – RR

Ator	dinâmica	Causas (Motivações)	Fatores de risco	Perfil dos autores e vítimas		Respostas do Estado				
				Autores	Vítimas	Abordagens	articulação	eficácia	impacto	
Institucional	Tribunal de Justiça	Periferia	Relacionado a Drogas consumo de bebida alcoólica	vulnerabilidade social	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Não percebem a atuação do Estado, mas sugerem a fiscalização das fronteiras.	Não percebem. No entanto sugerem melhoria na educação e a implantação políticas sociais.	Ineficaz. Devido a dificuldade de julgar os casos, por ausência de provas e poucos juizes.	Aumento do número dos homicídios e má qualidade da persecução penal
	Ministério Público	Bairros da Zona Leste	Drogas: disputas por territórios. Consumo de bebidas alcóolicas: conflitos interpessoais.	vulnerabilidade social, desagregação familiar	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Percebem a atuação do Estado, através Projeto Crescer.	Não percebem articulação, no entanto, sugerem-na através de melhorias na educação e da inclusão social.	Ineficaz, devido a lentidão dos processos.	Aumento do número dos homicídios e impunidade.
	Polícia Militar	Senador Helio Campos	Drogas: acertos de contas. Consumo de bebidas alcóolicas: conflitos interpessoais.	vulnerabilidade social	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Percebem a atuação do estado através do Programa Ronda Maria da Penha e do Proerd.	Não observam a articulação, mas sugerem programas sociais e educacionais.	Ineficaz. Devido a dificuldade de investigações por falta de materiais e de recursos humanos, além da violação do local do crime.	Aumento do número de homicídios, baixa capacidade de apuração.
	Polícia Civil	Pintolândia, Senador Hélio Campos, Raiardo Sol, Pérola	Drogas. Consumo de bebidas alcóolicas: conflitos interpessoais.	vulnerabilidade social	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Percebem a atuação do Estado através do Programa Proerd.	Não percebem articulação. Mas, sugerem-na através de programas educacionais e assistenciais.	Ineficaz, devido a falta de policiamento e de recursos materiais e humanos que dificulta a atuação da polícia.	Aumento do número de homicídios e baixa capacidade institucional para apuração dos crimes.
Social	Presidente da Associação do Bairro	-	Drogas	Drogas: disputas por territórios, acertos de contas, impunidade	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Não percebem a atuação do Estado	Não percebem a articulação. E, sugerem-na através de investimentos na segurança, programas sociais e a fiscalização da alocação das verbas.	Eficaz, mas precisa de melhorias na atuação da polícia como investimentos de infraestrutura das vias públicas, viaturas, equipamentos e efetivo policial.	Aumento do número de homicídios, do número de presos, sentimento de impunidade e aumento da insegurança e do medo.

## APÊNDICE IV

### Quadro 5 – Resumo da pesquisa em Porto Velho – RO

Atores	dinâmica	Causas (Motivações)	Fatores de risco	Perfil dos autores e vítimas		Respostas do Estado				
				Autores	Vítimas	Abordagens	articulação	eficácia	impacto	
Institucional	Tribunal de Justiça	Zona Leste/bairros: Ulisses Guimarães e Mariana	As drogas e a desorganização familiar.	Reincidência dos homicídios pela impunidade. Também, a desorganização familiar, a falta de policiamento nas fronteiras para inibir o tráfico de drogas.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	A maioria dos atores não percebe a atuação do Estado, porém, a Associação Cultural de Desenvolvimento e Apoio ao Egresso do sistema prisional realiza uma interação. Também, são mencionados os programas Proerd e o ACUDA.	Não percebe a articulação.	Há uma relação de interação no acompanhamento dos apenas que cumpriram parte da pena e são acompanhados, mas de maneira acanhada. Poderia haver uma melhor atuação dos órgãos. Uma polícia técnica mais preparada.	Aumento do número dos homicídios e má qualidade da persecução penal e do cumprimento das penas.
	Ministério Público	Zona Leste, bairro: Nacional	As drogas e o álcool estão relacionados aos homicídios. Também, a falta de diálogo entre os membros da família.	Falta de políticas públicas direcionadas aos que mais cometem crimes. Na periferia há a desorganização familiar.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Não percebem a atuação do Estado na prevenção da violência e dos homicídios.	Não percebe a articulação.	A falta efetivo, de estrutura, de ações voltadas para questão do homicídios se completa com falta de orçamento para todo o conglomerado de ações de deveriam ser aplicados na área e não acontecem. Policiais preparados, com equipamentos adequados são importantes para cumprimento da lei e prevenção dos crimes de homicídios.	Aumento do número dos homicídios e baixa resolutividade dos crimes de homicídios.
	Polícia Militar	Zona Leste/bairros: Teixeiraão, Ulisses Guimarães, Mariana	A falta de renda leva ao tráfico de drogas.	A desorganização familiar aliada a falta de política para educação.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Alguns percebem apenas o Proerd, um programa que atua por meio da integração entre a polícia militar e comunidade escolar, voltado às crianças. Também, o programa Ronda Maria da Penha com a atuação da Polícia Militar nos casos de vítimas com processos na justiça. E, o programa "Crack é possível vencer", voltado para o combate às drogas. Mas nenhum focado na redução dos homicídios.	Não percebe a articulação.	Não há. Uma das causas seria a falta de efetivo, recursos e pouco treinamento. Polícia Militar e civil atuam de forma isolada mas atuando em suas frente de ação.	Aumento do número de homicídios, baixa capacidade de apuração dos homicídios.
	Polícia Civil	Zona Leste/bairros: Teixeiraão, Ulisses Guimarães, Mariana, São Francisco.	As Drogas e o álcool estão relacionados aos homicídios, com maior predomínio das drogas.	A droga e falta de políticas sociais.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Programa Ronda Maria da Penha articula ações de PM voltados para acompanhamento das vítimas de crimes contra a mulher, mas não focados na redução dos homicídios.	Não percebe a articulação.	Não se percebe a eficácia das ações, principalmente quando da intereação seja no policiamento, programas e projetos, investimentos e efetivo.	Aumento do número de homicídios e baixa capacidade institucional para apuração dos crimes.
Social	Moradores das comunidades	Zona Leste/bairros: Teixeiraão, Academia de Polícia, Agenor de Carvalho, Ulisses Guimarães, Jardim Santana, Mariana, Esperança Comunidade	Para a maioria dos comunitários a droga é a principal causa de homicídios, outra causa é o álcool.	O principal fator é o envolvimento com as drogas: disputa por território e venda da droga.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Programas sociais, não de entidades públicas, mas por ações de pessoas que levam praticas esportivas aos bairros: futebol, volei e artes marciais. O Programa educacional de Registência as Drogas e a Violência (Proerd) também foi lembrado lembrado.	Percebem uma tímida aproximação entre os órgãos de segurança pública e a sociedade.	Não consideram eficaz, seja pela falta de percepção na atuação da polícia militar e civil ou do judiciário, mas também por falta de parceria com a comunidade. Pouco eficaz.	Aumento do número de homicídios, baixa capacidade institucional para investigação e prisão dos homicidas, sentimento de impunidade e aumento da violência, da insegurança e do medo.

## APÊNDICE V

Quadro 6 – Resumo da pesquisa em Rio Branco – AC

Ator	dinâmica	Causas (Motivações)	Fatores de risco	Perfil dos autores e vítimas		Respostas do Estado				
				Autores	Vítimas	Abordagens	articulação	eficácia	impacto	
Institucional	Tribunal de Justiça	Cidade do Povo, Calafate, Belo Jardim, Ramal da Judia, Cidade Nova, Preventório, Da Paz, Baixada da Sobral. Os crimes não são planejados e existem relacionamento entre autor e vítima para as atividades ilícitas.	Alcool e drogas.	Juventude vulnerável, pobreza, falta de oportunidade e desorganização familiar.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Não percebe atuação do Gov. Federal na prevenção, somente os projetos "Cidadania e Justiça na Escola" (Justiça e MP), e o projeto "Homem agressor" (Secretaria de Direitos Humanos). Sugerem a realização de palestras sobre drogas; acompanhamento de psicólogo para depressão, MP na Comunidade, Justiça Comunitária, Justiça Restaurativa. Por parte do Governo Federal, policiamento na fronteira, aparelhar a polícia judiciária para qualificar as provas; melhorar a ressocialização e atuar nas escolas.	Articulação insuficiente.	Eficácia prejudicada em razão da falta de estrutura física, pessoal e má qualidade da prova técnica.	Aumento do número dos homicídios e má qualidade da persecução penal
	Ministério Público	Calafate, Recanto dos Buritis, Belo Jardim, Sobral e Cidade do Povo. Os crimes não são planejados e existem relacionamento entre autor e vítima para as atividades ilícitas.	Drogas: acerto de contas e disputas por território.	Problema de falta de autoridade familiar, do professor, do Estado também, decadência do Sistema Prisional e o consumo de álcool e drogas.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Não percebe atuação do Gov. Federal na prevenção, somente o Provita na proteção de pessoas ameaçadas de morte. Sugerem ações no sentido de restituir a autoridade do professor e projetos do MP na comunidade, melhoria no monitoramento carcerário e punição exemplar, rever a progressão de regime. Da parte do Gov. Federal, sugerem o emprego do Exército.	Articulação insuficiente.	Eficácia prejudicada em razão da falta de estrutura física, pessoal e má qualidade da prova técnica. Além, do problema carcerário que repercute na incapacidade do Estado em punir eficazmente e conter os criminosos.	Aumento do número dos homicídios e impunidade.
	Polícia Militar	Taquari, Cidade Nova, 6 de agosto, Santa Inês, Belo Jardim e Vila Acre e Recanto dos Buritis. Os crimes não são planejados e existem relacionamento entre autor e vítima para as atividades ilícitas.	Drogas: acerto de contas.	Desorganização familiar, difícil acesso a escola, consumo e venda de entorpecentes, impunidade, nível social e educacional baixos, vulnerabilidade social, falta de oportunidade.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Predomina o desconhecimento da atuação do Gov. Federal na prevenção dos homicídios e da violência, com algumas menções aos investimentos no aparato policial e no projeto Crack é possível vencer. Também foram citados os projetos no âmbito local: comunidade Segura, Proerd, Jocum e Caminhos de Luz (Centros de recuperação de adictos), Guarda-mirim e casa da mulher. Sugerem a proteção da fronteira, combatendo a entrada de drogas e armas e rever a audiência de custódia. Também, a atuação integrada por meio das secretarias de Educação, de Esportes e da Mulher.	Articulação insuficiente.	Prejudicada pela insuficiência de efetivo policial e falta de colaboração da população com informações.	Aumento do número de homicídios, baixa capacidade de apuração e reiteração.
	Polícia Civil	Belo Jardim, Cidade do Povo, Taquari, Recanto dos Buritis, 6 de Agosto e Santo Afonso. Os crimes não são planejados e existem relacionamento entre autor e vítima para as atividades ilícitas.	Drogas: disputas por território.	Vulnerabilidade social, desorganização familiar, educação precária.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Não percebe atuação do Estado na prevenção. Sugerem a atuação integrada das secretarias de Educação e Esportes. Educação integral, investimento na Polícia Judiciária e no policiamento comunitário.	Articulação insuficiente.	Prejudicada pela insuficiência de efetivo policial e falta de colaboração da população com informações.	Aumento do número de homicídios e baixa capacidade institucional para apuração dos crimes.
Social	Taquari, Santa Inês, Belo Jardim, Calafate e Cidade Nova. Os crimes não são planejados e existem relacionamento entre autor e vítima para as atividades ilícitas.	Drogas: acerto de contas.	Falta de planejamento familiar e educação de qualidade, desorganização familiar, gravidez na adolescência, pobreza, baixa renda.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Geralmente são homens jovens - adultos, negros e pardos, com escolaridade máxima de ensino fundamental, com baixos níveis de renda e ocupação. Na maioria dos casos já possuem envolvimento com crimes.	Predomina o desconhecimento da atuação do Estado na prevenção, percebendo-se a ênfase na via da "repressão" e na presença do aparato policial que "já foi pior". Também, a lentidão, inconstância e fragilidade do trabalho da Justiça.	Não percebe articulação.	Parcialmente eficaz, pela precariedade da estrutura e do aparato policial na comunidade e pela lentidão do trabalho da Justiça.	Aumento do número de homicídios, do número de presos, sentimento de impunidade e aumento da insegurança e do medo. Há quem se sinta seguro por ser conhecido na comunidade.	

Fonte: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

## ANEXO I

## Cronograma de execução da pesquisa final

ETAPA/FASE	Dez 2015		Jan 2016		Fev 2016		Mar 2016		Abr 2016		Maio 2016		Jun 2016		Jul 2016		Ago 2016		Set 2016		Out 2016		Nov 2016	
	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.	2ª. Quinz.	2ª. Quinz.	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.	1ª. Quinz.	2ª. Quinz.
<b>Etapa 1</b>																								
Entrega do produto inicial – Projeto consolidado	X																							
Assinatura da Carta Acordo		X																						
Coleta de dados			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X						
Adequação dos instrumentos de pesquisa			X	X																				
<b>Etapa 2</b>																								
Pesquisa em Manaus – AM							X	X																
Pesquisa em Boa Vista – RR								X																
Pesquisa em Porto Velho – RO													X	X										
Pesquisa em Rio Branco – AC														X										
Sistematização dos dados							X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Elaboração do Relatório parcial									X	X	X	X	X	X	X	X								
Entrega do Produto Parcial – Relatório de atividades																X								
<b>Etapa 3</b>																								
Elaboração do Relatório Final																X	X	X	X	X	X			
Ajustes Relatório Final																				X	X	X		
Entrega do Produto Final – Relatório Final																								X
Fim do contrato																								X

Fonte: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

Notas: Entrega do Produto Final: para o dia 21/11/2016; Vencimento da Carta de Acordo: para o dia 30/11/2016



## ANEXO II

## Orçamento da pesquisa

CATEGORIA	ITEM DE DISPÊNDIO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	Especificação (produtos e /ou serviços, sem indicação de marca)	VALOR TOTAL (R\$)
Passagens aéreas ou terrestres (ida e volta)	Passagem aérea Manaus - Boa Vista - Manaus	1.200,00	Passagem ida e volta	2	--	2.400,00
	Passagem aérea Boa Vista - Manaus - Boa Vista	1.200,00	Passagem ida e volta	2	--	2.400,00
	Passagem aérea Manaus - Rio Branco - Manaus	2.000,00	Passagem ida e volta	2	--	4.000,00
	Passagem aérea Manaus - Porto Velho - Manaus	1.600,00	Passagem ida e volta	2	--	3.200,00
	Passagem aérea Brasília -Manaus - Brasília	1.100,00	Passagem ida e volta	1	--	1.100,00
	Passagem aérea Belo Horizonte -Manaus - Belo Horizonte	2.000,00	Passagem ida e volta	2	--	4.000,00
	Passagem aérea Rio de Janeiro -Manaus - Rio de Janeiro	1.500,00	Passagem ida e volta	2	--	3.000,00
Hospedagem/alimentação (deslocamentos para fora do município de origem com pernoite)	Passagem aérea Manaus - Brasília - Manaus	1.100,00	Passagem ida e volta	2	--	2.200,00
	Boa Vista/RR - 3 pessoas - 5 dias	250,00	Unidade	15	--	3.750,00
	Rio Branco/AC - 3 pessoas - 5 dias	250,00	Unidade	15	--	3.750,00
	Porto Velho/RO - 3 pessoas - 5 dias	250,00	Unidade	15	--	3.750,00
	Brasília/DF - 1 pessoas - 4 dias	250,00	Unidade	4	--	1.000,00
	Manaus/AM - 7 pessoas - 5 dias	250,00	Unidade	35	--	8.750,00
Material Permanente	Notebooks	3.000,00	Unidade	2	HD de 1TB, processador Intel Core i5 tela de 14"	6.000,00
	Tablet	1.700,00	Unidade	1	Tablet Android 7, 10.1", processador Intel e GPS integrado	1.700,00
	HD Externo	400,00	Unidade	1	1 TB	400,00
	Impressora	1.000,00	Unidade	1	Impressora Colorida, Wireless, Tanque de Tinta	1.000,00
Material de Consumo	Material de expediente variado	1.000,00	Unidade	2	--	2.000,00
	Kit de tinta para impressora (seis cores)	300,00	Unidade	2	--	600,00
	Suprimento de fundos (combustível)	180,00	Tanque	8		1.440,00
	Suprimento de fundos (outras despesas)	530,00	Local	4		2.120,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Diária aluguel de veículo - trabalho de campo em Boa vista	130,00	Unidade	5	Básico - Categoria Econômica	650,00
	Diária aluguel de veículo - trabalho de campo em Porto velho	130,00	Unidade	5	Básico - Categoria Econômica	650,00
	Diária aluguel de veículo - trabalho de campo em Rio Branco	130,00	Unidade	5	Básico - Categoria Econômica	650,00
	Elaboração de bases estatísticas e tabulação dos dados	3.500,00	Produto/serviço	1		3.500,00
Serviços de Terceiros - Pessoa Física	Coordenador	-	Mês	6		-
	Pesquisador 1	-	Mês	5		-
	Pesquisador 2	-	Mês	5		-
	Pesquisador assistente	1.200,00	Mês	6		7.200,00
	Auxiliar de pesquisa	1.000,00	Mês	6		6.000,00
	Taxa administrativa (10%)		%	10		7.721,00
<b>Total</b>						<b>84.931,00</b>

Fonte: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

Antonio Gelson de Oliveira Nascimento (coordenador da equipe é professor do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da UEA e coordenador do NEPAS/SSP/AM); Edson Damas da Silveira (Membro do Ministério Público Estadual de Roraima); Iuri da Costa Leite (Pesquisador da Fundação Osvaldo Cruz – RJ); Maria Nazareth da Penha Vasques Mota (Professora do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da UEA); Edwan Fernandes Fioravante (Assessor técnico da FEAM); Jatniel Rodrigues Januário (Oficial da Polícia Militar do Amazonas); Serguei Aily Franco de Camargo (Assessor do Ministério Público Estadual de Roraima; Professor da Universidade Federal do Amazonas) ; Davyd Spencer Ribeiro de Souza (Professor da Universidade Federal do Amazonas); Antonio Alcirley da Silva Balieiro (Estatístico da Fundação Osvaldo Cruz – AM); Jesem Douglas Yamall Orellana (Pesquisador da Fundação Osvaldo Cruz – AM); Enimar Jerônimo Wendhausen (Professora da Universidade Federal do Amazonas); Anagali Marcon Bertazzo (Juíza estadual do Amazonas); Bárbara Requião de Lima (Servidora da Agência Brasileira de Inteligência); Anderson Silva da Costa (Assessor, efetivo, 40h).

## ANEXO III

## Equipe de pesquisa

Nome	Função na pesquisa e título	Atividades na pesquisa	e-mail
Antonio Gelson de Oliveira Nascimento (Professor, celetista, 40h)	Coordenador (Doutor em Demografia – CEDEPLAR/UFMG)	Coordenará a pesquisa como um todo e elaborará os instrumentos de pesquisa	<a href="mailto:gelnascimento@ig.com.br">gelnascimento@ig.com.br</a> (92) 98248 9580 (92) 3652 2000
Pery Teixeira (Professor aposentado da UFAM)	Pesquisador (Doutor)	Apoiará a coordenação da pesquisa como um todo e a sistematização dos dados quantitativo e qualitativo	<a href="mailto:periteixeira@uol.com.br">periteixeira@uol.com.br</a>
Edson Damas da Silveira (Promotor de Justiça, efetivo, 40h)	Pesquisador (Doutor)	Coordenará a pesquisa em Boa Vista/RR e apoiará em Porto Velho/RO; Coordenará a sistematização dos dados qualitativos da pesquisa	<a href="mailto:edsondamas@mp.rr.gov.br">edsondamas@mp.rr.gov.br</a>
Iuri da Costa Leite (Pesquisador, efetivo, 40h)	Pesquisador (Doutor)	Coordenará a sistematização dos dados Quantitativos/qualitativos da pesquisa em Manaus/AM	<a href="mailto:iuri.fiocruz@gmail.com">iuri.fiocruz@gmail.com</a>
Maria Nazareth da Penha Vasques Mota (Professora, celetista, 40h)	Pesquisadora (Doutora)	Coordenará a pesquisa em Porto Velho e apoiará a pesquisa em Manaus/AM	<a href="mailto:mnazarethvasquesmota@gmail.com">mnazarethvasquesmota@gmail.com</a>
Edwan Fernandes Fioravante (Assessor técnico da FEAM, efetivo, 40h)	Pesquisador (Doutor)	Coordenará a sistematização dos dados quantitativos/qualitativos da pesquisa em Manaus/AM	<a href="mailto:edwanff@hotmail.com">edwanff@hotmail.com</a>
Jatniel Rodrigues Januário (Policial militar, servidor efetivo, 40h)	Pesquisador (Mestre)	Fará o levantamento dos dados primários junto às instituições pesquisadas; estabelecerá os contatos com os sujeitos e instituições pesquisados	<a href="mailto:jatnielrj@gmail.com">jatnielrj@gmail.com</a>
Tayana Corrêa Nazareth (Estudante doutorado)	Pesquisador assistente (Mestre)	Alimentará o banco de dados estatístico; produzirá a sistematização dos dados quantitativos e qualitativos da pesquisa	<a href="mailto:Tay.nazareth@gmail.com">Tay.nazareth@gmail.com</a>
Serguei Aily Franco de Camargo (Assessor, efetivo, 40h)	Pesquisador (Doutor)	Coordenará a pesquisa em Rio Branco/AC e apoiará a pesquisa em Boa Vista/RR	<a href="mailto:sergueiaily@mpr.rr.gov.br">sergueiaily@mpr.rr.gov.br</a>
Davyd Spencer Ribeiro de Souza (Professor, efetivo, 40h)	Pesquisador (Mestre)	Fará o levantamento dos dados primários junto às instituições pesquisadas; fará a tabulação dos dados quantitativos e qualitativos	<a href="mailto:davydspencer@hotmail.com">davydspencer@hotmail.com</a>
Antonio Alcirley da Silva Balieiro	Pesquisador (Mestre)	Fará a tabulação dos dados quantitativos e qualitativos	<a href="mailto:alcirley@gmail.com">alcirley@gmail.com</a>

(Pesquisador, efetivo, 40h)			
Jesem Douglas Yamall Orellana (Pesquisador, efetivo, 40h)	Pesquisador (Mestre)	Alimentará o banco de dados estatístico; produzirá a sistematização dos dados quantitativos da pesquisa	<a href="mailto:jesem.orellana@gmail.com">jesem.orellana@gmail.com</a>
Enimar Jerônimo Wendhausen (Professora, efetivo, 40h)	Pesquisadora (Mestre)	Apoiará na elaboração dos instrumentos de pesquisa	<a href="mailto:eni_enimar@hotmail.com">eni_enimar@hotmail.com</a>
Anagali Marcon Bertazzo (Juíza, efetivo, 40h)	Assistente de pesquisa (Mestre)	Auxiliará a pesquisa em Manaus/AM e Porto Velho/RO	<a href="mailto:anagali.bertazzo1@gmail.com">anagali.bertazzo1@gmail.com</a>
Bárbara Requião de Lima (Oficiala, efetivo, 40h)	Assistente de pesquisa (Especialista)	Auxiliará a pesquisa em Rio Branco/AC e Boa Vista/RR	<a href="mailto:brlima175@gmail.com">brlima175@gmail.com</a>
Anderson Silva da Costa (Assessor, efetivo, 40h)	Assistente de pesquisa (Especialista)	Auxiliará a pesquisa em Manaus/AM e Rio Branco/AC	<a href="mailto:ascosta2010@gmail.com">ascosta2010@gmail.com</a>
Guilherme Anthony Jacob (Estudante)	Auxiliar de pesquisa (graduado)	Alimentará o banco de dados estatístico; produzirá a sistematização dos dados quantitativos da pesquisa	<a href="mailto:Guilhermejacob91@gmail.com">Guilhermejacob91@gmail.com</a>
Ana Paula da Silva Palheta	Auxiliar de pesquisa (Aluna de graduação)	Auxiliará a pesquisa no trabalho de campo e na sistematização dos dados estatísticos	<a href="mailto:Ana2009eco@gmail.com">Ana2009eco@gmail.com</a>
Amara Luciane Silva de Souza	Auxiliar de pesquisa (Aluna de graduação)	Auxiliará a pesquisa no trabalho de campo e na sistematização dos dados estatísticos	<a href="mailto:Amara_luciane@hotmail.com">Amara_luciane@hotmail.com</a>
Amanda Machado Macêdo	Auxiliar de pesquisa (Aluna de graduação)	Auxiliará a pesquisa no trabalho de campo e na sistematização dos dados estatísticos	<a href="mailto:Amandam_macedo@hotmail.com">Amandam_macedo@hotmail.com</a>

Fonte: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

## ANEXO IV

## Experiências de pesquisa da equipe

Nome	Função na pesquisa	Experiência de pesquisas	Período da pesquisa
Antonio Gelson de Oliveira Nascimento	Coordenador	1) Limites constitucionais da jurisdição indígena; pesquisador; UFRR; pesquisa qualitativa nas comunidades macuxi e wapichana. 2) O impacto das morte prematuras por violência sobre a expectativa de vida da população do Estado do Amazonas; coordenador; Programa de pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS – Chamada pública/FAPEAM/SUSAM-SES-AM/MS/CNPq n.001/2013; aplicada.	2013 – atual  2014 – atual
Pery Teixeira	Pesquisador	1) Recenseamento sócio-demográfico dos povos indígenas da cidade de Tabatinga – AM; coordenador; CNPq; qualitativa, aplicada 2) Diagnóstico sócio-demográfico da comunidade de paricatuba, município de Iranduba – Amazonas; Coordenador; qualitativa, aplicada	2012 – 2014  2012 – 2013
Edson Damas da Silveira	Pesquisador	1) Antropologia e jusdiversidade; coordenador; UFRR; qualitativa; 2) Limites constitucionais da jurisdição indígena; coordenador; UFRR; pesquisa qualitativa nas comunidades macuxi e wapichana; 3) Jusdiversidade e interlegalidades amazônicas; coordenador; UFRR; qualitativa;	2010 – 2013  2011 – 2013  2013 – atual
Iuri da Costa Leite	Pesquisador	1) Carga de doenças em Minas Gerais; coordenador; SESAU-RJ; quantitativa.	2008 – atual
Maria Nazareth da Penha Vasques Mota	Pesquisadora	A efetividade da lei estadual de mudanças climáticas na Amazônia; Coordenadora; FAPEAM; aplicada	2014 – atual
Edwan Fernandes Fioravante	Pesquisador	1) Uma abordagem quantitativa e qualitativa sobre a atenção ao pré-natal em Belo Horizonte; Integrante; FAPEMIG; aplicada	2010 – 2011
Jatniel Rodrigues Januário	Pesquisador	Percepções dos principais gestores do policiamento de Manaus acerca do ambiente de cooperação interorganizacional entre as Polícias Civil e Militar do Amazonas; pesquisador; Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas; Pesquisa empírica.	Mai a setembro de 2012
Tayana Corrêa Nazareth	Pesquisadora	1) Recenseamento sócio-demográfico dos povos indígenas da cidade de Tabatinga-AM; integrante; FAPEAM; aplicada. 2) Eurobroadmap: visions of Europe in the world; integrante; Centre National de	2010 – 2013

		la Recherche Scientifique; aplicada	2009 – 2011
Serguei Aily Franco de Camargo	Pesquisador	1) Direitos e acordos comunitários de pesca na Amazônia Brasileira; coordenador; FAPEAM; qualitativa; 2) Os novos rumos do Direito da Família: do nacional ao local; Faculdade Cathedral de Boa Vista; qualitativa.	2011 – 2011 2015 – atual
Davyd Spencer Ribeiro de Souza	Pesquisador	1) Criminalidade violenta, segurança pública e Direitos Humanos: análise das políticas de segurança e de justiça na Região Metropolitana de Manaus; coordenador; FAPEAM; aplicada 2) Pesca e conflitos sociais na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus; coordenador; UFAM; qualitativa	2012 – atual 2005 – 2006
Antonio Alcirley da Silva Balieiro	Pesquisador	1) O impacto das morte prematuras por violência sobre a expectativa de vida da população do Estado do Amazonas; integrante; Programa de pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS – Chamada pública/FAPEAM/SUSAM-SES-AM/MS/CNPq n.001/2013; aplicada 2) A produção do trabalho e o Programa Mais Médicos no Amazonas; Integrante; FAPEAM; aplicada	2014 – atual 2012 – atual
Jesem Douglas Yamall Orellana	Pesquisador	1) Cidades amazônicas e eventos hidroclimáticos (FAPEAM); 2) O impacto das morte prematuras por violência sobre a expectativa de vida da população do Estado do Amazonas; integrante; Programa de pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde – PPSUS – Chamada pública/FAPEAM/SUSAM-SES-AM/MS/CNPq n.001/2013; aplicada	2015 – atual 2014 – atual
Enimar Jerônimo Wendhausen	Pesquisadora	Políticas públicas e empreendimentos solidários: o caso de Manaus; coordenadora; FAPEAM; aplicada	2012 - 2015
Anagali Marcon Bertazzo	Assist. de pesquisa	Aluna do Mestrado em Segurança Pública (UEA)	--
Bárbara Requião de Lima	Assist. de pesquisa	Aluna do Mestrado em Segurança Pública (UEA)	--
Anderson Silva da Costa	Assistente de pesquisa	Aluno do Mestrado em Segurança Pública (UEA)	--
Guilherme Anthony Jacob	Auxiliar de pesquisa	Matriz insumo-produto Regional; Integrante; IPEA; quantitativa, aplicada	2012 – 2013
Ana Paula da Silva Palheta	Auxiliar de pesquisa	Aluna de Graduação em Economia (UFAM)	--
Amara Luciane S. de Souza	Auxiliar de pesquisa	Aluna de Graduação em Economia (UFAM)	--
Amanda Machado Macêdo	Auxiliar de pesquisa	Aluna de Graduação em Economia (UFAM)	--

Fonte: Pesquisa Pensando Homicídios, Grupo 1, Universidade do Estado do Amazonas/Senasp, 2016.

## ANEXO V

## Planejamento para realização de entrevistas enviado às instituições pesquisadas



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**PROJETO BRA/04/029 - Segurança Cidadã – Pensando a Segurança**  
**Edição Especial Homicídios**

**Planejamento para realização de entrevistas em Boa Vista – RR**

Data	Período	Setor	Função	Total
11.04.2016 (segunda – feira)	Manhã	Polícia Militar	Comandante do Batalhão da Área <sup>1</sup> Comandante Companhia da Área <sup>1</sup> Operacionais da Área <sup>1</sup>	De 3 a 4
	Tarde	Polícia Civil	Delegados DP da Área <sup>1</sup> e da DH <sup>2</sup> Escrivães DP da Área <sup>1</sup> e da DH <sup>2</sup> Investigadores Área <sup>1</sup> e da DH <sup>2</sup>	De 5 a 6
12.04.2016 (terça – feira)	Manhã	MPRR	Promotores criminais	De 2 a 3
	Tarde	TJRR	Juizes Vara Júri	De 2 a 3
13.04.2016 (quarta – feira)	Manhã/Tarde	Bairro/Comunidade	Líder comunitário/religioso, Dir. Escola, comerciante	De 5 a 6
14.04.2016 (quinta – feira)	Manhã/Tarde	Recuperação	--	De 17 a 22

Notas: <sup>1</sup> A Área corresponde ao bairro mais afetado pelos crimes de homicídios (maior quantidade de mortes);

<sup>2</sup> Delegacia Especializada de Homicídios.




Obs.: Simultaneamente serão realizadas duas entrevistas conforme o planejamento acima. Fica flexibilizada a seleção dos entrevistados de acordo com a sua disponibilidade de horário nos respectivos períodos.

Manaus, 06 de abril de 2016.

Antonio Gelson de Oliveira Nascimento  
 Coordenador da Pesquisa











## Anexo VI

### Roteiro de entrevista com os atores institucionais de governo

 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS	 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA PROJETO BRA/04/029 - Segurança Cidadã – Pensando a Segurança Edição Especial Homicídios	 Empoderando vidas. Fortalecendo nações.	
<b>ROTEIRO PARA ENTREVISTA - PROFISSIONAIS SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA</b>			
Número do questionário:		Entrevistador:	
Cidade:		Bairro/Zona:	
Hora inicial:		Hora término:	
		Observações:	
<b>1. Nome do entrevistado:</b>			
<b>2. Cargo/função:</b>			
<b>3. Tempo de atuação no cargo:</b>		<b>4. Idade:</b>	<b>5. Sexo:</b>
<b>6. Como o(a) Sr(a) se considera:</b> (a) Branco (b) Pardo (c) Preto (d) Amarelo (e) Indígena (f) n.d.a.			
<b>7. Qual o seu estado civil?</b> (a) Solteiro (b) Casado/União consensual (d) Separado/Divorciado (e) Viúvo			
<b>8. Nível de Escolaridade:</b> (a) Não estudou (f) nível superior incompleto (b) Da 1ª a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário) (g) Nível superior completo (c) Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio) (h) Pós-graduação incompleta (d) Ensino médio incompleto (i) Pós-graduação completa (e) Ensino médio completo			
<b>9. Qual a sua renda?</b> (a) Até 1/2 SM (R\$ 394,00); e) Mais de 5 a 10 SM (R\$ 7.880,00); (b) Mais de 1/2 a 1 SM (R\$ 788,00); (f) Mais de 10 a 20 SM (R\$ 15.760,00); (c) Mais de 1 a 2 SM (R\$ 1.576,00); (g) Mais de 20; (d) Mais de 2 a 5 SM (R\$ 3.940,00); (h) Sem rendimento			
<b>10. Qual a sua religião?</b>			
<b>11. Local de Nascimento</b> 11.1 Município: 11.2 Estado: 11.3 País:			
<b>12. O (a) Sr (a) reside neste local?</b> ( ) Sim ( ) Não <i>Caso sim passar para a questão 12.1</i> 12.1 Há quanto tempo o (a) Sr (a) reside neste local (atual)? 12.2 Comparando esta localidade com a que o(a) Sr(a) morava antes, acha que neste bairro/comunidade existem mais ou menos homicídios?			
<b>13. Há quanto tempo o (a) Sr (a) trabalha neste local (atual)?</b> _____ 13.1 Comparando esta localidade com a que o(a) Sr(a) trabalhava antes, neste bairro/comunidade existem mais ou menos homicídios?			
<b>ENTREVISTADOR: levar em conta a relação do entrevistado com o espaço territorial no momento de formular as perguntas. Região é um termo amplo, que vai depender da referência que usam os entrevistados (região administrativa, bairro, comunidade etc.)</b>			
<b>14. O(a) Sr.(a) poderia dizer quais são as áreas onde acontecem mais homicídios no <u>bairro/região</u> em que trabalha? Por que os homicídios acontecem especialmente nessas áreas?</b> <i>(ENTREVISTADOR: buscar coletar as especificidades do território). Obs: Delegado de homicídios/Juiz/Promotor – onde se lê bairro/região, substituir por <u>município</u> /Delegado do DIP - permanece – na área de sua circunscrição /área de responsabilidade do mesmo)</i>			



















15. [Motivação] Em sua opinião, quais seriam as principais motivações desses homicídios?	 P N U D
16. [Fatores de Risco] quais são as causas mais gerais que ajudam a entender o problema?	 P N U D
17. Na sua percepção, quais são as maiores dificuldades que a polícia (Tribunal/Ministério Público) encontra para: a. Prevenir os homicídios nessas áreas? b. E para investigar/Julgar os homicídios?	 P N U D
18. O que o(a) Sr(a) considera que poderia ser feito para: a. Evitar que outros homicídios venham a acontecer? b. Identificar e punir/prender os autores dos homicídios que aconteceram?	 P N U D
19. Detalhando um pouco mais o que o (a) Sr (a) conhece sobre os homicídios: a. Qual é em geral a relação que existia entre vítimas e autores? b. Esses crimes tendem a ser planejados com antecedência? ( ) Sim ( ) Não	 P N U D
20. Na sua percepção, que pessoas estão envolvidas nestas mortes? O(a) Sr(a) saberia descrever as características das vítimas dos homicídios que ocorrem nessas áreas? a) Identidade de gênero: b) Idade aprox.: c) Escolaridade: d) Raça/cor: e) Ocupação: f) Nível de renda: g) Tem envolvimento com o crime?	 P N U D
21. Na sua percepção, quais são as características dos autores desses homicídios? a) Identidade de gênero: b) Idade aprox.: c) Escolaridade: d) Raça/cor: e) Ocupação: f) Nível de renda: g) Tem envolvimento com o crime? h) É reincidente?	 P N U D
22. O (A) Sr(a) conhece alguma instituição ou programa que atue neste bairro/Município e que se preocupe em atingir os objetivos descritos a seguir? a. Diminuição dos homicídios: b. Proteção das pessoas ameaçadas de morte: c. Prevenção da violência de forma mais ampla: OBS.: (ENTREVISTADOR: caso o entrevistado responda positivamente para algum dos itens anteriores, pergunte:) Que tipo de instituições e programas são esses e que ações desenvolvem? Essas ações têm funcionado? Por que?	 P N U D
23. Além das instituições policiais, existem outros órgãos governamentais que poderiam ajudar a prevenir a violência e os homicídios? O que poderia ser feito neste sentido?	 P N U D
24. Em sua opinião, o que o governo federal faz para prevenir os homicídios; (...) o que não faz; (...) e o que poderia fazer melhor?	 P N U D
25. Como o(a) Sr(a) vê a participação da perícia técnica na elucidação dos crimes de homicídios ocorridos neste município? A que o (a) Sr(a) atribui isso (Em relação a método/técnica, recursos materiais e humanos)? Qual a	
26. Como o(a) Sr(a) percebe a cooperação/articulação entre os sistemas de Segurança e de Justiça Criminal? E dos órgãos integrantes do sistema de Segurança Pública (Civil e Militar) entre si, para prevenção dos homicídios?	

## Anexo VII

## Roteiro de entrevista com os atores institucionais da sociedade civil

					
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS		MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		Empoderando vidas. Fortalecendo nações.	
<b>PROJETO BRA/04/029 - Segurança Cidadã – Pensando a Segurança</b> <b>Edição Especial Homicídios</b>					
<b>ROTEIRO PARA ENTREVISTA - ATORES SOCIAIS</b>					
Número do questionário:		Entrevistador:			
Cidade:		Bairro/Zona:			
Hora inicial:		Hora término:		Observações:	
1. Nome do entrevistado:					
2. Cargo/função:					
3. Tempo de atuação no cargo:			4. Idade:	5. Sexo:	
6. Orientação sexual: (a) Heterossexual (b) Bissexual (c) Homossexual					
7. Como o(a) Sr(a) se considera: (a) Branco (b) Pardo (c) Preto (d) Amarelo (e) Indígena (f) n.r.a.					
8. Qual o seu estado civil? (a) Solteiro (b) Casado/União consensual (d) Separado/Divorciado (e) Viúvo					
9. Nível de Escolaridade: (a) Não estudou (f) nível superior incompleto (b) Da 1ª a 4ª série do ensino fundamental (antigo primário) (g) Nível superior completo (c) Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental (antigo ginásio) (h) Pós-graduação incompleta (d) Ensino médio incompleto (i) Pós-graduação completa (e) Ensino médio completo					
10. Qual a sua renda? (a) Até 1/2 SM (R\$ 394,00); (b) Mais de 1/2 a 1 SM (R\$ 788,00); (c) Mais de 1 a 2 SM (R\$ 1.576,00); (d) Mais de 2 a 5 SM (R\$ 3.940,00);			e) Mais de 5 a 10 SM (R\$ 7.880,00); (f) Mais de 10 a 20 SM (R\$ 15.760,00); (g) Mais de 20; (h) Sem rendimento (i) Não Informou		
11. Qual a sua religião?					
12. Local de Nascimento					
12.1 Município:					
12.2 Estado:					
12.3 País:					
13. Há quanto tempo o Sr (a) reside neste bairro/comunidade (atual)? _____					
13.1 Comparando esta localidade com a que o(a) Sr(a) morava antes, neste bairro/comunidade, existem mais ou menos homicídios?					
14. Há quanto tempo o (a) Sr (a) trabalha neste local (atual)? _____					
14.1 Comparando esta localidade com a que o(a) Sr(a) trabalhava antes, neste bairro/comunidade existem mais ou menos homicídios?					
<b>ENTREVISTADOR: levar em conta a relação do entrevistado com o espaço territorial no momento de formular as perguntas.</b>					
15. O(a) Sr(a) se sente seguro caminhando nesta comunidade durante o dia? E durante à noite?					
15.1 Quais são os principais problemas de segurança neste bairro/comunidade?					

<p>16. O(a) Sr(a) lembra de alguma pessoa que tenha sido vítima de homicídio neste bairro/comunidade nos últimos anos?</p> <p>16.1 O(a) Sr(a) saberia dizer o que motivou este crime?</p>	
<p>17. As pesquisas dos órgãos da saúde e de segurança indicam que acontecem muitos homicídios neste bairro/comunidade mortes?</p> <p>b. [Motivação]: Em sua opinião, quais são os motivos mais comuns dos homicídios neste bairro/comunidade?</p>	
<p>18. Na sua percepção, que características possuem as pessoas vítimas de homicídio neste bairro/comunidade?</p> <p>a) Identidade de gênero:</p> <p>b) Idade aprox.:</p> <p>c) Escolaridade:</p> <p>d) Raça/cor:</p> <p>e) Ocupação:</p> <p>f) Nível de renda:</p> <p>g) Tem envolvimento com o crime?</p>	
<p>19. Na sua percepção, quais são as características apresentadas pelas pessoas que cometem homicídios neste bairro/comunidade?</p> <p>a) Identidade de gênero:</p> <p>b) Idade aprox.:</p> <p>c) Escolaridade:</p> <p>d) Raça/cor:</p> <p>e) Ocupação:</p> <p>f) Nível de renda:</p> <p>g) Tem envolvimento com o crime?</p> <p>h) É reincidente?</p>	
<p>20. Na sua percepção, o que seria preciso fazer para reduzir esses homicídios?</p> <p>20.1 De quem depende essas medidas?</p>	
<p>21. O(a) Sr(a) conhece alguma instituição ou programa que atue neste bairro/comunidade?</p> <p>Com o propósito de:</p> <p>b. Proteção das pessoas ameaçadas de morte:</p> <p>c. Prevenção da violência de forma mais ampla:</p> <p>OBS.: (ENTREVISTADOR: caso o entrevistado responda positivamente para algum dos itens anteriores, pergunte:) Que tipo de instituições e programas são esses e que ações desenvolvem? Essas ações têm funcionado? Por que?</p>	
<p>22. O que o(a) Sr(a) acha do trabalho da polícia em relação aos homicídios?</p> <p>a. prevenção de homicídios neste bairro/comunidade?</p> <p>b. investigação dos homicídios que aconteceram neste bairro/comunidade?</p>	
<p>23. O que o (a) Sr(a) pensa sobre o trabalho da justiça (Tribunal e Ministério Público,...)?</p> <p>23.1 O (a) Sr(a) acredita que a justiça cumpre o seu papel em relação aos autores dos homicídios? Por quê?</p>	
<p>24. Em sua opinião, o que o governo federal faz para prevenir os homicídios; (...) o que não faz; (...) e o que poderia fazer melhor?</p>	
 <p>GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS APLICADAS EM SEGURANÇA CIDADÃ</p>	 <p>NUCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS APLICADAS EM SEGURANÇA CIDADÃ</p>

## Anexo VIII



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**PROJETO BRA/04/029 - Segurança Cidadã – Pensando a Segurança**  
**Edição Especial Homicídios**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o(a) Sr(a) para participar da pesquisa *Segurança cidadã na Região Norte do Brasil: percepções social e institucional sobre homicídios na Amazônia Ocidental*. Trata-se de pesquisa referente ao Edital de Convocação n. 001/2015 – Seleção de Projetos – SENASP/MJ – Pensando a Segurança Pública – Edição Especial Homicídios; uma parceria da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ), no âmbito do Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), coordenada pelo Professor Antonio Gelson de Oliveira Nascimento.

O objetivo da pesquisa é estudar os homicídios nos municípios de Boa Vista/RR, Porto Velho/RO, Manaus/AM e Rio Branco/AC, por meio da descrição e análise das percepções de diferentes atores sociais acerca dos envolvidos, da motivação e da resposta dada pelo Sistema de Segurança Pública e de Justiça Criminal. Os resultados desta pesquisa servirão para subsidiar propostas que serão incluídas no Pacto Nacional pela Redução de Homicídios e para o aprimoramento da Política Nacional de Segurança Pública.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados posteriormente.

A sua participação é de grande importância para o alcance do objetivo da pesquisa.

Eu, \_\_\_\_\_, concordo em participar voluntariamente como entrevistado(a) da pesquisa mencionada e autorizo a publicação de minhas falas e imagens. Estou recebendo uma cópia deste documento assinada.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do participante - Data

\_\_\_\_\_  
 Pesquisador Responsável

## ANEXO IX

## Atores Sociais e Institucionais entrevistados em Manaus - AM, 17/03 a 01/04/2016

Ord	Nome	Atores	Instituição	Cargo/Atuação	e-mail	Telefone
1	Mauro Moraes Antony		Tribunal de Justiça	Juíz de Direito - T. Júri	<a href="mailto:mauro.antony@tjam.jus.br">mauro.antony@tjam.jus.br</a>	(92) 3303-5152
2	Anésimo Rocha Pinheiro		Tribunal de Justiça	Juíz de Direito - T. Júri	<a href="mailto:anesio.pinheiro@tjam.jus.br">anesio.pinheiro@tjam.jus.br</a>	(92) 3303-5225 / 5223
3	Mirza Telma de Oliveira Cunha		Tribunal de Justiça	Juíza de Direito - T. Júri	<a href="mailto:mirza.cunha@tjam.jus.br">mirza.cunha@tjam.jus.br</a>	(92) 3303-5220 / 5221
4	André Belota Seffair		Ministério Público	Promotor	<a href="mailto:aseffair@uol.com.br">aseffair@uol.com.br</a>	(92) 3655-0500
5	Géber Mafra Rocha		Ministério Público	Promotor	<a href="mailto:imprensa@mpam.mp.br">imprensa@mpam.mp.br</a>	(92) 2101 4537
6	Bel. Raphael Correa Campos		Polícia Civil - 30 DP	Delegado	<a href="mailto:30dip@policiacivil.am.gov.br">30dip@policiacivil.am.gov.br</a>	(92) 3681-9624
7	Jamilson Nunes Pacheco Filho		Polícia Civil - 14 DP	Delegado	<a href="mailto:14dip@policiacivil.am.gov.br">14dip@policiacivil.am.gov.br</a>	(92) 3682-3444
8	Gleicemeire de Lima Araújo Borges	<b>Institucionais</b>	Polícia Civil - DEHS	Escrivã	<a href="mailto:dehs@policiacivil.am.gov.br">dehs@policiacivil.am.gov.br</a>	(92) 3681-5725
9	Marcelo Santos Batista		Polícia Civil - DEHS	Investigador	<a href="mailto:dehs@policiacivil.am.gov.br">dehs@policiacivil.am.gov.br</a>	(92) 3636-2874
10	Russiam Virgiliano Carlos		Polícia Civil - 14 DP	Investigador	<a href="mailto:14dip@policiacivil.am.gov.br">14dip@policiacivil.am.gov.br</a>	(92) 3681-2012
11	Elizete Pinto Barreto		Polícia Civil - 30 DP	Investigador	<a href="mailto:30dip@policiacivil.am.gov.br">30dip@policiacivil.am.gov.br</a>	(92) 3681-9690
12	Jefferson Mendes de Holanda		SSP/DPTC	Diretor - Perito	<a href="mailto:dptc@policiacivil.am.gov.br">dptc@policiacivil.am.gov.br</a>	(92) 3214-2237
13	Alonso Ramos da Silva		Polícia Militar	TC - Comte CPA Leste	<a href="#">Não informado</a>	(92 ) 8842-2297
14	Wener V. dos Santos		Polícia Militar	Cap. PM - 30 CICOM	<a href="mailto:30cicom@pm.am.gov.br">30cicom@pm.am.gov.br</a>	(92 ) 8842-1716
15	Daniel da Silva Segadilha		Polícia Militar	Cap. PM - 14 CICOM	<a href="mailto:14cicom@pm.am.gov.br">14cicom@pm.am.gov.br</a>	(92 ) 8842-1719
16	Anderson da Silva Santos			Líder Comunitário	<a href="#">Não informado</a>	(92) 99416-3229
17	Rocicleide de Oliveira Queiroz			Líder Com. J. Paulo	<a href="#">Não informado</a>	(92) 9147-5020
18	Maria das Dores Moraes	<b>Sociais</b>	Bairro Jorge Teixeira e	Comerciante	<a href="#">Não informado</a>	Não possui
19	Edivan Alves de Castro		comunidades adjacentes	Líder Comunitário	<a href="#">Não informado</a>	(92) 99374-8938
20	João Ferreira da Silva			Taxista - Pres. São José Rádio Táxi	<a href="#">Não informado</a>	(92) 9488-8168
21	Cláudia Maria Barbosa			Pedagoga Escola M.Rosa Sverner	<a href="mailto:emef.rosasverner@pmm.am.gov.br">emef.rosasverner@pmm.am.gov.br</a>	(92) 3681-8165

## ANEXO X

## Atores Sociais e Institucionais entrevistados em Boa Vista - RR, 11/04 a 15/04/2016

Ord	Nome	Atores	Instituição	Cargo/Atuação	e-mail	Telefone
1	Jaime Pla Pujades de Ávila		Tribunal de Justiça	Juiz do Tribunal do Júri	<a href="mailto:rliis@tjrr.jus.br">rliis@tjrr.jus.br</a>	(95) 3238-1398
2	Lana Leitão Martins		Tribunal de Justiça	Juíza do Tribunal do Júri	<a href="mailto:1juri@tjrr.jus.br">1juri@tjrr.jus.br</a>	(95) 3194-2612
3	André Paulo dos Santos Pereira		Ministério Público	Promotor	<a href="mailto:andre@mprrr.mp.br">andre@mprrr.mp.br</a>	(95) 3621-2900
4	Adriano Ávila Pereira		Ministério Público	Promotor	<a href="mailto:adriano@mprrr.mp.br">adriano@mprrr.mp.br</a>	(95) 3621-2900
5	Ademir Teles Menezes		Ministério Público	Promotor	<a href="mailto:ademir@mprrr.mp.br">ademir@mprrr.mp.br</a>	(95) 3621-2900
6	Bel. Douglas Gabriel da Cruz		Polícia Civil - DP	Delegado Central Flagrantes	<a href="mailto:dgh@policiacivil.rr.gov.br">dgh@policiacivil.rr.gov.br</a>	(95) 4009-4462
7	Bel. Elisa Alice Lopes Reis de Mendonça	<b>Institucionais</b>	Polícia Civil - DGH	Delegada Geral Homicídios	<a href="mailto:dgh@policiacivil.rr.gov.br">dgh@policiacivil.rr.gov.br</a>	(95) 4009-4462
8	Marcelo Henrique Carvalho da Silva		Polícia Civil - DGH	Escrivão Homicídio	<a href="mailto:dgh@policiacivil.rr.gov.br">dgh@policiacivil.rr.gov.br</a>	(95) 4009-4462
9	Farid Adnan Assad Youssef		Polícia Civil - DGH	Chefe de Invest. Homic	<a href="mailto:dgh@policiacivil.rr.gov.br">dgh@policiacivil.rr.gov.br</a>	(95) 4009-4462
10	Miguel Arcanjo Lopes Neto		Polícia Militar	Major	<a href="mailto:ascomprr@gmail.com">ascomprr@gmail.com</a>	(95) 3224-6575
11	Nathalia Cinthya Loureto Oliveira		Polícia Militar	Subtenente	<a href="mailto:ascomprr@gmail.com">ascomprr@gmail.com</a>	(95) 3224-6575
12	Ulisses Alves Carvalho		Polícia Militar	Subtenente	<a href="mailto:ascomprr@gmail.com">ascomprr@gmail.com</a>	(95) 3224-6575
13	André Cláudio Bezerra Bonomo		Polícia Militar	Sargento	<a href="mailto:ascomprr@gmail.com">ascomprr@gmail.com</a>	(95) 3224-6575
14	Teófilo Francisco Pinto			Líder Religioso - Pastor	<a href="#">Nao possui</a>	
15	Francisco Araújo Pereira		Comunidade -	Radialista Comunitário	<a href="#">Não informado</a>	
16	Ronilson Fernandes Silva	<b>Sociais</b>	Bairro Senador	Pres. CONSEG	<a href="mailto:ascom@rr.gov.br">ascom@rr.gov.br</a>	(95) 2121-7930
17	Adelaene Gomes Pereira		Hélio Campos	Moradora/Func. Escola	<a href="mailto:ehc2010@hotmail.com">ehc2010@hotmail.com</a>	(95) 3627-5436
18	Altevir Gonçalves de Souza			Pres.Assoc.Esportiva	<a href="#">Não informado</a>	
19	Cacilda Moreira Fontenele			Moradora/Func. Escola	<a href="mailto:ehc2010@hotmail.com">ehc2010@hotmail.com</a>	(95) 3627-5436

## ANEXO XI

## Atores Sociais e Institucionais entrevistados em Porto Velho - RO, 27/06 a 02/06/2016

Ord	Nome	Atores	Instituição	Cargo/Atuação	e-mail	Telefone
1	Enio Salvador Vaz		Tribunal de Justiça	Juiz de Direito - 1a. Vara Tribunal do Juri	<a href="mailto:enio@tjro.jus.br">enio@tjro.jus.br</a>	(69) 3217-1152
2	José Gonçalves da Silva Filho		Tribunal de Justiça	Juiz de Direito - 2a. Vara Tribunal do Juri	<a href="mailto:goncalves@tjro.jus.br">goncalves@tjro.jus.br</a>	(69) 3217-1152
3	Sérgio William Domingues Teixeira		Tribunal de Justiça	Vara de Exec. Penais e Med. Alternativas	<a href="mailto:swteixeira@uol.com.br">swteixeira@uol.com.br</a>	(69) 3223-5169
4	Eriberto Gomes Barroso		Ministério Público de Rondônia	Procurador de Justiça	Não informado	(69) 3216-3700
5	Ademir José de Sá		Ministério Público de Rondônia	Promotor da 18ª Prom./1ª Trib. Juri	<a href="mailto:ademir@mpro.mp.br">ademir@mpro.mp.br</a>	(69) 3216-3700
6	Renato Grieco Puppio		Ministério Público de Rondônia	Promotor da Promotoria da Cidadania	<a href="mailto:repuppio@mpro.mp.br">repuppio@mpro.mp.br</a>	(69) 3216-3700
7	Rone Herton D. de Freitas		Polícia Militar de Rondônia	Major PM - Comandante do 5º BPM	<a href="mailto:5bpm@pm.ro.gov.br">5bpm@pm.ro.gov.br</a>	(69) 3216-5566
8	Cleíssa de Pontes B. Rodrigues	<b>Institucionais</b>	Polícia Militar de Rondônia	1º. Ten. PM - Comte da 2ª Cia/5º BPM	<a href="mailto:5bpm@pm.ro.gov.br">5bpm@pm.ro.gov.br</a>	(69) 3216-5570
9	Jercilene Pires de S. Oliveira		Polícia Militar de Rondônia	Cabo PM - Comte Setor-13/2ª Cia/5º BPM	<a href="mailto:5bpm@pm.ro.gov.br">5bpm@pm.ro.gov.br</a>	(69) 3216-5511
10	Válber da Silva Melo		Polícia Militar de Rondônia	Sd. Patrulheiro do St 13/2a. Cia/5o. BPM	<a href="mailto:5bpm@pm.ro.gov.br">5bpm@pm.ro.gov.br</a>	(69) 3216-5582
11	Leonardo Augusto Simões Matos		Polícia Civil	Delegado do 8º. DP	<a href="mailto:8dp.pvh@pc.ro.gov.br">8dp.pvh@pc.ro.gov.br</a>	(69) 3326-1188
12	Jorgevane Souza Gomes		Polícia Civil	Investigador do 8º. DP	<a href="mailto:8dp.pvh@pc.ro.gov.br">8dp.pvh@pc.ro.gov.br</a>	(69) 3214-3913
13	Francisco Borges Neto		Polícia Civil	Delegado de Polícia da DECCV	<a href="mailto:homicidios.dpe@hotmail.com">homicidios.dpe@hotmail.com</a>	(69) 3216-8810
14	Waldenor Melo de Castro		Polícia Civil	Investigador de polícia da DECCV	<a href="mailto:homicidios.dpe@hotmail.com">homicidios.dpe@hotmail.com</a>	(69) 3216-8938
15	Anselmo Duarte Araújo		Polícia Civil	Escrivão de Polícia da DECCV	<a href="mailto:homicidios.dpe@hotmail.com">homicidios.dpe@hotmail.com</a>	(69) 3216-8979
16	Ivan Vieira de Souza		Polícia Civil	Investigador de Polícia da DECCV	<a href="mailto:homicidios.dpe@hotmail.com">homicidios.dpe@hotmail.com</a>	(69) 3326-1225
17	Maria Eliana Marques da Costa		Bairro Teixeiraão	Comunitária/Missionária	Não informado	(69) 3222-6757
18	Valcemir Nogueira		Bairro Teixeiraão	Policia Militar residente no Bairro	Não informado	(69) 3222-6757
19	Maria do Socorro Guedes	<b>Sociais</b>	Bairro Esperança da Comunidade	Moradora do Bairro	Não informado	Não informado
20	Maria Ozélia Alves de Albuquerque		Escola Estadual Luiz Soares de Cássia	Diretora da E.E. Luiz Soares de Cássia	Não informado	(69) 3214-9886
21	Irineu Cavalcante Satélis		Ass. de Moradores do <b>B. Jardim Santana</b>	Presidente da Assoc. Moradores	<a href="mailto:ambajas.santana.ro123@gmail.com">ambajas.santana.ro123@gmail.com</a>	(69) 99232-1213
22	Denise Lima Gonçalves		Escola Estadual F. Calheiros/Escola de Polícia	Pedagoga da E.E. Flora Calheiros	<a href="mailto:floralcalheiros@hotmail.com">floralcalheiros@hotmail.com</a>	(69) 3226-6135
23	Aida Gilsane Moura Luciano		Escola Estadual F Calheiros/Escola de Polícia	Profª. da E.E. Flora Calheiros	<a href="mailto:floralcalheiros@hotmail.com">floralcalheiros@hotmail.com</a>	(69) 3226-6135

## ANEXO XII

## Atores Sociais e Institucionais entrevistados em Rio Branco - AC, 04/07 a 09/07/2016

Ord	Nome	Atores	Instituição	Cargo/Atuação	e-mail	Telefone
1	Ana Paula Saboia Lima		Tribunal de Justiça	Juíza do Tribunal do Júri	<a href="mailto:vajur1rb@tjac.jus.br">vajur1rb@tjac.jus.br</a>	(68) 3211-5441
2	Maha Kouzi Manasfi e Manasfi		Tribunal de Justiça	Juíza da vara de Exec. Pen e Med. Alternativas	<a href="mailto:vaexe1rb@tjac.jus.br">vaexe1rb@tjac.jus.br</a>	(68) 3211-5342
3	Leandro Portela Steffen		Ministério Público	Promotor da 1ª. Vara Tribunal do Juri	<a href="mailto:lsteffen@mpac.mp.br">lsteffen@mpac.mp.br</a>	(68) 3212-5200
4	Rodrigo Curti		Ministério Público	Promotor da 10ª. Promot. Criminal	<a href="mailto:rcurti@mpac.mp.br">rcurti@mpac.mp.br</a>	(68) 3211-5450
5	Ezequiel de Oliveira Bino		Polícia Militar do Acre	Major/Comandante do 2º BPM	<a href="mailto:bino0975@gmail.com">bino0975@gmail.com</a>	(68) 3223 5973
6	Genézio Alves da Silva		Polícia Militar do Acre	Subtenente /Adj. Operacional do 2º BPM	<a href="mailto:2pmac@ac.gov.br">2pmac@ac.gov.br</a>	(68) 3223 5973
7	José Francisco Pessoa Araújo		Polícia Militar do Acre	Cabo da PM/Comte de patrulha do 2º BPM	<a href="mailto:2pmac@ac.gov.br">2pmac@ac.gov.br</a>	(68) 3223 5973
8	Ozeas Almeida dos Santos	<b>Institucionais</b>	Polícia Militar do Acre	Aluno Cabo Patrulheiro do 2º BPM	<a href="mailto:2pmac@ac.gov.br">2pmac@ac.gov.br</a>	(68) 3223 5973
9	Alisson Fonseca da Costa Rodrigues		Polícia Militar do Acre	Soldado Patrulheiro do 2º BPM	<a href="mailto:2pmac@ac.gov.br">2pmac@ac.gov.br</a>	(68) 3223 5973
10	Pedro Paulo Silva Buzolin		Polícia Civil	Delegado da DRE	<a href="mailto:ppsbuzolin@hotmail.com">ppsbuzolin@hotmail.com</a>	(68) 3223-2857
11	Cleylton Videira dos Santos		Polícia Civil	Delegado da DP 2ª. Regional	<a href="mailto:cleyltonvieira@yahoo.com.br">cleyltonvieira@yahoo.com.br</a>	(68) 3224-2930/9072
12	Cláudia Elizângela M. de M. Marques		Polícia Civil	Escrivã da DP 2ª. Regional	<a href="mailto:claudia.matos@ac.gov.br">claudia.matos@ac.gov.br</a>	(68) 3224-2930/9072
13	Francisco Flávio Ferreira		Polícia Civil	Escrivão da DP 2ª. Regional	<a href="mailto:fflavio464@gmail.com">fflavio464@gmail.com</a>	(68) 3224-2930/9072
14	Marlon Padilla de Sousa		Polícia Civil	Investigador da DP 2ª. Regional	<a href="mailto:sousapadillamarlon@gmail.com">sousapadillamarlon@gmail.com</a>	(68) 3224-2930/9072
15	Cinthia Silveira Santana Dantas		Polícia Civil	Investigadora da SESEP	<a href="mailto:apccinthia@gmail.com">apccinthia@gmail.com</a>	(68) 3244-2263
16	Cleilde Cosmo Bezerra		Bairro Taquari	Moradora	Não possui	(68) 9971-3535
17	Conrado Nascimento Sena		Sistema Prisional	Reeducando	Não possui	Não informado
18	Eliete Maria de Andrade		Escola João Mariano da Silva	Diretora de Escola	<a href="mailto:eliete.jms@gmail.com">eliete.jms@gmail.com</a>	(68) 3221-2033
19	Francisco Emilson Barros da Silva	<b>Sociais</b>	Bairro Taquari	Pres. da Assoc. de Morad. do B. Taquari	Não possui	(68) 9210-4282
20	Jeane Vieira Moura		Unidade Saúde da Família Maria de Jesus I	Coord. Administrativa da UBS Taquari	<a href="mailto:jeanev@bol.com.br">jeanev@bol.com.br</a>	(68) 3221-3487
21	Neiva Nara de Araújo Silva		Bairro Taquari	Moradora/vítima/professora	<a href="mailto:neivanaraa@gmail.com">neivanaraa@gmail.com</a>	(68) 3221-2033
22	Nelson Miguel da Cunha		Bairro Taquari	Comerciante residente no Bairro	Não possui	Não informado